

Segurança Pública:

Gestão
Conflitos
Criminalidade
Tecnologia da Informação

Organizadores

Silvia dos Santos de Almeida

Adriana dos Reis Araújo

Edson Marcos Leal Soares Ramos

UNIVERSIDADE
CABO VERDE
uniç



SEGURANÇA PÚBLICA
GESTÃO, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Reitor: Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Prof. Dr. Horácio Schneider

Pró-Reitor de Administração: Prof. Dr. Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino de Graduação e Administração Acadêmica:

Profa. Dra. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Raquel Trindade Borges

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão

Pessoal: Esp. João Cauby de Almeida Júnior

Pró-Reitor de Relações Internacionais: Prof. Flávio Augusto Sidrim Nassar

Prefeito do Campus: Eng. Alemar Dias Rodrigues Junior

Chefe de Gabinete: Esp. Maria Lúcia L. Ohana

Reitora: Profa. Dra. Judite Medina do Nascimento

Vice-Reitor para as Relações Internacionais e

Cooperação: Prof. Dr. António Lobo de Pina

Vice-Reitora para a Extensão Universitária: Profa. Dra. Astrigilda Silveira

Pró-Reitora para a Pós-Graduação e

Investigação:

Profa. Dra. Sónia Silva Victória

Pró-Reitor para a Graduação e CESP: Prof. Dr. João Gomes Cardoso

Administrador-Geral: Dr. Mário Lima

Director de Gabinete: Salvador Moniz

Editora Brasil

GAPTA

Coordenador da GAPTA

João Marcio Palheta da Silva

Editora Cabo Verde

Edições Uni-CV

Coordenadora Editorial

Elizabeth Coutinho

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João dos Santos Carvalho

Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo

Prof. Dr. João Santos Nahum

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Gilberto Rocha UFPA

Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso UFSM

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa USP

Prof. Dr. Rui Moreira UFF

Prof. Dr. David Gibbs McGrath UFOPA

Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso UFGD

Prof. Dr. Eliseu Severio Sposito UNESP

Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho UFRJ

Profa. Dra. Oriana Trindade de Almeida UFPA

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
UNIFAP

Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa UECE

Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio UFU

Prof. Dr. Raúl Vincéns UFF

Profa. Dra. Cynthia Simmons – Michigan
State University/MSU

Profa. Dra. Judite Nascimento – Universidade
Cabo Verde/UniCV

SEGURANÇA PÚBLICA
GESTÃO, CONFLITOS, CRIMINALIDADE E
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Silvia dos Santos de Almeida
Adrilayne dos Reis Araújo
Edson Marcos Leal Soares Ramos
(Organizadores)

GAPTA / Edições Uni-CV
Editoras
Brasil / Cabo Verde - 2016

Editor de Publicações do GAPTA e Imagem da Capa
Christian Nunes da Silva

Gerência e Preparação da Revisão e Produção Gráfica
Joyce Caetano

Revisão Final
Albano Gomes

Diagramação
Cleyson Chagas

Ficha Catalográfica:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central / UFPA – Belém – Brasil

Biblioteca / Uni-CV – Praia – Cabo Verde

Segurança pública: gestão, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação
/ organizadores: Sílvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo,
Edson Marcos Leal Soares Ramos. - Belém: GAPTA, 2016.
- Praia: Edições Uni-CV, 2016.

392 p.: il, 23 cm

ISBN 9788563117298 (Brasil)

ISBN 9789898707277 (Cabo Verde)

1. Segurança pública - Indicadores. 2. Violência urbana. 3. Crime por computador. 4. Prisões. 5. Criminalidade. I. Barp, Wilson José, org. II. Cardoso, Luís Fernando Cardoso e, org. III. Souza, Jaime Luiz Cunha de, org.

CDD - 23. ed. 363.1

Prefácio

A violência é um fenômeno complexo, resultante e causador de diversas determinações e interpretações sociais e tem ganhado nos últimos anos atenção especial. Sua existência decorre desde os primórdios, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos.

No campo da Segurança Pública a violência é estudada visando compreender sua dinâmica e os mecanismos adotados pelo Estado e pela sociedade em prol de sua prevenção e controle. Neste contexto, este livro foi elaborado objetivando apresentar artigos oriundos de pesquisas relacionadas à Segurança Pública, com ênfase aos seguimentos: gestão, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação.

A experiência e a composição multidisciplinar dos autores no campo da Segurança Pública merecem destaque, pois propiciam a compreensão mais profunda de questões relacionadas a gestão, violência de gênero, violência urbana, crimes tecnológicos, homicídios, sistema prisional, saúde, educação, tráfico de pessoas e crimes de trânsito. Os resultados das pesquisas demonstram ser extremamente necessária a adoção imediata de políticas que visem ao enfrentamento da violência, com o intuito de evitar que esta tome proporções alarmantes.

Finalmente, esta obra é destinada a agentes de segurança pública e privada, alunos de graduação e pós-graduação em segurança pública e todos aqueles que se preocupam em encontrar soluções para os problemas da Segurança Pública.

Os Autores

ISBN

Brasil

ISBN 978-85-63117-28-1



Cabo Verde

ISBN 978-989-8707-26-0



Prefixo Editorial: 63117

SUMÁRIO

Reincidência da violência doméstica contra a mulher em Santarém <i>Auricélia Costa de Aguiar Silva, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo, José Luiz Carvalho Lisboa, Samuelson Yoiti Igaki</i>	9
Espaço urbano e mobilidade das pessoas como construções sociais na BR 316 no Estado do Pará <i>Henrique Antônio Monteiro Lopes, Irlando Ricardo Monteiro Lopes, Antônio Roberto Santos Júnior, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	29
A referenciação territorial dos grupos <i>thugs</i> e a incidência da violência urbana na cidade da Praia (Cabo Verde): um estudo de caso no bairro de Achada Santo Antônio <i>Manuel Antônio Alves, Ângelo Moreira Pereira, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	49
Uma análise interdisciplinar do controle interno dos bombeiros: o caso do Estado do Pará <i>Flávia Siqueira Corrêa, Adrilayne dos Reis Araújo, Amaury Suzart Farias da Silva, Wilson José Barp, Albernando Monteiro da Silva</i>	63
Os limites da engenharia de transporte e a estrada minada: o caso da BR-316 <i>Irlando Ricardo Monteiro Lopes, Henrique Antonio Monteiro Lopes, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Cristiane Nazaré Pamplona de Souza</i>	81
Perfil das vítimas de violência na zona norte da cidade da Praia (Cabo Verde) <i>Bernardo Ulisses Ferreira Monteiro, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Maciele Lopes Ora</i>	99
Violência e a gestão participativa (ou não) do Estado em prol da segurança pública e defesa social no Brasil <i>Isabella Fonseca Torres Vilaça, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	117
Violência e criminalidade: reflexões sobre os atuais desafios do combate à problemática em Cabo Verde <i>Emanuel de Nascimento Furtado Vaz, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	137
Para uma Sociologia das organizações não governamentais: relatos sobre a origem e a criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos <i>Jumara de Moraes Cardoso do Nascimento, Fernanda Valli Nummer</i>	155
Crime, violência urbana e vitimização – o caso de Tira Chapéu <i>João Cícero Ramos Gertrudes, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Mikael Antônio Robalo Tavares</i>	171

Entre a dor e as grades: o agente penitenciário no Estado do Pará	183
<i>Margarethe de Freitas Corrêa, Andréa Bittencourt Pires Chaves</i>	
A precariedade da oferta de espaços públicos de lazer enquanto componente para o aumento da criminalidade: bairro do Guamá no período de 2008 a 2009	203
<i>Karine Braga Soares, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Gestão das estatísticas criminais na Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional	213
<i>Héldson Tomaso Pereira de Lima, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Laira Serrão Mendes</i>	
Roubos a transeunte por flagrante delito em Belém, no período de 2010 a 2013	
<i>Lucidéa Santos Cavalcante, Sílvia dos Santos de Almeida, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo, Nadiana Cavaleiro de Macedo Dahas Jorge</i>	235
Mulheres policiais: origens sociais, violência e direitos humanos	
<i>Máurea Mendes Leite, Meyre Esther Mendes Chagas, Fernanda Valli Nummer, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	247
Caracterização dos crimes de tráfico de drogas e homicídios no município de Belém	
<i>Marco Antônio Rocha dos Remédios, Diana Costa Oliveira, Cristiane Nazaré Pamplona de Souza, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida</i>	261
A gestão na Polícia Civil do Estado do Pará no controle da violência e da criminalidade: centralização e burocratização	277
<i>Thais Maia Carvalho Bezerra, Edson Marcos Leal Soares Ramos</i>	
Homicídio: perfil das vítimas e dos casos ocorridos em Marabá-PA	
<i>Roberto Silva Silveira Junior, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Sílvia dos Santos de Almeida, Lorena Maria Amoras Corrêa</i>	295
Panorama histórico da segurança pública no Brasil e os seus desafios na atualidade	313
<i>Kelly Serejo Fonseca, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo</i>	
Diagnóstico por meio dos indicadores de policiamento e criminalidade: a possível gestão eficiente do policiamento preventivo na Região Metropolitana da Grande São Luís	325
<i>Antônio Roberto Santos Júnior, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Adrilayne dos Reis Araújo, Irlando Ricardo Monteiro Lopes, Henrique Antônio Monteiro Lopes</i>	
A dinâmica espaço-temporal da taxa de homicídio na 7ª e 9ª Área de Integração em Segurança Pública - AISP na cidade de Belém-Pará	343
<i>Juliana Maciel da Silva, Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Índice Remissivo	363

CAPÍTULO 1

Reincidência da violência doméstica contra a mulher em Santarém

Auricélia Costa de Aguiar Silva

Mestra em Segurança Pública (UFPA) e especialista em Segurança Pública (PUC/RS). Belém – Pará – Brasil. auriceliaguiar@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

José Luiz Carvalho Lisboa

Graduando em Estatística pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e aluno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. 07joseluiz@gmail.com

Samuelson Yoiti Igaki

Mestrando em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. igaki@uol.com.br

Resumo

A violência praticada contra a mulher no ambiente doméstico e familiar tem assustado a sociedade brasileira. O lar, onde deveria haver proteção a todos os seus integrantes, torna-se um local de dor e sofrimento, pois não somente as mulheres são as vítimas, mas todos os envolvidos no processo violento, inclusive o ofensor. Neste sentido, o trabalho objetiva descrever as características dos delitos de violência de gênero, no município de Santarém, Pará, no período de 2011 a 2013. Para isto, utilizou-se a análise descritiva para identificar as características de violência de gênero. Como resultados, ressalta-se que a maior parte dos delitos ocorreram no ano de 2012, o tipo de procedimento empregado foi o inquérito por portaria. Dentre as vítimas reincidentes, a maioria realizou dois procedimentos policiais. O maior tipo de delito praticado foi ameaça e os agressores, em sua maior parte, são ex-companheiro das vítimas. Diante disso, concluiu-se que houve aumento dos registros no ano de 2012 e que a maior parte das vítimas reincidentes estão identificadas em dois procedimentos, sendo que a maior frequência é praticada pelo ex-companheiro.

Palavras-chave: Procedimento Policial. Análise Descritiva. Delito.

Introdução

A violência praticada contra a mulher no ambiente doméstico e familiar tem assustado a sociedade brasileira. Onde deveria existir acolhimento e paz, sobressai a insegurança, a crueldade e o medo. O palco onde ocorre a violência doméstica, geralmente, é o ambiente do lar e os autores são pessoas que possuem vínculo afetivo ou de convivência com a vítima (SILVA, 2011).

É dentro das residências que a conduta do agressor impõe o uso da força tanto física como psicológica e, muitas vezes, na presença dos filhos. Esse tipo de violência prejudica toda a família, atingindo diretamente os filhos, os parentes próximos e até mesmo o próprio autor da violência. A ideia de lar deveria ser um ambiente onde as pessoas amparassem e protegessem seus membros e não o sentido inverso.

Segundo informações do Centro da Mulher 8 de Março¹, 70% dos casos de violência contra a mulher acontecem dentro de sua própria casa. Mas esse tipo de violência não se restringe apenas ao ambiente familiar, pois atualmente é considerada um problema de cunho social e público, e os comportamentos violentos ainda são reproduzidos ao longo dos séculos com a anuência da própria sociedade.

Corroborando com o tema, Pinafi (2007) acrescenta:

A violência contra a mulher é produto de uma construção histórica — portanto, passível de desconstrução — que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Por definição, pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada (PINAFI, 2007).

É nesse ambiente que muitas mulheres são revitimizadas, sofrendo várias agressões, podendo ser violentadas diversas vezes pelo mesmo agressor ou por outro relacionado ao seu convívio familiar, doméstico ou que tenha

¹ O Centro da Mulher 8 de Março é uma organização não governamental (ONG), sediado em João Pessoa, Paraíba, no Nordeste do Brasil, uma das regiões mais carentes do país, onde os índices de mortalidade materna e infantil equivalem-se aos da África e ocupa o 3º lugar em relação à violência contra a mulher em todo o país.

vínculo afetivo com elas , vivenciando um processo contínuo e permanente de violência, podendo sofrer diferentes patologias e até perderem as próprias vidas.

Desde a criação da Lei Nº 11.340, denominada Lei Maria da Penha, posta em vigor em 22 de setembro de 2006 (BRASIL, 2006), é que a violência contra a mulher foi considerada crime. A partir de então, as penas aos ofensores tornaram-se mais severas, inclusive com prisões em caso de flagrantes delitos ou ordem de prisão preventiva para salvaguardar a integridade ou vida da mulher em situação de violência (DIAS, 2010).

No município de Santarém, localizado no oeste do estado do Pará, de 22 de setembro de 2006 até 31 de dezembro 2013, mulheres vítimas de violência buscaram ajuda na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) e registraram 4.731 boletins de ocorrência, denunciando assim, a violência vivenciada. Instalada no ano de 1992, as atividades da DEAM apresentam-se em regime de expediente e desde 8 de março de 2012 trabalha conjuntamente com o PROPAZ-Integrado² onde funciona atendimento social, psicológico, médico legal e policial às mulheres vítimas de crimes.

Ao procurar a delegacia, a mulher vitimizada busca primeiro uma orientação de como proceder contra o seu agressor. Após ser ouvida e orientada pela assistente social do PROPAZ, ela decide se vai ou não denunciar a violência sofrida. Assim, a mulher é encaminhada para realização dos procedimentos legais na esfera policial, iniciando com o registro de ocorrência. O desejo da mulher representar contra o seu ofensor é legalmente amparado no Código Penal (BRASIL, 1940), nos delitos de ação pública condicionado à representação. Nos casos de ação pública incondicionada³, a delegada deve formalizar a notícia criminoso mesmo sem a anuência ou representação formal da vítima.

² O PROPAZ é um programa do Governo do Estado do Pará, criado em 2004, com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a mulher, infância, juventude, dentre outros, e visa a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz. As ações acontecem em parceria com os mais diversos setores da sociedade, governamentais e não governamentais. Em Santarém, o PROPAZ foi inaugurado no dia 08.03.2012, data esta escolhida em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

³ A ação penal pública incondicionada caracteriza-se por ser a promovida pelo Ministério Público sem que esta iniciativa dependa ou se subordine a nenhuma condição, tais como as que a lei prevê para os casos de ação penal pública condicionada, tais como representação do ofendido e requisição do ministro da Justiça.

Neste sentido, muitas mulheres vão diversas vezes à delegacia para noticiar algum delito sofrido, todavia não retornam para dar prosseguimento. Em alguns casos, as vítimas falaram com a assistente social do PROPAZ e após atendimento, podem ter sido encaminhadas somente para algum órgão de apoio, tais como a Defensoria Pública, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) etc., no intuito de resolver algum conflito conjugal ou familiar existente. Em outros casos, as mulheres chegaram até serem atendidas na delegacia e requisitaram alguma audiência com a delegada ou fizeram o registro de ocorrência, mas não retornaram para dar andamento no procedimento policial.

Desse modo, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui um preocupante problema bastante frequente no Brasil e são fundamentais a discussão acadêmica e o debate público acerca da questão. É necessário conhecer como se encontra a reincidência dos casos envolvendo esse tipo de violência no município de Santarém-Pará para obter um efetivo enfrentamento e combate a esse tipo de violência. Nesse sentido, a relevância deste trabalho do ponto de vista social e acadêmico se dá quanto à contribuição dos resultados dos estudos para a sociedade e, principalmente às mulheres que sofrem agressões reiteradas vezes.

Revisão bibliográfica

A violência pode assumir diferentes papéis e variadas características e tem como definição “o exercício da força em contrariedade às leis vigentes, para constranger ou submeter uma pessoa àquilo que ela não queira” (QUEIROZ, 2008, p. 67).

Machado e Gonçalves (2003) descrevem a violência doméstica como qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo direto ou indireto a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

Nesse contexto, é que muitas mulheres brasileiras estão inseridas. Nos lares, onde deveria ser um lugar de proteção a todos os seus integrantes, torna-se um local de dor e sofrimento, pois não somente as mulheres são as vítimas, mas todos os envolvidos no processo violento, inclusive o ofensor. Nesse sentido, assevera Zaidan (2007):

Atos violentos e abusos no ambiente doméstico se repetem e acabam refletindo na vida pessoal e social da mulher, trazendo como consequência problemas físicos e psicológicos, não só para a vítima da violência como também para os que participam indiretamente deste ambiente (ZAIDAN, 2007, p. 169).

Na concepção de Dias (2010), muitas das mulheres agredidas sofrem silenciosamente e não pedem ajuda. É difícil dar um fim à situação de violência em que vivem, sentem-se envergonhadas e outras dependem emocionalmente ou financeiramente do companheiro agressor; muitas acreditam ter acontecido “só daquela vez” ou, no fundo, imaginam-se culpadas pela violência; outras se calam em função dos filhos, ou até mesmo por medo de apanhar e sofrer ainda mais; temem em prejudicar o agressor, que pode ser preso ou censurado pela sociedade. O que se torna alarmante é o caso de muitas mulheres ou a maioria delas que retornam aos seus lares e respectivos companheiros, mesmo após a denúncia jurídica (DIAS, 2010).

Por outro lado, durante décadas de enfrentamento e combate à violência de gênero, as mulheres puderam contar com várias conquistas, dentre elas, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, que considerou ser uma violação aos direitos humanos, inclusive a II Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993, assegurou a indivisibilidade de todos os direitos humanos, quer sejam civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e deu destaque pela primeira vez a mulheres e meninas. No Art. 1 §18, explicita que:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. [...] A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual, [...] são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem eliminadas (DECLARAÇÃO DE VIENA, 1993, p. 01).

A Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada em 1994, com o intuito de punir, prevenir e erradicar a violência contra a mulher, menciona em seu texto que:

Violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder, historicamente desiguais, entre

homens e mulheres, que conduziram a dominação e a discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres (CIPPEVCM, 1994, p. 1).

Esta convenção, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), define esse tipo de violência como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que causa morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CIPPEVCM, 1994, p. 2).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 corroborou com tratados e convenções internacionais no sentido de definir que: “toda a mulher tem direito a uma vida livre de violência” (BRASIL, 1998). Como foi criada a Lei Nº 11.340/06 (BRASIL, 2006), denominada “Maria da Penha”, para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e assim, criminalizar a violência de gênero, tornando mais rigorosas as punições contra os agressores, e, sobretudo encerrando com a omissão e o sentimento de impunidade que eram tratados esse tipo de violência (DIAS, 2010).

Note-se a importância da luta das mulheres na tentativa de erradicar a violência do seio familiar e social no sentido de obter o reconhecimento do poder público no seu enfrentamento e combate. Assim, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher podem ser consideradas como parte do processo de consolidação da democracia brasileira. Pasinato e Santos (2008) afirmam ser compreensível que as delegacias da mulher continuem sendo as principais políticas na área de violência doméstica contra mulheres.

Para Brandão (2006), a ida à Delegacia Especializada da Mulher envolve a esperança de “resolver alguma coisa” ou de propiciar uma ocasião para amedrontar o parceiro quanto às possíveis implicações de uma próxima agressão, pelo fato de já estar envolvido como suspeito em uma ocorrência. Assim, imensas expectativas são depositadas no recurso à DEAM, na possibilidade de a intervenção policial conter o acusado (BRANDÃO, 2006).

Já na esfera judiciária, Dias (2010) considera que em se tratando de processos judiciais criminais relacionados à Lei Maria da Penha, analisados os dados ofertados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi demonstrado que o índice de condenação dos agressores era baixíssimo. De acordo com um balanço feito pelo CNJ, até abril de 2009, apenas 2% dos processos concluídos resultaram em condenação dos agressores. Neste aspecto, a Lei Maria da Penha, em seu eixo repressivo, tem se apresentado

como instrumento duvidoso para mediar os problemas relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher, destacadamente a violência conjugal (DIAS, 2010).

Segundo notícia do site do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), “a Lei Maria da Penha chegou tarde, mas chegou”. A constatação é do ministro do STJ Og Fernandes, membro da Sexta Turma e da Terceira Seção, órgãos que analisam matérias penais. Na opinião do ministro, é possível afirmar que a questão transcende as relações familiares para se transformar em um problema público nacional.

As estatísticas estão a indicar que a principal causa de homicídio de mulheres é exatamente a prática de violência anterior. Então, mais das vezes, as pessoas, no íntimo das suas relações familiares, não praticam homicídio contra a mulher como primeiro gesto de violência. Começa com a agressão moral. Se ela não é combatida, há uma segunda etapa, que é a violência física, normalmente, em menor proporção. E, finalmente, pode-se chegar a esse tipo de aniquilamento da dignidade humana (BRASIL, 2011).

O ministro avalia que muitas tragédias antecederam a lei, até que se efetivasse a iniciativa de reverter a impunidade histórica no Brasil com relação à violência doméstica. Para ele, o primeiro gesto de violência não é o homicídio, começando com a agressão moral, seguidamente de uma violência física leve, e assim por diante, se o primeiro ato não foi combatido (BRASIL, 2011).

Alasker et al. (2011) realizaram um estudo interessante com mulheres agredidas que residem em abrigos na Noruega e constataram que nos casos das mulheres que receberam ameaças de morte aumentou o risco de sofrer atos graves de violência. Isto sugere se a violência é mais grave, a sensação de perigo é susceptível de aumentar. No entanto, tal percepção do perigo também pode desempenhar um papel na indução da mulher para adotar uma atitude extremamente submissa. Isso pode colocá-la em uma situação mais vulnerável a novas vitimizações.

Consoante a essa ideia, Ross (2012) e Straus et al. (2009) afirmam que algumas mulheres ainda veem aspectos positivos de seu relacionamento, o que dificulta a sua vontade de deixar o relacionamento. Poucos estudos examinaram a associação entre a forma como a mulher agredida preza

pela qualidade de seu relacionamento e sua percepção de estar em perigo e sentimentos de medo em relação ao parceiro. Esta percepção é importante, pois pode sinalizar situações de risco (ROSS, 2012; STRAUS et al., 2009).

Assim, percebe-se que a reincidência da violência doméstica e familiar contra a mulher sinaliza para um problema de alta complexidade no tocante ao enfrentamento e ao combate. Ela está relacionada a vários fatores, incluindo o risco da vítima, a qualquer momento, sofrer nova agressão, dentro ou fora da residência. Há situações em que a mulher vivencia a agressão em seu dia a dia sem que formalize a denúncia e quando tem coragem para delatar o agressor, não consegue desvencilhar-se facilmente da relação, podendo ser vitimizada diversas vezes.

Materiais e métodos

Para esse estudo, utilizou-se o método quantitativo. A catalogação dos dados ocorreu junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), com o acesso ao banco de dados de procedimentos policiais instaurados na Delegacia de Atendimento à Mulher, no município de Santarém-Pará, no período de 2011 a 2013. Essa delegacia é identificada no Sistema Integrado em Segurança Pública (SISP), com o código de unidade “174”. Com as informações do banco de dados, realizou-se um minucioso levantamento dos nomes de todas as mulheres vítimas que procuraram aquela delegacia e realizaram procedimento policial mais de uma vez.

Buscou-se fazer, primeiramente, uma relação dos nomes das vítimas, colocando em ordem alfabética, a fim de saber quantas mulheres vítimas retornaram à delegacia e fizeram mais de um procedimento policial naquele período. Após, ainda utilizando os dados do SISP, foi feita a leitura individual de todos os boletins de ocorrência relacionados aos procedimentos das vítimas reincidentes, com o intuito de complementar algum dado ausente no banco.

Todos os casos reincidentes de violência doméstica e familiar contra a mulher investigados por meio de inquéritos policiais foram devidamente remetidos ao juízo da comarca local competente para apreciação e julgamento. Tais processos estão tramitando no juizado criminal, criado especialmente para tratar dos processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Para este estudo, as variáveis analisadas são: quantidade de procedimentos registrado por ano (2011, 2012 e 2013); tipo de procedimentos instaurados (inquérito por portaria, inquérito por flagrante, auto de investigação, termo

circunstanciado de ocorrência); tipo de delitos sofridos pela vítima (ameaça, lesão corporal, injúria, estupro de vulnerável, dano, desobediência etc.); tipo de relações da vítima com o agressor (companheiro, marido, namorado, tio, irmão etc.).

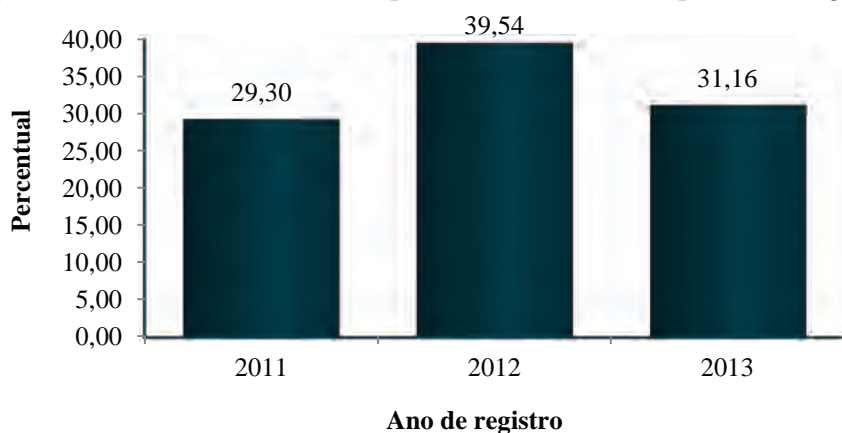
A análise descritiva foi a técnica estatística utilizada para o estudo das variáveis. De acordo com Bussab e Morettin (1987), a análise descritiva objetiva a coleta, redução, análise e modelagem dos dados, da amostra que será trabalhada. As análises foram apresentadas por meio de tabela e gráficos.

Resultados e discussões

Em análise às informações extraídas do banco de dados da DEAM/Santarém, foram identificadas 100 mulheres que aparecem como vítimas em mais de um procedimento policial, totalizando 215 procedimentos registrados.

Constatou-se que no ano de 2012 se deu a maior parte das ocorrências policiais com 39,54% dos registros. Já em 2011 ocorreram 29,30% dos registros (Figura 1).

Figura 1: Percentual dos casos de reincidência da violência contra a mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por ano de registro



Fonte: SIAC (2011-2013)

Percebe-se que nos dados de 2011 e 2013, houve um certo equilíbrio nos registros de reincidência, com um relevante aumento no ano de 2012 e queda no ano seguinte. A diminuição nos registros, verificada em 2011

e 2013, pode ter ocorrido por várias razões, mas talvez a vítima deixou de formalizar nova denúncia contra os agressores, por medo que estes fossem presos, já que um novo procedimento enseja o pedido de prisão preventiva⁴ por causa da nova agressão praticada, bem como pelo descumprimento das medidas protetivas solicitadas no primeiro processo.

Neste aspecto, considera Dias (2010), que a mulher vivencia uma relação que lhe causa aflição e dor, sem prestar queixa ou procurar ajuda durante anos, protegendo a violência, tolerada livrando-o da punição. Na maioria dos casos, a mulher sente-se forçada e acaba se convencendo a não levar sua intenção adiante (DIAS, 2010).

Note-se que a maioria dos casos ocorreram em 2012, com aumento significativo de 39,54%. Nesse ano, houve a inauguração do PROPAZ-Integrado no município de Santarém, o que pode ter aumentado a procura das vítimas de crime na Delegacia da Mulher, na esperança de receberem maior apoio para lidar com a violência.

A maior parte dos procedimentos foram realizados no ano de 2012, sendo que o tipo de procedimento mais utilizado foi inquérito por portaria 72 (33,48%), seguido do ano de 2011, onde houve 58 (26,97%) inquéritos por portaria (Tabela 1).

Existem seis modalidades de procedimentos policiais, o que se faz necessário à instauração adequada ao tipo de crime ou tipo de autoria, para proceder com o tombamento corretamente no Sistema Integrado em Segurança Pública (SISP). Por exemplo, quando um crime violento cuja autoria é de um adolescente, procede-se com o Auto de Investigação de Ato Infracional (AI) ou o Auto de Apreensão de Ato Infracional (AA), neste último, no caso em que o menor infrator for apresentado em situação de flagrante delito.

Enquanto que o delito cometido por autor maior de idade, que a pena seja maior de dois anos é denominado de Inquérito Policial por Portaria (IPL/PORT); E, se o autor for flagrado durante a prática delituosa ou logo após, o auto de prisão em flagrante delito será lavrado por meio de Inquérito por Flagrante (IPL/FLAG); Cabe tombamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), quando o autor for maior de idade e o delito for de

⁴ A prisão preventiva corresponde a mais genuína forma de custódia cautelar do sistema penal brasileiro. De acordo com o Art. 312 do Código de Processo Penal (CPP), consiste ela na prisão, por ordem judicial, “como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

menor potencial ofensivo, cuja pena não ultrapasse dois anos. O Boletim Circunstanciado de Ocorrência (BOC) será confeccionado quando se tratar de apresentação de adolescente cujo delito praticado não seja violento.

Tabela 1: Quantidade de procedimentos dos casos de reincidência da violência contra a mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por tipo de procedimento

Tipo de procedimento	Ano						Total	
	2011		2012		2013		Qtd.	%
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%		
Inquérito por portaria	58	26,97	72	33,48	54	25,11	184	85,56
Inquérito por flagrante	5	2,33	11	5,12	10	4,65	26	12,10
TCO	-	-	1	0,47	2	0,93	3	1,40
Auto de investigação	-	-	1	0,47	1	0,47	2	0,94
Total	63	29,30	85	39,54	67	31,16	215	100,00

Nota: A categoria com “-” não foi citada; TCO: Termo Circunstanciado de Ocorrência

Fonte: SIAC (2011-2013)

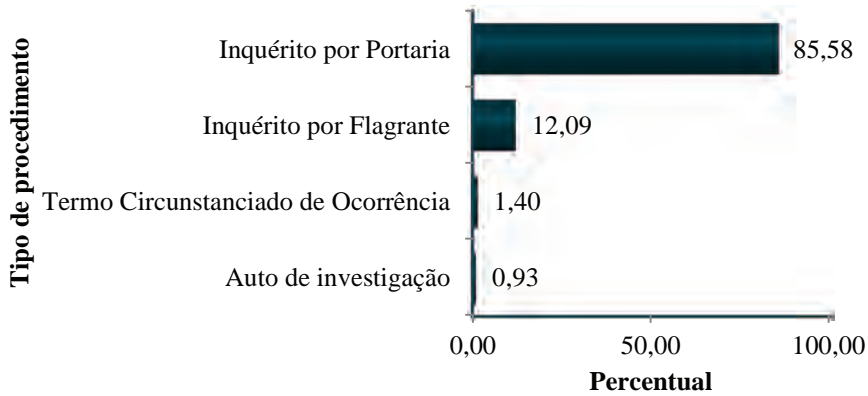
Observa-se que o tipo de procedimento mais frequente registrado durante o período estudado foi o inquérito por portaria (85,58%) dos registros, seguido do inquérito por flagrante, com 12,09% (Figura 2).

O inquérito iniciado por meio de portaria⁵ acontece durante a fase da investigação criminal, em que a portaria da delegada formaliza a *notitia criminis* (notícia crime) e faz com que se dê início às investigações, que tendem à elucidação prévia do fato e das circunstâncias que o envolveram.

Nucci (2006) conceitua *Notitia Criminis* e *Delatio Criminis* como sendo: “a ciência da autoridade policial de um fato criminoso, podendo ser: direta quando o próprio delegado de polícia, investigando por qualquer meio, descobre o acontecimento; indireta, quando a vítima provoca a sua atuação, comunicando-lhe a ocorrência, bem como quando o promotor ou o juiz provocar a sua atuação” (NUCCI, 2006, p. 64).

⁵ Portaria é uma peça, onde a autoridade policial registra o conhecimento da prática de um crime de Ação Pública Incondicionada, especificando, se possível, o lugar, o dia e a hora em que foi cometido o crime, o pronome do autor e o da vítima, e conclui determinando a instauração do inquérito policial.

Figura 2: Percentual dos casos de reincidência da violência contra a mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por tipo de procedimento



Fonte: SIAC (2011-2013)

Nessa fase investigatória, a qualquer tempo, pode ocorrer a decretação da prisão do agressor, se for para garantir a vida ou a integridade da vítima, dentre outras prerrogativas estipuladas em lei, principalmente nos casos do descumprimento das medidas protetivas. Essa garantia é assegurada na Lei N^o 11.340 de 2006, que define em seu Art. 20: “Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial” (BRASIL, 2006).

O inquérito policial tem o prazo máximo de trinta dias para conclusão e remessa à justiça se o indiciado estiver solto e de dez dias se o réu estiver preso⁶, conforme ordena o Art. 10 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941).

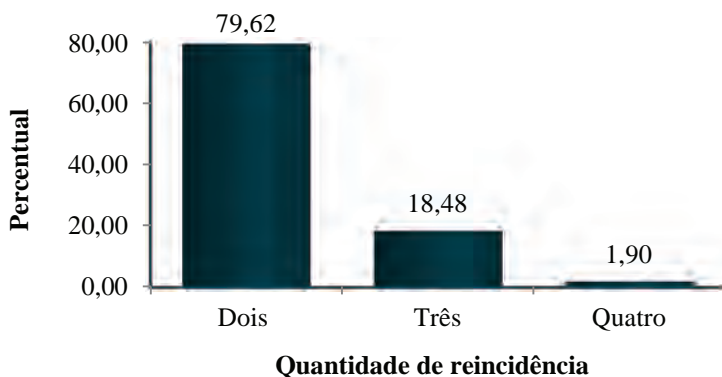
Note-se que quase a totalidade dos procedimentos policiais são iniciados por meio de portarias. Isso pode ocorrer em razão do acusado não ter sido preso em flagrante, possivelmente porque ele empreendeu fuga após o ato criminoso, bem como pelo fato da Delegacia da Mulher não funcionar nos finais de semana e feriados, quando há maior incidência de crime de violência doméstica motivados por ciúmes, ingestão de álcool, uso de droga etc. Desse

⁶ O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

modo, quando a mulher vítima faz o registro da ocorrência do fato, não cabe mais a prisão em flagrante delito.

Na análise da Figura 3, referente a procedimentos registrados por vítimas de violência doméstica reincidentes, verificou-se que 79,62% das mulheres realizaram dois procedimentos policiais, seguido das mulheres que realizaram três procedimentos (18,48%) (Figura 3).

Figura 3: Percentual dos casos de reincidência da violência contra a mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por vítimas reincidentes



Fonte: SIAC (2011-2013)

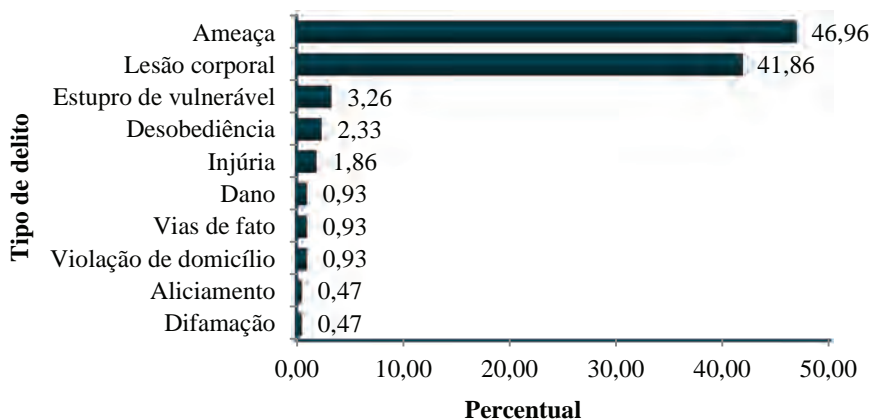
Percebe-se que a maioria das mulheres foram vítimas em dois procedimentos e apenas uma mulher foi identificada em quatro procedimentos. Neste último caso, a mesma vítima processou o seu agressor ou agressores por quatro vezes na Lei Maria Penha, inclusive deve ter requerido medidas de proteção e mesmo assim, continuou sendo vitimizada.

Esses dados tratam de procedimentos policiais investigados na Delegacia da Mulher, os quais foram encaminhados à justiça para apreciação e julgamento. Isso significa dizer que todos os casos transformaram-se em processos e conseqüentemente levados à presença do juiz da vara criminal.

Mas, em algumas situações, pode ocorrer das mulheres revitimizadas terem procurado a DEAM para novo registro de ocorrência, porém não deram sequer início ao procedimento policial em decorrência de vários motivos. Além do mais, existe um corpo técnico de assistentes sociais e psicólogas do PROPAZ-Integrado, as quais realizam o primeiro atendimento e em alguns casos, a mulher atendida por essas profissionais não deseja ser encaminhada à DEAM, nem para registrar uma nova ocorrência.

Em relação à análise dos tipos de delitos, a maior parte das mulheres sofrem delito de ameaça (46,96%), seguido de lesão corporal (41,86%) (Figura 4).

Figura 4: Percentual dos casos de reincidência da violência contra à mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por tipo de delito



Fonte: SIAC (2011-2013)

Observa-se que a soma dessas duas categorias totaliza 88,82%, o que demonstra que grande parte dos delitos resumem-se em ameaça e lesão corporal.

Os crimes de ameaça⁷ e lesão corporal⁸ estão perfeitamente tipificados na parte especial do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940). Mas foram também definidos na Lei Maria da Penha, respectivamente, como violência psicológica e física⁹. A violência física está relacionada com a ofensa corporal ou a saúde da mulher, enquanto a violência psicológica relaciona-se com qualquer conduta que lhe cause dano emocional (BRASIL, 2006).

⁷ Código Penal. Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.

⁸ Código Penal. Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei Nº 11.340, de 2006).

⁹ Art. 7, incisos I e II da Lei Nº 11.340/2006.

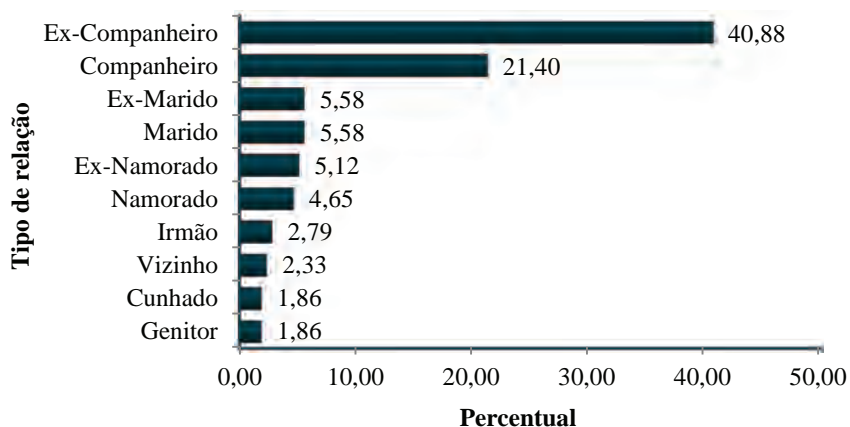
Saffioti (2004) destaca que em cerca de 300 entrevistas, feitas com vítimas na pesquisa “Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade” é frequente as mulheres se pronunciarem a respeito da maior facilidade de superar uma violência física como empurrões, tapas, pontapés, do que humilhações. De acordo com elas, a humilhação provoca uma dor muito profunda (SAFFIOTI, 2004, p. 63).

Houve ainda, um registro do crime de desobediência (2,33%). Isso ocorre nos casos em que já tem um processo em andamento e o autor foi cientificado das medidas protetivas, porém deixou de cumpri-las. Geralmente, a quebra das medidas de proteção desencadeia um pedido de prisão preventiva por parte da autoridade responsável pelo procedimento policial, o que fatalmente é aceito pelo juiz e conseqüentemente, expede-se o mandado de prisão, conforme preceito legal amparado na Lei Maria da Penha.

O crime de aliciamento está previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei Nº 9.069/90 (BRASIL, 1990). Os demais delitos estão tipificados no Código Penal Brasileiro e quase todos os crimes são combinados com a Lei Nº 11.340/2006.

Verifica-se que a maior parte das mulheres sofreram agressão por parte do ex-companheiro (40,88%), seguida do companheiro (21,40%). Na sequência, o ex-marido e namorado (5,58%) (Figura 5).

Figura 5: Percentual dos casos de reincidência da violência contra a mulher, registrados na DEAM/Santarém, no período de 2011 a 2013, por tipo de relação com o acusado



Fonte: SIAC (2011-2013)

Observa-se ainda que as mulheres sofreram violência praticada por irmão, cunhado e genitor. Isso é fator indicador que a violência não somente acontece nas relações conjugais e nos relacionamentos afetivos, mas também é praticada por homens de dentro da própria família da vítima. As meninas desde cedo são vulneráveis a sofrer atos violentos nas residências. Neste sentido, considera Minayo (2009) que a família é uma das instituições mais violentas

A preocupação constitucional com a violência ocorrida dentro do lar se justifica, dado que pesquisas internacionais e nacionais apontam que a família é, dentre todas as instituições, um das mais violentas, ficando aquém, apenas, da Polícia. Pelo que se percebe, a cultura que apregoa que “o amor exige a violência como estratégia pedagógica” permanece internalizada na atual sociedade (MINAYO, 2009, p. 278).

Por outro lado, a questão da mulher ser mais agredida pelo ex-companheiro pode estar relacionada com o fato do acusado não aceitar o fim do relacionamento, passando a perseguir a vítima e cometer delitos em razão disso. Nesse aspecto, Frank (2010), quanto ao fato de grande parte das mulheres serem solteiras, considerou a hipótese de que tiveram outro relacionamento ou de que sofreram violência causada pela não aceitação da separação pelo ex-companheiro.

Considerações finais

Com os resultados, observou-se que houve aumento dos registros no ano de 2012, o que talvez possa estar relacionado com o início dos trabalhos do PROPAZ naquele município, aumentando a procura das vítimas.

Das seis modalidades de procedimentos policiais existentes, grande parte dos delitos foram instaurados por meio de portaria. Esse tipo de inquérito tem prazo de 30 dias para remessa à Justiça, podendo ser prorrogado por igual período, e o réu responde o processo em liberdade, se não houver sido expedido o mandado de prisão, dentro das modalidades legais.

Em relação aos procedimentos registrados por vítimas reincidentes, considerou-se que a maioria das mulheres foram identificadas em dois procedimentos policiais e apenas uma vítima foi observada em quatro procedimentos. Isso não significa que elas não foram revitimizadas mais vezes,

pois existem situações, em que essas mesmas mulheres procuram a delegacia para novo registro de ocorrência, porém não dão prosseguimento ao caso, alegando vários motivos, seja de cunho social, emocional, financeiro, familiar etc., o que torna o problema da violência doméstica ainda mais grave, não somente pela ausência de ação dos órgãos estatais, mas principalmente porque essas mulheres continuarão sofrendo agressões.

Há relevância nos resultados dos tipos de delito, pois se constata que a maior parte das mulheres sofrem delito de ameaça, seguido de lesão corporal, os quais são definidos na Lei Maria da Penha, respectivamente, como violência psicológica e física. Portanto, o estudo indicou que as mulheres vítimas de violência doméstica sofrem principalmente violência física e psicológica.

Verificou-se ainda que a maior parte das mulheres sofreram agressão por parte do ex-companheiro, o que deve estar relacionado com o fato do acusado não aceitar o fim do relacionamento, passando a perseguir a vítima e a cometer reincidentes delitos.

Com esse estudo, foi possível realizar uma abordagem sobre a reincidência da violência doméstica no município de Santarém-Pará. Acredita-se que a discussão acadêmica acerca da questão torna-se imperiosa para compreender a complexa dinâmica que a norteia e dá visibilidade ao tema, bem como contribuir para que as entidades públicas e toda a sociedade, em momentos futuros, possam embasar e adequar políticas de prevenção, enfrentamento e combate a esse tipo de violência.

Referências

ALASKER, K.; KRISTOFFERSEN, K.; MOEN, B. E.; BASTE, V. Threats and acts of intimate partner violence reported by user sat Norwegian women's shelters. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 26, n. 5, p. 950-970, 2011.

BRANDÃO, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 207-231, 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Violência doméstica: cinco anos de punição mais rígida para agressores*. Sala de Notícias, 2011. Disponível em:

<http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=103210>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Coíbe a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, 8 ago. 2006.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, 13 jul. 1990.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, 5 out. 1988.

_____. Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 13 out. 1941.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

CIPPEVCM - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: mar. 2015.

DECLARAÇÃO de Viena. Conferência Mundial de Direitos Humanos. 1993. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>>. Acesso em: mar. 2015.

DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FRANK, K. *A chainless soul: a life of Emily Brontë*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2010.

MACHADO, C.; GONÇALVES, R. A. *Violência e vítimas de crimes*. Coimbra: Quarteto, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Vulnerabilidade à violência intrafamiliar. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (Coords.). *Violência doméstica: vulnerabilidade e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, p. 277-294, 2009.

NUCCI, G. S. *Código de Processo Penal Comentado*. 5. ed. São Paulo: RT, 2006.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <[www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil\[1\].pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/bibliografia/MAPEO_Brasil[1].pdf)>. Acesso em: mar. 2015.

PINAFI, T. *Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade*. 21. ed. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/index.php>>. Acesso em: mar. 2015.

QUEIROZ, T. D. *Educar, uma lição de amor*. São Paulo: Gente, 2008.

ROSS, J. M. Self-reported fear in partner violent relationships: findings on gender differences from two samples. *Psychology of Violence*, v. 2, n. 1, p. 58-74, 2012.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, A. C. A. A lei de violência doméstica contra a mulher e sua eficácia no âmbito de Santarém/Pará. In: SCHNEIDER, Rodolfo Herberto (org). *Abordagens atuais em segurança pública*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

STRAUS, H.; CERULLI, C.; McNUTT, L. A.; RHODES, K. V.; CONNER, K. R.; KEMBALL, R. S.; KASLOW, N. J.; HOURY, D. Intimate partner violence and functional health status: associations with severity, danger, and self-advocacy behaviors. *Journal of Women's Health*, v. 18, n. 5, p. 625-631, 2009.

ZAIDAN, P. Testemunhas da violência. *Cláudia*, São Paulo, p. 168-171, mar. 2007.

CAPÍTULO 2

Espaço urbano e mobilidade das pessoas como construções sociais na BR-316 no Estado do Pará

Henrique Antônio Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. lopide@gmail.com

Irlando Ricardo Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. ricardo.pa@bol.com.br.

Antônio Roberto Santos Júnior

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e oficial da Polícia Militar do Maranhão. São Luís - Maranhão – Brasil. roberto-santosjr@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Sílvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

A Organização Mundial da Saúde constatou um aumento de 24% do número de mortes devido a acidentes de trânsito no período de 2002 a 2010 e previu que esta estatística aumentará se a conscientização e a implementação de medidas de segurança não forem adotadas. Neste fato reside a relevância deste estudo, que objetiva identificar os fatores que potencializaram acidentes de trânsito nos quilômetros 21-278 da rodovia BR-316, no período de 2010 a 2012. Para tanto, lança mão de explorações teóricas aliadas à análise de informações contidas no banco de dados da Polícia Rodoviária Federal, dados que foram submetidos a técnicas de estatística descritiva e multivariada. A pesquisa demonstrou que o sentido de cidadania está perdido em meio a uma crise moral caracterizada pela desobediência às leis de trânsito, o que acaba por transformar a BR-316 em um cenário de perdas iminentes de vida, concluindo-se que tal rodovia apresenta alta probabilidade de acidentes com vítimas na maioria de seus trechos quilométricos, sendo que tais acidentes foram motivados por fatores estruturais, ambientais, humanos e sociais, razão pela qual o trânsito deve ser tratado como uma questão de saúde pública.

Palavras-chave: Acidentes de Trânsito. Fatores Estruturais. Probabilidade.

Introdução

Segundo o Ministério da Saúde (MS, 2010 apud WAISELFISZ, 2012), no Brasil ocorreram 40.610 mortes em acidentes de trânsito em 2010. Tal estatística se mostra quase 7,5% maior que o número de acidentes registrados em 2009, sendo que o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%, passando de 32.753 para 40.610 mortes.

Tal estatística é corroborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011 apud WAISELFISZ, 2012) que classificou o Brasil como 5º país do mundo em mortes no trânsito. Daí nasce a importância desta pesquisa, uma vez que se propõe abordar esta temática a partir de uma análise estatística da realidade encontrada na rodovia BR-316.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada no período de 2010 a 2012 e compõe o acervo teórico da dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências da Universidade Federal do Pará, cujo principal objetivo é apresentar os fatores potencializadores de acidentes de trânsito com vitimizações ocorridos na rodovia BR-316 nos quilômetros 21-278, no período de 2010 a 2012, por meio da aplicação das técnicas estatísticas denominadas análise descritiva e análise de correspondência.

Os acidentes de trânsito em 2013 responderam por mais de um quarto das mortes violentas no Brasil e por 20% das internações por lesões, ocupando o segundo lugar no conjunto das causas externas de morte. Consequentemente, as internações decorrentes de acidentes de trânsito financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) representam um custo/dia e gasto/médio superiores aos das internações por causas naturais (MELLO; KOIZUME, 2011).

Assim, para que seja possível compreender os fatores que levam à vitimização no trânsito é imprescindível considerar aspectos e dificuldades de diferentes naturezas, como as culturais, as sociais, as econômicas e as de relações interpessoais, desvelando de forma mais palpável o conceito de construção social vinculado ao trânsito e suas implicações.

Nesse cenário, a rodovia BR-316 apresenta-se como um local propício para ampliação dessa problemática, por ligar vários municípios do estado do Pará, os quais apresentam altos índices de crescimento urbano, aumento de frotas, conturbada circulação pelo grande número de veículos e pessoas nos centros econômicos e de comércio, dentre outros aspectos.

Revisão bibliográfica

Ao redor das rodovias federais muitos se estabelecem de modo a criar novos centros urbanos e de comércio. Contudo, mesmo em face desta realidade que impulsiona o desenvolvimento urbano, verifica-se uma desordem urbana que vem caracterizando os entornos das rodovias federais, inclusive no Pará, no caso da BR-316. Nesta perspectiva, o contexto do qual deriva e em que está inserido o crescimento urbano envolve os meios sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais, tanto em um plano local, onde se procede materialmente o evento, quanto num plano superior, dado que certas decisões, principalmente em níveis políticos e econômicos, são realizadas em instâncias além da territorialidade urbana (MONTEZUMA, 2003).

Em relação ao fenômeno do crescimento urbano, pode-se afirmar que este evento ocorre de forma generalizada em diversos lugares distintos, que presenciaram este acontecimento em suas estruturas urbanas em vários períodos históricos, ocasionado por vários fatores, devendo-se somar a isto implicações amplas nos sistemas socioeconômicos, políticos e culturais que advém deste processo (CLARK, 2011).

Assim, as mudanças espaciais podem não ser consideradas apenas como subprodutos de mudanças sociais, uma vez que o crescimento espacial urbano não deriva apenas de um contexto socioeconômico, mas, em parte, de um próprio contexto espacial, de modo que a forma das cidades condiciona o seu crescimento futuro (FARIA; BRAGA, 2009).

Logo, o crescimento urbano é um fenômeno complexo, presente e indissociável do contexto urbano, cuja origem remonta a uma ampla gama de fatores, motivo porque sua investigação é fundamental para a compreensão da evolução da forma urbana em aglomerações e suas repercussões nas práticas sociais.

O trânsito, então, deve ser considerado um espaço de representação e construções sociais, de modo que compreendido como um movimento que ocorre quando relações sociais se estabelecem entre os indivíduos num espaço de circulação que é público, organizado e regido por leis e normas estabelecidas pelo Estado (SOARES, 2006). O trânsito, portanto, se consolida como um espaço de construção de interações sociais quando vislumbrado como palco de relações intersociais.

Em vista dos fatos acima mencionados, se pode inferir que os acidentes de trânsito não são uma fatalidade, como boa parte da população insiste em acreditar, mas ocorrem pela concretização de fatores específicos que concorrem para tal (SCALASSARA et al., 1998).

Neste contexto, a pesquisa intitulada “Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados” revela que pedestres constituem o terceiro maior grupo de vítimas, depois dos motociclistas e ocupantes de automóvel (38% das mortes e taxa de letalidade de 11%) (BACCHIERI; BARROS, 2011).

Este fato conduz a considerar que atualmente, o trânsito das rodovias apresenta características de violência, decorrentes de problemas complexos e multivariados como congestionamentos, transportes coletivos lotados, pedestres e condutores irresponsáveis, ausência de calçadas e estacionamentos, crescimento desordenado das cidades, periferação das metrópoles, a decadência da malha viária e da sinalização, má formação dos condutores e pedestres e incipiência da educação para o trânsito, dentre outros, revelando que muitos fatores podem influenciar a violência no trânsito.

Vale frisar que o trânsito constitui-se num conjunto de regras (elementos normativos e códigos de significação) e recursos (poder) fora do tempo e do espaço, sendo que sem a ação do sujeito, tais elementos passam a ser apenas virtuais, posto que só podem ser percebidos quando ocorre a agência humana (GIDDENS, 1989).

Entretanto, culturalmente o brasileiro tem sérias dificuldades em internalizar leis e normas compactuadas e que podem até ser consideradas necessárias e importantes pela população, mas não são cumpridas, deixando de considerar o trânsito como um sistema social que, além de possuir uma dimensão concreta, composta por elementos de sinalização, fiscalização, símbolos, possui uma dimensão subjetiva relacionada à internalização de normas de conduta.

Logo, a sociedade contemporânea vivencia conflitos baseados na mobilidade urbana motivados por problemas decorrentes do trânsito, especialmente nas rodovias, denotando riscos de acidentes, mas com probabilidades de ocorrência fundadas em fatores distintos. Reitere-se que ao redor das rodovias federais muitos se estabelecem de modo a criar novos centros urbanos e de comércio. Contudo, mesmo em face desta realidade que impulsiona o desenvolvimento urbano, verifica-se uma desordem urbana que caracteriza os entornos das rodovias federais.

Montezuma (2003) destaca quatro fatores principais de influência na mobilidade urbana dos países em desenvolvimento: crescimento urbano acelerado; desarticulação entre forma urbana e sistema de mobilidade; concentração de atividades nas zonas centrais; e segregação socioeconômica e espacial.

Sendo assim, o crescimento urbano deriva de um contexto que envolve variados fatores, dentre os quais se pode citar os sociais, os econômicos, os políticos, os históricos e os culturais, tanto em um plano local, onde se procede materialmente o evento, quanto num plano superior, dado que certas decisões, principalmente em níveis políticos e econômicos, são realizadas em instâncias além da territorialidade urbana.

Logo, a complexidade do fenômeno, em função da gama de processos envolvidos, é relativamente recente, visto o panorama de urbanização experimentado principalmente no século passado, e faz com que Batty (1999, p. 65) afirme que “nossa compreensão dos processos de crescimento é rudimentar, apesar de pelo menos 50 anos de esforços nas suas análises”.

O crescimento urbano é um fenômeno complexo, presente e indissociável deste contexto, sendo que as representações do crescimento urbano e as consequências trazidas às rodovias federais são um acontecimento atual cujos efeitos são marcantes na estrutura socioespacial das cidades por onde as rodovias passam (SOARES, 2006).

A simples questão de expansão e transformação do território urbano possui um contexto amplo, de aspectos sociais, econômicos, em um processo complexo que envolve questões que extrapolam a simples transformação espacial.

Para compreender a realidade em que se insere o pedestre no trânsito, vale ressaltar o conceito de vias, as quais são definidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei Nº 9.503/1997.

Material e métodos

A fonte dos dados utilizada no desenvolvimento da dissertação foi o Sistema Gerencial de Informações (SIGER) do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), ou seja, são dados secundários provenientes de um banco de dados já existente.

Também se faz uso da pesquisa observacional (OLIVEIRA; FREITAS, 2003, p. 87), onde por meio da apresentação de fotografias ilustrativas, busca-se observar o tráfego e as condições da rodovia BR-316, no trecho referente ao estudo.

A análise fatorial é uma técnica que possibilita extrair variáveis observáveis ($x_1, x_2, x_3, \dots, x_p$) de uma população com vetor de média μ e matriz de covariância Σ , que por sua vez, são dependentes linearmente de algumas variáveis não observáveis que são chamadas de fatores comuns e de

p fontes adicionais de variação, $\varepsilon_1, \varepsilon_2, \varepsilon_3 \dots \varepsilon_p$ chamados de erros ou fatores específicos (HAIR et al., 2005).

Além disto, sem que haja perda de generalidade é possível centrar e reduzir as variáveis X_i , a partir da padronização de X como $z_i = \frac{(x_i - \mu_i)}{\sigma_i}$ tornando o modelo fatorial mais genérico, que poderá ser escrito como $X_1 = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \dots + a_{im}F_m + \varepsilon_1$, onde $i = 1, \dots, p$. Neste caso X_1 representará as variáveis padronizadas, a_{ij} representará as cargas fatoriais, F_m os fatores comuns e ε_1 os fatores específicos (FÁVERO et al., 2009).

Neste sentido, para Hair et al. (2005) as principais suposições em análise fatorial podem ser definidas como:

- i. Normalidade e linearidade, onde os desvios na normalidade e na linearidade podem reduzir as correlações observadas entre as variáveis e, portanto, prejudicar a solução;
- ii. Identificação da existência de *outliers*, fenômeno que pode distorcer os resultados, pois altera as estimativas das médias e dos desvios-padrão;
- iii. *Matriz* de correlações com valores significativos, onde o pesquisador deve garantir que a matriz de correlações apresente um considerável número de correlações com valores superiores a 0,30.

Assim, esta técnica é considerada uma das mais usadas quando se utiliza a estatística multivariada para a análise de dados complexos, especialmente, para conhecer o comportamento de uma variável ou grupos de variáveis em covariação com outras.

Considerando que a análise fatorial é uma técnica baseada nas correlações entre as variáveis, a viabilidade de aplicação da técnica deve ser avaliada a partir de uma análise da matriz de correlação entre os fatores. Esta análise tem por objetivo medir a associação linear entre as variáveis X e Y a partir do coeficiente de correlação de Pearson, dado por

$$r_{xy} = \frac{\sum xy - \frac{\sum x \sum y}{n}}{\sqrt{\left[\sum x^2 - \frac{(\sum x)^2}{n}\right] \left[\sum y^2 - \frac{(\sum y)^2}{n}\right]}} \quad (1)$$

onde $-1 \leq r \leq 1$, $r = -1$ assinala relação linear negativa perfeita e, $r = 1$ indica a relação linear positiva perfeita, desta feita, quando $r = 0$ demonstra que não há relação linear entre as variáveis analisadas.

Para Maroco (2007), a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é uma medida que identifica a homogeneidade das variáveis, além de comparar as correlações simples com as correlações parciais observadas entre as variáveis. Tal medida é obtida por

$$KMO = \frac{\sum_{i \neq j} \sum \gamma_{ij}^2}{\sum_{i \neq j} \sum \gamma_{ij}^2 \sum_{i \neq j} \sum \alpha_{ij}^2} \quad (2)$$

Para Fávero et al. (2009), o valor de KMO próximo de 0 indica que a análise fatorial pode não ser adequada, uma vez que existe uma correlação fraca entre as variáveis. No entanto, quanto mais próximo de 1 for o valor, mais adequada será a utilização da técnica.

Tabela 1: Classificação da aplicação da análise fatorial pela estatística KMO

Valor de KMO	Recomendação à análise fatorial
0,90 1,00	Excelente
0,80 0,90	Boa
0,70 0,80	Média
0,60 0,70	Razoável
0,50 0,60	Mau, mas ainda aceitável
0,00 0,50	Inaceitável

Fonte: Elaborado pelo autor (2011)

Análise de correspondência

Dentre os pressupostos necessários à aplicação da Análise de Correspondência, tem-se o teste qui-quadrado que é uma forma de análise de dados utilizada, geralmente, para estabelecer relações de associação entre os dados colhidos. Assim, há que se verificar como poderá ser mensurada a associação entre duas variáveis. É neste sentido que a medida de associação qui-quadrado, cuja notação é dada por χ^2 , pode ser obtida a partir de

$$\chi^2 = \sum_{ij} \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (3)$$

onde O_{ij} é a frequência observada nos dados colhidos e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima célula.

A estatística do teste χ^2 tem distribuição Qui-Quadrado com v graus de liberdade, sendo que seus pressupostos principais são:

- i.* Quando o número de categorias é igual a 2, as frequências esperadas devem ser superiores a 5;

- ii. O teste Qui-Quadrado não deve ter mais de 20% das frequências esperadas abaixo de 5 e nenhuma frequência esperada igual a zero.

Assim, a partir da Equação 3 é possível verificar que a mesma se baseia na distância existente entre as informações observadas e as esperadas, representadas pelas suas respectivas frequências. Haverá, portanto, uma associação quando as distâncias estiverem com grandes valores, ou seja, quando houver discrepâncias que levem a acreditar que haja associação entre as variáveis (PEREIRA, 2004).

Em outras palavras, o teste qui-quadrado pode ser aplicado em uma grande variedade de situações, ainda que o pesquisador não detenha um largo conhecimento estatístico (HAIR et al., 2005).

Para Hair et al. (2005) é recomendado o cálculo do critério β antes de se aplicar a AC, pois caso o resultado deste critério seja menor que 3, não é recomendável aplicá-la devido aos dados serem independentes a um risco menor ou igual a 5%. O critério β é obtido por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l - 1)(c - 1)}{\sqrt{(l - 1)(c - 1)}}, \quad (4)$$

onde χ^2 é o valor do qui-quadrado, l é o número de linhas e c o número de colunas.

Para Mesquita Filho, Silva e Veiga (2012), outro pressuposto a ser analisado é o percentual de variação explicada por dimensão, ou percentual de inércia, pois a AC simples desenvolve-se em um plano bidimensional. Portanto, a soma do percentual de inércia das duas deve ser maior ou igual a 70% para que os resultados da AC sejam adequados.

Todavia, vale ressaltar que não é possível afirmar somente pelo critério β quais variáveis possuem associações significativas. Portanto, é necessário calcular os resíduos padronizados, pois indicam a probabilidade de ocorrência do valor observado na tabela de contingência e, assim, a causa da associação é identificada pelo teste χ^2 e critério β . Contudo, o resíduo padronizado é obtido por

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}} \quad (5)$$

onde O_{ij} é a frequência observada; E_{ij} é a frequência esperada. Entretanto, para avaliar a significância dos resíduos é necessário calcular o coeficiente de confiança (γ) (HAIR et al., 2005), dado por

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (6)$$

em que Z é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. Serão consideradas as relações significativas entre as variáveis quando o coeficiente de confiança for maior ou igual a 0,70 ou 70%.

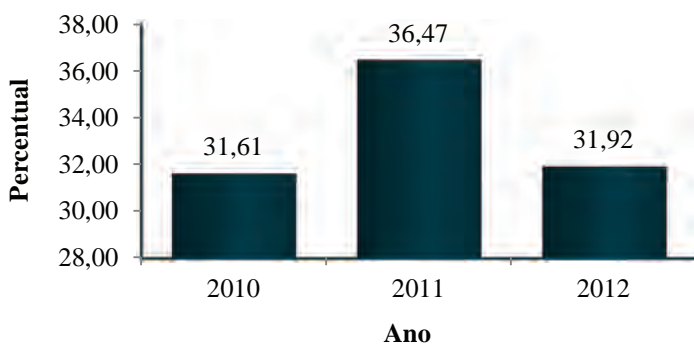
Resultados e discussões

Análise descritiva

A Figura 1 revela que 2011 se sobressai aos demais anos analisados. Isto se dá pelo fato de que este ano teve 36,47% do total de acidentes ocorridos na BR-316, neste período.

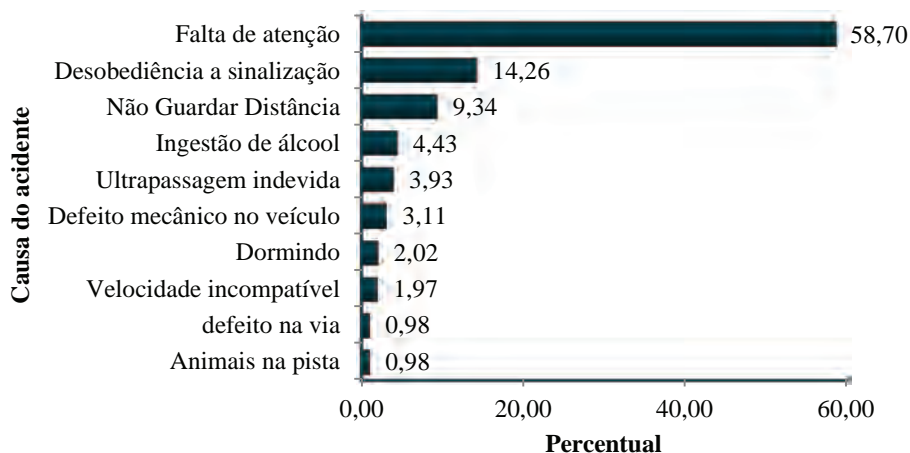
No entanto, estes dados divergem dos apresentados pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), que a partir dos dados repassados pelas requisições de Seguro DPVAT, revelou que o ano de 2012 apresentou um ligeiro aumento de 4% no número de acidentes com feridos em relação ao ano de 2011 (COUTINHO, 2013).

Figura 1: Percentual de acidentes na rodovia BR-316 no estado do Pará, do km 21 ao 278, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, por ano



Fonte: DPRF (2010-2012)

A Figura 2 revela as principais causas de acidentes ocorridos na BR-316 no período de 2010 a 2012, no intervalo quilométrico de 21 a 278.

Figura 2: Causas de acidentes no período de 2010-2012, na BR-316

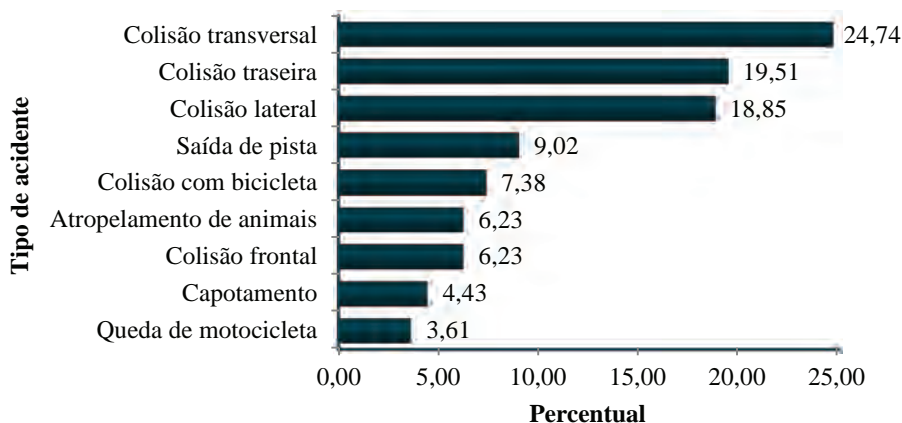
Fonte: DPRF (2010-2012)

Sabendo que a ocorrência de acidentes é uma realidade que acompanha a dinâmica da rodovia BR-316, se torna imprescindível determinar que causas são mais frequentes em tais ocorrências. Neste sentido, a partir da análise da Figura 2 é possível inferir que a maior parte dos acidentes é causado por falta de atenção (58,70%), seguido pelo condutor desobedecer a sinalização (14,26%).

Estes dados revelam-se em conformidade com a estatística do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), que assegura que no ano de 2012, 98% dos acidentes de trânsito no Brasil foram motivados por erro ou negligência humana. A falta de atenção decorrente do uso de celulares enquanto são conduzidos os veículos ocupa o primeiro lugar dentre as causas de acidentes motivados pela falta de atenção (COUTINHO, 2013).

Os dados do ONSV (2012 apud COUTINHO, 2013) indicam que dirigir “colado” na traseira do carro à frente é a terceira causa de acidentes de trânsito no Brasil, representando 12% dos acidentes registrados nas rodovias federais do país. Este fato está em conformidade com os dados referentes à BR-316, onde acidentes motivados por não guardar a distância obrigatória representam 9,34% do total das causas mais frequentes de acidentes. Em relação ao tipo de acidente, tem-se:

Figura 3: Tipos de acidente



Fonte: DPRF (2010-2012)

Some-se a isto o fato de que há um fluxo constante e intenso de veículos que acessam a pista principal advindo das vias marginais que conduzem a cidades e bairros que se desenvolvem nos arredores da via, o que acaba por potencializar a ocorrência de acidentes dos tipos colisão lateral, colisão transversal e colisão traseira, que revelam-se como mais comuns no período analisado e no trechos pesquisados.

Deve-se, no entanto, chamar atenção ao fato de que acidentes do tipo queda de motocicleta representam o menor índice de ocorrência no período, o que acaba por divergir dos dados apresentados pelo ONSV à Revista Veja (2013), onde se destaca na pesquisa, que acidentes do tipo queda de motocicleta são os responsáveis por 40% do número de vítimas fatais em acidentes de trânsito (COUTINHO, 2013).

Os números nacionais se justificam pelo perfil socioeconômico dos brasileiros, que vem se modificando ao longo dos anos e revela que a motocicleta é o primeiro veículo motorizado a ser adquirido por brasileiros que ascendem economicamente, motivo pelo qual a frota de motocicletas teve um aumento de 300% no período acumulado de 12 anos (COUTINHO, 2013). Lançando mão dos recursos da análise fatorial empregada no contexto social da pesquisa desenvolveu-se um Índice de Acidentes de Trânsito (IAT) para a rodovia BR-316, construído a partir das variáveis do Índice de Condição Pista-Tempo (ICPT) e Índice Tipo Causal do Acidente (ITCA), como revela a Tabela 2 e as equações que seguem.

Tabela 2: Variáveis do índice de acidente de trânsito da BR-316

Variável	Correlação		Coeficiente	
	Fator 1	Fator 2	Fator 1	Fator 2
Cond. pista	0,909	0,033	0,557	-0,053
Cond. tempo	0,905	0,078	0,550	-0,015
C. acidente	0,042	0,779	-0,043	0,646
T. acidente	0,053	0,776	-0,036	0,643

Fonte: DPRF (2010-2012)

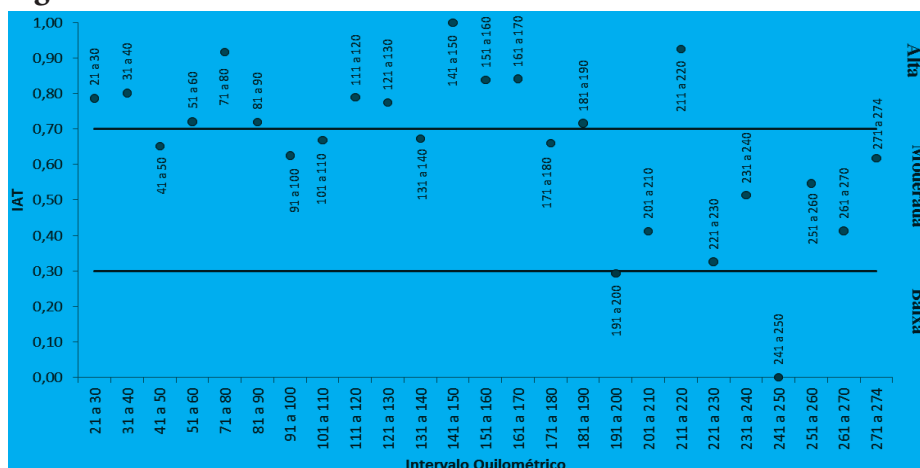
Portanto, a partir dos coeficientes apresentados na Tabela 1, o Índice de Condição Pista-Tempo (ICPT) e o Índice de Tipo-Causal (ITC) do acidente são representados, respectivamente, por:

$$\text{ICPT} = 0,557 \times \text{CP} + 0,550 \times \text{CM} - 0,043 \times \text{CA} - 0,036 \times \text{TA} \quad (7)$$

$$\text{ITCA} = -0,053 \times \text{CP} - 0,015 \times \text{CM} + 0,646 \times \text{CA} + 0,643 \times \text{TA} \quad (8)$$

$$\text{IAT} = \text{IPCT} + \text{ITCA} \quad (9)$$

A partir do IAT classificaram-se os intervalos quilométricos estudados em três níveis de probabilidade de ocorrências de acidentes de trânsito, quais sejam: baixa (0 a 0,30), moderada (0,31 a 0,69) e alta (0,70 a 1,0), conforme a Figura 4:

Figura 4: Probabilidade de ocorrência de acidentes

Fonte: DPRF (2010-2012)

Com isso, percebe-se no Índice de Condição Pista-Tempo, representado pela Equação 1, que os valores positivos dos coeficientes das variáveis condições da pista e condições meteorológicas indicam que quanto maior for o valor score obtido para um determinado intervalo quilométrico, maior a possibilidade de um acidente ter ocorrido em pista seca em dia ensolarado.

Da mesma forma, no Índice de Tipo-Causal do Acidente trazido pela Equação 2, o valor positivo dos coeficientes das variáveis causa do acidente e tipo de acidente indica que quanto maior for o valor do score obtido para um determinado intervalo quilométrico, maior a possibilidade de um acidente ter ocorrido tendo a causa do acidente e o tipo de acidente de maior gravidade.

Após a obtenção do Índice de Condição Pista-Tempo e do Índice de Tipo-Causal do Acidente foi possível calcular os escores fatoriais, a soma dos escores desses dois índices produziu o Índice de Acidentes de Trânsito da BR-316 - IAT, a partir do qual foi possível caracterizar cada intervalo quilométrico da BR-316 em estudo. Logo, quanto maior o valor do IAT de um determinado intervalo quilométrico da BR-316, maior a possibilidade de ocorrer um acidente em pista seca, em dia ensolarado, com causa e o tipo de acidente de maior gravidade.

Análise de correspondência

Utilizou-se a técnica análise de correspondência com o intuito de verificar a dependência entre as variáveis. Na Tabela 3 é demonstrado por meio do teste qui-quadrado (χ^2) que a hipótese H_0 (as variáveis são independentes) é rejeitada, isto é, $p < 0,05$. Além dos valores do critério β que se apresentam maiores ou igual a três, ou seja, além das variáveis, suas categorias também são dependentes. O que torna válida a aplicação da técnica. Busca-se demonstrar a relação causa do acidente e turno da ocorrência, para tanto, a Tabela 3 apresenta os resíduos e suas respectivas confianças (probabilidades), onde são consideradas significantes as confianças superiores a 70%, que estão destacadas em negrito.

A partir destes dados, observou-se que no turno da madrugada os acidentes de trânsito estão mais relacionados com ultrapassagem indevida, ingestão de álcool, por condutor estar dormindo e defeitos na via. Contudo, no turno da noite a grande possibilidade de causa dos acidentes é a ingestão de álcool. Além disto, os baixos resíduos e probabilidade menor que 50% indicam que falta de atenção e velocidade incompatível são causas comuns de acidentes em todos os turnos.

Tabela 3: Resíduos e probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis causa do acidente *versus* turno

Causa do acidente	Turno			
	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite
Falta de atenção	-2,19 (0,00)	0,58 (43,62)	-0,03 (0,00)	0,58 (43,72)
Desobediência à sinalização	0,00 (0,35)	0,78 (56,40)	-0,54 (0,00)	-0,24 (0,00)
Não guardar distância	-0,27 (0,00)	-0,40 (0,00)	0,82 (58,72)	0,29 (0,00)
Ultrapassagem indevida	2,21 (97,31)	-0,53 (0,00)	-0,51 (0,00)	-0,09 (0,00)
Ingestão de álcool	1,92 (94,54)	-1,86 (0,00)	-0,80 (0,00)	1,70 (91,11)
Defeito mecânico no veículo	0,38 (29,86)	0,05 (3,72)	0,89 (62,44)	-1,14 (0,00)
Velocidade incompatível	0,04 (2,93)	0,15 (11,63)	0,16 (12,46)	-0,33 (0,00)
Dormindo	4,16 (100,00)	-1,33 (0,00)	0,48 (36,97)	-1,29 (0,00)
Defeito na via	2,19 (97,12)	0,10 (8,24)	-0,62 (0,00)	-0,60 (0,00)
Animais na pista	-0,57 (0,00)	0,68 (50,56)	0,69 (51,04)	-1,10 (0,00)

Fonte: DPRF (2010-2012)

Complementando tal informação, a Tabela 4 apresenta a relação quantidade de mortos e turno.

Tabela 4: Resíduos e probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis quantidade de morto *versus* turno

Turno	Quantidade de morto		
	Zero	Um	≥ Dois
Madrugada	-1,07 (0,00)	3,06 (99,78)	1,06 (70,87)
Manhã	0,45 (34,90)	-1,59 (0,00)	0,15 (11,63)
Tarde	0,60 (45,13)	-2,08 (0,00)	0,16 (12,46)
Noite	-0,51 (0,00)	2,14 (96,75)	-0,85 (0,00)

Fonte: DPRF (2010-2012)

Devido aos baixos valores de resíduos e probabilidades menores que 50% apurados em relação aos turnos da manhã e tarde, percebe-se que o número de acidentes com vítimas fatais não chega a ser considerável, se comparado com os turnos da madrugada e noite. Neste sentido, tem-se que os acidentes de trânsito ocorridos no turno da madrugada têm forte probabilidade de apresentar de uma a duas ou mais vítimas fatais, isto se dá pelo alto valor de resíduos e probabilidade maior que 70%.

No que se refere ao turno da noite, há forte probabilidade de que haja pelo menos uma vítima fatal nos acidentes ocorridos, haja vista a probabilidade maior que 70% obtida na análise. Assim, é no turno da madrugada que há forte probabilidade de que haja um grande número de vítimas fatais decorrentes de acidentes de trânsito na rodovia BR-316, motivo pelo qual se faz relevante para a pesquisa determinar a relação turno e causa de acidentes. Neste sentido é que se apresenta na Tabela 5, a relação turno e causa dos acidentes.

Tabela 5: Resíduos e probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis turno *versus* causa do acidente

Causa do acidente	Turno			
	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite
Falta de atenção	-2,19 (0,00)	0,58 (43,62)	-0,03 (0,00)	0,58 (43,72)
Desobediência à sinalização	0,00 (0,35)	0,78 (56,40)	-0,54 (0,00)	-0,24 (0,00)
Não guardar distância	-0,27 (0,00)	-0,40 (0,00)	0,82 (58,72)	-0,29 (0,00)
Ultrapassagem indevida	2,21 (97,31)	-0,53 (0,00)	-0,51 (0,00)	-0,09 (0,00)
Ingestão de álcool	1,92 (94,54)	-1,86 (0,00)	-0,80 (0,00)	1,70 (91,11)
Defeito mecânico no veículo	0,38 (29,86)	0,05 (3,72)	0,89 (62,44)	-1,14 (0,00)
Velocidade incompatível	0,04 (2,93)	0,15 (11,63)	0,16 (12,46)	-0,33 (0,00)
Dormindo	4,16 (100,00)	-1,33 (0,00)	0,48 (36,97)	-1,29 (0,00)
Defeito na via	2,19 (97,12)	0,10 (8,24)	-0,62 (0,00)	-0,60 (0,00)
Animais na pista	-0,57 (0,00)	0,68 (50,56)	0,69 (51,04)	-1,10 (0,00)

Fonte: DPRF (2010-2012)

Devido aos baixos valores de resíduos e probabilidades menores que 50% obtidas em relação às causas falta de atenção, em todos os turnos apurados, desobediência à sinalização, nos turnos da madrugada, tarde e noite e não guardar a distância de segurança nos turnos da madrugada, manhã e noite indicam a fraca probabilidade de que estas sejam causas de acidentes nestes turnos na BR-316. Contudo, a partir dos resultados obtidos e apresentados, é possível inferir que no turno da madrugada há uma forte probabilidade de que os acidentes sejam causados por ultrapassagem indevida, ingestão de álcool, o condutor do veículo dormir ao volante e defeito na via. Há ainda,

uma forte tendência de que no turno na manhã a grande causa dos acidentes seja por desobediência à sinalização e no turno da tarde a causa é por defeito mecânico no veículo. Finalmente, em relação ao turno da noite, percebe-se que há forte tendência de que os acidentes de trânsito sejam motivados pela ingestão de álcool, dados que podem ser conferidos na Tabela 5.

Diante das causas que provocam os acidentes durante os turnos da manhã, tarde, noite e madrugada na BR-316, nos trechos quilométricos analisados no presente, faz-se imprescindível buscar revelar que tipos de acidentes são mais frequentes em cada um destes turnos. Para tanto, lança-se mão da Tabela 6.

Tabela 6: Resíduos e probabilidades resultantes da análise de correspondência às variáveis turno *versus* tipo do acidente

Tipo de acidente	Turno			
	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite
Colisão com bicicleta	-0,32 (0,00)	-0,52 (0,00)	-0,50 (0,00)	1,20 (77,04)
Colisão lateral	-0,74 (0,00)	1,40 (83,91)	0,26 (20,64)	-1,31 (0,00)
Colisão traseira	0,47 (35,88)	0,02 (1,70)	0,55 (41,70)	-0,82 (0,00)
Colisão transversal	-1,76 (0,00)	0,03 (2,50)	0,95 (65,65)	-0,08 (0,00)
Queda de motocicleta	0,18 (13,90)	0,84 (59,71)	-1,45 (0,00)	0,53 (40,35)
Atropelamento de animais	-0,03 (0,00)	-1,10 (0,00)	-2,25 (0,00)	3,41 (99,93)
Colisão frontal	2,26 (97,61)	-0,52 (0,00)	-1,08 (0,00)	0,45 (35,03)
Saída da pista	1,70 (91,16)	-0,74 (0,00)	0,74 (54,11)	-0,88 (0,00)
Capotamento	-0,11 (0,00)	-0,13 (0,00)	0,93 (64,69)	-0,75 (0,00)

Fonte: DPRF (2010-2012)

Os baixos índices de resíduos e probabilidades menores que 50% observadas em acidentes do tipo colisão traseira, ocorridos em todos os turnos, colisão transversal, ocorridos nos turnos da madrugada, manhã e noite, queda de motocicleta, ocorridos nos turnos da madrugada, tarde e noite e capotamento, nos turnos da madrugada, manhã e noite, indicam uma fraca probabilidade de que eles sejam os principais tipos de acidentes que ocorrem nos turnos analisados na rodovia BR-316. Contudo, é possível assegurar que acidentes do tipo colisão frontal e saída de pista apresentam forte probabilidade de ocorrerem no turno da madrugada. Por outro lado, no turno da manhã há forte probabilidade de ocorrência de acidentes do tipo colisões laterais. Por outro lado, no turno da tarde existe uma forte tendência de ocorrer acidente de trânsito do tipo capotamento e no turno da noite ocorrer colisão com bicicleta e atropelamento de animais, conforme dados apresentados na Tabela 6.

Considerações finais

Neste artigo foi abordada a questão do trânsito como um espaço de construções sociais, tendo como plano de fundo a realidade da BR-316 no que concerne a acidentes e suas causas, sendo possível concluir que a rodovia é um espaço que apresenta uma variedade de probabilidade de ocorrência de acidentes com vítimas motivados pelos mais diversos fatores, os quais foram demonstrados a partir do desenvolvimento do IAT, construído a partir de variáveis como tempo e causa das ocorrências.

A ingestão de álcool figura como causa comum de ocorrências que ceifaram a vida de seres humanos, denotando a importância de se lançar um olhar sociológico sobre a relação homem/rodovia como forma de auxiliar na prevenção de acidentes, a partir do incentivo ao reconhecimento do papel social que cada um deve desempenhar no trânsito.

Diante do quadro que se desenhou a partir da pesquisa, foi possível demonstrar que o efetivo sentido de cidadania está perdido em meio a uma crise moral de sentidos, especialmente, em relação à obediência às leis de trânsito, o que acaba por transformar a rodovia BR-316 em um cenário de perdas iminentes de vida, sobretudo, quando se remete ao fato de que todo o acidente de trânsito é previsível e evitável, conforme afirmado anteriormente.

Considerando o que fora exposto, confirma-se a hipótese de que os acidentes de trânsito com vitimização ocorridos no período de 2010 a 2012 foram potencializados por fatores específicos, os quais foram identificados,

devendo passar a serem instrumentos de prevenção à ocorrência de novos acidentes na rodovia.

Assim, o contexto que cercou as ocorrências de trânsito com vitimização na BR-316 dos quilômetros 21 ao 278, no período que compreende os anos de 2010 a 2012, foi eminentemente social, sendo potencializado por fatores externos como os meteorológicos e estruturais como o traçado da pista, por exemplo, confirmando que o trânsito é, na realidade, o lugar das inter-relações sociais e por isso deve ser visto como um fator de desenvolvimento humano, o que não ocorre quando a via é palco de ocorrências que ceifam vidas.

Referências

BACCHIERI, G.; BARROS, A. J. D. Traffic accidents in Brazil from 1998 to 2010: many changes and few effects. *Rev. Saúde Pública*, v. 45, n. 5, p. 949-963, 2011.

BATTY, M. Modeling urban dynamics through GIS-based cellular automata. *Computers, Environment and Urban Systems*, v. 23, p. 205-233, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1997.

CLARK, C. *Avaliação de alguns parâmetros de infrações de trânsito por motoristas e policiais*. 2011. 241 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COUTINHO, L. Assassinos ao Volante – As morte no trânsito já superam os crimes de homicídio. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 2333, p. 98-112, ago/2013.

FARIA, E. O.; BRAGA, M. G. C. Propostas para minimizar os riscos de acidentes de trânsito envolvendo crianças e adolescentes. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 95-107, 2009.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, P.; CHAN, B. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campos Elsevier, 2009.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989.

HAIR JR.; J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MAROCO, J. *Análise estatística com a utilização do SPSS*. 3. ed. Lisboa: Edições Silabo Lda., 2007.

MELLO, J. M. H. P.; KOIZUMI, M. S. Gastos governamentais do SUS com internações hospitalares por causas externas: análise no estado de São Paulo. *Rev. Bras. Epidemiol*, v. 7, n. 2, 2011.

MESQUITA FILHO, M.; SILVA, F.; VEIGA, V. Acidentes de trânsito ocorridos antes e depois da legislação restritiva ao consumo de bebidas alcoólicas. *Revista Médica Brasileira*, v. 22, n. 3, 2012.

MONTEZUMA, R. Ciudad y transporte: la movilidad urbana. In: BALBO, M.; JORDÁN, R.; SIMIONI, D. (Org.) *La ciudad inclusiva*. Santiago: CEPAL; Cooperazione Italiana, p. 175-192, 2003.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, H. M. R. Focus Group - Pesquisa Qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. *Revista de Administração - RAUSP*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 83-91, jul./set. 2003.

PEREIRA, J. C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCALASSARA, M. B.; SOUZA, R. K. T.; SOARES, D. F. P. P. Características da mortalidade por acidentes de trânsito em localidade da região Sul do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, v. 32, n. 2, p. 125-132, 1998.

SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, p. 347-364, 2006.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

CAPÍTULO 3

A referenciação territorial dos grupos *thugs* e a incidência da violência urbana na Cidade de Praia (Cabo Verde): um estudo de caso no bairro de Achada Santo Antonio

Manuel António Alves

Mestre em Segurança Pública (Uni-CV) e oficial da Polícia Nacional de Cabo Verde. Praia– Cabo Verde. manuelalves21@gmail.com

Ângelo Moreira Pereira

Cientista Social (Uni-CV). Praia– Cabo Verde. angelo.pereiracj@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

Visa contribuir, a partir da informação científica, com a sociedade cabo-verdiana que tem sido palco de sucessivos atos de violência juvenil e criminalidade por parte dos grupos de gangues, denominados *thugs*. Esse trabalho possui o objetivo de analisar como o clima de violência efetivado pelos *thugs*, conseqüentemente a demarcação do território, tem definido uma nova configuração da violência no bairro de Achada Santo Antonio, Cidade de Praia, bem como de perceber a origem desses grupos e os motivos dos sucessivos confrontos. Para tal, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, tendo como base as entrevistas realizadas com 16 (dezesseis) jovens pertencentes aos grupos de *thugs* de onde se pode constatar que os conflitos levados a cabo por esses grupos têm definido uma nova configuração territorial de convivência entre diferentes atores da interação, principalmente *thugs*.

Palavras-chave: Gangues. Território. Sociedade Cabo-Verdiana.

Introdução

Na medida em que a violência urbana tem sido um dos principais problemas da sociedade contemporânea, acabando por gerar novos contornos na reconfiguração do espaço público e nos hábitos das pessoas e das interações diárias, a reflexão em torno dessa matéria passa a ser o imperativo para aqueles que lutam pelo bem-estar social, trazendo pistas para a elaboração de políticas públicas mais assertivas possíveis no combate desta problemática. O problema ainda se torna preocupante nas sociedades onde prevalecem grandes tensões sociais e onde predomina uma negativa variação qualitativa dos modos de vida das populações.

Dado o seu impacto nas relações sociais e na segurança de pessoas em nível global, essas questões têm merecido aprofundadas investigações que se estendem pelos diversos domínios das ciências humanas e sociais. Por isso, a pertinência deste trabalho relaciona-se também com a necessidade de estudos desta natureza, que podem concorrer para a mudança de paradigma da situação da criminalidade em Cabo Verde, o que pode ainda convergir no debate sobre a emergência de novas características comportamentais dos jovens envolvidos na delinquência, um fenômeno que se tornou corriqueiro nos debates públicos e nas notícias jornalísticas, particularmente relacionadas às ocorrências criminais violentas, que tem alterado hábitos sociais e influenciado a percepção de segurança das pessoas. Além disso, acredita-se que a pesquisa científica contribui para a identificação dos problemas que afetam as comunidades, cumprindo com isso um dos seus papéis mais relevantes, que é deixar pistas para a implementação de políticas públicas ajustadas à realidade.

Neste sentido, este artigo busca analisar os espaços territoriais da distribuição dos grupos de gangues *thugs* no bairro de Achada Santo Antonio, Cidade da Praia, e a sua relação com a violência juvenil e criminalidade, acabando por perceber a origem desses grupos e a sua consequente redefinição do espaço territorial de convivência, circulação e interação.

Revisão bibliográfica

Para Minayo (2013), a violência é um fenômeno eminentemente social que nasceu com a sociedade, e que é percebida como qualquer situação em que uma pessoa perde o reconhecimento do seu papel de sujeito e é rebaixada à condição de objeto, mediante o uso do poder da força física ou de qualquer outra forma de coerção. Portanto, a delinquência juvenil não pode ser percebida enquanto fenômeno isolado da sociedade, mas sim como

um fenômeno eminentemente humano e social que deriva do cruzamento de causas múltiplas que envolvem o adolescente/jovem no seu percurso de vida

Trata-se de um tema que conquistou a centralidade na comunicação social, nacional e internacional, e que também tem despertado interesse no mundo acadêmico, considerando o número de trabalhos científicos já produzidos sobre essa temática. A violência urbana é a denominação que se atribui ao fenômeno social de comportamento resolutamente prevaricador, apresentado tanto individual como coletivamente pelos cidadãos, no espaço urbano (ALVES, 2014). Sendo a violência um fenômeno social global, muitas são as sociedades que lidam com esse flagelo e que têm se deparado com consequências em vários níveis.

Convergindo com Lima (2010), em Cabo Verde a violência urbana está intimamente relacionada com o fenômeno *thugs* (grupos de gangues), analisado como um problema social emergente dos anos 2000. De acordo com Furtado et al. (2011), a violência urbana com que se defronta em Cabo Verde, que se tem distinguido como um fenômeno social crescente nos principais centros urbanos do país, pode ser associada às novas formas de sociabilidade das sociedades modernas urbanas e industriais. Trata-se de um fenômeno vulgarmente associado a adolescentes e jovens, daí a sua ligação à delinquência juvenil. Contextualizando com Beato e Zilli (2012), percebe-se que aspectos sociais como famílias desestruturadas, gravidez precoce, reduzido tempo escolar, consumo abusivo de bebidas alcoólicas e drogas, contribuem para o surgimento de gerações de jovens com baixo grau de supervisão familiar, o que reflete, em grande parte, na eclosão da violência urbana.

Dialogando com Furtado et al. (2011), percebe-se que a violência urbana protagonizada pelas gangues *thugs*, associada ao tráfico de drogas, assaltos a mão-armada e outros crimes violentos como o homicídio, são questões sociais pertinentes que afligem a sociedade cabo-verdiana e que causam sentimento generalizado de insegurança nas comunidades, prevalecendo-se no topo dos problemas da Cidade da Praia. Desta forma, observa-se um fenômeno social complexo, gerado no espaço urbano, em que vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou dispersa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade moral, nas suas posses ou nas suas participações simbólicas e culturais. Esta situação, na visão de Machado (2013), caracteriza o medo social que tem vindo a alterar profundamente o território e o tecido urbano da Cidade da Praia e consequentemente a qualidade de vida da sua população.

Por outro lado, o espaço territorial onde as práticas delinquentes se efetivam funciona como uma importante variável a se levada em consideração.

Dialogando com Calhau (2013), compreende-se que a distribuição geográfica da delinquência surge como uma alternativa de socialização a partir da qual adolescentes infratores, pertencentes a uma comunidade desorganizada, seriam atraídos pela delinquência. A cidade, à luz dessa concepção, produz a delinquência, de forma que existem áreas bem definidas, onde a criminalidade se concentra e outras diferentes em que ela seria bastante reduzida. De acordo com Oliveira (2008), as taxas de delinquência são maiores onde há, comparativamente, alto teor de desorganização social.

O conceito de delinquência também se torna indispensável como ponto de partida para a apresentação das suas diversas explicações, o que pode contribuir para a discussão sobre a delinquência juvenil na Cidade da Praia e as suas causas. Assim, na busca de conceitos relacionados, pode-se encontrar diversos argumentos, sendo o conceito de delinquência, aquele que tanto pode ser definido em função de preceitos jurídico-legais, como confundir-se com a definição de comportamento antissocial, contraindo desse modo uma grandeza ascendente.

A delinquência existe desde a antiguidade, sendo a dificuldade em elaborar uma definição concreta e universal dela, também tão antiga quanto controversa. Para Born (2005), não existe uma única teoria que explica o conceito da delinquência na sua essência. O termo delinquência reproduz, em diversas sociedades, uma série muito variada de comportamentos, limitando-se em algumas sociedades apenas a ofensas tipificadas nas leis penais, enquanto em outras abarca comportamentos que, para além do crime convencional, em muitos casos são analisados como incivilidade, representada pelo vandalismo de espaços e símbolos públicos, pelo envolvimento em revoltas coletivas sem direção política determinada, pela resistência, sem razões aparentes, às regras de convivência pacífica na sociedade.

Numa perspectiva de criminalização da delinquência, pode-se considerar que delinquente é o indivíduo que pratica atos susceptíveis de uma condenação judicial, que pode assumir, entre outros, a forma de roubo, homicídio ou mesmo de um ato violento. Com efeito, a delinquência relaciona-se com a criminalidade, podendo ser dirigida tanto contra a propriedade como contra pessoas. Neste contexto, a pena funciona como uma alternativa para libertar o delinquente do mal, ou seja, um tipo de curativo ou punição pelo ato socialmente indesejável e recriminável que o mesmo praticou. Na linha deste pensamento percebe-se que em Cabo Verde a caracterização do delinquente relaciona-se bastante com a prática de crimes, ainda que em alguns casos sejam consideradas outras incivildades que, no entanto, não são considerados crimes.

Assim, numa perspectiva jurídica e técnica, só é considerado delinquente o indivíduo que infringiu a lei, cometendo um delito.

Vista de uma forma mais abrangente a delinquência juvenil engloba todas essas variáveis de ilícitos e outras condutas de mera gravidade, como faltar às aulas injustificadamente, escrever grafites no espaço público, frequentar locais de diversão noturna sem ter a idade exigida, consumir bebidas alcoólicas, entre outros atos (ALVES, 2014). Todavia, seria displicente classificar todas as ações de mera incivilidade como delinquência juvenil, uma vez que determinadas condutas fazem parte do mundo da vida de adolescentes em idade de aprendizagem e crescimento, o que de certa forma explica porque em Cabo Verde, e em outros países da mesma cultura jurídica, as crianças e os adolescentes com idade inferior a 16 anos são considerados criminalmente inimputáveis.

A partir dessa proposição, ao dialogar com Xavier (2012), percebe-se que a delinquência juvenil ocorre majoritariamente na adolescência, atingindo o seu pico aos 17 anos de idade, causada por diversos fatores de natureza familiar, individual, social ou escolar, denominados fatores de risco, com destaque para a ausência de vínculo parental que reflete nas relações afetivas e vinculativas maternas frágeis ou inexistentes, às quais se podem juntar outros fatores que provocam comportamentos antissociais, muitas vezes como forma de os jovens exprimirem o seu sentimento de revolta e rejeição. Com efeito, a relação entre a adolescência, a juventude e a infração pode ser encarada como necessária, sendo esta última indispensável para a promoção, para o desenvolvimento e para a conquista de novas formas de socialização.

Como se percebe, a delinquência juvenil teve uma evolução conceitual ao longo dos tempos, em função do contexto da dinâmica social, embora a sua definição se configure um tanto ou quanto difícil e ambíguo, isto porque pode servir tanto para explicar atos de mera contraordenação social como também atos considerados crimes. Nessa perspectiva, Silva (2010) defende que delinquência juvenil é todo o tipo de infração criminal praticada durante a infância e a adolescência, que necessita de um conjunto de medidas institucionais e legais que envolvem os menores de idade, que tenham cometido infrações criminais ou que apresentem condutas potencialmente delinquentes.

Para Born (2005), essas condutas devem ser entendidas de acordo com a sociedade em que se aplicam, porque um ato delituoso pode ser reprovado numa determinada sociedade e em outra não. Do ponto de vista macro, a delinquência juvenil pode ser definida sob duas óticas, a saber: uma que se pode considerar de grande abrangência, que inclui um conjunto de atos

e omissões praticadas no período de infância e adolescência, tidas como antissociais pelos atores sociais; e outra que é considerada mais restrita, que engloba exclusivamente as condutas tipificadas como crime pelo Direito Penal, praticadas no decurso da infância e da adolescência.

A delinquência juvenil, pela sua natureza multidisciplinar, pode ter definições diversas, consoante a área a que se ocupa, principalmente sociológica, jurídica e psicológica. Desta feita, importa refletir sobre os conceitos relacionados com a violência urbana e depois dissertar sobre as teorias que informam as causas da delinquência, fundamentalmente as teorias sociais e culturais e as teorias da organização social. A interligação entre os elementos desses distintos segmentos teóricos é impreterível, devido à complexidade da individualidade do homem com relação ao seu meio envolvente, o que exige um estudo transversal e multissetorial dos fenômenos humanos e sociais que podem contribuir para a percepção das causas da delinquência juvenil na Cidade da Praia. Deste modo, procura-se conjugar a teoria com a prática em busca de explicações sobre esses fenômenos que estão a perturbar as relações sociais em Cabo Verde – a delinquência, a criminalidade e a violência urbana.

Material e métodos

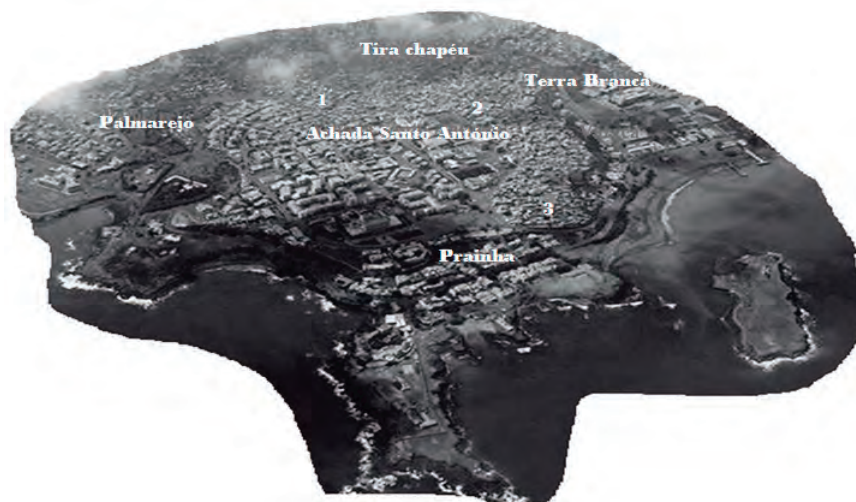
Segundo o INE (2010), a Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, situa-se na parte sul de Santiago, que é a maior e mais populosa das nove ilhas habitadas de Cabo Verde. Trata-se do maior centro urbano e populacional do país, comportando uma população residente de 130.187 habitantes, sendo 51,28% do sexo feminino e 48,72% do sexo masculino.

Incluindo as zonas urbanas e suburbanas, a Cidade da Praia possui 72 localidades (bairros), das quais se destacam pelas suas extensões territoriais e populacionais as localidades de Achada Santo Antonio, com 12.965 habitantes, equivalente a 10,00%; Palmarejo, com 12.037 habitantes, igual a 9,20%; Ponta d' Água com 8.682 habitantes, equiparado a 6,70%; e Achadinha com 8.483 habitantes, correspondente a 6,50%, de acordo com os dados do Censo de 2010 (INE, 2010).

Neste sentido, esta pesquisa teve caráter qualitativo, onde foram entrevistados 6 (seis) jovens pertencentes a grupos de *thugs*, no período de 2009 a 2012 no bairro de Achada Santo Antonio, que pela sua configuração e posicionamento territorial, é um bairro que se distingue como uma plataforma central da Cidade da Praia e um miradouro natural, nos seus mais distintos pontos de observação sobre a orla marítima e o litoral da Cidade da Praia,

donde se pode contemplar o porto da Praia, o antigo porto São Januário, a praia da Gamboa, o ilhéu de Santa Maria, a praia de Quebra Canela e, um pouco mais distante, a vasta paisagem urbana de Palmarejo (Figura 1).

Figura 1: Bairros da Cidade de Praia, circundantes a Achada Santo Antonio



Fonte: Alves (2014)

Comparada com as outras localidades, Achada Santo Antonio apresenta-se como um bairro atrativo no sentido de albergar conjuntos de importantes instituições estatais e empresariais, fazendo com que seja palco de circulação de pessoas e de transportes. Não menos importante, o mesmo bairro concentra uma heterogeneidade de pessoas que ali habitam distribuídas nos territórios denominados “Brasil”, “Meio da Achada”, “Dinós”, “Kelém”, “Fundo Cobom” e “Ponta Cutelo”.

Neste trabalho se fez uso da metodologia qualitativa. Usando essa metodologia de investigação científica, permite-se que se tenha um contato direto e intenso com os informantes (MAY, 2004). Esta metodologia ajuda a analisar, numa perspectiva aprofundada e pormenorizada, os motivos que levaram à criação de grupos de gangues, como eles atuam nos territórios do bairro de Achada Santo António e suas relações com outros grupos do bairro. Foram entrevistados 6 (seis) jovens pertencentes aos diferentes grupos de gangues, que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, pelo que os mesmos estão tratados no texto com o nome de João seguido de um número, por exemplo, João 2.

Resultados e discussões

Na Figura 2 nota-se um mapeamento dos territórios existentes no bairro de Achada Santo Antonio no sentido de se compreender o espaço do estudo.

Figura 2: Recorte topográfico de Achada Santo Antonio, destacando 4 zonas afligidas por *thugs*



Fonte: Alves (2014)

O bairro de Achada São Antonio é formado por diferentes territórios intimamente interligados, fazendo com que os grupos de *thugs* estejam nas proximidades e onde a possibilidade de contato é facilitada.

Esses grupos aprontam e realizam desordens e motins nos territórios envolvidos, munidos de armas de fogo com que também realizam assaltos a mão armada, roubos, tráfico e consumo de drogas, entre outras delinquências. Caracterizando essa situação, o estudo sobre Análise de Situação da Criança e Adolescente em Cabo Verde (ICCA–UNICEF, 2011), deixa pistas para análise, complementando os fatos descritos:

A maneira como os membros desses grupos se vestem – com roupas de marcas imitando os artistas de hip hop e rap; sua relação com a comunidade – ora de proteção e ora de ameaça – que faz com que eles sejam conhecidos no ambiente onde vivem; o uso de armas brancas e armas

de fogo – mostrando poder; e a música e a linguagem utilizada faz com que haja uma rápida atração das crianças em situação de vulnerabilidade para estes grupos. Há o sentimento de pertencimento por parte dos integrantes, eles se posicionam em uma situação de poder e respeito que nunca antes tiveram (ICCA–UNICEF, 2011).

No território denominado “Brasil” perfilam os grupos denominados “Caxa Baxa”, “Rua Dum Banda”, “São Paulo” e “Forno”. Segundo as conversas tidas com os jovens *thugs*, percebe-se que existia um grupo mais antigo que se denominava “Pé de Tambra”, mas que se desintegrou e diluiu-se nos outros grupos mencionados.

O grupo “Caxa Baxa”, que é originário de outro grupo anterior chamava “Achada Baixo”, é tido como dominante do bairro e recolhe-se na subzona denominada “Fundo Brasil” e reúne-se habitualmente no espaço chamado “Pedra Bica”, a partir das 20h. Os seus membros não aceitam que elementos de outros grupos frequentem o espaço arbitrado como seu território, onde também praticam assaltos a pessoas não residentes que transitam no território à noite, obrigando-as a entregar seus pertences, em especial dinheiro e objetos como telefones, relógios e joias.

Importa particularizar que o grupo “Caxa Baxa” surgiu da desagregação de um grupo que se chamava “Pecado”, que era constituído por mais de trinta membros, grupo esse que, por razões não esclarecidas, se dividiu em dois grupos, a saber: “grupo de Achada Baixo” e “grupo de Achada Ribá”. Esses dois grupos emergentes têm como limite fronteiro dos seus territórios o mercado de Achada Santo António, de forma que este último afixou-se do mercado para cima, depois de se incompatibilizar com os denominados “grupos do Brasil” que passaram por um processo de metamorfose que inclui, para além do já mencionado “Caxa Baxa”, os grupos “Rua Dum Banda”, “São Paulo” e “Forno”.

Numa conversa tida com os jovens entrevistados, percebe-se que os membros dos grupos “Rua Dum Banda” e “São Paulo” reúnem-se, habitualmente, debaixo de uma árvore e num lugar chamado “Pé de Tâmara”, a partir das 20h 30min, aproximadamente, donde partem para a delinquência, enquanto os membros do grupo “Forno” têm por hábito reunir-se na encosta do mercado da Achada Santo António, na descida de acesso a Chã de Areia (Shell) e Ponta Cutelo, a partir das 20h.

No território de “Dinós” os grupos circunscritos, intitulados “Black Style” e “Biblock”, concentram-se habitualmente atrás do hotel Holanda

e espaço de parada de autocarros. Costumam reunir-se também na praça “Dinós”, à frente da residência do Sr. Sérgio, bem como atrás da casa do Sr. Jaime e em frente da casa de “Nha Mã”. Ainda, segundo as informações recolhidas, às vezes eles se concentram no sítio denominado “Boca Fumo”, sempre que pretendem ficar mais despreocupados, devido à perseguição policial na arena da praça “Dinós”. Os seus membros reúnem-se sempre por volta das 19 ou 20 horas. Uma curiosidade é que o líder do grupo “Biblock” reside no outro bairro denominado de Achada Grande Frente, mas se encontra sempre em Achada Santo Antonio.

No território de “Kelém” diz-se que o grupo “K15” se desagregou depois do assassinato de alguns dos seus membros e a condenação judicial de outros que se encontram a cumprir a pena de prisão. Os seus membros são desavindos, especialmente com os do grupo “The Best”, cujos confrontos provocaram baixas mortais de um e do outro lado. Além disso, diz-se que o “K15” confrontava-se frequentemente com o grupo “Biblock” e com o grupo “Black Style”, sempre que frequentava o território oposto.

O grupo “The Best”, identificado como atuante no território de Meio de Achada é liderado por um ex-presidiário, considerado muito perigoso, que domina o pequeno tráfico de drogas nesse território. Circunscritas a esse grupo estão referenciadas algumas pessoas que vivem da receção dos produtos de roubos praticados pelos seus membros, bem como do tráfico de drogas com que abastecem essa clientela de delinquentes. Os seus membros concentram-se habitualmente na cercania das vendedeiras instaladas no largo do Meio-de-Achada e não permitem que membros de outros grupos de Achada Santo Antonio frequentem o território sob seu domínio. Têm por hábito encontrar-se de manhã e também à noite, por volta das 22h.

Tudo indica que os grupos rotulados de *thugs* surgiram de adolescentes e/ou jovens que se encontravam integrados em grupos de diferentes territórios do bairro da Achada Santo Antônio, que tinham como hábito e finalidade a realização de atividades lúdicas e de lazer entre eles, que incluíam jogos, dança e outras ações afins. Com o decorrer do tempo, devido a fatores de natureza diversa, em que se pode destacar a influência externa e de grupos de pares, consumo de bebidas alcoólicas e drogas, rivalidade e disputa entre adolescentes de zonas diferentes, a situação se agravou, evoluindo-se para práticas esparsas de rixas e brigas nessa camada social, o que serviu de base para a modelação dos denominados grupos *thugs*. Não menos importante, incita-se analisar também como estes grupos constituem esferas de convívio, encontros e preparação de atos delinquentes a assaltos, bem como a forma como se posicionam no bairro e os seus referidos líderes.

Além do companheirismo agregador desses adolescentes e jovens e das suas relações de pertença aos grupos de que fazem parte, outros fatores ambivalentes caracterizam o surgimento dos *thugs*, como o medo, a coragem, a revolta, o ódio, entre outros aspectos, que são típicos às atitudes e comportamentos de transição de uma determinada faixa etária juvenil. Com base no depoimento de João 1, percebe-se que a briga entre os grupos funcionou como um recurso de ataque para quem ataca e de defesa para quem é atacado, alimentando o ódio e o medo, que foram crescendo no espaço e no tempo como suportes da violência urbana e juvenil.

Nós éramos um grupo que ia sempre ver os jogos de “basket” no “ginásio de esportes” e gritávamos “Seven! Seven!” E a partir daí, sempre nos finais entre as equipes de “Seven Star” e outras do bairro. Começaram a surgir guerra, antecipada por desavença. Deste modo, ficamos com problemas e assim veio a surgir grupos de *thugs*. Brigávamos com eles e dissemos-lhes que não podiam frequentar o “ginásio de esportes”. Na altura, os rapazes não eram de confusão, entendes! Como sabes, nós da Achada somos influenciados, por tudo e por nada. Nós somos convencidos que somos malcriados, então eles ficaram com medo de nós. Começamos a ameaçar-lhes, que íamos bater neles, então falaram com os rapazes da Achadinha para nos enfrentar. Havia um amigo nosso que se chamava “Tiguei” que veio a falecer e que amedrontava as pessoas. Ele ia sempre para as celas da Esquadra e veio a contrair uma infecção pulmonar e acabou por falecer. Era na altura que se dizia que havia muitos *thugs*, em 2001 e 2002. Na Achada nós éramos o único grupo e circulávamos na zona como quiséssemos. Posteriormente apareceram os outros; essas camadas de agora surgiram em 2007. No tempo em que estávamos com problemas, os grupos dos rapazes do Brasil ainda não existiam (João 1).

Com relação à composição dos grupos, percebe-se no relato de João 2 que um grupo de *thugs* possui mais de vinte membros, dos quais também faziam parte pessoas do sexo feminino que, com o aumento da violência, decidiram abandonar esses grupos.

O nosso grupo tinha mais de trinta homens. Andávamos às vezes de quinze ou vinte juntos. Havia muitas mulheres

no nosso grupo. Éramos como um grupo de comunidade para festas, mas depois surgiram as desavenças e as mulheres desapareceram, porque senão elas também seriam mortas (João 2).

As razões que levaram esses indivíduos a integrarem nos grupos de gangues *thugs* são diversas, das quais se destaca a necessidade de defesa e proteção pessoal. Para muitos jovens dos bairros afetados por esse fenômeno, a pertença a um grupo passou a ser uma forma de se sentir protegido, quer em relação aos rivais dos grupos do seu bairro, quer em relação aos comparsas do seu próprio bairro.

O que me levou a entrar no grupo foi muita perseguição e muita influência de colegas daqui. Na verdade eu nunca pensei em ser *thug*. Foram os rapazes que me obrigaram, nunca digo a mim mesmo que sou *thug*, porque não é vida. Os rapazes da minha zona disseram-me se eu não entrasse no grupo deles, então eu teria que ficar com os outros. Assim fiquei com eles no grupo. Se eu não entrasse no grupo, eles poderiam me bater e assim haveria mais problemas. Se me batessem, eu também teria que bater neles. São os rapazes do outro grupo que me perturbavam. Esses rapazes do Brasil me perseguiram (João 3).

Como se pode notar na afirmação de João 4, os grupos intitulados *thugs* não surgiram todos em simultâneo. Foram aumentando à medida que constituíam uma ameaça para os seus opositores, baseado na lógica da influência, do medo e do ódio. Assim se compreende que só na localidade de Achada Santo António havia tantos grupos de gangues *thugs*, que se multiplicaram ao mesmo tempo em que o antagonismo entre eles crescia.

Sempre havia grupos de convívio e de jogo, mas quando começou a guerra, todos entraram no grupo e ficaram só grupos de guerra. Os rapazes do Brasil, sempre vinham para aqui e quebravam garrafas, mas nenhum de nós tinha a coragem de enfrentá-los. Um dia estávamos a limpar a zona, veio um grupo e os seus elementos beberam e quebraram garrafas, e nós revoltamos. A partir daquele dia houve sempre guerras (João 4).

A partir da declaração de João 5 percebe-se que o fenômeno *thug* criou constrangimentos na livre circulação de pessoas, por causa do medo e da insegurança que gerou nas comunidades. Enquanto os cidadãos comuns evitam circular em determinadas horas do dia e localidades para precaverem de assaltos a mão-armada e outros tipos de vandalismo, os indivíduos considerados *thugs* ficam limitados a circular no território de sua influência. Raramente não haverá briga e outros atos de vandalismo, havendo a presença do opositor no bairro do seu oposto.

Eles achavam que nós não devíamos ir ali. Nós também achamos que eles não podiam vir cá. Se fossemos a zona deles, eles batiam em nós. Quando eles frequentavam aqui, era a pedradas, garrafadas e tudo que havia para atirar. Fazíamos festas e sabes, quando uma pessoa se encontra bêbada, a guerra é facilmente influenciada (João 5).

Ficou clarificado nesta subsecção que a demarcação dos territórios é uma das características intrínsecas ao fenômeno *thugs* desde a sua gênese. Essa característica está presente até no nome que se atribuiu a alguns desses grupos como forma de afirmação do domínio, ciente de que quem tem território detém o poder e sobre ele impõe regras que lhe convier.

Considerações finais

Do que foi refletido neste trabalho, nas várias evidências dos seus resultados, conclui-se que *thugs* é a nomenclatura que se atribuiu aos grupos que pelo seu *modus operandi* e o seu *modus vivendi* se intitulam gangues na literatura apropriada e em outras sociedades onde essa categoria social já se encontra repassada.

Dada a forma como se manifesta, conclui-se que o fenômeno *thug* pode ser considerado uma grande ameaça para a segurança pública, especialmente nos bairros da periferia urbana da Cidade da Praia, cujas entrevistas permitiram identificar agrupamentos de bairros contíguos, em que os *thugs* se organizam localmente para atacar as gangues rivais, condicionando a livre circulação e a segurança de pessoas. O agravamento do conflito entre os grupos *thugs* é caracterizado pela disputa de territórios na área de domínio de um determinado grupo, numa conjuntura em que a intolerância, o ódio e a vingança funcionam mutuamente intrínsecos como forma de afirmação e de resposta do grupo face às agressões dos opositores. Os grupos de *thugs* surgiram da congregação de causas diferenciadas, pois

as suas ações têm definido uma nova configuração do acesso e circulação de pessoas no bairro de Achada Santo Antonio, sucessivamente a demarcação territorial de realização de atos violentos.

Referências

- ALVES, M.A. *Delinquência juvenil e criminalidade na cidade da Praia, uma pesquisa em torno do fenómeno thugs e violência urbana*. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Universidade de Cabo Verde, Praia-Cabo Verde, 2014.
- BEATO, C.; ZILLI, L. A Estruturação de actividades criminosas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, 2012.
- CALHAU, L.B. *Resumo de Criminologia*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus Ltda., 2013.
- BORN, M. *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.
- FURTADO, C.; PINHEIRO, A.; ALMEIDA, H.; MAHOT, O. *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde, 2011.
- INE - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. *Censo 2010*. Cidade da Praia, 2010. Disponível em: <http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>. Acesso em: 06 out. 2014.
- LIMA, R. W. *Thugs: vítimas e/ou agentes da violência*. Comunicação apresentada no Colóquio Segurança e Violência em Cabo Verde, Universidade de Santiago. Assomada, Cabo Verde, 2010.
- MACHADO, M. B. T. Turismo, medo e violência. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 225-228, jan. 2013.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MINAYO, M. C. S. Violência e educação: impactos e tendências. *Revista Pedagógica*, Chapecó-SC, v. 15, n. 31, p. 249-264, jul./dez. 2013.
- OLIVEIRA, W. Violência e saúde colectiva: contribuições teóricas das Ciências Sociais à discussão sobre o desvio. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 42-53, 2008.
- SILVA, A. *Estudo neuropsicológico em adolescentes institucionalizados*. Porto: ICBAS-UP, 2010.
- UNICEF. ICCA. *Análise de situação da criança e adolescente em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde, 2011.
- XAVIER, M. F. *Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adoção de comportamentos desviantes*. 2012. Monografia (Licenciatura em Criminologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

CAPÍTULO 4

Uma análise interdisciplinar do controle interno dos bombeiros: o caso do estado do Pará

Flávia Siqueira Corrêa

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e funcionária pública estadual. Belém – Pará – Brasil. flaviacaju@hotmail.com

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e docente de graduação e pós-graduação em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Amaury Suzart Farias da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e perito criminal da Polícia Técnico-Científica do Estado do Amapá. Belém – Pará – Brasil. a.suzart@hotmail.com

Wilson José Barp

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP) e docente de graduação e pós-graduação em Segurança Pública da UFPA. Belém – Pará – Brasil. wbarp@uol.com.br

Albernando Monteiro da Silva

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e funcionário público estadual. Belém – Pará – Brasil. albernando@ig.com.br

Resumo

Tem o intuito de contribuir com as práticas internas no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), e mais especificamente, é abordado o mecanismo de controle interno exercido pelo órgão correccional da corporação. Para isso, foi feita uma análise quantitativa com a utilização da técnica análise exploratória de dados, com a apresentação descritiva dos dados por meio de tabelas e gráficos, com a posterior análise de forma crítica dos dados obtidos. As conclusões deste estudo revelaram que mesmo com uma grande demanda de processos/procedimentos instaurados no âmbito do CBMPA nos anos de 2013 e 2014, menos da metade resulta em algum tipo de sanção administrativa, e que os perfis de transgressões que lideram o cenário de investigações da corporação estão vinculados a desentendimentos entre militares e civis, que na maioria das vezes ocorrem fora dos muros dos quartéis.

Palavras-chave: Controle Interno. Bombeiro Militar. Transgressão. Sanção Administrativa.

Introdução

Desde a democratização do Brasil, em especial a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o país tem adotado medidas de incorporação de mecanismos voltados à proteção dos direitos humanos¹. Isso desencadeou uma análise mais cuidadosa sobre o controle interno² a ser efetivado pelos órgãos de segurança pública (BRASIL, 1988).

Na transição democrática, todas as instituições públicas e seus procedimentos passaram por uma revisão e reajuste ao novo momento. Todavia, os militares permaneceram com traços da reprodução inercial de seus hábitos atávicos: a violência arbitrária contra excluídos, a extorsão, a ineficiência do combate ao crime, dentre outros, dando um aspecto de vivência constante sob um regime de *apartheid* social (SOARES, 2003).

Partindo desta premissa, há uma desconfiança na eficiência dos mecanismos de controle interno dos órgãos de segurança pública, baseados na ideia da existência de corporativismo, devido à incidência de subculturas militares, e que seriam resistentes à ideia repassada pelo Estado Democrático de Direito (MONJARDET, 2003).

A noção de controle interno remonta à instrumentalização de mecanismos de vigilância, fiscalização e verificação que possam prever, observar e dirigir as atividades do órgão, giram em torno das atividades de monitoramento das instituições para deter ou evitar abuso de autoridade, a corrupção e a arbitrariedade praticados por militares (SOUZA; REIS, 2013).

Os órgãos correccionais das instituições de segurança pública, responsáveis pelo controle interno, possuem duas principais funções: corrigir e melhorar as práticas das instituições para torná-las mais eficientes; e investigar e punir a conduta irregular praticada pelos agentes. No entanto, muitas vezes as suas ações se potencializam somente na investigação e punição dos abusos

¹ A concepção de direitos humanos a ser trabalhada são aqueles direitos derivados da dignidade e do valor inerente a cada ser humano, sendo estes universais, inalienáveis e iguais. Não podem ser tirados ou alienados por qualquer pessoa; e independem do critério de raça, cor, sexo, idioma, religião, política, nacionalidade ou outro status qualquer.

² Está relacionado ao controle desempenhado pelo setor correccional do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, papel da corregedoria exercido atualmente pelo Subcomando Geral da Corporação. Vincula-se às questões disciplinares envolvendo militares, garantindo a lisura na Administração Pública, a probidade e a adequada prestação do serviço público, cabendo a responsabilização de militares envolvidos em irregularidades devidamente comprovadas, na proporção de sua colaboração para o ilícito e pautando-se na legalidade e razoabilidade.

do que na execução do controle de qualidade, ou até mesmo, não atuam de forma proativa evitando a reincidência do ato delituoso, agindo como orientadoras e educadoras (CANO, 2012).

Aos Corpos de Bombeiros, foi conferido o dever-poder da segurança pública, devendo ser exercido com legalidade e eficiência, e é dentro dessa problemática que o artigo se propõe a trabalhar, a atuação do controle interno do CBMPA, com a análise quantitativa dos processos/procedimentos instaurados no âmbito da corporação e registrados no Subcomando Geral, nos anos de 2013 e 2014.

Revisão bibliográfica

Historiando o assunto, pode-se narrar que para a manutenção da ordem, no período Imperial, a força policial (incluindo nesta época os corpos de bombeiros) atuava no campo da defesa interna e da segurança nacional, prestando apoio ao Exército Brasileiro, enviando tropas para compor seu efetivo. Com o tempo, a frequência do trabalho em conjunto levou o legislador constituinte a formalizar as atribuições dessas duas categorias de militares, ficando uma diretamente subordinada ao governo federal; e a outra subordinada diretamente aos governos estaduais, mas com a possibilidade de auxílio às forças federais, em casos de necessidade (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Na primeira categoria ficaram Marinha, Exército e Aeronáutica, denominados de Forças Armadas (FFAA), com suas atribuições estabelecidas em nossa Carta Magna, estas sempre atreladas à autodeterminação do Estado Brasileiro, bem como constando a sua subordinação suprema ao Presidente da República³.

No âmbito dos estados federados, conforme dispõe o Art. 193 da Constituição Estadual do Pará, ficaram as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares que integram os Sistemas de Segurança Pública dos

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil N^o 191-A, Brasília, DF, 5 de outubro 1988, Art. 142 *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.*

Estados, tendo como missão precípua a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio⁴.

Historicamente, no caso específico do Corpo de Bombeiros, parece bastante razoável a afirmativa de que sua origem, de uma maneira geral, esteja associada à existência de grandes incêndios em algum período da história e à necessidade do homem em preservar o seu patrimônio e a vida. No entanto, cada país possui questões culturais próprias, portanto, apresentam formas diferentes de corpos de bombeiros. No Chile, por exemplo, os corpos de bombeiros são corporações privadas autônomas com personalidade jurídica e estatutos próprios, onde os bombeiros são voluntários e não atuam nos serviços de emergências médicas e nas ocorrências de defesa civil. Eles executam apenas os serviços de combate a incêndios, resgate envolvendo colisão de veículos, acidentes com produtos perigosos e acidentes que envolvam colapso de estruturas e espaços confinados. As emergências médicas são atendidas pelo Serviço de Saúde do Estado e a defesa civil fica a cargo da Oficina Nacional para Desastres (COSTA, 2002).

No Brasil, a arte de apagar incêndios chegou com os portugueses, que traziam em suas caravelas os marinheiros denominados “vigias do fogo”, com a missão de combater eventuais incêndios nessas embarcações, todas de madeira. Mais tarde, com a criação do Arsenal de Marinha da Bahia, no ano de 1651, se propiciou o desenvolvimento da indústria naval no Brasil, tanto na construção de novas embarcações como na reforma das já existentes, e se adotou o mesmo sistema de vigilância contra incêndios trazidos de Portugal (MENEZES, 2007).

No entanto, foi por Decreto Imperial Nº 1775, de 2 de julho de 1856, assinado por Dom Pedro II, que foi criado o primeiro corpo de bombeiros do país, o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte. O Corpo Provisório de Bombeiros da Corte ficou sob a jurisdição do Ministério da Justiça, até que, por aviso desse ministério, de 11 de março de 1861, foi comunicada a sua transferência para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MENEZES, 2007).

Os corpos de bombeiros no Brasil apresentavam um vínculo muito forte com a polícia, por terem sido integrados a ela em algum momento de

⁴ PARÁ, Constituição do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado, Belém, PA, em 27 de outubro de 1989, Art. 193 *A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, subordinados ao Governador do Estado:[...] III – Corpo de Bombeiros Militar;*

sua história. A exceção é feita ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que desde sua criação no ano de 1856, como Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, sempre se constituiu em uma organização independente da força policial (COSTA, 2002).

No Pará, a história do Corpo de Bombeiros começa muito antes de sua criação oficial em 1882. A Lei Nº 708 de 1872, assinada pelo presidente da província do Pará, Dr. Abel Graça, determinava que o serviço de extinção de incêndios fosse feito, a partir de então, por um pequeno destacamento do Corpo de Polícia, destinando para isso oito praças de cada uma das quatro companhias existentes na época. Acredita-se que a medida foi mais política, já que foi adotada após um grande incêndio ocorrido no dia 13 de fevereiro de 1872 que destruiu completamente o palacete residencial, no local onde fica hoje a Assembleia Legislativa do Estado. O que culminou para que em 5 de maio de 1880 surgisse o primeiro Código de Posturas de Belém, criado pela Lei Municipal Nº 1.028, que em seu Título III tratava da Segurança e da Tranquilidade Pública e no Capítulo XV, Arts. 95 a 100, tratava especificamente dos casos de incêndio (MENEZES, 2007).

No dia 24 de novembro de 1882, o Dr. Justino Ferreira Carneiro, sob pressão da imprensa e da Assembleia Legislativa da província baixou portaria criando finalmente e oficialmente a Companhia de Bombeiros. Sendo elevada à categoria de Corpo por meio do Decreto Nº 355, do 3º governador do estado, o capitão-tenente Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes (MENEZES, 2007).

No entanto, em 1898 o Corpo de Bombeiros passou a ser municipal, perdurando essa situação durante 46 anos. No ano de 1944 o Corpo de Bombeiros voltou a ser estadual só que subordinado à Polícia Militar. A independência almejada só foi conquistada em 1990. No dia 19 de abril o governador Hélio Gueiros assinou o Decreto Nº 6.781 disciplinando a desvinculação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, e no dia 21 de abril foi efetivada esta desincorporação durante solenidade realizada no quartel situado na avenida Alcindo Cacela, esquina com a rua Fernando Guilhon, na Cremação. Antiga sucursal dos Bombeiros, e que hoje abriga o quartel da Polícia Militar (MENEZES, 2007).

Ao se emancipar, o Corpo de Bombeiros Militar ganhou autonomia, missões distintas às da Polícia Militar e, sobretudo, a oportunidade de promover amplas mudanças. Entretanto, por força da legislação, os bombeiros mantiveram a organização, estrutura e a rigidez peculiar do modelo da organização policial militar de origem. Atualmente, mesmo com a

desvinculação do Corpo de Bombeiros do Pará da Polícia Militar do Estado, as legislações que balizam e disciplinam os atos dos integrantes da corporação ainda são as mesmas promulgadas para a polícia militar⁵ (COSTA, 2002).

Os corpos de bombeiros militares são organizações militares estaduais que têm como missão precípua a proteção contra incêndios e salvamentos, além de atendimentos a casos de calamidades públicas e atividades de defesa civil, entre outras previstas em lei. Apenas os estados de São Paulo, Paraná e Bahia ainda têm os Corpos de Bombeiros vinculados à Polícia Militar⁶.

Uma análise dos registros e assentamentos históricos mostra um dado já bastante relevante na época. O alcoolismo foi responsável, nos primeiros cinco anos de existência da Corporação, por 35,80% das expulsões. Quatorze dos 39 bombeiros expulsos entre 1883 e 1888 o foram por causa da bebida. Os outros motivos rodeavam nas brigas e indisciplinas, o que fazia a corporação ter uma alta rotatividade em seus quadros. Menos de um mês criada a Companhia dos Bombeiros, ocorreu a primeira expulsão, no dia 18 de dezembro de 1882, por motivo de roubo (MENEZES, 2007).

As polícias militares têm várias formas de controle interno, previstas em seus estatutos e regimentos disciplinares, existindo internamente um setor específico chamado corregedoria, responsável pela investigação de crimes e transgressões administrativas envolvendo policiais. Hodiernamente, no caso do Corpo de Bombeiros, este setor se chama Subcomando Geral do CBMPA, em virtude da inexistência legal da corregedoria na corporação⁷, sendo que este setor desempenha todas as funções inerentes a uma corregedoria, tendo como objetivo principal orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros da instituição.

É por meio da corregedoria que se faz a justiça no âmbito administrativo da corporação, investigando, corrigindo, orientando e quando necessário

⁵ Legislações da Polícia Militar do Pará que vigoram no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará: Lei N^o 5.249 de 29 de julho de 1985 – Lei de Promoção de Oficiais; Lei N^o 6.833 de 13 de fevereiro de 2006 que instituiu o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar; Lei N^o 7.783 de 09 de janeiro de 2014 rege sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará; dentre outras.

⁶ Dados obtidos pelo site do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Disponível em: <<http://www.ligabom.org.br/index.php/noticias/94-corpo-de-bombeiros-militar-do-rio-grande-do-sul-consegue-sua-emancipacao>> Acesso em: abr. 2015

⁷ Está em tramitação no governo do Estado do Pará um projeto de lei para a criação da Corregedoria do âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

sancionando os transgressores que cometem abusos administrativos ou penais praticados em ações profissionais.

É difícil que os mecanismos de controle interno possam funcionar adequadamente, e que sejam capazes de prevenir ou coibir a prática de desvios de conduta. Muitas vezes essas barreiras estão vinculadas à distância entre o Comando Geral e a “tropa”, o que dificulta o monitoramento dos bombeiros de ponta, pois a supervisão feita pelos oficiais de serviço ou pelo serviço de inteligência da corporação seriam falhas, mesmo com o emprego de tecnologias como rádio e viaturas ou cobrança de preenchimentos de relatórios diários a fim de acompanhar e controlar o serviço prestado pelo militar. Como também o código de ética e disciplina interno da Corporação é draconiano no tratamento das faltas internas e mais maleável no que diz respeito aos desvios mais graves, havendo uma desproporcionalidade, o que dificulta a efetividade do controle interno, devido à redação mal elaborada do ordenamento normatizador (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

Percebe-se que os mecanismos de controle interno são convergentes a uma ênfase quase que exclusiva na vigilância, fiscalização, contabilidade, cobrança e punição, divergindo da ideia de mecanismos de formação e de orientação, de normas claras sobre o uso da força e de uma cultura institucional para a produção da paz e para a aplicação equânime da lei (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

Mecanismos de formação e de orientação estão difundidos nos valores fundamentais expressos no código de ética e disciplina da PMPA, ora em vigor no CBMPA. Estes valores basilares são a hierarquia militar e a disciplina. O primeiro é a ordenação progressiva da autoridade, em níveis diferentes estipulados pela estrutura organizacional da instituição, alcançando seu grau máximo no governador do estado, que é o comandante supremo da corporação. Esta ordenação se faz por postos (grau hierárquico dos oficiais) e graduações (grau hierárquico das praças), de acordo com a antiguidade e precedência funcional. Já a disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, com o perfeito cumprimento do dever por parte de todos⁸.

O Subcomando Geral do CBMPA está imerso nesses valores fundamentais e é responsável para apurar infrações de natureza administrativa e disciplinar, e também crimes passíveis de sanções penais. Prioritariamente

⁸ PARÁ. Lei N^o 6.833, 13 fevereiro 2006. Institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará N^o 30.624, 15 fevereiro 2006. Arts. 5^o e 6^o.

é feito um processo/procedimento investigativo para posteriormente, caso haja necessidade, seja aplicada a punição adequada, no caso de transgressão da disciplina. Quando o fato é definido como crime, abre-se um inquérito policial, que será encaminhado ao Ministério Público para dar início à ação penal militar ou civil, dependendo da situação⁹.

Embora o Subcomando Geral seja incumbido de conduzir os processos/procedimentos investigativos internos, há uma descentralização, pois ele encaminha a maior parte das denúncias às Unidades Bombeiro Militar (UBM) onde trabalham os bombeiros (acusados) nomeando um militar para presidir as investigações, devendo este remeter de volta ao Subcomando Geral o processo/procedimento findado para confecção da solução e posterior publicação em boletim geral (documento interno de publicação de atos oficiais). Quando não há comprovação da denúncia, o caso é arquivado. Se o Subcomando Geral detecta algum problema ou tem dúvidas sobre a forma como foi feita a apuração, devolve o processo/procedimento ao presidente/ encarregado nomeado para cumprimento de diligências para maiores esclarecimentos do objeto de apuração¹⁰.

As investigações consistem essencialmente em levantar antecedentes criminais e disciplinares dos denunciados, confrontando as versões por meio da tomada de depoimentos e verificação de provas. O tempo de duração desses processos/procedimentos é variável, dependendo do tipo de processo instaurado¹¹.

As penalidades aplicáveis aos bombeiros militares na esfera administrativa disciplinar são concomitantemente independentes daquelas aplicáveis na esfera criminal, devido à independência dos poderes: Executivo,

⁹ A distinção do processo para o procedimento administrativo está vinculada a garantia e a observância da ampla defesa e contraditório. A observância destes requisitos é obrigatória no processo administrativo, pois a sua solução pode culminar em uma sanção administrativa. Em contrapartida o procedimento administrativo não gera sanção, serve como subsídio para a instauração de um processo administrativo ou de formulação de uma denúncia pelo Ministério Público (MEIRELLES, 2014).

¹⁰ Quando se tratar de processo o militar designado para apurar o fato relatado é denominado presidente, quando se tratar de procedimento a denominação é encarregado.

¹¹ Segundo a Lei N^o 6.833 de 13 de fevereiro de 2006 que institui o Código de Ética e Disciplina da PMPA, em vigor no CBMPA, em seu Art. 100, são espécies de processos administrativos: o Processo Administrativo Disciplinar Simplificado (PADS), o Conselho de Disciplina (CD) e o Conselho de Justificação (CJ). A Sindicância (SIND) bem como o inquérito policial militar (IPM) são considerados espécies de procedimento administrativo por se tratarem de uma apuração inquisitorial.

Legislativo e Judiciário, previsto na Constituição Federal/1988. Portanto, as penalidades administrativas ficam a cargo da própria autoridade que instaurou o procedimento (repreensão, detenção, prisão, reforma administrativa, licenciamento, exclusão e demissão) e as penalidades criminais a cargo da justiça comum ou da militar (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

As organizações militares possuem observância irrestrita a esses dispositivos legais, pois são ligadas por normas escritas; a organização dos cargos por meio de níveis hierárquicos; a sistemática divisão do trabalho; e a fixação de normas para regular o desempenho de cada cargo (BARROS; SOARES, 1996).

Entre os vários obstáculos ao trabalho desenvolvido no Subcomando Geral, existe a denotação que dão aos membros que compõem esse setor de “traíras”, nome associado a características de carrascos dos próprios colegas de trabalho, pois confeccionam soluções punitivas de processos. Tanto que os militares não possuem interesse em trabalhar no Subcomando Geral, pois geralmente se tem a ideia empírica que os trabalhos apuratórios desenvolvidos neste setor podem, em tese, ocorrer de forma parcial e unilateral, punindo com base na presunção de culpa, sem fornecer reais condições de defesa aos acusados. A composição das equipes fica na dependência de relações de confiança pessoal, e a seleção resume-se em geral a convites feitos pelos próprios oficiais integrantes do Subcomando Geral (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento do trabalho é o grande volume de serviços a serem desempenhados, a carência de pessoal, as restrições de espaço físico e o corporativismo inerente às relações de fraternidade, às vezes, existentes entre os investigadores e os investigados.

Outro ponto que se pode destacar como obstáculo para a fluidez dos trabalhos, são denúncias não bem fundamentadas, e as informações ficam “soltas”, como um “quebra-cabeça”, dificultando a investigação e a reconstituição dos eventos. Ainda existem as denúncias apócrifas (anônimas), motivadas muitas vezes por rivalidade ou vingança, que atingem a reputação de bombeiros. O medo de represálias, que afastam testemunhas ou gera resistência aos denunciados em relatar detalhes sobre o caso, bem como a defasagem entre a data do fato e a data da denúncia, pois dependendo do crime, quanto mais passa o tempo, mais as consequências perdem o seu valor, também podem ser citadas como barreiras para os trabalhos de investigação (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

O órgão correcional possui dois papéis importantes: o repressivo (investigação e punição de atos irregulares cometidos por bombeiros) e

corretivo-preventivo (fiscalização e orientação dos bombeiros para evitar que novos desvios de conduta ocorram). No entanto, atualmente, prevalece o caráter punitivo, que estaria sendo supervalorizado pela opinião pública e pela imprensa, pois esperam sempre a punição, não reconhecendo que o bombeiro poderia ter outra visão para o caso e, que, algumas vezes, o acusado poderia não ter tido chances para se defender (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

Apesar de todos os dispositivos legais e da condição militar, a organização bombeiro militar possui influências oriundas de questões políticas, econômicas e sociais do meio em que está inserida. Esta dependência fatalmente influi no seu controle interno e estabelece alguns processos de mudança interna, mesmo que não sejam percebidos de imediato. Este fato não poderia ser diferente, uma vez que, no contexto atual, os corpos de bombeiros têm sofrido com os efeitos da globalização, das inovações tecnológicas e das transformações sociais (COSTA, 2002).

Baseado no modelo norte-americano há correntes que defendem uma estrutura mais autônoma desses órgãos acarretando num serviço mais eficiente, pois não se pode esquecer que há uma subordinação aos comandos gerais dos bombeiros, logo estes estão subordinados às Secretárias de Segurança Pública e por conseguinte aos governadores do estado, ficando sujeitos a injunções da política estadual, não desfrutando a autonomia plena para desenvolver seu trabalho. Exemplo dessa situação é a Corregedoria-Geral do Rio de Janeiro, criada em 2000, com uma estrutura independente dos comandos corporativos (LEMGRUBER; MUSUMECI; CANO, 2003).

Material e métodos

Os dados utilizados foram cedidos pelo Subcomando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, em janeiro de 2015 e são referentes aos processos/procedimentos instaurados no âmbito da Corporação nos anos de 2013 e 2014.

A área de abrangência do estudo compreende todo o estado do Pará, já que atualmente devido à inexistência de uma corregedoria com suas subdivisões setoriais, o Subcomando Geral da corporação controla todos os processos instaurados no âmbito do estado.

Foram estudados 963 (novecentos e sessenta e três) processos instaurados no âmbito do CBMPA, registrados no Subcomando Geral da corporação, nos anos de 2013 e 2014, o que corresponde a um percentual

aproximado de 32,46% de todo o efetivo, que atualmente é de 2.967 (dois mil novecentos e sessenta e sete) militares, não sendo levantados casos de reincidências (processos instaurados tendo como acusado o mesmo militar).

No ano de 2013 foi efetivado no Subcomando Geral, o Sistema de Controle de Processos, programa de informática que auxiliou os trabalhos de catalogação dos processos/procedimentos instaurados, acompanhamento das fases de instrução, até a finalização com a confecção da solução. Os processos/procedimentos atualmente são digitalizados na íntegra para o computador, sendo guardados em arquivos multimídia para melhor consulta dos interessados. Esse foi o critério que subsidiou a escolha do recorte temporal a ser estudado.

A estatística dispõe de uma diversidade de técnicas que favorecem o entendimento de muitos fenômenos. As técnicas existentes podem ser de diversas naturezas e devem ser utilizadas de acordo com o interesse da pesquisa. Portanto, a escolha da técnica é justificada basicamente pelo que se pretende investigar a partir de um conjunto de dados. Neste caso foi utilizada a técnica análise exploratória de dados, a qual consiste em resumir e organizar os dados coletados por meio de tabelas e gráficos, e a partir dos dados resumidos, procurar alguma regularidade ou padrão nas observações. Além da construção de tabelas e gráficos, a análise exploratória de dados, consiste também de cálculos de medidas estatísticas que resumem as informações obtidas dando uma visão global dos dados (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

Resultados e discussões

A Tabela 1 apresenta a quantidade de processos/procedimentos administrativos instaurados no âmbito do CBMPA, e registrados no Subcomando Geral da corporação, nos anos de 2013 e 2014, por espécies de processos/procedimentos. Observa-se o grande número de processos administrativos disciplinares simplificados (PADS) correspondendo a 63,89% do total de processos/procedimentos instaurados. No entanto, a análise comparativa dos dados anuais nos demonstra um decréscimo de 17,82% do número de PADS instaurados no ano de 2014. Esse decréscimo também pode ser salientado nos demais processos/procedimentos, com exceção da espécie sindicância onde houve um aumento de 8,33%, o que não desvaloriza a diminuição acentuada de processos/procedimentos instaurados de um ano para o outro.

Tabela 1: Número de processos/procedimentos administrativos instaurados no âmbito do CBMPA, 2013 e 2014

Processos/procedimentos	Ano (Quant.)		Total		Evolução (%)
	2013	2014	Quant.	Percentual	
Conselho de justificação	8	4	12	1,27	- 50,00
Conselho de disciplina	15	5	20	2,11	- 66,67
PADS	331	272	603	63,89	- 17,82
Sindicância	108	117	225	23,83	8,33
Inquérito policial militar	48	36	84	8,90	- 25,00
Total	510	434	944	100,00	- 14,90

Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

Infelizmente, esses dados ainda não são amplamente divulgados, como ocorre, exemplificando, no Departamento de Polícia Federal que são publicados por meio do portal da “Transparência”¹² do Ministério da Justiça, o qual é alimentado mensalmente pelas corregedorias regionais de todo o país (ROCHA; SOUZA, 2013).

Mesmo que os processos/procedimentos sejam todos registrados no Subcomando Geral da corporação, para fins de controle, este não é o único setor competente para instauração de processos/procedimentos administrativos. Segundo o ordenamento jurídico estadual os comandantes de unidades BM e diretores, dentre outros, possuem competência para aplicar as prescrições contidas no Código de Ética e Disciplina, e esta competência está vinculada à função exercida. Portanto, a Tabela 2 esboça o quantitativo de processos/procedimentos instaurados (processos administrativos disciplinares simplificados, conselho de justificação, conselho de disciplina, sindicância e inquérito policial militar) pelas unidades operacionais, pelas unidades administrativas e pelas unidades de ensino¹³.

¹² O endereço eletrônico do referido portal é www.transparencia.gov.br.

¹³ PARÁ. Lei N° 6.833, 13 fevereiro 2006. Institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará N° 30.624, 15 fevereiro 2006. Art. 25

Tabela 2: Número de unidades do CBMPA instauradoras de processos/procedimentos administrativos, 2014

Instauradores de processos/procedimentos	Quantidade	Percentual
Unidades operacionais	35	70%
Unidades administrativas	13	26%
Unidades de ensino	02	4%
Total	50	100%

Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

A Tabela 2 demonstra que a quantidade de processos/procedimentos instaurados pelas unidades BM, externa ao Comando Geral e Subcomando Geral totalizam 50 (cinquenta), valores justificados pela quantidade de unidades BM externas ao Comando e Subcomando Geral existentes na corporação, o que corresponde a um efetivo maior para controle.

Tabela 3: Número de processos/procedimentos administrativos instaurados no âmbito do CBMPA pelo Comando e Subcomando Geral da Corporação e pelas demais unidades BM, discriminado por espécie, 2014

Processos/procedimentos	Cmd./subcmd.	Outras unidades	Total
Conselho de justificação	4	0	4
Conselho de disciplina	5	0	5
PADS	101	171	272
Sindicância	61	56	117
Inquérito policial militar	28	8	36
Total	199	235	434

Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

O controle efetivado pelo órgão correcional dos processos/procedimentos instaurados pelas outras unidades BM se restringe à publicação em boletim geral da portaria de instauração, e posteriormente a publicação da solução do referido processo/procedimento, não havendo controle por parte do Subcomando Geral, da fase em que se encontra cada processo/procedimento. Assim os dados da Tabela 4 referem-se aos 199 processos/procedimentos instaurados pelo comando geral ou Subcomando Geral, em 2014.

Percebe-se que dos 199 processos/procedimentos instaurados no ano de 2014 somente 54 encontram-se findados, transitado em julgado administrativamente (sem direito mais a recurso), o mesmo número encontra-

se em análise por parte dos membros do Subcomando Geral para a confecção da solução e posterior publicação em Boletim Geral, ou seja, somando essas duas fases 54,28% dos processos/procedimentos administrativos instaurados no ano de 2014, encontram-se arquivados ou aguardando análise e solução. E 45,72%, que correspondem ao restante, ainda não retornaram ao Subcomando Geral de forma definitiva para que pudesse ser providenciada a análise e a confecção de solução, o que prejudica o caráter educacional da sanção administrativa, pois esta é inversamente proporcional ao decurso temporal.

Tabela 4: Discriminativo da fase em que se encontram os processos/procedimentos instaurados no âmbito do CBMPA pelo comando e Subcomando Geral da corporação, discriminado por espécie, 2014

Fase atual dos processos/ procedimentos	CJ	CD	PADS	SIND	IPM	Total	Percentual
Arquivados com solução	1	1	25	17	10	54	27,14%
Análise e solução	0	2	28	19	5	54	27,14%
Andamento	3	1	22	2	7	35	17,58%
Atraso	0	0	9	14	6	29	14,57%
Aguardando publicação	0	0	9	3	0	12	6,03%
Sobrestamento	0	1	6	0	0	7	3,52%
Tornados sem efeito	0	0	2	3	0	5	2,51%
Diligência	0	0	0	3	0	3	1,51%
Total	4	5	101	61	28	199	

Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

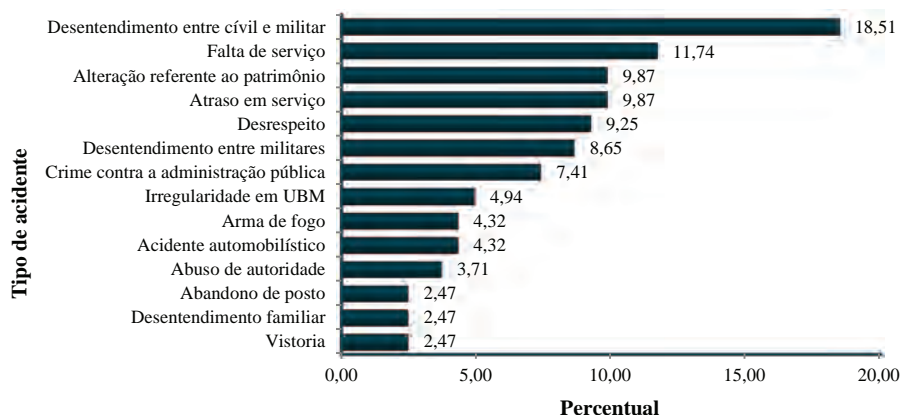
Nota: CJ - Conselho de Justificação, CD - Conselho de Disciplina, PADS - Processo Administrativo Disciplinar Simplificado, SIND - Sindicância, IPM – Inquérito Policial Militar.

Esses dados demonstram, também, a demanda de serviço voltado para o órgão correcional e a carência de efetivo, e ainda, os militares que trabalham no Subcomando Geral, além do serviço administrativo relacionado ao controle interno, considerada “atividade meio”, também concorrem a escalas de serviços operacionais, desempenhando também “atividade fim”, havendo uma sobrecarga de missões operacionais e administrativas.

Passando para a análise dos perfis de transgressões cometidas com mais frequência pelos bombeiros, conforme se depreende a Figura 1, percebe-se que a maior parte das representações são apuradas por meio de processo/procedimentos administrativos relacionadas a interação humana, desentendimento entre civil e militar (11,03%), transgressão esta cometida na maioria das vezes externa aos muros dos quartéis, englobando nesse perfil de transgressões, brigas vizinhas,

dívidas financeiras, dentre outras. As transgressões relacionadas diretamente ao serviço fim da corporação, por exemplo, falta (6,99%) e atraso (5,88%) de serviço, possuem um destaque no perfil das transgressões, enquanto o abuso de autoridade (2,21%) tem um quantitativo humilde, demonstrando desta forma, uma crescente valorização ao respeito mútuo entre os profissionais que compõem o Corpo de Bombeiros Militar do Pará.

Figura 1: Discriminativo dos perfis das transgressões que culminaram na instauração de PADS no âmbito do CBMPA, 2014



Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

É importante frisar que a Lei Estadual N° 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, que instituiu o Código de Ética e Disciplina da PMPA, ora em vigor no CBMPA, elenca em seu Art. 37 um total de 160 transgressões, além do parágrafo primeiro do mesmo artigo que acrescenta ainda como transgressão da disciplina todas as ações, omissões ou atos, não especificados na relação de transgressão, que afetem a honra pessoal, o pundonor militar, o decoro da classe ou o sentimento do dever. Portanto, a discriminação de outros na Figura 4 é justamente, as demais transgressões não citadas na figura, que isoladamente não correspondem a um percentual de 1%, perfazendo um total de 40,45%.

Devido à incidência dessas irregularidades administrativas, alguns militares foram sancionados administrativamente, conforme a Tabela 5, havendo uma elevação no números de repreensões, detenções e prisões aplicadas aos transgressores. Esses dados englobam todos os processos/procedimentos instaurados no âmbito do CBMPA, e registrados no Subcomando Geral, ou seja, estão inclusos processos/procedimentos instaurados pelo comando, Subcomando Geral e outras unidades BM.

Mesmo com o aumento de 60,00% das punições impostas aos Bombeiros Militares, referente aos anos de 2013 para 2014, houve um decréscimo significativo de 57,14% do número de exclusões, ou seja, da possível redução do efetivo geral do CBMPA. Ao se trabalhar com as informações contidas na Tabela 1, onde se apresentam 944 processos/procedimentos administrativos instaurados no âmbito do CBMPA, registrados no Subcomando Geral, referente ao mesmo período, e relacionar o quantitativo de punições aplicadas, total de 299, percebe-se que este número não corresponderá nem à metade dos processos/procedimentos instaurados.

Tabela 5: Número de punições aplicadas aos bombeiros militares do estado do Pará, 2013 e 2014

Tipos de punição	2013	2014	Total	Evolução/retração
Repreensão	15	48	63	220,00%
Detenção	66	98	164	48,48%
Prisão	27	35	62	29,63%
Exclusão	7	3	10	-57,14%
Total	115	184	299	60,00%

Fonte: Subcomando Geral do CBMPA (jan. 2015)

Considerações finais

Os dados apresentados mostram que a quantidade processos/procedimentos instaurados no âmbito do CBMPA e registrados no Subcomando Geral, não possui equivalência com o número de bombeiros militares sancionados administrativamente, havendo uma discrepância de valores, onde o número de instaurações corresponde a mais que o dobro de sanções aplicadas, ou seja, mais da metade dos processos instaurados não resultam em sanções disciplinares. Vale ressaltar que para a obtenção de dados mais precisos, necessita-se subtrair o quantitativo de sindicâncias e inquéritos policiais militares instaurados, pois por se tratarem de procedimentos inquisitoriais não resultam em sanções administrativas. Todavia, mesmo com esse decréscimo, a diferença ainda é acentuada.

Outro dado importante é a listagem dos perfis de transgressões com maior incidência no CBMPA, ficando em primeiro lugar os desentendimentos entre militares e civis, que como já mencionado, ocorrem na maioria das vezes, externo aos muros dos quartéis. Esta informação deturpa a ideia de que o abuso de autoridade, extorsão ou ainda crimes contra a Administração Pública pudessem liderar esta relação.

Outra informação relevante observada na presente investigação foi o elevado número de processos/procedimentos que não foram entregues ao Subcomando Geral para análise e confecção de solução, pelos diversos motivos discriminados na pesquisa, o que dificulta o controle interno, pois o lapso temporal é inimigo do caráter educacional da sanção administrativa.

O Subcomando Geral do CBMPA encontra-se, atualmente, estruturado como um órgão correcional, na medida em que zela pela eficiência das investigações de irregularidades ocorridas na corporação, e visa executar os trabalhos de forma imparcial e com duração razoável, ou pelo menos aceitável, na análise e confecção das soluções, o que é dificultado devido à carência de militares nesta atividade, com a divisão dos militares nas atribuições da “atividade-meio” e “atividade-fim”, já que não ficam à disposição da área administrativa, exercendo concomitantemente os serviços operacionais, estando embutidos nas escalas de serviço, compondo guarnições de combate a incêndio e salvamento.

Há a necessidade de se inculcar no seio da tropa o respeito aos direitos humanos, já em sua formação precípua. Esta mudança está ligada também a redefinição do papel dos órgãos correccionais, que precisam deixar de exercer de forma mais efetiva o controle punitivo, e trabalhar a fiscalização e orientação dos bombeiros para evitar que novos desvios de conduta ocorram, e não somente aguardar a ocorrência para punir.

Mas para isso não basta a simples vontade de fazer uso do sistema disciplinar formal da instituição de forma diferente. É importante que os integrantes dos órgãos correccionais sejam capazes de exibir comportamentos que reflitam valores de um Estado Democrático de Direito.

Referências

BARROS, A. M.; SOARES, E. R. *Organização básica do Exército* - análise crítica. 1996. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 191-A, 5 de outubro de 1988.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANO, I. *Police oversight in Brazil*. 2012. Disponível em: <http://www.altus.org/pdf/b_ic_en.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

COSTA, M. D. *Os Corpos de Bombeiros Militares emancipados das polícias militares: prospecção e análise dos parâmetros norteadores do seu “desenho” organizacional*. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8109/000344635.pdf?sequence=1>> Acesso em: abr. 2015.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. *Quem vigia os vigias?* – um estudo sobre o controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. *Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis: Insular, 2005.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MENEZES, J. *O Corpo de Bombeiros no Pará*. 2. ed. Pará: 2007. Disponível em: <<http://www.bombeiros.pa.gov.br/downloads/o-cbmpa-menezes.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

MONJARDET, D. *O que faz a polícia*. Sociologia da força pública. São Paulo: USP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 10)

PARÁ. Lei Nº 6.833, 13 fevereiro 2006. Institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, n. 30.624, 15 de fevereiro de 2006.

_____. Constituição do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 27 de outubro de 1989.

ROCHA, C. C.; SOUZA, J. L. C. Polícia e controle interno: a Corregedoria de Polícia Federal no Estado do Pará. In: BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C. (Org.). *Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais*. Belém: Paka-Tatu, p. 87-111, 2013.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 75-96, jan/abr. 2003.

SOUZA, J. L. C.; REIS, J. F. G. R. Trabalho policial, violação dos direitos humanos e as respostas da corregedoria. In: BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C. (Org.). *Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais*. Belém: Paka-Tatu, p. 41-62, 2013.

CAPÍTULO 5

Os limites da engenharia de transporte e a estrada minada: o caso da BR-316

Irlando Ricardo Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. ricardo.pa@bol.com.br

Henrique Antonio Monteiro Lopes

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Segurança Pública e Gestão da Informação (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. lopide@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br.

Cristiane Nazaré Pamplona de Souza

Mestre em Matemática (UFBA) e bacharel em Estatística (UFPA). Salvador – Bahia – Brasil. crissouza.ufpa@gmail.com

Resumo

Segundo a Organização Mundial da Saúde, nos últimos anos, os acidentes de trânsito constituem uma das principais causas de mortalidade no mundo. A conservação das rodovias é apontada como um fator determinante para tais ocorrências. Em vista disto, este estudo objetiva investigar de que forma a má conservação estrutural da rodovia BR-316, entre os quilômetros 0 e 10, potencializou as ocorrências nos anos de 2009 a 2012. Realizou-se um estudo a partir de técnicas estatísticas descritivas e multivariadas a fim de alcançar o problema levantado. Para tanto, foi desenvolvido um índice de qualidade para a rodovia, o qual revelou que nos trechos considerados ruins, além da falta de atenção, a principal causa de acidentes é o defeito na via, corroborando-se, então, a hipótese de que a má conservação da rodovia potencializou as ocorrências de trânsito no período analisado. Conclui-se que o trânsito é fruto das relações sociais, transformando-se em uma das manifestações mais latentes da violência social, que poderia ser evitada se políticas de conservação e melhoria das rodovias fossem, de fato, implantadas.

Palavras-chave: Má conservação. Rodovias. Estatísticas. Acidentes.

Introdução

Os acidentes de trânsito ocupam o posto de uma das principais causas de mortalidade no mundo. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 1,2 milhões de pessoas morrem anualmente vítimas de acidentes de transporte, e entre 20 e 50 milhões de pessoas são vítimas de lesões não fatais resultantes desses acidentes (WAISELFISZ, 2012).

O Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, revelou que em 2010, 40.610 pessoas foram vítimas fatais, sendo que 25% delas, por ocorrências com motocicletas. Além disto, no período de 2002 a 2010, a quantidade de óbitos ocasionados por acidentes com motocicletas passou de 3.744 para 10.143 mortes, de modo que neste período, o número total de óbitos por acidentes com transporte terrestre cresceu 24%: passou de 32.753 para 40.610 mortes, revelando que os acidentes de trânsito são uma realidade que deve ser estudada, especialmente, no que concerne às causas que levam à ocorrência de tais acidentes (WAISELFISZ, 2012).

Dados do Departamento da Polícia Rodoviária Federal revelam que no Brasil, mais de 40.000 pessoas perdem a vida anualmente em acidentes de trânsito, sendo que em 2010 foram computadas 8.285 pessoas mortas somente nas rodovias federais, ou seja, 174.583 acidentes, ressalvado o fato de que tais números podem ser maiores, considerando a precariedade estatística do país (DPRF, 2011 apud WAISELFISZ, 2012). O Departamento Nacional de Trânsito, com relação ao número de mortos e feridos nos acidentes em todo o território nacional, chegou à conclusão de que morrem mais pessoas no Brasil, vítimas de acidentes de trânsito, do que em guerras entre países (DENATRAN, 2012 apud WAISELFISZ, 2012).

Diante destes dados, vislumbra-se a relevância deste estudo, no sentido de que considera o trânsito uma atividade vital para interação social, sendo de suma importância investigar os motivos que levaram ao aumento dos índices de acidentes de trânsito, o que exige um destaque maior em relação à eficiência das políticas públicas, tornando-se, então, uma das questões sociais mais importantes da contemporaneidade, uma vez que fatores como o aumento da popularização dos veículos, a desorganização no trânsito, a falta de fiscalização juntamente com os comportamentos disfuncionais dos usuários, entre outros, contribuem para o agravamento da situação.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi justamente investigar de que forma a precariedade estrutural da rodovia BR-316 entre os quilômetros 0 e 10 potencializou os acidentes de trânsito nos anos de 2009 a 2012, por meio

da aplicação das técnicas estatísticas denominadas análise descritiva e análise de correspondência.

Revisão bibliográfica

O trânsito é o conjunto de todos os deslocamentos diários, feitos nas calçadas e nas vias da cidade, e que aparece na rua na forma da movimentação geral de pedestres e veículos (VASCONCELLOS, 2010). É também um movimento que ocorre quando relações sociais se estabelecem entre os indivíduos num espaço de circulação que é público, organizado e regido por leis e normas estabelecidas pelo Estado. Essas relações ocorrem de maneira diferenciada de acordo com a forma como cada um vai se deslocar, que pode ser a pé, de ônibus, de carro, de bicicleta, de skate, de cadeira de rodas, de carroça etc. (STEIGLEDER, 2011).

Portanto, o trânsito, assim como qualquer outra fonte de interação sociológica, é um fator que reiteradamente traz às pessoas situações de conflito, materializadas desde o estresse provocado pelas horas em congestionamentos até acidentes que podem terminar com vítimas fatais, situações de conflito estas que, em sua maioria, são provocados por um planejamento deficiente do trânsito (RODRIGUES, 2009).

Nasce daí a importância em tratar as causas e as consequências da interação social instrumentalizada pelo trânsito, destacando-se, no caso desta pesquisa, a ocorrência de acidentes, pois considerando que o acidente de trânsito se constitui de atos cotidianos, que acontecem na relação entre indivíduos, veículos e o espaço físico, considera-se a perspectiva de que o trânsito constitui-se num conjunto de regras (elementos normativos e códigos de significação) e recursos (poder) fora do tempo e do espaço, que sem a ação do sujeito, estes elementos são apenas virtuais, só podendo ser percebidos quando ocorre a agência humana (GIDDENS, 1989).

É justamente esta perspectiva que será apresentada, tendo como objeto de pesquisa a BR-316, nos quilômetros 0 a 10. De uma análise observacional, se pode depreender que se trata de uma rodovia que tem no seu marco quilométrico zero uma rotatória interligando três avenidas da cidade de Belém, bem como um túnel com cerca de duzentos metros de comprimento. Inicia-se com cinco faixas de rolamento em cada um dos sentidos (crescente para quem sai da cidade e decrescente para quem entra na cidade de Belém).

Reforça-se a importância de compreender o acidente de trânsito a partir de uma perspectiva sociológica, uma vez que este carrega em sua origem conflitos sociais relacionados à construção do papel de pedestre e condutor,

sendo esta uma perspectiva que amplia o olhar sobre o que é o trânsito e permite ir além da questão formal da aplicação do Código de Trânsito, da internalização de normas e regras e da punição, incorporando questões sociais presentes nas relações entre os indivíduos.

Sendo assim, é importante ressaltar que a efetividade do trânsito de uma cidade é determinada pela estrutura demográfica da região, sendo que o planejamento urbano bem executado é um fator que contribui para este fim. Sabe-se que no Brasil, de um modo geral, a preocupação com a construção de rodovias como meios para possibilitar e facilitar o deslocamento das pessoas só foi mais acentuada em meados do século XX.

À medida que as cidades foram crescendo e desenvolvendo, tornou-se imperativo que as vias fossem adaptadas às necessidades da comunidade, em outras palavras, as construções das rodovias passou a significar segurança e rapidez para o deslocamento das pessoas.

No entanto, o que se destaca é o fato de que, atualmente, em que pese a sua imprescindibilidade para as interações sociais, as rodovias ainda são palco de ocorrências de trânsito que resultam em perdas materiais e de vidas. Logo, o que se verifica, na realidade é que com o aumento da frota de veículos e a complexidade das necessidades humanas em relação à locomoção, somadas às más condições de conservação das rodovias e ao comportamento inadequado no trânsito, este acaba trazendo características que o revelam como violento.

Tendo em vista que o trânsito é o local onde as relações sociais são efetivadas e os conflitos são materializados, pode-se afirmar que, sociologicamente, o trânsito é o reflexo da situação da sociedade. Isto pode ser corroborado a partir dos ensinamentos de Rodrigues (2009), no sentido de que o trânsito é um retrato perfeito de como anda a sociedade brasileira. Reflete a violência urbana, o desprezo pelas leis, o desrespeito para com o próximo e o egoísmo. Diante deste fato, a manutenção e a conservação das rodovias é um desafio que reflete, diretamente, sobre o desenvolvimento socioeconômico não apenas de uma região específica, mas de todo o país. Portanto, esta necessidade se torna mais latente quando se revela o fato de que o modal mais utilizado no Brasil é o rodoviário, que por sua vez, acaba tendo o seu desempenho prejudicado pela falta de manutenção e conservação das estradas.

Material e métodos

O objeto de estudo desta pesquisa foi a rodovia BR-316, que do seu ponto inicial até seus quinhentos metros há uma redução da quantidade de faixas, passando de cinco para três, o que perdura até o quilômetro quatro,

onde existe uma nova redução de três para duas faixas, estendendo-se até o quilometro seis quando, novamente, ocorre uma mudança brusca na quantidade de faixas, aumentando de duas para quatro faixas.

No quilômetro nove, ocorre a redução de quatro para três faixas e a partir do quilometro 9,5 a redução de três para duas faixas. Ao longo desses dez quilômetros observam-se todos os tipos de empreendimentos (comerciais, escolares, industriais, atividades informais etc.).

Tem-se do quilômetro zero até o quatro a velocidade regulamentada de 60 km/h e entre os quilômetros quatro até o dez a velocidade regulamentada de 40 km/h, sendo que não se pode deixar de mencionar que o fluxo de veículos é constante neste intervalo quilométrico deixando o trânsito congestionado, sobretudo, por ser a principal opção rodoviária para a entrada e saída de Belém. Existe para o intervalo quilométrico analisado somente uma estrutura tipo viaduto que propicia realizar a manobra de retorno e cruzamento da rodovia com mais segurança.

Há seis retornos oficiais neste intervalo, contudo, percebe-se a falta de elementos essenciais para que possam ser utilizados com maior segurança, tais como, faixa de aceleração, faixa de desaceleração e semáforos. Neste trecho, existem seis passarelas das quais somente três apresentam condições relativamente boas de uso, considerando-se pressupostos como a estrutura, o acesso, a higiene, o estado de conservação e a segurança, por exemplo.

No que tange aos acostamentos, estes são caracterizados por uma descontinuidade ao longo de suas estruturas, somada às péssimas condições de conservação que os mesmos apresentam. Já em relação ao canteiro central, verificou-se a presença de apenas oitocentos metros de cerca que impedem a travessia de pedestres, propiciando, por exemplo, acidentes do tipo atropelamentos e colisões com bicicletas.

Diante desta breve descrição da via, a análise da precariedade estrutural da rodovia BR-316 entre quilômetros 0 a 10 será baseada em um questionário que possibilitou obter as informações de cinco dimensões da rodovia, que são: pista, retorno, acostamento, canteiro central e passarelas, por intervalo quilométrico de um quilômetro, nos sentidos crescente e decrescente, sendo avaliadas por um especialista que atribuiu notas no intervalo de 0 a 5, onde a nota 0 (inexistente), 1 (péssimo), 2 (ruim), 3 (regular), 4 (bom) e 5 (excelente).

Análise de Componentes Principais

Para desenvolver o Índice de Qualidade da BR 316, a técnica estatística multivariada análise dos componentes principais foi utilizada, a qual tem como principal objetivo a redução do número de variáveis originais e verifi-

cação de quais componentes principais explicam uma proporção elevada da variação total associada ao conjunto original dos dados (MINGOTI, 2005).

Para a determinação da quantidade de componentes principais necessárias a construção dos índices, foi calculado o percentual de variância explicada pelos autovalores (λ_i) – estes indicam a variância de uma componente principal Y_j , em que a primeira componente é a de maior variabilidade e a última componente é a que possui menor variabilidade, pois os autovalores estão ordenados em ordem decrescente (LATTIN et al., 2011).

Analisa-se as componentes que obtiveram um valor de percentual de variância explicada maior ou igual a 70%, isto é, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for maior ou igual a 70%, deve-se utilizar somente esta componente na análise. Contudo, se o percentual de variância explicada da 1ª Componente Principal (Y_1) for menor que 70%, utilizam-se as 1ª e 2ª Componentes Principais se suas somas de percentual de variância explicada for maior que 70%, e assim por diante (RAMOS et al., 2008).

O modelo geral para a j -ésima componente principal é definida por

$$Y_j = e_{j1}X_1 + e_{j2}X_2 + e_{j3}X_3 \dots + e_{jp}, \quad j=1,2,3,\dots,p \quad (1)$$

onde Y_j é a componente principal; e_{ij} é o autovalor de cada componente e X_i é a variável (MINGOTI, 2005).

Quadro 1: Variáveis Necessárias à Construção dos Índices de Qualidade da BR 316

Tipo de Índice	Variáveis	
Índices de Qualidade da Pista	i) estado de conservação da pista; ii) vias de acesso; iii) acesso a empreendimentos; iv) sinalização horizontal; v) sinalização vertical; v) sinalização vertical;	vi) sinalização semafórica; vii) largura da faixa de trânsito; viii) iluminação artificial; ix) faixa de pedestre; x) ponte; xi) faixa de domínio.
Índice de Qualidade do Retorno	i) estado de conservação do retorno; ii) faixa de aceleração; iii) Faixa de desaceleração;	iv) sinalização horizontal; v) sinalização vertical; vi) sinalização semafórica; vii) iluminação artificial.
Índice de Qualidade do Acostamento	i) estado de conservação do acostamento; ii) sarjeta; iii) meio fio; iv) calçada;	v) ciclovia; vi) sinalização horizontal; vii) sinalização vertical; viii) parada de ônibus; ix) ocupação.
Índice de Qualidade do Canteiro	i) estado de conservação do canteiro central; ii) barreira física; iii) barreira física anti-ofuscante.	
Índice de Qualidade da Passarela	i) estado de conservação da passarela; ii) iluminação artificial; iii) comércio;	iv) conservação no acesso da passarela; v) higiene da passarela.

O valor referente a qualidade da pista para cada intervalo quilométrico foi obtido multiplicando-se os coeficientes (autovalores) associados a cada variável que compõe o índice, pela nota, da respectiva variável, atribuída no processo de avaliação do intervalo quilométrico. Para facilitar a interpretação da qualidade da rodovia de cada intervalo quilométrico, efetuou-se uma padronização dos valores obtidos, para que os mesmo pudessem ser avaliados em uma escala de 0 a 1. Neste caso, o j-ésimo valor padronizado do Índice de Qualidade de Pista, por exemplo, é obtido por

$$Z(\text{IQPista})_j = \frac{\text{IQPista}_j - \text{Mín}(\text{IQPista}_{j_1} \dots \text{IQPista}_{j_p})}{\text{Máx}(\text{IQPista}_{j_1} \dots \text{IQPista}_{j_p}) - \text{Mín}(\text{IQPista}_{j_1} \dots \text{IQPista}_{j_p})} \quad (2)$$

onde, $\text{Máx}(\text{IQPista}_{j_1}; \dots; \text{IQPista}_{j_p})$ e $\text{Mín}(\text{IQPista}_{j_1}; \dots; \text{IQPista}_{j_p})$ são os valores máximo e mínimo obtidos pelo IQPista. A partir dos valores padronizados, a qualidade de pista de cada intervalo quilométrico da BR 316

avaliado foi classificada segundo três níveis: ruim (0 a 0,29), regular (0,30 a 0,69) e bom (0,7 a 1,0). O mesmo procedimento foi realizado para obtenção, padronização e classificação dos valores referentes a qualidade de: retorno, acostamento, canteiro e passarela, de cada intervalo quilométrico avaliado.

Para a construção do Índice de Qualidade Geral (IQG) da BR 316, tanto para o sentido crescente quanto decrescente da via, foram utilizados os valores obtidos, para cada intervalo quilométrico, a partir dos Índices de Qualidade de: Pista; Retorno; Acostamento; Canteiro e Passarela. O valor referente a qualidade geral para cada intervalo quilométrico foi obtido multiplicando-se os coeficientes associados a cada um dos índices (pista; retorno; acostamento; canteiro e passarela) que compõe o IQG, pela nota do respectivo índice (pista; retorno; acostamento; canteiro e passarela). O mesmo procedimento utilizado para o Índice de Qualidade da Pista na padronização e classificação dos valores foi utilizado nos valores obtidos pelo Índice de Qualidade de Geral, para cada intervalo quilométrico avaliado. As análises foram realizadas com o auxílio do aplicativo Minitab versão 16.0.

Análise de correspondência

Para verificar as relações significativas entre os índices de qualidade da BR-316, construídos a partir da análise de componentes principais (ACP) e características dos acidentes de trânsito, utilizou-se a técnica multivariada de análise de correspondência que tem como principal objetivo a melhor representação estrutural dos dados observados (VICINI, 2005). Primeiramente, para a aplicação da técnica é realizado o teste qui-quadrado (χ^2) que visa verificar a dependência entre as variáveis em estudo, o qual as hipóteses testadas são: H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. O valor do teste qui-quadrado (χ^2) é dado por:

$$\chi^2 = \sum_{ij} \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (3)$$

onde O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência.

Após a rejeição da hipótese H_0 no teste (χ^2), calcula-se o critério beta (β), para verificar a dependência entre as categorias das variáveis. Desta maneira, se $\beta > 3$, as categorias das variáveis são ditas associadas entre si a um erro menor ou igual a 5%. O critério β é obtido por (FÁVERO et al., 2009),

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}} \quad (4)$$

onde χ^2 é o valor qui-quadrado, l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência.

Não se pode afirmar que por meio do critério beta o motivo da associação entre as categorias, contudo é necessário calcular o coeficiente de confiança, a partir de um procedimento baseado nos resíduos (sendo definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas) para saber, por exemplo, qual a probabilidade de um acidente do tipo de atropelamento de pessoa ocorrer por causa da falta de atenção. O cálculo do resíduo padronizado é dado por,

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}} \quad (5)$$

Posteriormente à obtenção dos valores dos resíduos, é calculado o coeficiente de confiança (γ), por meio de:

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (6)$$

onde Z_{res} é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. Considera-se que as categorias possuem associação significativa quando $\gamma \geq 0,70$ ou 70%. Foram realizadas as análises estatísticas com o auxílio do aplicativo *Statistica*, versão 6.0.

Resultados

Os índices de qualidade geral da rodovia para os sentidos crescente e decrescente da via são expressos por:

$$IQ \text{ Pista}_{Crescente} = \hat{Y}_{1Crescente} + \hat{Y}_{2Crescente} \quad (7)$$

e

$$IQ \text{ Pista}_{Decrescente} = \hat{Y}_{1Decrescente} + \hat{Y}_{2Decrescente} \quad (8)$$

Por meio da Tabela 1 observa-se que os sentidos crescente e decrescente da via possuem, de forma geral, qualidades diferentes. No sentido crescente da via, o intervalo de quilômetro do 0 ao 1 apresenta o menor escore e consequentemente a pior classificação (péssimo) em termos de qualidade geral da BR 316, já os intervalos de quilômetro do 1 ao 4 e 5 ao 10 apresentam os maiores escores e consequentemente as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade geral.

Para o sentido decrescente da via, os intervalos de quilometro do 3 ao 4 e 5 ao 6 apresentam os menores escores e conseqüentemente as piores classificações (péssimo), entretanto, o intervalo de quilômetro do 6 ao 7 apresenta o maior escore e conseqüentemente a melhor classificações (excelente) em termos de qualidade geral do BR 316.

Por outro lado, em relação ao sentido decrescente da rodovia, apenas o trecho que compreende os quilômetros 6 a 7 foi considerado excelente nos termos da qualidade geral da rodovia (Tabela 1).

Tabela 1: Escores e Classificação a partir do Índice de Qualidade Geral da BR-316, por Intervalo de Quilometro e Sentido da Via

Km	Índice de Qualidade Geral					
	Escore (Crescente)			Escore (Decrescente)		
	N.P	Padronizado	Classificação	N.P.	Padronizado	Classificação
0 ao 1	-16,53	0,00	Péssimo	12,35	0,42	Regular
1 ao 2	5,40	1,00	Excelente	18,50	0,72	Bom
2 ao 3	3,96	0,93	Excelente	13,17	0,46	Regular
3 ao 4	2,17	0,85	Excelente	5,89	0,11	Péssimo
4 ao 5	-1,12	0,70	Bom	12,86	0,44	Regular
5 ao 6	3,97	0,94	Excelente	3,70	0,00	Péssimo
6 ao 7	3,01	0,89	Excelente	24,34	1,00	Excelente
7 ao 8	1,56	0,83	Excelente	19,67	0,77	Bom
8 ao 9	2,77	0,88	Excelente	17,08	0,65	Bom
9 ao 10	4,62	0,96	Excelente	13,67	0,48	Regular

Nota: NP: Não Padronizado

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

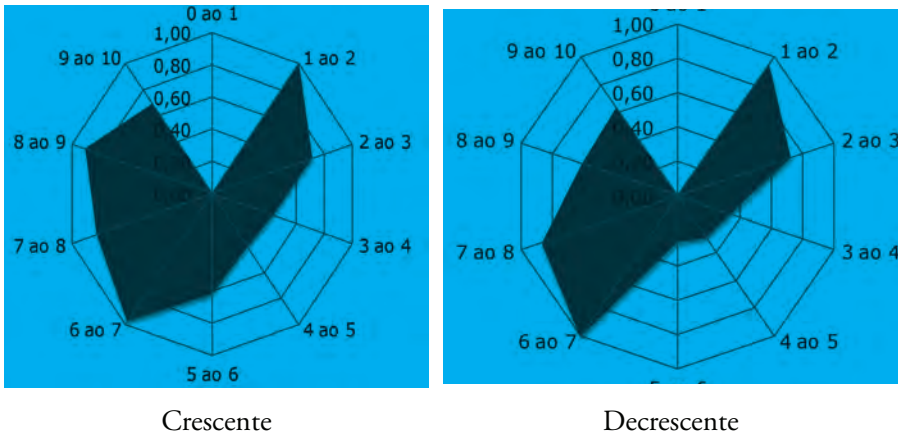
O mesmo procedimento foi utilizado para os índices de qualidade da pista, retorno, acostamento, canteiro central e passarela. Logo, é possível constatar os desequilíbrios entre as avaliações dos trechos em relação aos sentidos da rodovia por meio de visualização gráfica

Índice de qualidade da pista

Os sentidos crescente e decrescente da via possuem, de forma geral, qualidade diferente. Com isso, o intervalor de quilômetro do 0 a 1, para ambos os sentidos da via apresenta o menor escore e, conseqüentemente, a pior classificação (péssimo) em termos de qualidade de pista, sendo que, para

ambos os sentidos da via, os intervalos de quilometro do 1 a 2, 6 a 7 e 7 a 8 e somente para o sentido crescente o intervalo de quilometro 8 a 9, apresentam os maiores escores e, conseqüentemente, as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade de pista. A Figura 1 ilustra esta situação:

Figura 1: Classificação a partir do índice de qualidade da pista da BR-316, por intervalo de quilômetro e sentido da via



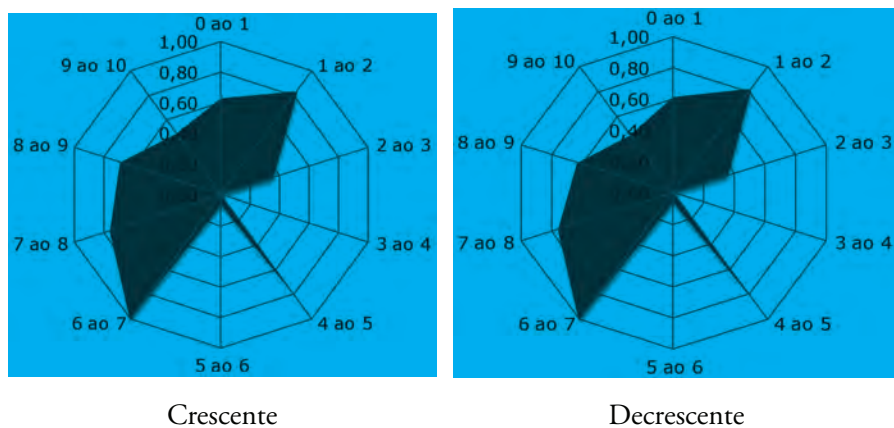
Fonte: PRF (2009-2012)

O trecho dos quilômetros 0 a 1 foi o único intervalo considerado péssimo em ambos os sentidos da via. Nos quilômetros 3 e 4, as classificações foram, respectivamente, ruim no sentido crescente e regular no decrescente, sendo que estes trechos são caracterizados por congestionamentos devido à falta de sinalização adequada. Os quilômetros 5 a 6 receberam classificação “bom” no sentido crescente e “regular” no decrescente, destacando a perda de qualidade evidenciada pela classificação recebida pelos quilômetros 8 a 9, onde o sentido crescente recebeu avaliação “excelente” enquanto o decrescente recebeu a avaliação “bom”.

Índice de qualidade do retorno

Os sentidos da via, de forma geral, apresentaram qualidade igual. Assim, o intervalo de quilômetro do 3 ao 4 e do 5 ao 6 para ambos os sentidos da via apresentam os menores escores e conseqüentemente as piores classificações (péssimo) em termos de qualidade do retorno. Para ambos os sentidos da via, os intervalos de quilometro do 1 ao 2, 4 ao 5 e 6 ao 7 apresentam os maiores escores e conseqüentemente as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade do retorno.

Figura 2: Classificação a partir do índice de qualidade do retorno da BR-316, por intervalo de quilômetro e sentido da via



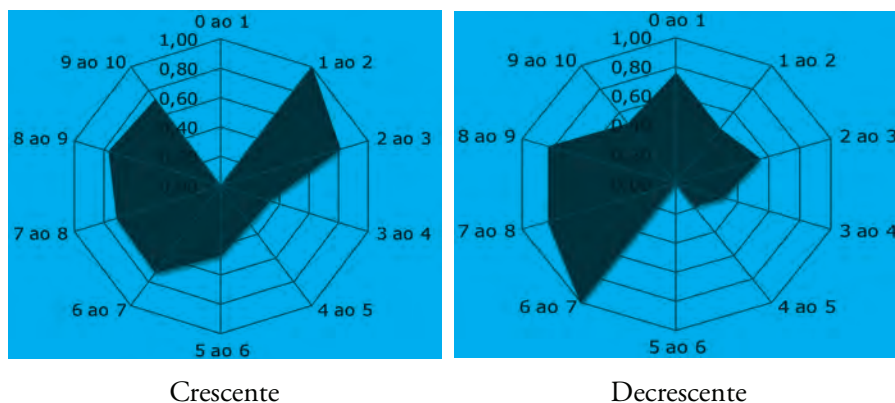
Fonte: PRF (2009-2012)

No caso da rodovia BR-316 o que se vislumbra, em muitos dos trechos compreendidos no intervalo quilométrico analisado, ainda é a falta de sinalização adequada, a falta de condições físicas para que o dispositivo seja plenamente utilizado e, em maior grau, a precariedade da pista, que interfere no uso satisfatório dos retornos, como ilustra a Figura 2.

Índice de qualidade do acostamento

Percebe-se que os sentidos crescente e decrescente da via possuem, de forma geral, qualidade diferente. No sentido crescente da via, o intervalo de quilômetro do 0 ao 1 apresenta o menor escore e conseqüentemente a pior classificação (péssimo) em termos de qualidade do acostamento, já os intervalos de quilômetro 1 ao 2 e 2 ao 3 apresentam os maiores escores e conseqüentemente as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade do acostamento. Para o sentido decrescente da via, os intervalos de quilometro 4 ao 5 e 5 ao 6 apresentam os menores escores e conseqüentemente as piores classificações (péssimo), entretanto, os intervalos de quilômetro 6 ao 7; 7 ao 8 e do 8 ao 9 apresentam os maiores escores e conseqüentemente as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade do acostamento. A Figura 3 ilustra a situação:

Figura 3: Classificação a partir do índice de qualidade do acostamento da BR-316, por



Fonte: PRF (2009-2012)

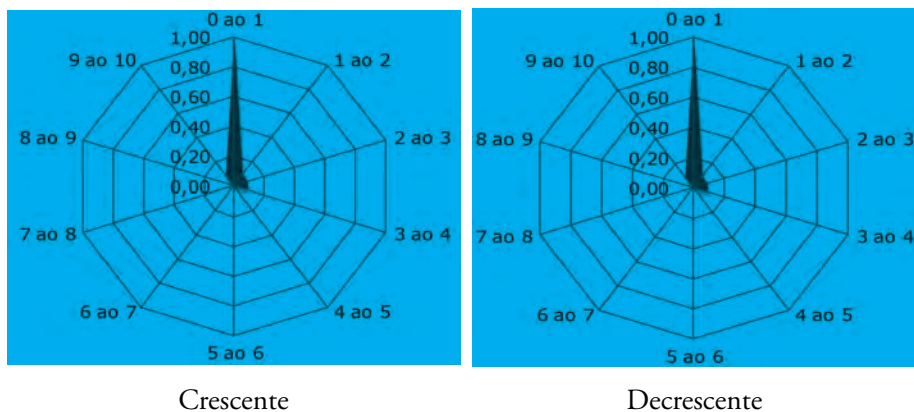
Além disso, os quilômetros 1 a 2 e 2 a 3 foram avaliados como excelentes no sentido crescente e regulares no decrescente. A única equivalência constatada em relação à qualidade do acostamento da rodovia foi identificada nos quilômetro 3 e 4, o qual foi avaliado como ruim em ambos os sentidos da via.

A necessidade de uma determinação precisa da largura e da natureza física dos acostamentos é pressuposto imprescindível para a manutenção da segurança nas rodovias, posto que, por exemplo, a implantação de um acostamento muito largo poderia ensejar que os motoristas o utilizassem como pista de rolamento ou mesmo estacionamento, desviando sua finalidade e pondo em risco a segurança do tráfego no trecho da via, de modo que é recomendado que os acostamentos apresentem largura entre 3,00 a 3,70 metros para garantir distância livre a partir da pista principal de 0,30 a 0,60 metros para veículos comerciais e de 0,90 a 1,20 para veículos de passeio (LIMA; MOYSÉS, 2009).

Índice de qualidade do canteiro central

A partir dos resultados colhidos, verificou-se que há um equilíbrio na avaliação da qualidade do canteiro central em ambos os sentidos da rodovia. Assim, tem-se que todos os trechos foram considerados péssimos, com exceção do trecho que compreende os quilômetros 0 a 1, o qual foi considerado excelente. A Figura 4 ilustra a situação:

Figura 4: Classificação a partir do índice de qualidade do canteiro central da BR-316, por intervalo de quilômetro e sentido da via



Fonte: PRF (2009-2012)

Este resultado interfere, sobremaneira, na infraestrutura de trânsito oferecida aos pedestres, especialmente, os ciclistas, uma vez que a precariedade do canteiro central indica a precariedade da infraestrutura das ciclovias e, em casos mais graves, sua inexistência, certificando esta deficiência da rodovia BR-316 e corroborando o fato de que é uma via que não oferece plenas condições de segurança aos seus usuários (TEIXEIRA, 2007).

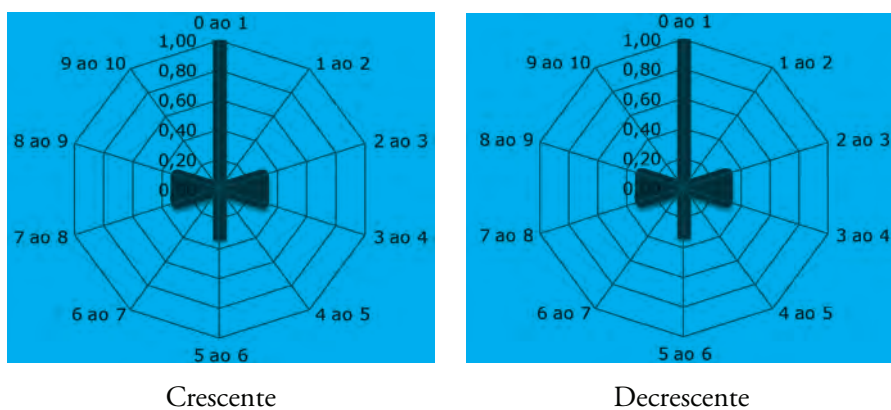
O que se verifica, no entanto, é que em pistas duplas com canteiro central, como é o caso da BR-316, podem ocorrer alguns problemas operacionais que são criados ou intensificados por fatores como deficiência na canalização por expansão da área pavimentada; área de armazenagem mal dimensionada para as necessidades dos movimentos de giro e cruzamentos; insuficiência de distância de visibilidade na chegada à interseção; falta de orientação clara para o usuário sobre o que fazer; problemas de segurança, atenção aos pedestres (BRASIL, 2009).

Assim, ao longo de toda a extensão dos trechos que incluem os quilômetros 0 a 10 da rodovia BR-316, o que se verificou em relação ao canteiro central foi uma descontinuidade da padronização, pois foram encontrados trechos em que o canteiro central estava urbanizado e devidamente sinalizado em relação a presença de retornos e trechos onde o canteiro central se apresentou totalmente abandonado e sem qualquer sinalização que auxiliasse os condutores a manobrem de maneira correta seus veículos, ferindo, então, um pressuposto necessário para que haja a diminuição dos índices de acidentes de trânsito motivados por erros de movimentação.

Índice de qualidade da passarela

Os sentidos crescente e decrescente da via possuem, de forma geral, qualidade igual. O intervalo de quilômetro do 0 ao 1 para ambos os sentidos da via apresentam os maiores escores e conseqüentemente as melhores classificações (excelente) em termos de qualidade da passarela. Para ambos os sentidos da via, os intervalos de quilometro do 1 ao 2, 4 ao 5, 6 ao 7 e 9 ao 10 apresentam os menores escores e conseqüentemente as piores classificações (péssimo) em termos de qualidade da passarela, conforme ilustra a Figura 5:

Figura 5: Classificação a partir do índice de qualidade da passarela da BR-316, por intervalo de quilometro e sentido da via



Fonte: PRF (2009-2012)

Observa-se que os trechos 1 ao 2, 4 ao 5, 6 ao 7 e 9 ao 10 foram considerados péssimos, evidenciando a má qualidade de tais dispositivos que são, na realidade, imprescindíveis para a manutenção da segurança dos pedestres, sobretudo, em vias de tráfego intenso como é o caso da BR-316. Ressalta-se, ainda, o fato de que a precariedade das passarelas pode retirar dos pedestres a motivação para utilizá-las, podendo então, ser fatores potencializadores para a ocorrência de acidentes como atropelamentos, que por sua vez, podem resultar em vítimas feridas e fatais, trazendo prejuízos socioeconômicos indiscutíveis (LIMA; MOYSÉS, 2009).

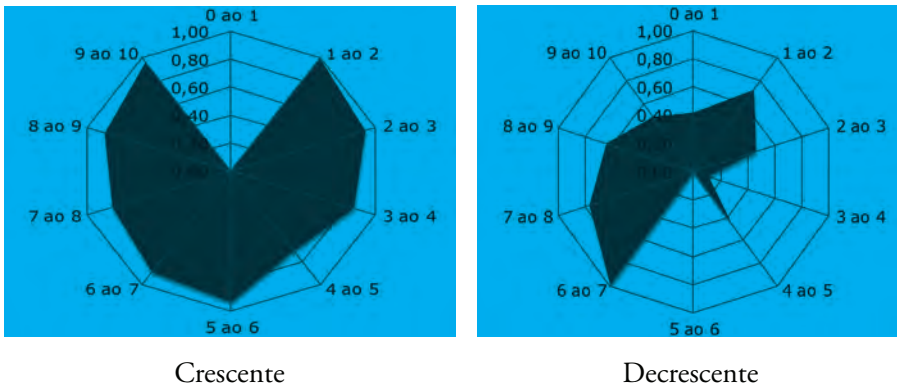
Estes fatos são confirmados por aspectos que influenciam o uso de passarelas por parte dos pedestres, posto que, ao contrário, há também fatores que afastam o pedestre da segurança conferida pela passarela nas rodovias de fluxo intenso, como é o caso da BR-316. Assim, é possível afirmar que uma passarela tem a finalidade de separar fisicamente os fluxos de tráfego conflitantes entre pedestres e veículos, auxiliando os pedestres a cruzar o

fluxo de veículos e aos condutores a cruzar o fluxo de pedestres. Daí nasce a possibilidade dos pedestres optarem por não utilizar as passarelas e, com isso, os riscos de acidentes fatais na rodovia aumentam, motivados pelo lastimável estado de conservação com que se encontram algumas das passarelas do trecho em estudo (OLIVEIRA, 2007).

Índice de qualidade geral

Verifica-se um desequilíbrio entre as avaliações dos trechos em relação aos sentidos da rodovia. Assim, percebe-se que a maioria dos trechos do sentido crescente foi considerada excelente, com exceção do quilômetro 0 ao 1 que foi considerado péssimo. Enquanto que no sentido decrescente da via o quilômetro 0 ao 1 foi considerado regular, isto pode ser devido aos inúmeros transtornos que este trecho traz aos usuários, como pode ser visto na Figura 6:

Figura 6: Classificação a partir do índice de qualidade geral da BR-316, por intervalo de quilômetro e sentido da via



Fonte: PRF (2009-2012)

A pesquisa revelou que há um desequilíbrio no índice de qualidade geral da BR-316, o qual já era esperado devido aos problemas que foram descritos nos mais diversos trechos da rodovia. Este desequilíbrio reflete em problemas, os quais são causados por fatores que vão desde o congestionamento provocado pelo intenso fluxo de veículos, prejudicado pelas obras que ali estão sendo realizadas, até a grande concentração de pessoas perpassando, ainda, pela condição precária de sua infraestrutura, demonstrada nas avaliações dos índices de qualidade de dispositivos imprescindíveis à segurança no trânsito, como passarelas, canteiros, acostamento etc.

Considerações finais

Esta pesquisa revelou que a infraestrutura defasada e precária da rodovia BR-316 contribuiu para a ocorrência de acidentes de trânsito no período de 2009 a 2012 nos trechos compreendidos entre os quilômetros 0 e 10, ficando evidente que a má conservação potencializa os fatores de risco que podem levar a acidentes na via.

Este quadro delinea a falta de planejamento, que deveria ser materializado por meio de políticas públicas de mobilidade urbana, voltadas para a melhoria de trafegabilidade, infraestrutura, segurança, conforto, entre outros fatores, os quais deveriam ser implantados em benefício da rodovia e consequentemente da sociedade.

Sendo assim, resta claro que a infraestrutura da rodovia BR-316 influencia o modo como o trânsito se configura na via, abrangendo inclusive, aspectos sociopolíticos e culturais da sociedade moderna.

Referências

- BRASIL. *Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas*. Rio de Janeiro: IPR - 740, 2009.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GIDDENS, A. *A construção da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. *Análise de dados multivariados*. Tradução de Harue Avritscher. São Paulo: Cengage Learning, 456p. 2011.
- LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides (Org). *Como andam Belém e Goiânia*. Rio de Janeiro: Letra Capital – Observatório das Metrópoles, 2009.
- MINGOTI, Si A. *Análise de dados através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- OLIVEIRA, E. L. M. *Considerações sobre o projeto de acostamentos para rodovias*. São Paulo: USP, 2007.
- RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAUJO, A. R. (Orgs.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2v. 2008.

RODRIGUES, I. M. *A importância da manutenção das rodovias para o sistema de redes logísticas*. Salvador: INEGEP, 2009.

STEIGLEDER, C. N. *Trânsito e pedestres: representações sociais, segregação urbana e conflitos no uso do espaço público*. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/30471>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

TEIXEIRA, K. M. *Investigação de opções de transporte de carga geral em contêineres nas conexões com a Região Amazônica*. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2007.

VASCONCELLOS, E. A. *O que é trânsito?* 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

VICINI, Lorena. *Análise multivariada da teoria à prática*. Santa Maria-RS: UFSM, 2005.

WAISELFISZ, J. J. *O mapa da Violência 2012*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

CAPÍTULO 6

Perfil das vítimas de violência na Zona Norte da Cidade da Praia (Cabo Verde)

Bernardo Ulisses Ferreira Monteiro

Mestre em Segurança Pública (UNICV) e policial nacional de Cabo Verde - Ilha de Santiago - Praia. bernaulisses@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Maciele Lopes Ora

Graduanda em Estatística (UFPA) e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Belém – Pará – Brasil. maciele.ora@gmail.com

Resumo

A Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, vem sendo sufocada nos últimos anos, por violências de várias ordens. Sendo esta metrópole um terreno fértil para a reprodução das profundas desigualdades socioespaciais, torna-se necessário estudar a violência por ser um tema bastante atual e comum em vários países. Este trabalho tem como objetivo mostrar o perfil das vítimas de violência urbana da Zona Norte da Cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Para tanto, foram utilizadas as técnicas estatísticas análise descritiva para traçar o perfil das vítimas e a análise de correspondência para verificar a relação entre as categorias das variáveis analisadas. Dentre os principais resultados, foi verificado que a maior parte das vítimas de violência é do sexo masculino, de idade compreendida entre 20 e 29 anos. Há um maior percentual de crimes cometidos contra pessoas, dentre estes, o delito mais frequente é o de ofensa corporal, na qual o vandalismo afigura-se como a causa imediata na maioria dos casos. Pode-se salientar ainda que uma parte substancial das vítimas declaram que o acusado agiu com violência física. Conclui-se que grande parte dos jovens da Cidade da Praia são os que mais sofrem com a violência, o que não é diferente de outros países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil. Sendo assim, torna-se necessário desenvolver políticas de prevenção e intervenção na Cidade da Praia para dessa maneira tentar diminuir a violência.

Palavras-chave: Desigualdades Socioespaciais. Crimes. Políticas de Prevenção.

Introdução

Na atualidade, a violência assume proporções alarmantes e complexas, mostrando ser um fenômeno cada vez mais emergente de uma sociedade de lógica capitalista, onde a exclusão e a desigualdade são latentes no espaço. Hoje, a preocupação com esse fenômeno tem contornos na própria configuração do espaço produzido, onde a fala do crime e o medo tem produzido preconceitos, estigmas e estereótipos à volta dos mais desfavorecidos da sociedade, contribuindo para o isolamento das pessoas e para a exclusão social e a decadência do espaço público como espaço de convivência (CALDEIRA, 2000). Na verdade, as pessoas dos espaços segregados/espontâneos são mais vítimas da violência do que se pensa, sendo este cenário bastante visível no território cabo-verdiano, onde muitos podem ver os seus direitos violados, negados e contornados por interesses e ideologias hegemônicas, visíveis nas desigualdades socioespaciais.

Para Adorno (2002), uma das noções da violência é a negação dos direitos do homem, o que faz com que muitas pessoas percam a vida na busca da sobrevivência e do reconhecimento, via geral vedada às classes pauperizadas e desfavorecidas do ponto de vista econômico, social e político. Portanto, é nestas condições de desigualdades criadas por uma apropriação desigual do espaço pelo capitalismo que surge a violência produto ou em resposta a outra violência, simbólica, camuflada, dando origem a várias frustrações devido a aspirações e desejos negados.

Cabo Verde fica situado no oceano Atlântico, no extremo ocidental africano sendo um arquipélago de reduzida dimensão territorial (4,033 km), repartido por 10 ilhas e oito ilhéus, sendo 9 habitadas, integrando 24 cidades sob o poder central da administração das políticas públicas do país (DIAS et al., 2014). Seu Código Penal classifica os crimes em seis grupos, sendo elencados da seguinte forma: crimes contra as pessoas, que integram os crimes contra a vida, em que se destaca o homicídio; crimes contra o patrimônio, a que afigura os crimes contra a propriedade como são os casos dos roubos e furtos; crimes contra a fé pública, como a falsificação de documentos; crimes contra a comunidade internacional, como exemplo tem o genocídio; crimes contra a família, como a bigamia; crimes contra a ordem pública e a segurança coletiva e por último os crimes contra o Estado de direito democrático.

Porém, os dois primeiros grupos são aqueles que têm certa responsabilidade pela sensação e percepção de medo e de insegurança na zona norte da capital. Onde o primeiro agrupa os crimes em que a atenção do criminoso é direcionada para a vítima, como homicídio, ofensa corporal,

ameaça, coação e sequestro. Enquanto o segundo, o criminoso preocupa-se com os bens materiais, mesmo que indiretamente tenha de usar meios violentos para o efeito. Neste caso, os crimes contra o patrimônio são: roubo, furto, abuso de confiança e outros mais.

Segundo o Código Penal cabo-verdiano, roubo e furto não se confundem, por exemplo, existe roubo quando alguém, com intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair, ou constranger a que lhe seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a sua vida ou integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir.

Existe furto quando alguém, com intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair coisa móvel alheia. Nesta matéria, para Delmanto (1991), o conceito de furto se estabelece na subtração de coisa alheia móvel com objetivo de apoderar-se dela de modo definitivo. Logo, para ser objeto de furto o objeto deve ser obrigatoriamente móvel.

A Zona Norte, um recorte geográfico da Cidade da Praia, tem contribuído com a disseminação da violência no território urbano da capital do arquipélago, pois se vive hoje um contexto de desigualdade socioespacial cada vez mais acentuado, proporcional ao crescimento econômico do país, o que acarreta desníveis sociais e econômicos com reflexos marcantes no território. Contudo, o novo fenômeno de violência associada aos denominados “thugs”, que são grupos constituídos, na sua maioria, por jovens do sexo masculino residentes nos bairros mais periféricos da cidade, em contexto de exclusão social, de abandono escolar ou de desemprego (DIAS et al., 2014), tem trazido o repertório de insegurança difusa no país e em particular nos principais centros urbanos, atuando de forma coletiva e muitas vezes articulada.

Nesta perspectiva, os “thugs” atuam em grupo como forma de intimidar mais. Este poder atrelado na solidariedade do local, ao qual Santos (2006; 2008) chama de solidariedade orgânica, é que torna os grupos mais poderosos e organizados. Atuam contra grupos rivais ou elementos de grupos rivais, para além de constantes assaltos e agressões gratuitas a pessoas isoladas de grupos adversários. Assim, esta solidariedade do grupo é vista no controle do território (seu bairro) e é no confronto entre grupos rivais que se unem como forma de proteger o seu espaço, de fazer valer a força por meio de articulação de cada elemento com o grupo (CARDOSO, 2009).

Toda essa violência que se tem manifestado em Cabo Verde, particularmente na Cidade da Praia, com destaque para a Zona Norte, está no cerne das solidariedades cidadãs perdidas. Ou seja, a violência está ligada

à ausência de cultura cívica e de cidadania compartilhada como padrão geral de convivência social (FALEIROS, 2003).

Praia, enquanto capital do arquipélago, vem-se assumindo cada vez mais como o centro ou núcleo de maior atratividade e polarização, onde acaba por arrastar grandes contingentes de pessoas com diferentes culturas e hábitos à procura de melhores condições de vida. Perante este fato, Praia apresenta-se hoje como uma cidade cosmopolita, onde a proliferação da criminalidade e da violência tem suscitado interpretações e conclusões diversas a respeito das causas que estão por trás do fenômeno em si, o que é bastante elucidativo nas palavras de Abramovay et al. (2002), quando dizem que existe uma multiplicidade de atos violentos, cujo significado é analisado em vários contextos socioespaciais e temporais. Igualmente, a violência juvenil e a criminalidade em Cabo Verde, em muitos casos, têm sido tratadas como uma questão relacionada aos problemas de desemprego, pobreza e outros componentes sociais, relacionadas com a mendicância e a precariedade.

A Cidade da Praia apresenta-se como um dos polos com mais atrativos e discrepâncias sociais assente na desigualdade social de Cabo Verde. Por outro lado, a sociedade cabo-verdiana é basicamente jovem, influenciada muitas vezes por modelos de consumo globalizados e perspectivas ambiciosas, pelo que um desejo frustrado perante desigualdades sociais crescentes propicia o surgimento de violência, assim como tem vindo a acontecer (ROQUE; CARDOSO, 2010), fruto da revolta, da reivindicação daqueles que social e economicamente estão desprovidos de direitos constitucionalmente garantidos.

Analisando as interpretações de Bordonaro (2010) sobre a violência juvenil e a repressão policial em Cabo Verde, pode-se ver que as condições estão criadas para o surgimento da violência juvenil e da criminalidade a ela associada no país.

Portanto, é uma forma que os jovens cabo-verdianos encontraram para superar sua condição de pobreza. Assim, os jovens veem na violência a estratégia de fazer os outros ou quem de direito ouvir as suas reivindicações, como forma de se distanciarem das condições sociais que os desconfortam, ao contrário dos seus pais e avós que aceitaram e se conformaram com a situação em que viviam.

Ao analisar os poucos estudos encomendados pelo governo, que corroboram a questão da violência e criminalidade em Cabo Verde, pode-se ver que estes na sua maioria trazem um cenário do aumento da criminalidade, sobretudo nos grandes centros urbanos do país. Para complementar, conforme o “Estudo socioeconômico, armas ligeiras e de pequeno calibre em Cabo

Verde”, realizado pela Afrosondagem (2008), as tendências das criminalidades em Cabo Verde são evidentes. Também se verifica que, conforme este estudo, a ilha de Santiago, onde está situada a Cidade da Praia, é responsável por mais de metade das ocorrências registradas. A ilha de Santiago, juntamente com as ilhas do Sal e de São Vicente, apresentaram cerca de 80% das ocorrências, em 2001, e 74%, em 2005 (AFROSONDAGEM, 2008).

Todo este repertório é marcado por uma violência camuflada, invisível e bárbara, capaz de suscitar uma reação violenta por parte das vítimas que têm aspirações e expectativas sociais desejáveis, à semelhança dos jovens cabo-verdianos. Hoje, os jovens cabo-verdianos têm ambições e expectativas que marcam a cultura de apetência distante, com padrões transnacionais e globalizados. Logo, viver numa sociedade com profundas marcas de desigualdades, onde nem todos conseguem ver os seus desejos realizados, conforme denuncia as práticas sócio-espaciais em Cabo Verde e particularmente na Cidade da Praia, pode-se dizer que há condições prementes para a proliferação e disseminação da violência.

Revisão bibliográfica

Existem muitos estudos relacionados à questão da violência, entre os quais, destaca-se o trabalho de Roque e Cardoso (2008), que faz uma comparação entre a violência juvenil nas duas referidas cidades africanas. Também se destaca o trabalho de Lima (2010), que traz reflexões a respeito de uma sociedade desigual onde focos de violência vêm se reproduzindo.

Tavares (2012), em seu trabalho denominado “Prevenção da delinquência juvenil em Cabo Verde”, como contributo para o desenho de um instrumento de política pública, discorre sobre a prática dos atos de vandalismo atribuída aos jovens, a qual é explicada pelo uso excessivo que estes indivíduos fazem de bebidas alcoólicas e drogas, causando dessa maneira na população cabo-verdiana, sentimentos de medo, angústia e insegurança.

O estudo encomendado pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (CABO VERDE, 2011) fez uma análise da situação da organização do espaço urbano em Cabo Verde e sua relação com a violência urbana, com o objetivo de fornecer informações e pistas explicativas para o desenvolvimento de políticas, programas e ações que levassem a uma melhor organização do espaço urbano e conseqüentemente à redução da violência.

O estudo feito por Landim (2011), intitulado “Polícia Militar de Cabo Verde e segurança pública”, faz uma discussão sobre como o desenvolvimento do país e as influências exteriores tornaram-se conseqüências de novas formas

de violência e de práticas criminais, onde se incluem os vários grupos de gangues que atuam nos principais centros urbanos e que afetam a segurança nacional obrigando, dessa maneira, Cabo Verde a reforçar a sua segurança interna com o auxílio das Forças Armadas, destacando-se a Polícia Militar para as missões de segurança e ordem pública.

Em nível internacional, vê-se uma variedade de temas ligados à violência que vêm sendo abordados em textos como os de Adorno (2002) e Cardia, Adorno e Poletto (2003), que discutem a violência vinculada à violação dos direitos humanos, na qual enfatizam a não violação dos direitos humanos, ou seja, fazer chegar democraticamente a todos os cidadãos os direitos sociais, econômicos pode resolver os problemas das desigualdades sociais e logo poderá contribuir para mitigação da violência.

Metodologia

Análise descritiva

O primeiro passo em qualquer análise de dados consiste em explorar os dados recolhidos para se ter uma ideia de alguns “padrões” que eles apresentem. Para Levine, Berenson e Stephan (1996), a análise exploratória de dados, conhecida também como análise descritiva, é o método que envolve a coleta, a caracterização e a apresentação de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as características deste conjunto.

Análise de correspondência

A análise de correspondência é uma técnica de análise multivariada utilizada para verificar a existência de relações entre as categorias de variáveis qualitativas ou variáveis contínuas. O objetivo desta técnica é mostrar geometricamente as variáveis, suas categorias e os objetos observados na base de dados em um espaço de baixa dimensão, de modo que a proximidade no espaço indica associação entre as linhas e as colunas (CYRINO, 2011).

Para que a análise de correspondência tenha validade, é necessário passar por três pressupostos. De acordo com Gomes et al. (2008), realiza-se primeiramente a aplicação do teste qui-quadrado (χ^2) para verificar a dependência entre as variáveis. Sendo que as hipóteses testadas são: H_0 : as variáveis são independentes *versus* H_1 : as variáveis são dependentes. O valor do teste χ^2 é obtido pela seguinte fórmula,

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}, \quad (1)$$

onde O_{ij} representa a frequência observada e E_{ij} representa a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência.

Dessa maneira, é possível continuar com a análise quando o teste qui-quadrado indicar a dependência entre as variáveis em estudo, ou seja, rejeitar a hipótese H_0 .

O próximo passo é realizar o teste do critério β , a fim de verificar se existe dependência entre as categorias das variáveis. O critério β é obtido por meio da seguinte fórmula:

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (2)$$

em que χ^2 é o valor do qui-quadrado encontrado em (1); l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência. l e c também são números de categorias de cada uma das variáveis analisadas na análise de correspondência. Para confirmar a dependência das categorias das variáveis estudadas, $\beta > 3$.

Outro aspecto importante que deve ser analisado é o percentual de inércia que, por sua vez, corresponde à variação explicada por dimensão, como a análise de correspondência é desenvolvida sobre um plano bidimensional, onde o percentual de inércia mede a representatividade de cada dimensão. Assim, para que o resultado da análise de correspondência possa ser validado, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser maior que 70%.

No entanto, não é possível afirmar somente pelo critério β quais categorias, das variáveis estudadas, realmente possuem associação significativa. É necessário também obter os resíduos padronizados, os quais indicam a probabilidade de ocorrência do valor observado na tabela de contingência e, assim, a causa da associação detectada pelos testes qui-quadrado e do critério β . Assim, o resíduo padronizado é dado pela seguinte fórmula,

$$Z_{res} = \frac{E_{ij} - O_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}} \quad (3)$$

Ramos, Almeida e Araújo (2008) dizem que para avaliar a significância dos resíduos torna-se necessário obter o coeficiente de confiança, dado por

$$\gamma = \begin{cases} 0, & \text{se } Z_{res} \leq 0 \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3 \\ 1, & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (4)$$

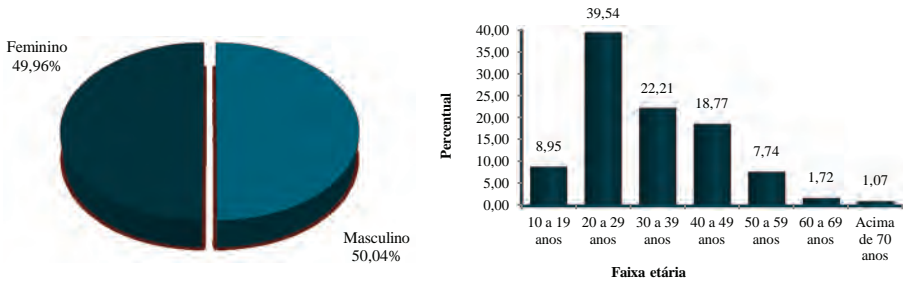
onde Z é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. Serão consideradas relações estatisticamente significativas entre as variáveis quando o coeficiente de confiança for maior ou igual a 0,70, ou equivalentemente $100 \times \gamma\% = 70\%$.

Resultados e discussões

Análise descritiva

A Figura 1 mostra que a maioria das vítimas são do sexo masculino, com 50,04%. O grande quantitativo de vítimas do sexo feminino mostra que a violência não tem fronteiras, e que ela pode atingir a qualquer sexo (OLIVEIRA; GOMES, 2011). Já 39,54% das vítimas encontram-se em faixa etária de 20 a 29 anos.

Figura 1: Percentual de vítimas de violência, na Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009, por sexo da vítima e por faixa etária



A maior parte das vítimas residem em Ponta d'Água, com 23,44%. Em seguida, as vítimas, as quais sofreram crime contra pessoa, com 53,32%. Com relação ao tipo de delito, a maior parte das vítimas sofreram ofensa corporal, com 28,95% (os dez maiores percentuais). Parafraseando Caldeira (2000), isto mostra que não existe um crime típico de uma zona ou área geografia, que ele pode ultrapassar barreiras criadas com estigmas aos menos favorecidos, à medida que sua ocorrência não tem limites socioespaciais (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade e percentual de vítimas de violência, na Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009, por local de residência da vítima, por tipo de crime sofrido e por tipo de delito

Variável	Categorias	Quantidade	Percentual
Local de residência	Ponta d'Água	328	23,44
	Safende	234	16,73
	Achada São Filipe	216	15,44
	Vila Nova	174	12,44
	Calabaceira	166	11,87
	Pensamento	129	9,22
	São Pedro/Latada	61	4,36
	Achadinha Pires	9	0,64
	Achada Grande Frente	1	0,07
	Achada Santo Antônio	1	0,07
	Palmarejo	1	0,07
	Outros	79	5,65
Tipo de crime sofrido	Crime contra pessoa	746	53,32
	Crime contra o patrimônio	653	46,68
Tipo de delito	Ofensa corporal	405	28,95
	Roubo	296	21,16
	Ameaça	178	12,72
	Furto	151	10,79
	Dano	125	8,93
	Abuso de confiança	68	4,86
	Maus tratos à mulher	46	3,29
	Calúnia e difamação	37	2,64
	Injúria e difamação	28	2
	Burla	14	1

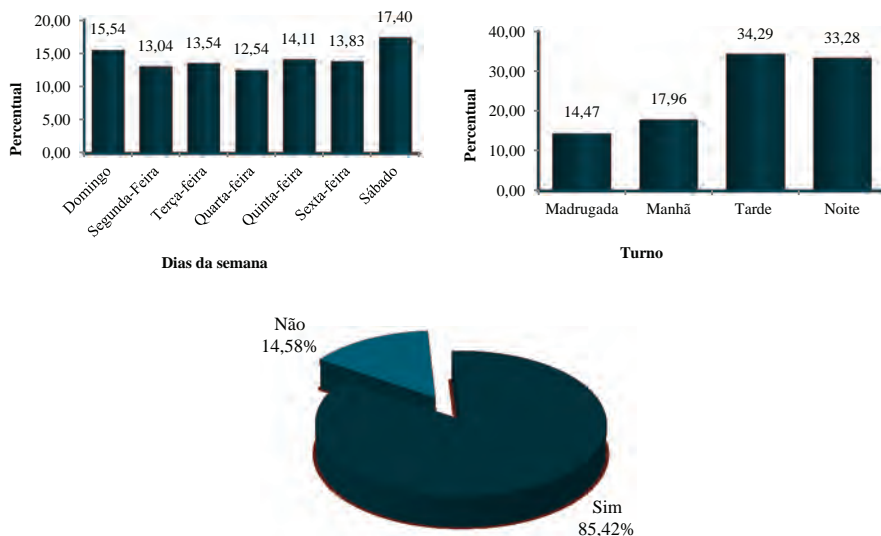
Na Tabela 2 verifica-se que a maior parte das vítimas sofreram violência por vandalismo, com 29,85%. Seguido da maior parte dos acusados (30,70%) que moram no mesmo bairro da vítima (os dez maiores percentuais). Também é possível perceber que 44,87% dos acusados estão desempregados (os dez maiores percentuais). (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade e percentual de vítimas de violência, na Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009, por tipo de delito sofrido, por causa imediata e por quem era o acusado

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Causa imediata	Vandalismo	412	29,85
	Desentendimento	352	25,51
	Ambição	237	17,17
	Vingança	161	11,67
	Ciúmes	90	6,52
	Ódio	48	3,48
	Ingestão de droga	39	2,83
	Alcoolismo	28	2,03
	Imprudência	9	0,65
	Abuso de autoridade	3	0,22
	Necessidade	1	0,07
Quem era o acusado	Morador do bairro	365	30,7
	Vizinho	262	22,04
	De outro bairro	143	12,03
	Membro da família	141	11,86
	Ex-companheiro(a)	95	7,99
	Companheiro(a)	86	7,23
	Amigo da casa	56	4,71
	Colega de trabalho	18	1,51
	Colega de escola	8	0,67
De outro bairro	6	0,5	
Meio de ocupação do acusado	Desempregado/inativo	490	44,87
	Trabalhador	256	23,44
	Doméstica	57	5,22
	Motorista	52	4,76
	Estudante	40	3,66
	Funcionário(a)	34	3,11
	Segurança privado	18	1,65
	Policial	16	1,47
	Mecânico	15	1,37
	Eletricista	10	0,92

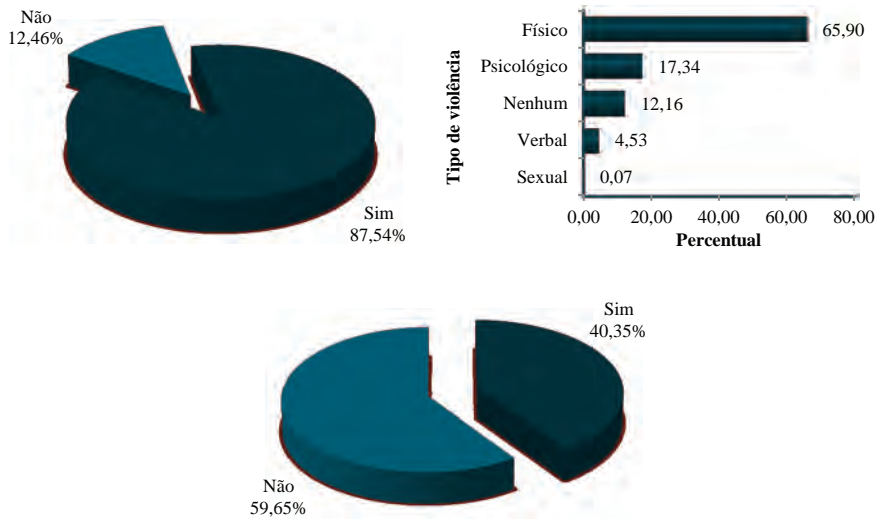
A partir da Figura 2 percebe-se que 17,40% das vítimas sofreram violência no sábado. Em seguida, as vítimas que sofreram violência no turno da tarde, com 34,29% e a maioria das vítimas conheciam o acusado, com 85,42% (Figura 2).

Figura 2: Percentual de vítimas de violência, na Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009, por dia da semana, por turno e por se conhecia o acusado



A maioria dos acusados agiram com violência (87,54%). Já 65,90% das vítimas sofreram violência física. Percebe-se também que maioria dos acusados não participam do grupo de *thugs*, com 59,65%. Porém, boa parte dos acusados denotam pertencer aos grupos de *thugs*, o que tem preocupado bastante as autoridades locais, já que estes são na maioria jovens e adolescentes que têm outras potencialidades sociais, mas com poucas oportunidades (LIMA, 2010). (Figura 3).

Figura 3: Percentual de vítimas de violência, da Zona Norte da cidade da Praia, em 2009, por se o acusado agiu com violência, por tipo de violência e por pertence ao grupo de *thugs*



Aplicação de análise correspondência

Testes de dependência das variáveis

Verifica-se que pessoas do sexo masculino estão fortemente associadas à vitimização em crime contra o patrimônio (Tabela 3). Enquanto as pessoas do sexo feminino estão fortemente associadas à vitimização em crime contra pessoa (Tabela 3). É possível verificar também que as vítimas do sexo masculino estão fortemente associadas à não ocorrência da violência durante a vitimização (Tabela 3).

Tabela 3: Resíduos e níveis de confiança resultantes da aplicação da análise de correspondência variáveis sexo da vítima e tipo de crime, sexo das vítimas e violência, referentes à análise de vítimas de violência, da Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009

Variável	Categoria	Sexo da vítima	
		Masculino	Feminino
Tipo de crime	Crime contra pessoa	-3,27(0,00)	3,28(99,90)*
	Crime contra o patrimônio	3,5(99,95)*	-3,5(0,00)
Violência	Sim	-0,54(0,00)	0,54-41,12
	Não	1,43(84,73)*	-1,43(0,00)

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois.

**Probabilidades moderadamente significativas, pois.

As pessoas do sexo masculino estão fortemente associadas à vitimização na presença de violência física ou sem ocorrência de violência (Tabela 4). As pessoas do sexo feminino estão fortemente associadas à vitimização na presença de violência verbal e psicológica e moderadamente associadas à vitimização na presença de violência sexual (Tabela 4).

Nota-se forte associação de vitimização com ocorrência de violência física em pessoas na faixa etária de 10 a 19 anos (Tabela 4). Há forte associação de vitimização com ocorrência de violência verbal em pessoas com idade ≥ 50 anos (Tabela 4). A vitimização com ocorrência de violência psicológica está fortemente associada às pessoas na faixa etária de 40 a 59 anos (Tabela 4). A ocorrência de violência sexual está moderadamente associada à vitimização de pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos (Tabela 4). Finalmente, observa-se forte associação de vitimização com a ocorrência de violência em pessoas nas faixas etárias de 40 a 49 anos e de 60 a 69 anos (Tabela 4).

Tabela 4: Resíduos e níveis de confiança resultantes da aplicação da análise de correspondência variáveis sexo da vítima e tipo de violência, faixa etária da vítima e tipo de violência, referentes à análise de vítimas de violência, da Zona Norte da Cidade da Praia, em 2009

Variável	Categoria	Tipo de violência				
		Física	Verbal	Psicológica	Sexual	Nenhum
Sexo da vítima	Masculino	1,26(79,26)*	-2,41(0,00)	-2,49(0,00)	-0,71(0,00)	1,56(88,03)*
	Feminino	-1,26(0,00)	2,42(98,45)*	2,49(98,73)*	0,71(52,19)**	-1,56(0,00)
Faixa etária da vítima (em anos)	10 a 19	1,38(83,26)*	-0,70(0,00)	-0,35(0,00)	-0,30(0,00)	-2,35(0,00)
	20 a 29	0,46(-35,71)	-0,01(0,00)	-0,05(0,00)	0,95(-66,01)**	-1,08(0,00)
	30 a 39	0,97(-66,91)	-0,23(0,00)	-2,17(0,00)	-0,47(0,00)	0,50(-38,50)
	40 a 49	-1,44(0,00)	-1,39(0,00)	1,67(90,52)*	-0,43(0,00)	2,25(97,58)*
	50 a 59	-1,10(0,00)	1,85(93,55)*	1,46(85,58)*	-0,28(0,00)	-0,30(0,00)
	60 a 69	-0,96(0,00)	1,83(93,26)*	-0,08(0,00)	-0,13(0,00)	1,23(78,04)*
	≥ 70	-1,06(0,00)	1,71(91,28)*	0,37(-28,94)	-0,10(0,00)	1,00(-68,34)

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\chi \times 100 \geq 70\%$

**Probabilidades moderadamente significativas, pois $50 \leq \chi \times 100 < 70\%$

Conclusão

Diante dessa pesquisa, conclui-se que no contexto da Zona Norte da Cidade da Praia, capital de Cabo Verde, percebe-se que tanto os homens quanto as mulheres têm praticamente as mesmas chances de sofrerem algum tipo de violência, sendo os jovens com faixa etária entre 20 e 29 anos os que mais sofrem com a violência. A maior parte das vítimas reside no Bairro de Ponta D'Água.

Quanto aos tipos de crimes, constatou-se que a maioria configura-se como crime contra a pessoa, sendo o tipo de delito com maior frequência a lesão corporal, seguida de roubo. Dessa maneira, a maioria das vítimas apontam o vandalismo como principal causa imediata dessas violências. Nota-se também que o sábado e o domingo são os dias em que mais ocorre algum tipo de violência principalmente nos turnos da tarde e da noite.

A maioria das vítimas conheciam o acusado, pois os mesmos são moradores do próprio bairro da vítima. Sendo assim a maioria dos criminosos agiram com violência, do tipo física. Além do mais, uma parte significativa dos registros denunciam que os acusados pertencem a grupos *thugs*.

Baseando-se na aplicação da técnica estatística de análise de correspondência, houve a relação entre as variáveis qualitativas, proporcionando uma maior redução dos dados a serem analisados e conseqüentemente a visualização

das dependências e frequências das categorias das seguintes variáveis: sexo da vítima *versus* tipo de crime; sexo da vítima *versus* tipo de violência; faixa etária da vítima *versus* tipo de violência.

As pessoas do sexo masculino estão fortemente associadas à vitimização em crimes contra o patrimônio e à não ocorrência da violência durante a vitimização. As pessoas do sexo masculino que foram vitimizadas com ocorrência de violência estão fortemente associadas à ocorrência de violência física. Já as pessoas do sexo feminino estão fortemente associadas à vitimização em crimes contra pessoa na presença de ocorrência de violência verbal e psicológica e moderadamente associadas à ocorrência de violência sexual.

A vitimização com ocorrência de violência física está fortemente associada às pessoas na faixa etária de 10 a 19 anos. A vitimização com ocorrência de violência verbal está fortemente associada às pessoas com idade ≥ 50 anos. A vitimização com ocorrência de violência psicológica está fortemente associada às pessoas na faixa etária de 40 a 59 anos. A ocorrência de violência sexual está moderadamente associada à vitimização de pessoas na faixa etária de 20 a 29 anos e há forte associação de vitimização com ocorrência de violência em pessoas nas faixas etárias de 40 a 49 anos e de 60 a 69 anos.

Diante dessa violência que ocorre na Zona Norte da Cidade da Praia, tornam-se necessárias medidas na tentativa de minimizar a situação atual, como por exemplo, uma atenção mais rigorosa na educação, para que crianças de hoje não sejam os criminosos de amanhã por falta de oportunidades. Também são necessárias melhorias na iluminação, no sistema de transporte público, bem como a criação de pontos de observação ou vigilância, para dessa maneira tentar minimizar os níveis de violência nesta região da Cidade da Praia.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

AFROSONDAGEM, C. N. *Estudo socioeconômico armas ligeiras e de pequeno calibre em Cabo Verde*. Praia, 2008.

AFROSONDAGEM, CMP. Sistema Integrado de Benefícios aos Municípios da Praia “SIBMP”. Cidade da Praia, 2009.

BORDONARO, I. Lorenzo. *Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde*. No Prelo – Direito e Cidadania, Praia, Cabo Verde, Cria/ISCTE – IUL, Lisboa, 2010.

CABO VERDE. Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Método de Avaliação Rápida. Cidade da Praia, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 34.ed. São Paulo: USP, 2000.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003.

CARDOSO, Kátia. O Que há de global na violência coletiva juvenil na Cidade da Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, UniCV, n. 3, 2009.

CYRINO, C. D. *Análise geométrica de dados através de análise de correspondência múltipla*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Estatística) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2011.

DELMANTO, Celso. *Código Penal Comentário*. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

DIAS, J.; CONDE, R.; FORMIGA, N.; GONÇALVES, R. A. International self-report delinquency: tradução e adaptação ao contexto cabo-verdiano. *Liberabit*, Lima, v. 20, n. 2, jul./dez. 2014.

FALEIROS, V. P. A Questão da Violência. In: SOUSA JR., José Geraldo de et al. (ORG.). *Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade*. Brasília: Síntese; UnB, 2003.

FÁVERO, Luiz; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana; CHAN, Betty. *Análise dos dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOMES, M. K. T.; ALMEIDA, S. S.; PINHEIRO, W. R. F.; ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S. Abordagem estatística dos resultados da pesquisa realizada na VI parada do orgulho GLBT no ano de 2007, em Belém-PA.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. *Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996. 811p.

LANDIM, J. S. *Polícia Militar de Cabo Verde e Segurança pública*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Academia Militar Direção de Ensino, Cidade da Praia, 2011.

LIMA, Redy Wilson. “Thugs”: vítimas e/ou agentes da violência? CIEA7#7: Modernidade, Marginalização e Violência: Estratégias de Sobrevivência e Afirmação dos Jovens em Cabo Verde e Guiné – Bissau, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. *Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS*. 4. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Orgs.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, 2008. 2v.

ROQUE, S.; CARDOSO, K. Entre a marginalização e securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné Bissau. CIEA7#7: Modernidades, Marginalização e Violência: Estratégias de Sobrevivência e Afirmação dos Jovens em Cabo Verde e Guiné Bissau, 2010.

_____; _____. Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia. In: Comunicação apresentada na 12ª Assembleia Geral do CODESRIA, Yaoundé, Camarões, 07-11 dez. 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TAVARES, R. P. *Prevenção da delinquência juvenil em Cabo Verde: contributo para o desenho de um instrumento de política pública*. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Universitário de Lisboa, 2012.

CAPÍTULO 7

Violência e a gestão participativa (ou não) do Estado em prol da segurança pública e defesa social no Brasil

Isabella Fonseca Torres Vilaça

Mestre em Segurança Pública (UFPA), fonoaudióloga (UNAMA), perito criminal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. Belém – Pará – Brasil. isbellavilaca@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

A violência urbana é um fenômeno cada dia mais crescente e nocivo à sociedade brasileira contemporânea, necessitando, portanto, de estudos voltados para a temática em questão. Objetivando-se melhor compreender a dinâmica desse tipo de violência no país e os mecanismos adotados pelo Estado em prol de sua prevenção e controle, o presente artigo busca retomar, ainda que brevemente, processos mais remotos de civilização a fim de entender as mudanças históricas que traçaram a evolução e consolidação dos comportamentos violentos nos dias atuais, tanto por parte dos delinquentes como, também, do Estado, na tentativa de conter a violência que avança cada vez mais desenfreada no território brasileiro. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que viabilizou, mediante consulta à literatura clássica e atual, a seleção de informações de maior relevância e aderência ao tema estudado. Desse modo, o arcabouço teórico dos autores citados neste trabalho demonstraram as ações (e omissões) do Estado frente à violência, tanto no âmbito social, como no jurídico, perpassando por momentos históricos cruciais à compreensão das estratégias e limitações enfrentadas pelas agências que compõem o sistema de justiça criminal do país. Assim, embora o fenômeno da violência seja amorfo e dinâmico, existem, ainda hoje, resquícios do trato de um Estado mantenedor dos ranços em lidar com tal problemática, retido na busca incessante de conter a violência que avança no território, mesmo que para isso desafie, frequentemente, a plena vigência do Estado de Direito e a cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Processos de Civilização. Cidadania. Sistema de Justiça Criminal.

Introdução

As nações têm experimentado, sobretudo nas últimas décadas, acentuada sensação de medo e insegurança, pautada no processo de crescimento da violência sob as mais diversas formas, que se tem observado em inúmeros territórios do mundo (FAYET JÚNIOR; MARINHO JÚNIOR, 2009).

No Brasil houve notória intensificação desse processo durante a transição do Regime Militar para o Regime Democrático, principalmente no cenário urbano. De acordo com Adorno e Dias (2014), durante esse período transitório, o país sofreu diversas mudanças sociais e demográficas, dentre as quais, pode-se citar: as mudanças na composição populacional em função da oferta de trabalho em outras cidades ou estados e da célere diversificação da estrutura social, com o aumento da escolarização e profissionalização de segmentos representativos; o crescimento do mercado consumidor e o fortalecimento dos movimentos de defesa dos direitos civis e de partidos políticos.

Por outro lado, essa tendência à urbanização produziu, também, inúmeros efeitos que acabaram por agravar o ciclo de crescimento da violência, com o surgimento de áreas de serviços urbanos precários, onde se observa: baixa oferta de trabalho; escolarização deficiente, e; precarização do suporte social e institucional no seio das famílias emergentes, constituindo-se num ambiente propício para o surgimento e expansão do crime organizado. Esses efeitos contribuíram, de uma forma ou de outra, para a propagação de conflitos violentos tanto no âmbito da delinquência – que comporta regras ditadas pelos criminosos que dominam o território das periferias urbanas, sobrepondo-se, na maioria das vezes, às leis ditadas, porém não controladas, pelo Estado – como, também, no âmbito da violência institucional em suas diversas representações, posto que para reprimir a violência criminal, muitas vezes os agentes do Estado recorrem ao emprego de força repressiva, igualmente violenta, extrapolando os limites entre o uso legal e constitucional da força e seu uso abusivo (ADORNO; DIAS, 2014).

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo discutir a violência, sobretudo no cenário urbano, e os recursos adotados pelo Estado na tentativa de contê-la, dada a magnitude das consequências socioeconômicas dela advindas, que acometem, significativamente, a qualidade de vida da população do país. Para tal, o tema em questão será discutido adiante por meio do olhar de diversos autores que se lançaram a estudar os fenômenos sociais que se relacionam, quer como causa, quer como efeito, da violência.

Isto posto, pretende-se abordar os modos de enfrentamento do Estado à violência, trazendo à tona a discussão e a propagação dessa temática, a fim de que a sociedade mantenha-se informada, podendo, assim, cobrar do Poder

Público a prática de ações de ordem política e social efetivas, que venham a amenizar o cenário da violência experimentada dia após dia no Brasil, favorecendo assim, o pleno desenvolvimento da segurança pública no país.

Material e métodos

Para a realização do presente estudo, utilizou-se como técnica de pesquisa o levantamento bibliográfico acerca da atuação do Estado frente ao fenômeno da violência, considerando-se as mudanças ocorridas na sociedade durante o lapso temporal que compreende desde o período do processo civilizatório até os dias atuais, e, a forma como essas mudanças influenciaram na evolução e no surgimento das mais diversas formas de violência – sobretudo a urbana e a institucional.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica pode ser definida como o levantamento de toda a bibliografia já publicada, seja em forma de livros, de revistas, de publicações avulsas ou de imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações (MARCONI, 1990).

Roesch (1999) complementa que a pesquisa bibliográfica permite sistematizar algo que outros autores já estudaram, por meio da seleção, leitura e análise de textos relevantes ao tema do projeto, seguidos de um relato escrito.

Nesse sentido, a fim de que este trabalho tomasse forma para ser devidamente fundamentado, realizou-se uma revisão teórica da temática em questão, mediante consulta a diversos materiais impressos e eletrônicos da literatura clássica e atual, que engloba múltiplas produções científicas de variados autores, sendo utilizadas apenas as informações de maior relevância e adesão ao tema proposto.

Revisão bibliográfica

A violência versus o processo civilizatório

A violência – enquanto fenômeno complexo, plurifacetado, resultante e causador de diversas determinações e interpretações sociais – tem sido um tema bastante discutido no cenário contemporâneo, mas, na verdade, sua existência decorre desde os tempos primordiais, assumindo novas formas à medida que o homem vem construindo as sociedades ao longo dos anos.

Inicialmente entendida como agressividade instintiva gerada pelo esforço do homem para sobreviver na natureza, *a posteriori*, a violência passou a ser vista sob outra perspectiva, pois, com o surgimento e a organização das

primeiras comunidades e, principalmente, a organização de um modo de pensar coerente – que deu origem às culturas – surgiu, paralelamente, a tentativa de um processo de controle da agressividade natural do homem (SOUZA, 2010).

De acordo com Elias (1994), a agressividade, assim como os demais instintos do homem, foi confinada e domada por diversas regras e proibições que, ao longo da história, se transformaram em autolimitações. A agressividade passou a ser refinada e civilizada como todas as demais formas de prazer, de modo que sua violência imediata e descontrolada passou a ser possível apenas em sonhos, ou ainda, em explosões isoladas que se podem dizer patológicas. Nesse sentido, depreende-se que a crueldade e a satisfação com o tormento e a destruição do outro eram tidas à época Medieval e ao período que a antecedia – quando a vida da sociedade era conduzida por necessidades vitais, que envolviam a participação em guerras e a caça de homens e animais à vista de todos – como prova de superioridade física e poder. Explosões de agressividade e crueldade não excluía ninguém da sociedade, uma vez que o prazer de torturar e matar era exacerbado e socialmente permitido. Os instintos e as emoções eram vividos de forma mais livre, direta, e aberta do que vieram a ser mais tarde.

Portanto, muito daquilo que hoje é tido como errado, proibido, repugnável, condenável, ilícito etc., outrora fora tido como correto, aceitável, esperado, permitido e, em certos casos, plausível e respeitável, a exemplo da violência desenfreada vivida até a Idade Média. Assim, pode-se inferir que:

Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, as maneiras como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1979, p. 12, apud ADORNO, 2001, p. 312).

A violência no Brasil

No Brasil, a violência apresenta-se sob as mais diversas faces, disseminando-se em diferentes graus de intensidade pelo amplo território geográfico que possui. Entretanto, as estatísticas oficiais são, frequentemente, divulgadas de forma generalizada e descrevem as populações como se fossem homogêneas, deixando de evidenciar, por exemplo, as distribuições

espaciais diferenciadas da mortalidade por causas externas. Por outro lado, essa heterogeneidade existente já tem sido apontada por alguns estudos que analisam relações com variáveis socioeconômicas como: renda, educação e consumo de bens e serviços, que tendem a assumir um papel relevante na determinação das causas externas de mortalidade, especialmente no que se refere aos homicídios. A mortalidade por essa última causa apresenta algumas peculiaridades no que diz respeito à sua distribuição por sexo, idade, raça, condições socioeconômicas e regiões geográficas (MACEDO, 2001).

Considerado como um indicador universal da violência social, o homicídio é definido, em conformidade com o setor saúde, como morte por agressão, independente de sua tipificação legal, sendo o principal responsável pelos elevados índices de mortalidade da população mundial. Tal qual acontece com outros tipos de agravos, os homicídios distribuem-se heterogeneamente entre as regiões e os continentes do mundo (SOUZA et al., 2012).

Com relação ao Brasil, especificamente, não é novidade que seja considerado um dos países com o maior índice de criminalidade no mundo, de modo que os números apontados são bastante preocupantes, sobretudo no que diz respeito às taxas de homicídios:

As taxas de mortes violentas nos principais centros urbanos brasileiros superam as de países que vivem em conflitos armados. Comparando-se os coeficientes de mortalidade por homicídios entre diferentes países, observa-se que, no Brasil, o risco de morrer por essa causa é quinze vezes o do Canadá, três vezes o dos Estados Unidos e 1,5 vez o do México, chegando a ser 40 vezes superior ao do Japão. A Rússia e a Colômbia, países que atravessam graves crises econômicas e sociais, apresentam taxa superior à do Brasil. O Brasil tem quase 10% dos homicídios do mundo, com 48 mil mortes por ano (SANTOS, 2012, p. 2).

Os jovens do sexo masculino, da cor/raça negra, com baixa escolaridade e renda socioeconômica são as maiores vítimas de mortes por homicídio no Brasil. Entenda-se, para este estudo, a cor/raça negra como a somatória das categorias preto e pardo, conforme consideram os relatórios do IBGE e do Mapa da Violência no Brasil. A respeito disso, Waiselfisz (2014, p. 149) esclarece no relatório do Mapa da Violência de 2014, intitulado “Os jovens do Brasil” que “[...] a categoria negro, utilizada neste relatório [do Mapa], resulta do somatório das categorias preto e pardo, utilizadas pelo IBGE”.

O perfil acima descrito pode ser interpretado como produto/reflexo de um processo histórico de desigualdade de oportunidades vivido neste país desde sua origem – quando vigorava um regime de escravidão e, mesmo após a abolição da e escravatura, quando os negros foram deslocados para as áreas mais pobres do país e ficaram sem acesso a bens e serviços públicos – até os dias de hoje, posto que esta significativa parcela da população continua a sofrer privações no âmbito da educação, do trabalho, da cultura, do esporte e do lazer, ainda restritos a uma minoria.

Isto posto, ratifica-se que o Brasil foi construído e desenvolvido ao longo dos anos a partir de uma política excludente e de uma sociedade que traz consigo a herança do racismo que, mesmo após mais de um século da abolição da escravatura, ainda aprisiona e segrega os negros. Seguindo este raciocínio, infere-se que os negros – socialmente e economicamente mais vulneráveis – acabam sendo os que possuem maior probabilidade de envolvimento com a criminalidade e, conseqüentemente, tornam-se os principais suspeitos e alvos dos homicídios cometidos no país.

Por conseguinte, de acordo com esta lógica pautada na sujeição criminal que, de acordo com Misse (2014), pode ser definida, do ponto de vista formal, como um processo social pelo qual se semeia uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, a parcela da população que se enquadra no perfil acima mencionado tenderia a ser a mais envolvida no mundo do crime, onde vigora o circuito das vinganças, e tornar-se-ia mais vítima que as demais.

No Rio de Janeiro, capital do país durante o período constitutivo da sociedade nacional, esses tipos sociais – o “malandro”, o “marginal”, o “vagabundo” – tornaram-se, ao longo do processo de urbanização, um “modelo” negativo, contrário aos valores positivos do caráter ideal ou padrão do cidadão, considerado como “pessoa de bem” (MISSE, 2014, p. 207).

Destarte, os sujeitos criminais, aos olhos da sociedade tidos como aqueles que ameaçam diretamente pela força, pela arma, pela crueldade e pela indiferença ao outro são temidos e, por isso, perseguidos, não se tratando somente de estigma, preconceito ou rótulo, mas de risco, de regras de experiência e de conflito. Como não há negociação possível, surge, portanto, o medo, o temor e o ódio por parte da sociedade, que a esses sujeitos infere diferentes atributos desacreditadores de uma identidade individual ou grupal, construindo-os em categorias de acusação social, por meio de uma generalização considerada, por vezes, equivocada, e que levaria ao estreitamento das relações sociais entre os que qualificam e aqueles que são qualificados, e, ao desejo de pôr fim à vida daqueles que seriam potencialmente capazes de fazer o mal, de assaltar, de violar, ou ainda, de matar. Nesse sentido, caberia ao

Estado o processo de controle desses indivíduos por meio da prisão. Porém, a despeito disso, Misse (2014) conclui que em países como o Brasil, onde os casos de infração penal são, em menor número, levados a julgamento, é expressivo o número de execuções extralegais e de mortes em confronto com a polícia.

Os números mostram que, em 2008, o Brasil ocupou a 15^a posição entre os países com as maiores taxas de mortalidade por homicídio no mundo, com a taxa de 26,4/100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2008). Nessa mesma perspectiva, Adorno (2001) sinaliza a violência difusa no Brasil, ao afirmar que:

A violência não é estranha e sequer estrangeira [no Brasil]. O risco está em todos os cantos: nas vias públicas, dentro das casas, nos ambientes de comércio e lazer, nos transportes, nos locais de trabalho. Não escolhe hora ou momento do dia. Todo espaço e todo tempo estão impregnados de perigo, sentimento que se intensifica quando a violência envolve mortes, algumas das quais precedidas de ameaças e cometidas com requintes de brutalidade (ADORNO, 2001, p. 315).

Para Macedo et al. (2001), as mortes violentas que ocorrem nos espaços urbanos têm sido relacionadas a alguns fatores presentes nesses ambientes, como: elevada concentração populacional, desigualdades quanto à distribuição de riquezas, iniquidade na saúde, impessoalidade das relações sociais, alta competitividade entre os indivíduos e classes sociais, fácil acesso a armas de fogo, tráfico de drogas, abuso no consumo de álcool, violência institucional, impunidade ao crime ou infrações penais, estresse social, baixa renda familiar e formação de quadrilhas.

A percepção generalizada da associação entre processos rápidos de crescimento urbano e o incremento nas taxas de criminalidade e violência tem sido o grande pilar no qual se apoiam muitos estudos sociológicos sobre a criminalidade na cidade. De acordo com estas teorias, processos rápidos de industrialização e urbanização provocam fortes movimentos migratórios, concentrando amplas massas isoladas nas periferias dos grandes centros urbanos, sob condições de extrema pobreza e desorganização social e exposta a novos comportamentos e aspirações mais elevados, inconsistentes com as alternativas institucionais de satisfação disponíveis. São

as rápidas mudanças sociais, o ambiente propício para a expansão da violência e criminalidade nas grandes cidades (SANTOS, 2012, p. 1).

Disto posto, depreende-se que deve ser considerada a relação entre a violência e a urbanização, pois, muitas das mudanças ocorridas nas cidades geram impactos de diferentes naturezas na produção da violência e do sentimento de medo (SILVA; MARINHO, 2014). Nesse sentido, Balandier (1997) acrescenta que a violência pode assumir a forma de uma desordem contagiosa que detém o indivíduo e a coletividade num estado de insegurança que gera e alimenta o medo, de modo que para Nummer et al. (2013), a possibilidade de sofrer algum tipo de violência constitui-se em um dos maiores medos do mundo contemporâneo.

Demanda-se, portanto, atenção especial à violência urbana que – como o próprio nome já sugere – manifesta-se particularmente nas grandes cidades, consistindo na prática de diversos crimes contra as pessoas, como assassinatos, roubos e sequestros, e, contra o patrimônio público, influenciando negativamente na qualidade de vida dos cidadãos. Os problemas sociais, dela advindos, associados à ineficiência das políticas de segurança pública, acabam por maximizar os atos desafiadores da ordem e da lei num dado território urbano.

Beato e Zilli (2014, p. 89) mencionam, ainda, que os aspectos sociais também contribuem para que se firmem as condições propícias ao surgimento e ao desenvolvimento da violência no ambiente urbano, tais como: famílias desestruturadas, gravidez precoce, pouco tempo de permanência nas escolas, além de fatores como o alcoolismo e o uso de drogas, que propiciam as condições ideais para o surgimento de “gerações de jovens com baixo grau de supervisão”, cujos familiares exercem controle limitado sobre seus comportamentos. Assim, muitos jovens acabam optando pelo envolvimento com gangues, na busca de amparo, nas ruas, da referência que lhes faltou no lar, como também da proteção contra a violência de outros grupos delinquentes.

Há de se considerar, também, que em territórios onde existe evidente presença de gangues e grupos criminosos territorializados, os motivos banais podem dar início a “uma infundável história de vinganças, retaliações, vendetas, conflitos e chacinas”, mas isso não significa que a exclusão social seja responsável pelo início de ciclos de violência. Entretanto, estes ciclos ocorrem geralmente quando a demanda de justiça e outras formas legítimas de resolução pacífica de conflitos são precárias ou não se encontram democraticamente disponíveis (BEATO; ZILLI, 2014, p. 88).

Ainda de acordo com o processo de urbanização, assinala-se, a partir de uma abordagem sistemática, que:

O ambiente urbano, exposto às rápidas mudanças e à desorganização social, é o mais favorável à proliferação da criminalidade e da violência, pois propicia a concentração de melhores oportunidades criminais pela oferta, como também pelo contingente da demanda. As variáveis estruturais, como o tamanho das cidades, a diferenciação e as desigualdades sociais, a afluência e a concentração de renda, por um lado, e as variáveis sociopsicológicas, como o anonimato e o isolamento dos indivíduos, o alto grau de impessoalidade nas relações e a formação de subculturas periféricas desviantes e frequentemente criminosas, por outro lado, seriam responsáveis pelo surgimento das “classes perigosas” (FJP, 1988). Estas corresponderiam aos grupos sociais que estão expostos de forma mais intensa a disjunção, entre fins culturalmente prescritos e meios legítimos para alcançá-los (FJP, 1988 apud SILVA; MARINHO, 2014, p.78-79).

Por outro lado, Zaluar, Noronha e Albuquerque (1994) apontam que as relações entre violência e condições de vida não são unívocas nem lineares, o que tem levado a questionamentos sobre os seus determinantes. Como adverte Soares (2000), quem relaciona a ligação com o crime às necessidades econômicas, constantemente esquece da importância da cultura, dos valores, das normas sociais e dos símbolos nesse contexto.

Da mesma forma, Zaluar (2002) refuta a ideia – frequentemente disseminada hoje nos meios de comunicação de massa, assim como no acadêmico – de que a pobreza é a causa da criminalidade, alegando que esta tese se baseia em uma dimensão exclusivamente econômica do que explicaria a criminalidade, ao considerar que o homem agiria para sobreviver, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e necessidade. Enfatiza que esta não seria a única dimensão a ser considerada, uma vez que explicaria uma ambição de enriquecer de todos, quaisquer que fossem seus níveis econômico e social.

Portanto, haveria de se considerar, também, as dimensões do poder, do simbólico e da paixão destrutivos, que incluem o triunfo sobre o outro, o prazer em destruir e dominar o outro e o desfrute da liberdade excessiva no espaço do outro. Na verdade, é essa criminalidade – produto de um conjunto

de dimensões – que vem a tornar o pobre ainda mais pobre e aumentar seu sofrimento, à medida que o impede de ter acesso aos serviços e às instituições do Estado, como escolas, postos de saúde, quadras olímpicas etc. e que ameaça tanto os profissionais que os atendem, como os jovens pobres que precisam desenvolver suas atividades laborais em favelas tidas como inimigas. Isso se dá porque o pobre mora, geralmente, nas favelas, onde o tráfico de drogas domina e não há um policiamento efetivo que proteja a população e os profissionais locais, de modo que o pobre acaba por ser a maior vítima de furtos, roubos e assassinato (ZALUAR, 2002).

Contudo, se é verdade que pobreza não gera, necessariamente, violência, e que os bairros populares e as favelas não devem ser estigmatizados como espaços violentos, também não se deve eludir o fato de que evidências empíricas acumuladas apontam tais áreas como as que concentram maior proporção de vítimas das violências, expressas pelas maiores taxas de homicídios e pelas baixas condições de vida (MACEDO et al., 2001, p. 517).

A participação do Estado na tentativa de combate à violência

Para Souza (2010), foi no período em que se instauraram os Estados, que passaram a emergir questionamentos sobre o significado de poder político, sua origem, natureza e significado, perguntas que conduzem a uma reflexão sobre a violência. Aos Estados, cabe o papel de manter a ordem, a segurança pública e o bem-estar social, por meio da defesa da sociedade às agressões internas e externas, da promoção e organização da economia, e, da aplicação da justiça a todos, tão importante à repressão da violência. Além disso, o Estado deve, também, atuar de forma preventiva, assegurando a saúde, a educação e a renda da população.

Conquanto, ainda se observa a presença de um Estado omissivo quanto à prevenção e repressão da violência em diversos países, tal qual no Brasil, que mesmo diante do dever constitucional que tem o Estado de garantir a segurança pública aos seus cidadãos, ainda convive com a violência sob suas mais diversas formas. A despeito disso, ressalta-se que:

A brutal desigualdade na distribuição da renda, a dificuldade das habitualmente para obter a confissão de supostos criminosos, o tratamento desumano dado aos condenados nas prisões, a discriminação daqueles que

são considerados – pela sua cor ou por outros atributos – como moralmente inferiores, o crescimento do assim chamado crime organizado, enfim, a não consolidação do Estado de Direito e Cidadania parecem comprometer as bases da Democracia no país [Brasil] (SALLA; ALVAREZ, 2006, p. 1).

De acordo com Salla e Alvarez (2006, p. 1-2), tem-se buscado entender “como é possível que inúmeras formas de violência, de discriminação e de privação efetiva de direitos permaneçam e se reproduzam” no Brasil mesmo após a ocorrência da transição de um regime autoritário – o regime militar – para o regime democrático. Como seria cabível a existência de uma sociedade que conheceu notória modernização de suas estruturas sociais, com a “superação da escravidão, formação do mercado de trabalho livre, industrialização, urbanização, substituição da Monarquia pela República e reconhecimento formal de seus direitos civis e políticos” – na condição de instituição de um modelo liberal democrático de poder político – mas que, paradoxalmente, não é capaz de frear a violência ilegal, de cessar com as estruturas de poder que privilegiam as elites, de furtar-se às ações discriminatórias contra algumas fatias da população, de findar as desmedidas desigualdades sociais e, ainda, de “garantir a cidadania para o conjunto da população do país”?

Observa-se que mesmo alcançando inúmeros avanços, por meio de inúmeras lutas sociais que ocorreram no Brasil desde a fase transitória do regime autoritário para a democracia, que acarretaram na ampliação dos meios de participação/representação política; na liberdade civil e pública; na desarticulação das organizações paramilitares e das estruturas paralelas de segurança pública atuantes durante o período do autoritarismo; no direito ao voto, dentre outros, ainda hoje permanecem as estruturas de poder, os privilégios das elites, e as hierarquias sociais e, por isso, mesmo diante das mudanças históricas supracitadas, pode-se inferir que pouca transformação ocorreu com relação à contenção da violência, à consolidação dos direitos humanos e à propagação da Cidadania (SALLA; ALVAREZ, 2006).

A despeito disso, acrescenta-se que diversos avanços democráticos ocorridos nesse mesmo período, puderam ser notados, como:

[...] maior transparência das decisões governamentais, maior liberdade de imprensa, maior liberdade de circulação de idéias e de associação, maior interesse dos cidadãos em questões públicas que se dizem diretamente

respeito, como consumo e meio ambiente, maior atuação de órgãos de vigilância das ações governamentais, como o Ministério Público e ouvidorias (ADORNO, 2002, p. 87).

Os governos democráticos do país procuraram exercer o princípio republicano da responsabilidade pública e política. Paralelamente, a sociedade brasileira tornou-se mais encorpada e complexa nas suas relações classistas e nas reivindicações sociais em prol do reconhecimento de direitos e de pertencimento junto à sociedade, de modo que os cidadãos assumiram uma postura cada vez mais reivindicativa quanto à perpetuação de seus problemas, entre os quais a violência urbana. Todavia, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permaneceram, tal qual ocorria no período histórico de autoritarismo em que o Brasil viveu sob o regime militar, de modo que:

A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Neste contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. Em especial, a emergência do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais de socialidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar lei e ordem, tem grande parte de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva (ADORNO, 2002, p. 87-88).

Para Salla e Alvarez (2006, p. 3) atualmente existem, no âmbito da justiça criminal e da segurança pública, poderosos enclaves políticos e institucionais para a real implementação de políticas públicas voltadas à segurança, que agreguem os ditames básicos dos Direitos Humanos e viabilizem as garantias constitucionais. Apesar do processo de redemocratização do Brasil, que atingiu, formalmente, seu ápice com a Constituição Federal de 1988, ainda persistem práticas violentas promovidas pelo próprio Estado, sustentadas por uma cultura autoritária ainda difusa na sociedade. Aliás, “o Poder Judiciário e as instituições da segurança pública foram as que mais ofereceram – e continuam oferecendo – resistência à Democracia”.

Historicamente, é frequente e sabido o uso da violência ilegal por parte dos órgãos e agentes do Estado defronte os segmentos sociais menos favorecidos, mesmo que tal uso venha a ferir o exercício dos direitos civis e políticos, formalmente inscritos legalmente, dos mesmos. À vista disso, profere-se que:

Essa regular negação ao exercício dos direitos principia nas ações arbitrárias e ilegais da Polícia no combate direto ao crime ou nos procedimentos de investigação, passa pela condição de encarceramento, antes e depois do julgamento, pela conivência ou omissão do Poder Judiciário com tais práticas ou simplesmente pela sua submissão às necessidades de uma sempre presente 'defesa social' (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2004, p. 13).

Mesmo após a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, o longo período autoritário vivido no país durante a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985, deixou rastros ainda observados nos dias de hoje, como: [...] *i*) restrito raio de ação da sociedade civil e ausência de controle democrático da violência; *ii*) impunidade dos agressores; *iii*) falta de controle, por parte dos governos civis, sobre as instituições repressivas (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2004, p. 15).

Por outro lado, a reconstrução democrática resultou em mudanças significativas, das quais merecem destaque:

[...] alargamento do elenco dos direitos (civis, sociais e políticos); desbloqueio da comunicação entre sociedade civil e Estado; reconhecimento das liberdades civis e públicas; [...]. No domínio dos direitos fundamentais da pessoa humana, tornou inalienável o direito à vida ao mesmo tempo em que estabeleceu garantias à integridade física e moral. O racismo e a tortura converteram-se em crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Assegurou ainda direitos quanto à privacidade, à igualdade sem distinção de qualquer espécie, à liberdade em todas as suas formas de expressão e de manifestação (liberdade física, de locomoção, de circulação, de pensamento e de convicções políticas e religiosas, de reunião e de associação coletiva). A par dessas iniciativas, inovou no campo dos direitos sociais, ampliando a proteção ao trabalho e ao trabalhador, à maternidade e à infância, ao consumidor e

ao meio ambiente. No terreno político, estendeu o direito de voto aos analfabetos, criou institutos jurídicos antes inexistentes como o Mandato de Injunção com vistas a garantir a eficácia das normas constitucionais, conferiu autonomia ao Ministério Público e consagrou a assistência judiciária aos desprovidos de recursos para constituição de defesa própria (ADORNO, 1998, p. 155-156).

Isto posto, é importante ratificar que a partir da segunda metade do século XX, houve no Brasil uma célere propagação do crime urbano, sobretudo em sua forma organizada em torno do narcotráfico e da comercialização de armas. O inimigo, que antes era tido como uma ameaça externa (outra nação), investido em um exército oficial, passou a ser composto por militantes que atuam em prol de uma mesma missão. À vista disso, o Estado mostrou-se cada vez mais impossibilitado de controlar a economia nacional e a violência de acordo com os limites legais do Estado de Direito. Por outro lado, autores clássicos da sociologia, como Kant e Weber, defendem que o Estado deve, sim, fazer uso do monopólio legítimo da violência, alegando que o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem em um dado território delimitado (nação), retirando dos particulares (civis) o direito de recorrer à violência para a “resolução de seus conflitos interpessoais ou no nível das relações entre os cidadãos e o Estado”, sendo, portanto, o uso da violência permitido tão somente ao Estado na condição de dominador (ADORNO; DIAS, 2014, p. 187-189).

Todavia, deve-se considerar que não é toda e qualquer prática de violência por parte do Estado que pode ser tida como tolerável ou justa, de modo que a violência estatal não deve “ultrapassar os limites postos pelos fundamentos que regem a dominação na sociedade moderna”, onde a violência legítima é tida como “aquela em que os fins – assegurar a soberania de um Estado-Nação ou a unidade ameaçada de uma sociedade – repousam sobre a lei e os estatutos legais” (ADORNO; DIAS, 2014, p. 189).

Ainda assim, como resposta ao crescimento da violência urbana, houve um paralelo crescimento da violência policial, cuja origem reporta às tradições autoritárias da sociedade brasileira. Destarte, ainda hoje, observa-se um policiamento militarizado, pautado em ações abusivas, manifestadas nas ruas e nas habitações populares por frequentes incursões arbitrárias, desprovidas, inclusive, de autorização judicial. Adorno e Dias (2014, p. 192-193) acrescentam que torturas e maus-tratos a presos e suspeitos nas prisões de delegacias são de praxe nas investigações criminais, como também, já não

assusta a existência de organizações paramilitares envolvendo policiais civis e militares, cuja finalidade é eliminar criminosos (ou suspeitos) e testemunhas que possam relatá-los à justiça. A exemplo disso, pode-se enumerar diversos episódios históricos eclodidos nas últimas décadas em diferentes regiões do Brasil, dentre eles: o Massacre do Carandiru; as Chacinas da Candelária e de Vigário; o Massacre de Eldorado etc. Vale ressaltar que tais condutas não são isoladas, constituindo-se no meio pelo qual os agentes de segurança no país encaram os desafios necessários, diante da incapacidade de impor a lei e a ordem nos moldes do Estado de Direito, impedindo o Estado de deter, de forma plena, “o monopólio do poder de governar, julgar e punir a violência”.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se acrescentar que:

A Polícia Militar também tem sua parcela de responsabilidade no crescimento das mortes violentas. Como se sabe, não é de hoje que o poder público, através das políticas de segurança implementadas pela PM, vem concebendo o controle da criminalidade como uma espécie de guerra civil entre autoridades e bandidos. O objetivo a que ela se propõe é baixar, a qualquer custo, os níveis de criminalidade, mesmo que, para isso, venha a comprometer a vida dos civis. Na medida em que a violência criminal aumenta e os padrões convencionais de comportamento delinquente cedem lugar à organização criminosa em moldes empresariais, a conduta do policial militar tende a se tornar mais agressiva, estimulada inclusive por diretrizes institucionais (ADORNO, 2001, p. 317).

Retomando as palavras de Adorno e Dias (2014), diversas análises apontam a incapacidade do sistema de justiça criminal no Brasil, composto pelas instituições policiais, Ministério Público, sistema judiciário e carcerário, em amenizar o crime e a violência dentro dos ditames impostos pelo Estado de Direito. Simétrico ao crescimento do crime, a população manifesta a sensação de que ou os crimes seguem impunes ou as sanções não são dotadas da devida rigorosidade esperada. Corolário a isso, um sentimento de descrédito coletivo recai sobre as agências do sistema de justiça brasileiro, responsável pela distribuição e aplicação das sanções aos criminosos. Face a essa realidade de descrédito quanto à eficácia da ação do poder público, os brasileiros tem recorrido, como medida de proteção imediata, ao mercado de segurança privada que tem tido ascensão nas últimas décadas, em oposição à falência do sistema de justiça criminal.

Somado a isso, Foucault menciona a existência de grupos preferencialmente visados pela ação punitiva:

[...] seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um dos seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sancionada outra fadada à desordem [...] A lei e a justiça não hesitam proclamar sua necessária dissimetria de classe (FOUCAULT, 1977, p. 243 apud ADORNO, 2001, p. 328).

Adorno e Dias (2014, p. 194) complementam que a forma como é gerida a administração da justiça penal – caracterizada pela morosidade na tramitação dos procedimentos legais e pelo excesso de formalidades burocráticas – coopera para manutenção de “um estilo patrimonialista de gestão da justiça”, pautado em relações absolutamente dissonantes entre os magistrados, que detêm o poder de decisão, e aqueles que são submetidos ao aparelho judiciário e suas decisões.

Fayet Júnior e Marinho Júnior (2009) enriquecem a discussão dessa temática ao sinalizar que o agravamento da sensação de insegurança por parte da população concorre para a extensão do nível de exigência do Estado pela tomada de medidas de contenção, resultando em um controle que confunde a distinção entre a legítima intervenção e a simples violência, levando à intensificação do panorama da crise sistêmica enfrentada pelo sistema punitivo.

Em suma, condensa-se a problemática enfrentada no país proferindo as seguintes palavras:

[...] o Brasil contemporâneo é confrontado com quatro movimentos contraditórios e centrífugos: o crescimento da criminalidade urbana com seu impacto sobre o sistema de justiça criminal; a emergência da criminalidade organizada que coloca ao direito penal e ao funcionamento da justiça problemas completamente novos; emergência de uma problemática em torno dos

direitos humanos que também coloca novos problemas à ordem política democrática; e a explosão de conflitos no domínio das relações interindividuais (ADORNO; DIAS, 2014, p. 195-196).

Ante o exposto, firma-se que após três décadas de retorno a um Estado Democrático de Direito que, inegavelmente, trouxe consigo diversas conquistas advindas desse processo transitório, o impacto que a democracia acarretou sobre os tribunais de justiça foi frustrante, ao passo que a população, de um modo geral, demonstra ser adepta ao emprego de modalidades privadas de punição e vingança, seja por meio de castigos físicos, linchamentos ou, até mesmo, execuções sumárias, praticadas por agentes da lei ou não.

Por fim, ressalta-se que o monopólio estatal da violência no país encontra-se incompleto, posto que a legitimidade da democracia – enquanto modelo de organização social, de resolução de conflitos e de pacificação social – ainda não foi capaz de consolidar raízes suficientes que detenham os maus ventos trazidos pela violência operante no país. Por outro lado, para atender ao anseio de tal monopólio estatal, faz-se necessário que os cidadãos alcancem um nível mínimo de conhecimento e reconhecimento do caráter obrigatório que as leis devem trazer consigo e que permaneçam resolutos na luta em prol da universalização da justiça no Brasil.

Considerações finais

Ao final desta trajetória, que percorreu as diversas discussões em torno da violência, circunscritas não somente no Brasil, mas que compõem um ligeiro debate mais geral, a partir de alguns apontamentos sobre a temática em questão, partiu-se da conjectura de que a melhor compreensão dos obstáculos que se colocam para o controle da violência no Brasil e a expansão efetiva da cidadania só podem ser alcançadas se os diagnósticos, por ora formulados, forem confrontados com detalhadas investigações históricas que busquem caracterizar a permanência e reprodução desse exercício da violência e da dominação da sociedade, posto que os conceitos e as propostas que devem ser colocadas em debate, têm como possível e esperada consequência a tomada de práticas e ações sociais que amenizem, de algum modo, o quadro da violência no país que, historicamente, sustenta uma situação de desigualdade social oriunda de seu passado colonial escravista.

Tratar de um assunto tão complexo, que por gerações atormenta a sociedade brasileira, carece de tempo e de uma extensa e criteriosa pesquisa

de fontes de informações sérias, seguras e constantemente atualizadas. Nesse sentido, acredita-se que a contribuição da presente pesquisa está em reunir, em um único produto, diferentes saberes e visões a respeito dos modos de enfrentamento do Estado frente à questão da violência que, frequentemente, interfere negativamente na expansão efetiva da cidadania e na plena vigência do Estado de direito no território brasileiro, em função da histórica exclusão social e econômica da maioria da população local; do sucessivo desrespeito aos limites entre o uso legal e constitucional da força e seu uso abusivo exercido por parte das agências que compõem o Sistema de Justiça Criminal do país e, também, da inequidade no que diz respeito à aplicação das sanções penais.

Ressalta-se que a violência, por ser um fenômeno multifacetado e dinâmico, produz constantes mudanças nas formas e nas estratégias de controle adotadas pelo poder público e pela sociedade. Nessa perspectiva, sugere-se que este estudo não seja finalizado neste momento, mas que seja aprimorado, atualizado e complementado por novos estudos, a fim de que a temática em questão mantenha-se em constante debate em prol de melhorias no que tange à segurança pública e à cidadania dos brasileiros.

Referências

ADORNO, S. Consolidação democrática e políticas de segurança no Brasil: rupturas e continuidades. In: ZAVERUCHA, Jorge (org.). *Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX*. Recife: Bagaço, 1998.

_____. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (Org.). *Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 311-336, 2001.

_____. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 8, dez. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222002000200005>>. Acesso em: 13 ago. 2014>.

ADORNO, S.; DIAS, C. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 187-197, 2014.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; SOUZA, L. A. F. Políticas de segurança pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 1-19, 2004.

BALANDIER, G. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BEATO, C.; ZILLI, L. F. Organização social do crime. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 86-89, 2014.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1

FAYET JÚNIOR, N.; MARINHO JÚNIOR, I. P. Complexidade, insegurança e globalização: repercussões no sistema penal contemporâneo. In: FAYET JÚNIOR, Ney; MAYA, André Machado (Org.). *Ciências penais e sociedade complexa*. Porto Alegre: Núria Fabris, p. 322, 2009.

FJP – Fundação João Pinheiro. *Indicadores sociais e criminalidade*. Trabalho elaborado de acordo com o convênio SG n.033/86 e o Termo de Renovação SG n. 003/87, celebrados entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Justiça – Programa Ruas em Paz, 1988.

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. (Um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault). Trad. Denize Lezan de Almeida. 7 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1977. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v. n 1.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 35, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2014.

MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, p. 43 e 44, 1992.

MISSE, M. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli, (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 204-212, 2014.

NUMMER, F. V.; ARAÚJO, A. R.; ROCHA, M. G. G.; ROCHA, C. C.; LEITE, M. M.. Percepções da insegurança na perspectiva dos alunos. In:

RAMOS, E. M. L. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Violência no campus*. Belém: EDUFPA, p. 119-127, 2013.

ROESCH, S. M. A. *Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALLA, F.; ALAVAREZ, M. C. Construção das políticas de segurança pública e o sentido da punição (1822-2000). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 8. Caxias do Sul-RS, 2006. *Anais...* Caxias do Sul-RS, p. 1-8, 2006.

SANTOS, L. C. C. Violência e criminalidade: um estudo dos dados existentes em Teresina-PI. *Âmbito jurídico*, Rio Grande-RS, XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11448>. Acesso em: 04 jul. 2014.

SILVA, B.; MARINHO, F. C. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 71-7, 2014.

SOARES, L. E. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SOUZA, E. R. et al. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, dez. 2012.

SOUZA, R. *A origem da violência*. Belo Horizonte, 13 de ago 2010. Disponível em: <http://professorrodrigossouza.blogspot.com.br/2010/08/origens-da-violencia.html>. Acesso em: 10 jul. 2014.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência: os jovens da América Latina 2008*. São Paulo: Instituto Sangari, Ministério da Justiça; 2008.

ZALUAR, A. Oito temas para debate: violência e segurança pública. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 38, maio 2002.

ZALUAR, A.; NORONHA, J. C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, jan. 1994.

CAPÍTULO 8

Violência e criminalidade: reflexões sobre os atuais desafios do combate à problemática em Cabo Verde

Emanuel de Nascimento Furtado Vaz

Mestre em Segurança Pública (UNICV) e policial nacional de Cabo Verde - Ilha de Santiago - Praia. emanuelv.vaz@student.unicv.edu.cv

Sílvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

A problemática da violência e da criminalidade em Cabo Verde ganhou contornos impressionantes, causando intranquilidade, medo, sensação de insegurança e impunidade, receio, inquietação, entre outras preocupações. Nem todos os atores sociais e políticos estão cientes dos custos ou gastos que o problema provoca. Daí, propomos lançar um olhar sobre como mitigar e alocar os escassos recursos para combater os atuais desafios que a violência e o crime nos impõem. Por uma *survey* em cinco dos bairros mais populosos da capital do país, se verificou que apesar dos investimentos feitos, a violência e a criminalidade constituem umas das maiores preocupações da população e um dos maiores desafios do Estado. Analisando o orçamento do Estado entre 2006 e 2010, constatou-se que o custo dos investimentos em instituições de combate à violência e o crime tem um peso significativo, que tendencialmente continuou a crescer anualmente. Entretanto, os investimentos das famílias e do Estado devem ser direcionados principalmente para programas de prevenção, como: a educação e o emprego, a política legislativa penal alternativa, a ação institucional concertada, passando, por exemplo, pelo registro e cruzamento dos dados e por fim, uma política de ressocialização coerente e efetiva.

Palavras-chave: Custo. Investimentos. Programas de Prevenção

Introdução

Este feito é resultado de uma pesquisa realizada em 2011, com o objetivo de conhecer e analisar os custos da violência e criminalidade em Cabo Verde no período de 2006 a 2010, seu peso orçamental, principais tendências e os reais desafios para o Estado e para a sociedade praiense. Da mesma forma, se busca compreender o quanto a violência e o crime interferem na vida da população e como ajustar os esforços para minimizar os seus efeitos.

Cabo Verde, sendo um país situado nas encruzilhadas do Atlântico, dispondo de poucos recursos naturais, vê-se exposto à várias influências e cenários da globalização. A população total em 2015 ronda os 567.633 habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), concentrada na maioria nos principais centros urbanos, como: Cidade da Praia, Santa Catarina e Cidade do Mindelo. Praia a cidade capital, é o centro que por natureza alberga o maior número da população com 130.271 mil habitantes, segundo os dados do censo 2010.

Para Cerqueira et al. (2007), os custos derivados da problemática da violência e da criminalidade têm efeitos diretos sobre ações do Estado, das famílias e das vítimas. Entretanto, é notável o esforço que vem sendo feito de ano para ano na mitigação de recursos econômicos e financeiros por parte dos governos e das famílias, passando pelo sistema de saúde, da justiça e segurança, até a previdência social, para debelar os males daí advenientes. Socialmente, se questiona sobre a diminuição do consumo de determinados bens, sobre o porquê de menos procura pelas atividades de lazer, levando à perda na acumulação de capital, retardando em certa medida, o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Da Silva (2011), existem alguns acontecimentos naturais que podem trazer elementos facilitadores de insegurança como o exemplo de: tornados, enchentes, ciclones, entre outros, que quando acontecem podem dar lugar a mortes, saques, pilhagens, como se registra em outros lugares do mundo. Naturalmente, isto não é o caso de Cabo Verde. Contudo, a seca natural com a qual se convive anualmente, pode transformar-se num elemento facilitador de insegurança, refletindo economicamente na sociedade, podendo provocar vários males sociais, como o desemprego, a busca de outras fontes de renda muitas vezes de forma ilícita, complicando ainda mais a segurança das populações.

Adorno (2002) aponta várias causas da existência desse mundo violento e criminoso, explicando como o Sistema de Justiça Criminal está em crise.

Ainda reconhece a incapacidade do Sistema de Justiça Criminal, apontando primeiramente para as agências policiais, depois para o Ministério Público, em seguida para os tribunais e por fim, para o sistema penitenciário em conter a onda de violência e crime num Estado democrático. Acredita-se que esta incapacidade resulta do não acompanhamento da evolução da qualidade da violência e do crime pelo sistema de justiça. Então, é apontada como razão, o aumento da lacuna entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor a lei e a ordem (ADORNO, 2003).

Estudo realizado em 2015 pela empresa Afro Sondagem, sobre a confiança nas instituições e na economia cabo-verdiana, revela que a corrupção e o descrédito no setor político aparecem na linha de frente no que concerne aos problemas atuais, constituindo um dos principais desafios para o aumento de capacidade de respostas do país aos problemas atuais e quicá, os mais sérios problemas de segurança pública no país.

Desta forma, um passo importante seria tomar como principal referência, os sinais e as propostas das quais, algumas das organizações sindicais e organizações não governamentais e a própria sociedade civil estão a sugerir.

Revisão bibliográfica

Costa (2004) analisa como o papel do Estado no controle social vem sendo confrontado, com inúmeras questões relacionadas com a medida de política para fazer face aos males sociais existentes e ao mesmo tempo questiona, a forma como a democracia estabelece para resolução de problemas sociais e de segurança pública, que muitas vezes no ato da sua implementação, choca com as regras dos direitos humanos, que por seu turno, busca afirmar o seu papel na luta pela forma de estar e de se conviver na sociedade, pautando sempre, pela liberdade individual e coletiva.

Costa (2004) segue na mesma linha, mostrando que quase despercebidamente, alguns males do regime autoritário estão atrelados ao regime democrático, proporcionando o desencadear de vários esforços, no sentido de poder encontrar soluções plausíveis, para resolução do problema da violência e do crime. Ou seja, o problema está sempre presente, principalmente quando se pensa nas instituições de controle social, como é o caso da polícia. Ainda mais, as transições políticas por si só não constituem a verdadeira democracia. Os diversos problemas que se enfrenta hoje em democracia, são problemas diluídos e transformados em consequências cada vez mais difíceis de se conviver.

Para Filho (1999), poucos problemas sociais conseguem mobilizar tanto a opinião pública como a violência e criminalidade. O fato é que esta problemática pode afetar qualquer pessoa, independentemente do sexo, idade, religião ou *status* social. Além do mais, os custos daí advenientes são cada vez maiores e refletem-se diretamente no modo de ser e de estar das populações, que por outro lado, com receio de serem vítimas adotam comportamentos defensivos, adquirindo vários sistemas de segurança pessoal de forma a se agasalharem do problema. O exemplo marcante, destaca-se o colocar de grades nas portas e janelas das casas, aquisição de cães de guarda, segurança privada, alarmes etc.

Neste estudo, a preocupação com os problemas de segurança é motivada em larga medida por razões socioeconômicas, visto que existem significativos custos, principalmente os econômicos, disponibilizados para combater o fenômeno da violência e do crime.

Araújo e Fajnzylber (2001) demonstraram que estimativas conservadoras desses custos chegaram a ser 5% do PIB nos Estados Unidos e na América Latina, representando 2% do valor das vidas perdidas deste total do PIB e é a mesma grandeza dos gastos efetuados nos sistemas de segurança pública e privada. Pois, se forem contabilizar os custos intangíveis como a redução na qualidade de vida, as perdas dos dias de trabalho, o desincentivo ao investimento decorrentes desta problemática, certamente os valores percentuais seriam maiores.

Teixeira e Serra (2007), em um estudo de custo de criminalidade em Curitiba, utilizando a metodologia de contagem, concluíram que os gastos e perdas decorrentes da criminalidade equivaleram a 2,26% do PIB do município em 2002, repartidos em encargos públicos, privados e perdas sociais. A parte destinada aos encargos públicos, que foi de 1,4% do PIB, originou-se dos impostos e taxas pagas pela população, aos quais são alocados em segurança pública em vez de serem alocados para outras áreas consideradas prioritárias como a educação e a saúde. Então, há uma dupla tributação sobre o indivíduo, que tem que pagar os impostos para a manutenção da segurança pública e também efetuar gastos privados para se prevenir do crime.

Rondon (2003), em um estudo da estimação dos custos de criminalidade no município de Belo Horizonte, por meio de utilização da metodologia de preços hedônicos, calculou os valores de alugueis de imóveis, concluindo o que a maioria dos corretores já tinham conhecimento. Pois, os valores de imóveis variam consoante variarem a taxa da criminalidade. Confirmou-se que a segurança de um bairro é um dos principais definidores do preço de um imóvel.

Numa perspectiva diferente da análise dos custos do crime, aparece outro tipo de classificação que é: custos sociais e custos externos. A partir daí conheceu-se então que um custo externo é aquele imposto por uma pessoa sobre outra, sendo que a vítima não aceita voluntariamente esta consequência negativa. Com oposição ao custo externo aparece o custo social, que tem como referência a sociedade e não o indivíduo na consideração das perdas decorrentes da criminalidade. Então define-se como custos sociais, aqueles que reduzem o bem-estar agregado da sociedade (COHEN, 2001 apud BORILLI; SHIKIDA, 2009, p. 5).

Da mesma forma, é defendida outra teoria onde a vítima é tida como objeto de estudo. É a teoria do estilo de vida. Nessa esfera, é sustentado que os fatores que mais influenciam o risco de vitimização dos indivíduos são: a exposição, a proximidade da vítima do agressor, a capacidade de proteção e por fim, os atrativos das vítimas e a natureza dos delitos (BEATO, 2004 apud BORILLI; SHIKIDA, 2009, p. 5).

Rondon (2003) realizou várias análises sobre a implementação de políticas públicas que diminuam a violência e aumentem o sentimento de segurança. Assegurou que essas políticas devem ser tidas como tarefas imprescindíveis para aumento do bem-estar social, contribuindo para garantir que a democracia seja a forma de regime político mais sustentável e que seja o regime que gere um ambiente propício ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.

Segundo Rondon (2003), importante se torna o estudo de políticas integradas com vistas a combater o fenômeno da violência e do crime, dado ao risco de o Estado fracassar relativamente com a disponibilização de recursos, motivando os agentes privados a contratarem, por exemplo, as empresas privadas de vigilância e de proteção. Então, a privatização dos serviços de proteção que podem ter origem na não distribuição equitativa da segurança por parte do Estado, expõe indivíduos com menor renda a riscos maiores, afetando os indivíduos de maneira desigual, por causa de resultados insatisfatórios das políticas públicas.

Soares (2007), num estudo sobre se a política nacional de segurança pública no Brasil, aponta que uma das formas de combater a violência e o crime é a reforma das instituições de segurança pública, destacando o exemplo da polícia e do judiciário, que deverão investir na formação, na capacitação e treinamento, na valorização e gestão de conhecimento dos seus efetivos.

No caso de Cabo Verde, juntaram-se as sinergias para a reforma das polícias que começou com a criação da Polícia Nacional, caracterizado pela

junção das quatro categorias da polícia (Ordem Pública, Fiscal, Marítima e Florestal). O certo é que não é uma má ideia. Contudo, carece de uma visão mais alargada de gestão da segurança pública. Em várias paragens do mundo, a coordenação, a unificação das forças de segurança, é tida como um dos desafios importantes a conseguir, onde os direitos humanos e a eficiência policial não devem estar de lados opostos. As críticas à atuação da polícia poderão ser minimizadas quando cumpridas as atualizações modernas de gestão policial e da segurança pública (COSTA, 2004).

Costa (2004) alerta de que uma excessiva hierarquização faz com que a sua atuação se apresente de forma disfuncional, causando constrangimentos em nível de tomada de decisões e, às vezes, extemporâneo. O estudo aponta ainda que esse formato cria instituições pouco propensas à democracia interna e externa, tratando os movimentos sociais e defensores de direitos humanos como inimigos a serem combatidos. A verdade é que, o policiamento de proximidade é apontado como uma ótima saída para colmatar e resolver o problema de violência e do crime junto da população. Porém, o seu funcionamento de forma ostensiva (reativa) de acordo com ocorrências aleatórias funciona com o ciclo incompleto, que deveria começar desde as diligências, passando pelos registros das ocorrências, até o cruzamento dos dados estatísticos.

No caso de Cabo Verde, aparece também a Polícia Judiciária, que complementa na investigação criminal dos casos mais agudos, apresentando os fatos e um conjunto de provas, para que o Ministério Público possa julgar. Assim, entre os dois elementos essenciais, a Polícia Judiciária e a Polícia Nacional se depara às vezes com uma determinada concorrência que politicamente se revela ineficaz. O posicionamento frouxo das relações entre as polícias e mesmo entre sistema da justiça criminal, acaba por proporcionar operações pouco concertadas e pouco articuladas (PAIXÃO, 1993 apud FILHO, 1999).

Soares (2007) refere-se sobre esta ideia, evidenciando a criação de um gabinete de estudo, ou uma secretaria de segurança pública envolvendo os vários atores sociais, políticos e econômicos. Isto porque a segurança pública é hoje uma questão transversal e necessita de colaboração dos mais diversos intervenientes, para que se possa chegar ao nível da satisfação desejada.

Entretanto, dentre outros desafios que a sociedade cabo-verdiana atravessa hoje e que aparece em demasia, é a convivência com o mundo das drogas, associado a vários tipos de crimes, dos quais, se pode destacar o tráfico de droga, com destaque para a lavagem de dinheiro. Em algumas ações de

combate à esta problemática, já houve apreensão de uma boa quantidade de drogas, de pessoas, bens e dinheiro. Diz-se então, que tornar o dinheiro adquirido de forma obscura e ilícita, num dinheiro aparentemente limpo, reflete rapidamente na sociedade em forma de diferenças sociais, ocupando de exibições de bens, possibilitando o aparecimento de influências para outras práticas negativas (FURTADO, 2011).

Durante e Zafataro (2007) realçaram numa linha diferente outra questão de segurança pública, que é a confusão do patrimônio público pelo estatal. Ora, esta problemática também constitui um dos males que poderá pôr em causa a segurança pública, dando lugar à fragilização da democracia e pondo a nu muitas farsas existentes. Muitas vezes as decisões dos gestores públicos são tomadas com base em questões pessoais, sem a mínima preocupação com os resultados almejados pela própria administração do Estado. E isto constitui um verdadeiro problema a enfrentar e também um dos desafios a superar em Cabo Verde.

Para Durante e Zavataro (2007), o cuidado com as diferenças educacionais e sociais entre a elite política e o restante da população deverá ser uma preocupação constante. À elite o Estado garante toda a mordomia, muitas vezes sem se lembrar da classe social mais desfavorecida, o que poderá levar ao enfurecimento dos menos poderosos, dos mais pobres, conduzindo-os a aceitarem as ofertas da globalização como a droga, a falsa religião, entrada no mundo do crime só para poderem vingar a diferença imposta pelo Estado. No entanto, deve-se ter alguma atenção nestes casos, tentando agir de forma harmoniosa e transparente.

Para isto, há que existir princípios de estruturação das organizações públicas e privadas, estabelecendo regras com rigor e efetividade. Então, são apresentados alguns princípios tidos como basilares dessa estruturação, que são o da “continuidade e da erradicação patrimonial”. Logo, é apresentada a valorização da impessoalidade e a neutralidade do corpo dos funcionários, no sentido de separação entre o ocupante e o cargo, implementando que o burocrata deve agir não como pessoa, mas como ocupante do cargo. Aponta-se ainda a valorização da seleção meritocrática dos funcionários e da profissionalização da carreira administrativa (BRESER, 2001 apud DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Da mesma forma, é esperado que entre os funcionários públicos devem existir normas e regras para garantir que estes defendam o interesse do público, e não apenas o interesse de alguns consumidores preferenciais, devendo também, desenvolver capacidades e habilidades gerenciais para atuarem como administradores, como produtores, como inovadores e como mediadores.

E assim, o aparecimento e a defesa da questão da “continuidade”. Desde logo, são apontados alguns avanços da gestão da segurança pública, que muitas vezes passam por sérios problemas de continuidade quando enfrentam mudanças de contextos de gerência política em Segurança Pública. Isto é, verifica-se que a mudança de gestão constitui sério problema quando não acontece o princípio de continuidade. Esta continuidade refere-se às políticas devidamente estudadas e comprovadamente viáveis e de necessidade extrema. A sua não implementação pode pôr em causa o cabal funcionamento da instituição (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Como exemplo de avanços, apontam-se fatos de extrema relevância: o uso de sistemas de informática para registro de ocorrências, de atendimento, despacho de documentações, administração de recursos humanos e materiais, administração financeira etc. Também como medida de precaução e prudência, ficou claro que em nenhuma gestão de segurança pública devem ser criadas condições novas para funcionamento de uma estrutura institucional, sem que haja um estudo de causa/efeito ou benefício/custo da criação destas condições (DURANTE; ZAVATARO, 2007).

Sobre este aspecto, Durante e Zavataro (2007) exemplificaram com a administração de um hospital que pinta parede das suas salas, cria condições melhores de trabalho do pessoal, mas, o número de óbitos de pacientes continua a aumentar. Quer isto dizer, que a gerência do hospital não está a preocupar-se com a causa dos óbitos, mas sim, preocupados em atender os meios físicos para o desenvolvimento do trabalho dos funcionários. Pois, este fato reflete muito menos que a morte ou o óbito registrado naquele hospital, o que afeta e reflete muito mais em gestão da segurança pública.

Contudo, os fatos concorrentes para resolução da questão de segurança pública como já visto, são hoje transversais. Ou seja, aparecem em tudo quanto é lado. O necessário é estar ciente para se descobrir suas causas em tempo oportuno e conseguir encontrar e utilizar instrumentos facilitadores da sua gestão. Na verdade, a violência e a criminalidade são apontadas como algo que às vezes ultrapassa o controle das autoridades e elas não são determinadas pelo que os agentes de combate fazem ou pelo número dos agentes disponíveis, mas sim, por outros fatores de maior importância (econômicos e sociais) (FILHO, 1999).

Material e métodos

Rondon (2003) aponta que para estudos cujo propósito é conhecer e analisar os custos da violência e criminalidade, bem como seu peso (valor) no

orçamento do Estado e das famílias, há necessidade de ter uma tipologia prévia de custos, o que nos possibilitará a opção pela utilização da metodologia de contagem. Esta metodologia consiste em especificar determinadas categorias de custos, identificando-os e somando-os para cada categoria. Neste estudo, os custos foram categorizados em exógenos e endógenos. E para a obtenção dos produtos explorados, foram realizadas recolhas de dados orçamentais das contas do Estado entre os anos de 2006 e 2010.

Como custos exógenos, tomaram-se os orçamentos disponibilizados diretamente pelo Estado para o funcionamento das instituições públicas, que atuam na área de combate à violência e ao crime durante cinco anos (2006 a 2010). Pelo nome vem: a Polícia Nacional, a Polícia Judiciária, a Comissão de Coordenação e Combate a Droga e o Sistema de Justiça. Somou-se também os orçamentos previstos no Programa Plurianual de Investimentos Públicos (áreas relevantes da segurança pública em estudo), como a área de justiça, proteção e integração social, e combate às drogas.

Rondon (2003) define os custos endógenos como sendo os resultados da ação do crime, aos quais, os prejuízos daí advenientes são controlados indiretamente pelo Estado e pelos indivíduos. Como exemplo destes custos, estudou o número de furtos e roubos na capital Praia, o custo de tratamento hospitalar das vítimas de violência e criminalidade, os gastos com encarceramento e por fim, somou-se a renda potencial das vítimas fatais da violência e de criminalidade. Este último, como não estava ainda fixado um salário mínimo em Cabo Verde, foi tomado como base da soma, a estimativa do salário médio dos trabalhadores da administração pública, do sector privado e das casas das famílias cabo-verdianas (trabalho doméstico), usado em 2009 pela União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical (UNTC-CS). Daí, conhecendo o número de vítimas fatais da violência e do crime, foi estimado o montante que ganhariam durante o período de análise, se não tivessem sido vítimas fatais da violência e do crime.

Para a busca de informações da população, optou-se por realizar uma pesquisa amostral estratificada proporcional ao número de moradores por localidade. Desta forma, foi desenvolvido um questionário pelo autor e concretizou-se uma entrevista aleatória com 161 (cento e sessenta e um) indivíduos em cinco dos bairros mais populosos da capital de Cabo Verde, Cidade da Praia (Achada Santo Antônio, Achada Grande Frente, Achadinha, Palmarejo e Ponta D'Água).

Para isso, usaram-se os métodos quantitativo e qualitativo, coletando os dados, analisando-os e empregando recursos e técnicas estatísticas como:

percentuais, médias, análises apresentadas por meio de gráficos e estudos comparativos, descrições, interpretações e apresentações dos resultados. Atendendo ao parágrafo anterior, realizou-se uma pesquisa *survey* que é muito semelhante ao censo, sendo a diferença principal entre eles é que um *survey*, tipicamente, examina uma amostra da população, enquanto que o censo, geralmente implica uma enumeração da população toda (BABBIE, 1999, p. 78).

O questionário desenvolvido na pesquisa foi dividido em três blocos de questões. Primeiro as questões de âmbito socioeconômicos e demográficos. De seguida, questões que buscam obter informações sobre o sentimento de insegurança dos indivíduos, como também, a percepção deles sobre a criminalidade no município. Por último, questões sobre coparticipação do cidadão para implementação de políticas de combate à violência e ao crime.

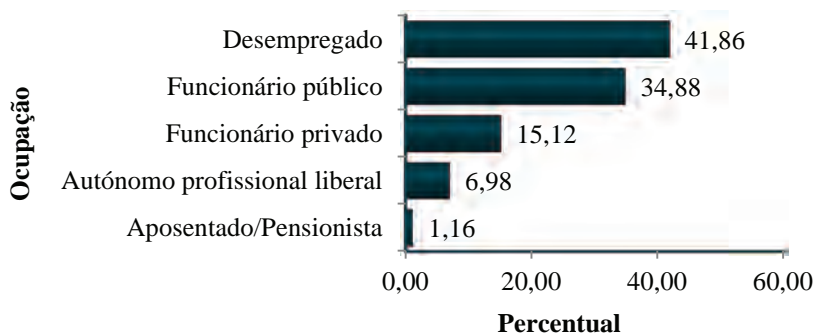
Resultados e discussões

Atendendo aos objetivos do estudo, se pôde constatar que, durante o período em análise (2006 a 2010), houve uma tendência constante de aumento dos custos com a violência e o crime. Pois, comparando os orçamentos de funcionamento e de investimento, verifica-se que dos dois lados a tendência foi de crescimento gradual de ano para ano.

Entretanto, somando e comparando os números, evidencia-se que no período de 2006 a 2010, os custos da violência e do crime em Cabo Verde tiveram um peso orçamental cuja média é de 5,29%. Dividindo-os em aqueles que o Estado escolhe gastar livremente e em aqueles que resultam da ação do crime, pode-se constatar que no ano de 2006 o peso no orçamento do Estado era de 4,83% e no ano de 2010 passou para 4,97%.

Igualmente, conseguiu-se perceber que a existência de diversos problemas sociais no país como a deficiente distribuição de renda, o redimensionamento urbano muito problemático, a despreparação da população juvenil associado a algum desajustamento das instituições do Estado, fizeram com que os efeitos negativos daí advenientes atrapalhassem o desenvolvimento ideal. É o que se percebeu quando se questionou sobre a ocupação da população, onde se pode visualizar na Figura 1, que a maioria se encontra desempregada, representando 41,86% dos entrevistados.

Figura 1: Percentual dos moradores da Cidade da Praia, em 2011, por ocupação

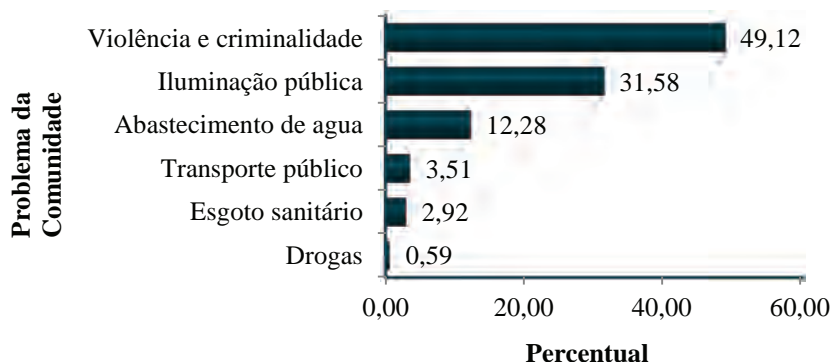


Fonte: Pesquisa própria (2011)

Perante os novos contornos da globalização, o desemprego em Cabo Verde constitui um dos assuntos controversos e ainda pouco respondido pelos sucessivos governos, o que exigirá de todos um esforço e determinação maior, no sentido de buscar soluções para o problema, minimizando assim, os efeitos da conjugação com outras preocupações como a violência e a criminalidade.

Perante os fatos, a Figura 2 apresenta o percentual dos problemas mais sérios da comunidade na Cidade da Praia, em 2011. Nela verifica-se que a maior parte dos moradores dizem que o problema mais sério da sua comunidade é a violência e a criminalidade, representando 49,12%, seguido de iluminação pública, com 31,58%. No último lugar se afigura o problema das drogas, com 0,59%.

Figura 2: Percentual dos problemas mais sérios da comunidade da Praia – 2011

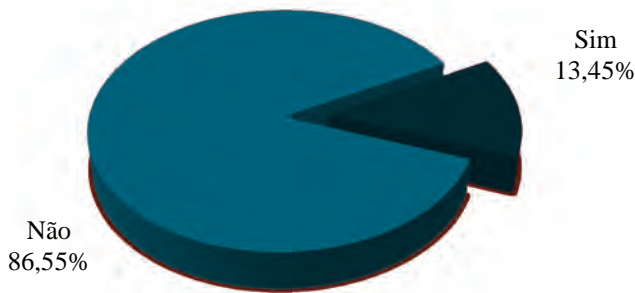


Fonte: Pesquisa própria (2011)

Debruçando-se nas respostas da população da Praia, pode-se perceber o quanto é preocupante estar perante os fenômenos da violência e da criminalidade e não ter meios e formas eficazes e eficientes de as combater e de as minimizar, embora haja um dispêndio considerável de recursos para o efeito. Há uma boa parte de recurso orçamental do Estado e mesmo das famílias que é gasta, para travar a ação desagradável que é a questão da violência e do crime.

Verificando-se as respostas dos problemas mais sérios da comunidade com o da satisfação com a segurança do bairro, vê-se uma resposta convergente. A não satisfação prevalece e resulta dos vários problemas existentes e apontados anteriormente. Assim, a Figura 3 apresenta o percentual de moradores da Cidade da Praia, em 2011, por satisfação com o atual sistema de segurança do bairro. Nela, verifica-se que a maioria dos moradores afirmaram que não estão satisfeitos com o atual sistema de segurança do bairro, representando 86,55%.

Figura 3: Percentual de moradores da Cidade da Praia, em 2011, por satisfação com o atual sistema de segurança do bairro



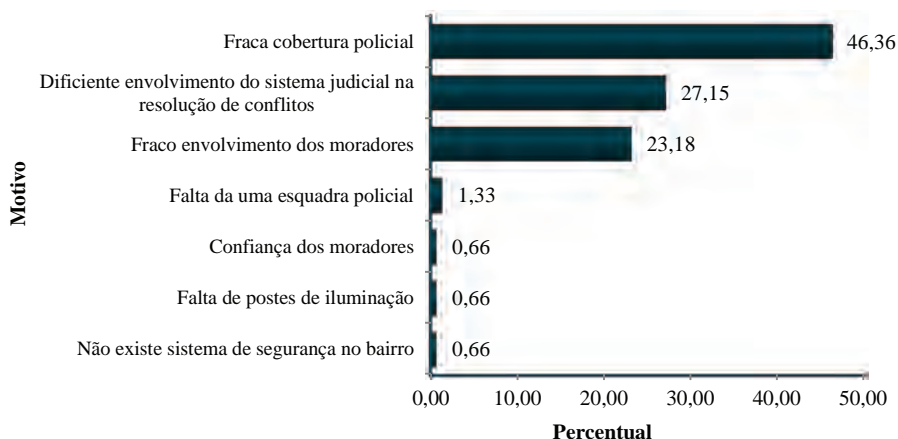
Fonte: Pesquisa própria (2011)

Neste contexto, pode-se associar a não satisfação dos moradores com a perda de bem-estar, representando a maioria da população (86,55%). Essa percentagem é muito expressiva, dado o aumento significativo da violência e da criminalidade, podendo corresponder a um verdadeiro custo social. Por conseguinte, se cruzar os dados tanto da Polícia Nacional como da Polícia Judiciária e também do Ministério Público, é possível verificar um aumento gradual dos casos. Isto é traduzido na resposta da população na sua satisfação ou não com o sistema de segurança e no seu sentimento de segurança.

Ainda como destaque, a população apresenta como causa da não satisfação, a fraca cobertura policial e o deficiente envolvimento do sistema judicial

na resolução de conflitos, representando 46,36% e 27,15%, respectivamente. A Figura 4 evidencia o ocorrido visivelmente.

Figura 4: Percentual dos moradores da Cidade da Praia, por motivo da não satisfação com o sistema de segurança do bairro, 2011



Fonte: Pesquisa própria (2011)

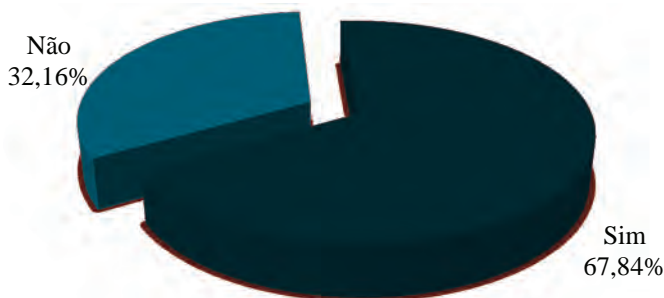
Não há dúvida de que a resolução do problema da segurança pública não é uma responsabilidade exclusiva da polícia. É necessário que entre a sociedade, o governo e as instituições, se criem sinergias e políticas comuns, repartindo as responsabilidades, para que na sua implementação haja um monitoramento fiável e no final um sistema de avaliação rigoroso, capaz de corrigir as falhas detectadas. No caso da polícia, poderão existir registros de dados administrativos, econômicos e pesquisas de vitimização.

Num estudo realizado pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT) e pela a UNO HABITAT.CV, em 2011, manifestou-se a dimensão urbana do fenômeno da violência e do crime que tanto já se tomou forma, de maneira que contribui para certo sentimento de insegurança, que muitas vezes se associa ao sentimento de impunidade, mudando pois, a configuração da relação dos cidadãos com o espaço. O certo é que o espaço urbano que cresceu para o uso corrente, já não tem a utilidade de convívio por causa das ocorrências criminais como roubos, furtos, delinquência juvenil e até tráfico de drogas.

Pergunta-se às pessoas o porquê de não utilizar certos espaços urbanos, e a resposta é simples: - Porque existem grandes possibilidades de serem vítimas da violência e do crime. Este fato é revelado na presente pesquisa,

onde 67,84% dos praienses responderam existir a possibilidade de serem vítimas de violência e do crime, conforme se evidencia na Figura 5.

Figura 5: Percentual da variável possibilidade de ser vítima da VC – Praia, 2011



Fonte: Pesquisa própria (2011)

Por causa do aumento da insatisfação, do aumento do sentimento de insegurança, da mudança do *modus operandi* da violência e do crime, no final do ano de 2014 para 2015, se falou muito no país sobre a possibilidade do governo trabalhar num eventual aumento da pena máxima para os crimes de maior relevância, devido ao aumento dos casos, o que deixou a população e o próprio governo um pouco assustados. Será a melhor opção? Muitos questionaram e muitos deram suas opiniões e a conclusão a que se chegou foi que não seria a melhor opção.

Comprovadamente, a punição não é considerada em si um elemento inibidor do crime, apesar de também ter um custo para o criminoso. O exemplo internacional de reconhecida validade é o caso de Bogotá, Colômbia. Ficou claro que, conjugando o rigor nas penas aos programas de melhorias sociais como inclusão social, melhoria de transporte público, escolas, bibliotecas públicas etc., podem fazer mais e muitas diferenças, trazendo melhores resultados.

É claro que os recursos tanto públicos como privados são cada vez mais escassos e Cabo Verde deve levar essa consideração em primeira mão, conjugando esforços para fazer escolhas acertadas e oportunas. Os investimentos nas áreas de combate aos males sociais atuais devem pautar-se por estudos coerentes e consistentes, permitindo orientar os poucos recursos para áreas mais prioritárias como educação e emprego.

Como se deve saber, os custos da condenação de um criminoso afetam tanto um condenado, como qualquer outro cidadão comum. Então o que se deve fazer é trabalhar mais na aplicação da legislação existente no país,

optando mais para as penas alternativas, do que a de prisão efetiva. A legislação cabo-verdiana prevê penas alternativas como: compensação à vítima (que dói mais no bolso); prestação dos serviços à comunidade (que dói mais no corpo); limitação do fim de semana e restrição temporária de direitos etc. Todas estas são consideradas “penas restritivas de direitos” (LEMGRUBER, 2001).

Apesar de durante o século XIX, se teve como o primeiro instrumento de controle do sistema penal a pena de prisão, que até certo momento deixou passar a ideia de que o principal castigo para um desajustado social era a prisão. Hoje, existe uma clarividência de que a pena de prisão custa caro e que em certos momentos é ineficaz. Para mostrar esta clareza, apresenta-se como exemplo certos constrangimentos dentro e fora do sistema prisional: separação das famílias, não reeducação do infrator, estimulação da reincidência associado à redução da autoestima, e conseqüentemente não impedimento da criminalidade.

Em Cabo Verde existem muitos casos de indivíduos já condenados, que voltaram para sua vida social com mais dificuldades do que já tinham antes e alguns caminharam para a reincidência. Quando assim, o crime é muito mais grave do que o cometido antes e as sequelas poderão ser ainda maiores. Hoje é necessário que se pense em alternativas de castigo, para se ter uma fonte de comparação, dada a eficácia com que exemplos de penas alternativas nos apresenta em outros países.

Concordando com Lemgruber (2001), deverá ser cimentada a ideia de que os pagadores de impostos, ou os cidadãos, precisam entender e exigir que os países optem por penas alternativas em vez de mandarem grande quantidade de gente para a cadeia por tipos de crimes claramente desproporcionais. Afirma-se entretanto, que por detrás de tudo isto, está atrelada uma política de combate à criminalidade enganosa, que aposta no endurecimento da legislação penal como instrumento para garantir a segurança e levar para a cadeia rapidamente um número de presos muito superior àquele que o Sistema de Justiça Criminal consegue digerir e colocar de volta na rua.

Considerações finais

A criminologia moderna se destaca no estudo sobre a problemática da violência e do crime, demonstrando que se deve combater estes fenômenos na sua prevenção, conhecendo as suas raízes e suas causas, deixando de direcionar responsabilidades para partes específicas como a polícia ou o infrator.

A evidência vai para algumas formas de prevenção como a educação e o emprego, a política legislativa penal adequada à realidade atual, a ação

institucional firme e concertada e por fim uma verdadeira política de ressocialização do recluso ou do condenado.

Recomenda-se, entretanto, certa importância às novas técnicas de controles sociais, dando maior ênfase nas pesquisas de soluções de problemas, engenharias das relações sociais e técnicas organizacionais para administrar os problemas humanos.

A pesquisa mostrou que os custos da violência e do crime têm um peso significativo no orçamento do Estado e há tendência de um aumento gradual de ano para ano. Por seu turno, o Estado conscientemente sabe o que gasta para combater os males sociais existentes no país, neste caso a violência e o crime. Pois, saber onde e em que programa investir, qual o seu custo/benefício, deverá ser nossa maior preocupação. Porém, algumas vezes há evidências que demonstram que arruinamos as nossas vidas por causa da violência e não se consegue raciocinar sobre o quanto a violência e o crime nos custa. O que se deve fazer é pensar sempre nos recursos escassos, raciocinando e decidindo que o melhor caminho passa pela prevenção.

O Estado ou o governo, às vezes, aparenta pouco querer abrir mão da posição que lhe dá o poder e sem muita responsabilização. Então, por meio dos complexos modelos de mediação, lhe é assegurado o controle e a proteção da sua responsabilidade. Lembre-se que perante a proliferação de instituições e os processos de policiamento, a questão de responsabilização deve estar mais afinçada. O que deve existir é uma sintonização efetiva e eficaz entre as instituições, registrando e cruzando os dados, tomando decisões futuras acertadas.

A população não quer disponibilizar seu tempo nem dinheiro em soluções de combate ao crime e à violência. Aqui se pode falar da questão do risco real e do risco percebido. Conscientemente e com um bom nível de confiança, a população mostra reservas em disponibilizar dinheiro ou ações em programas comunitários ou outros de combate ao problema social existente, porque acham que não têm risco. Entretanto, só conseguem, por exemplo, perceber o risco real, a partir do momento que pensarem ou decidirem sair e andar na rua.

Com regularidade, se vem discutindo a questão das leis. Elas devem ser produzidas a partir de critérios científicos e testes com grupos de controle, difusão do seu conteúdo, observando assim, a sua eficácia social. Entre os crimes de menor relevância buscar penas alternativas, a conciliação entre a vítima e o agressor por meio de mediação entre as partes, proporcionando a ambos a oportunidade de refletirem sobre o assunto ou o caso, restaurando

a harmonia social desejada. Do mesmo modo, os tribunais não devem preocupar só com o fim do processo, mas sim, com a conciliação das partes, com ressocialização do condenado e com aplicação de medidas alternativas.

Para completar o ciclo, deverá existir a vontade, a determinação dos chefes de serviços públicos, tomando decisões difíceis deixadas pelos seus antecessores que resolvam problemas, deixando apenas de cumprir as rotinas do cargo.

Enfim, há que ter mais atenção em temas de administração e técnicas gerenciais, que em certos momentos só são acionadas quando se dá um escândalo. Isto é dito, pensando nas prestações de contas, nas auditorias e em outras formas de controle, prevenindo assim, os possíveis erros ou falhas que podem desembocar em outras consequências, podendo até serem casos de violência e do crime. Há que ter mais atenção à questão de avaliação de desempenho, mais atenção ao desenvolvimento institucional e alguns programas de melhoria da qualidade, como a adesão aos modernos serviços oferecidos pelos sistemas de informação.

Conclui-se que o tratamento dos recursos humanos, que é o principal insumo numa sociedade, numa organização, principalmente a policial, deve estar no centro das melhores atenções, proporcionando orientação dos recursos disponíveis com eficácia e eficiência, atingindo, entretanto, os melhores e desejosos resultados no combate à violência e à criminalidade, alcançando de fato a satisfação, a paz e a harmonia social.

Referências

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo de FHC. *Tempo Social* – USP, São Paulo, nov. 2003.

_____. Crime e violência na sociedade brasileira. *Jornal de Psicologia – PSI*, São Paulo, p. 7-8, abr./jun. 2002.

ARAÚJO JR., Ari; FAJNZYLBBER, Pablo. *Violência e criminalidade*. Belo Horizonte: UFMG. Texto para discussão, out. 2001.

BABBIE, Earl. Pesquisa de *survey* como método das ciências sociais. In: _____. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: UFMG, p. 77-91, 1999.

BORIL, Salete Polónia; SHIKIDA, Pery F. Assis. *Breves notas sobre a criminalidade: custos, papel das organizações e a questão feminina* 2009.

CENSO 2010. INE (Instituto Nacional de Estatística) de Cabo Verde. Disponível em: <<http://www.ine.cv/dadosestatisticos.aspx>>. Acesso em: abr. 2015.

CERQUEIRA, Daniel; CARVALHO, Alexandre; LOBÃO, Waldir; RODRIGUES, Rute. *Análise dos custos e consequências da violência no Brasil*. Mar. 2007.

COSTA, Arthur. Como as democracias controlam as polícias. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 70, p. 65-77, nov. 2004.

DA SILVA, Fernando A. Ferreira. *Catástrofes naturais: contributos para um modelo de segurança e ordem pública*. Lisboa, ago. 2011.

DURANTE, Marcelo; ZAVATARO, Bruno. Limites e desafios da evolução da gestão em segurança pública. A importância de uso de indicadores de avaliação de desempenho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 76-91, 2007.

FILHO, Cláudio C. B. Políticas públicas de segurança e a questão policial. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

FURTADO, G. Rocha. Lavagem de dinheiro: aspectos históricos e legais. *Arquivo Jurídico*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 123-142, jul./dez. 2011.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. *Revista Think Tank*, Instituto Liberal do Rio de Janeiro. São Paulo, 2001.

MAHOT.CV, UNOHABITAT.CV. Estudo sobre a relação da organização dos espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde, p. 1-29, 2011.

RONDON, Vinícios Velasco. *Custo de criminalidade em Belo Horizonte: duas abordagens sobre a perda de Bem-estar*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

SOARES, Luís Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: (histórico, dilema e perspectiva). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007.

TEIXEIRA, Evandro Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. A dimensão dos custos de criminalidade em Curitiba. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 9, n. 16, p. 26-38, 2007.

CAPÍTULO 9

Para uma sociologia das organizações não governamentais: relatos sobre a origem e a criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Jumara de Moraes Cardoso do Nascimento

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA) e graduada em Jornalismo (UFPA). Belém - Pará – Brasil. jumarac@gmail.com

Fernanda Valli Nummer

Doutora em Antropologia Social (UFRGS) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. nummer@ufpa.br

Resumo

O texto é parte de um estudo realizado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará. Privilegia-se o enfoque sociológico na análise dos objetivos organizacionais da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) na época de sua criação. Adota-se como metodologia de pesquisa a história oral, por meio da coleta de depoimentos de integrantes que fizeram parte da criação e dos primeiros anos desta organização não governamental (ONG). Os relatos referem que, apesar das dificuldades de infraestrutura, a ONG integrou-se ao movimento nacional de luta pelos Direitos Humanos, participando de eventos e contribuindo com a efetivação de denúncias de violações. Os entrevistados afirmam que na sua fundação, período em que o país passava por uma ditadura e vislumbrava a redemocratização, a SDDH foi eficiente na execução de seu principal objetivo: promover a redemocratização do país.

Palavras-chave: Redemocratização. Ditadura. Organizações Não Governamentais.

Introdução

Este artigo analisa a trajetória da organização não governamental Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), a partir das mudanças ocorridas nos seus objetivos organizacionais. Dá visibilidade às ações desenvolvidas para defesa dos direitos humanos na Região Amazônica e o processo de estruturação dessas bandeiras de luta em práticas burocratizadas. Focaliza as estratégias adotadas para que a instituição sobrevivesse ao tempo, especialmente, com a instalação do regime democrático no Brasil pós-ditadura militar. Os fatos aqui relatados foram obtidos por meio de pesquisa documental e de entrevistas realizadas com dois fundadores desta organização.

O texto é parte de um estudo realizado como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Defesa Social e Mediação de Conflitos da Universidade Federal do Pará. Está estruturado em quatro partes. Na primeira, conceitua as categorias principais, tendo como base os teóricos Amitai Etzioni e Max Weber. Em seguida, apresenta os métodos utilizados, para depois analisar os dados levantados, à luz da perspectiva sociológica e dos depoimentos recebidos. E, por fim, tece considerações sobre os resultados do estudo.

Revisão bibliográfica

Quando se olha a história da América Latina, não se encontra uma tradição cultural de respeito aos princípios dos Direitos Humanos. Também no Brasil, na segunda metade do século XX, convive-se com um regime de ditadura militar de grande repressão, que culminou com o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional vigente no Brasil.

A Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei Nº 898, de 29 de setembro de 1969) visava proteger o Estado contra o “inimigo interno”, isto é, indivíduos cujas ideias políticas não eram compactuadas com o regime militar. Este cenário acirrou a luta dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos contra o regime militar, levantando questões como o direito à vida, à livre opinião e à integridade física, como valores impassíveis de alienação pelo Estado ou para segurança nacional. Assim, os Direitos Humanos passam a adquirir um caráter político. Grupos passam a questionar o autoritarismo do poder do Estado e a cobrar o efetivo exercício da cidadania (DORNELLES, 2006).

Muitos desses grupos se consolidaram e se tornaram hoje organizações não governamentais atuantes. O termo “organização não-governamental” ou “ONG” ficou conhecido a partir da década de 1990, com a Conferência das

Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), evento realizado em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. À ocasião, o termo ONG foi amplamente divulgado nas mídias, o que o tornou familiar à população, sendo muito utilizado até os dias de hoje no cenário brasileiro (TEIXEIRA, 2000).

Teixeira (2000) esclarece que o termo ONG foi criado pela ONU, nos anos de 1940, para denominar instituições não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para a realização de projetos sociais. No início, o termo ONG foi usado para se referir às organizações situadas nos países ricos da Europa e nos Estados Unidos, que davam ajuda financeira a projetos sociais para países do Terceiro Mundo. Com o tempo essa definição foi se modificando até ser como se conhece hoje.

Mas o que é organização numa perspectiva sociológica? Weber (1982) enxergava as organizações como sistemas e acreditava que o surgimento e o crescimento delas no seio da sociedade foram originados de um processo social que ele chamou de burocratismo ou burocratização. Isto é, a ascensão do Estado Moderno fez com que este assumisse o controle dos principais setores da vida em sociedade, permitindo que os procedimentos burocráticos invadissem todas as instâncias da vida social. Este processo foi consolidado com o crescimento das organizações políticas e sindicais e, principalmente, com a racionalização do trabalho produtivo nas empresas capitalistas. Weber ressalta ainda que as organizações burocráticas geralmente são criadas por elites dominantes dos setores político e econômico para assegurar a si próprias, tanto o fornecimento de serviços quanto estratégias de poder na sociedade.

Etzioni (1973) contribui nesta discussão ao mostrar que a burocratização, a que Weber (1982) se referia, é uma ampliação das esferas da atividade da burocracia e do seu poder, no seu próprio interesse ou no interesse de sua elite. Isso leva à crescente regulamentação de diferentes setores da vida social e da adequação dos objetivos de serviço aos diversos interesses de poder da elite dominante, tal o que ocorre com as organizações militares, que têm uma tendência a impor seu domínio sobre a vida civil.

Os objetivos principais das organizações burocráticas, o lugar que estes objetivos ocupam na estrutura social e o tipo de dependência da burocracia sobre agentes externos tais como clientes, detentores do poder político e outros grupos, são muito importantes porque influenciam a estrutura interna e suas relações com o ambiente. Aquilo que do ponto de vista da organização constitui o objetivo principal é, frequentemente, traduzido pela sociedade como a função da própria organização. Portanto, as várias inter-relações entre uma organização burocrática, outros grupos e a sociedade total se processam, em grande parte, por meio da natureza de seus objetivos (ETZIONI, 1973).

Em assim sendo, as organizações são unidades sociais ou agrupamentos humanos intencionalmente construídos e reconstruídos, que controlam a sua natureza e o seu destino e ainda têm a capacidade de se adaptar e readaptar para continuarem seu ciclo de existência por meio do atingimento de objetivos específicos. São os objetivos que determinam a direção que a organização deve seguir (ETZIONI, 1989). Eles servem de padrão pelo qual seus membros e quem está fora da organização podem avaliar seu êxito, ou seja, medir o grau de eficiência, o rendimento e a produtividade.

Etzioni (1989) reforça que, para se compreender uma organização, é necessário perguntar aos participantes o que eles consideram como objetivo da organização, a proximidade ou distância desse objetivo com os objetivos pessoais deles e de como pensam que a organização deveria agir para atingi-los. É recomendável também analisar a divisão de trabalho da organização, seu ritmo de trabalho e sua divisão de recursos, refletida no orçamento, com o objetivo de verificar a orientação real da organização para uma situação futura.

É nesta perspectiva sociológica que será avaliado o alcance dos objetivos organizacionais pela SDDH, sob o ponto de vista de seus membros.

Material e métodos

A História Oral foi a metodologia de pesquisa utilizada para desenvolver o estudo. Foram escolhidos dois membros que participaram da criação da SDDH, Marga Rothe e Paulo Roberto Ferreira. Ambos são reconhecidos, por informações divulgadas na mídia, como pessoas que exerceram trabalho relevante à frente desta organização.

Os depoimentos foram prestados em entrevistas gravadas com a anuência dos entrevistados, que autorizaram a publicação de seus nomes neste trabalho. As entrevistas em profundidade obedeceram a um roteiro de perguntas sobre suas histórias de vida, com ênfase nos episódios que os levaram à militância e participação na SDDH, bem como contempla suas reflexões pessoais sobre o atendimento dos objetivos institucionais pela ONG, tanto no passado, quanto nos dias atuais. O conteúdo dos relatos foi transcrito e analisado, e, depois, trechos foram selecionados para embasar o artigo.

Resultados e discussões

Origem da SDDH e participação militante

A primeira entrevistada, a pastora luterana Marga Rothe, tem 74 anos, nasceu na Alemanha e veio para o Brasil com os pais que fugiam da ditadura

nazista de Adolf Hitler. Quando foi fazer parte da SDDH, nos anos de 1970, integrava um grupo religioso simpatizante à Teologia da Libertação¹, movimento ecumênico que se disseminou no país nas décadas de 1960 e 1970.

O segundo entrevistado é o jornalista, administrador e professor universitário Paulo Roberto Ferreira. Ele é natural de Belém e em 1974 ingressou no curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Pará. Em 1979, passou no concurso da Caixa Econômica Federal, onde trabalhou por quase cinco anos, mas foi perseguido e demitido sem justa causa, por conta de sua militância no jornal “Resistência”, da SDDH, e no Diretório Central de Estudantes (DCE), da UFPA, do qual foi presidente.

Tanto Rothe quanto Ferreira atuavam em defesa dos direitos de segmentos da sociedade antes de sua participação na SDDH: ela em grupos religiosos; ele no movimento estudantil. Touraine (2007) fala do “despertar do sujeito” para denominar o que acontecia no contexto de militância nos movimentos sociais que então surgiam. Este despertar é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam a autonomia e a capacidade de se perceber como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo e para reconhecer-se. Assim, esses militantes têm nas suas ações a relação entre o ativismo político e a luta pela garantia de direitos. Assim, como diz Touraine (2007), a história de vida do sujeito (militante) está ligada à origem histórica dos direitos.

Rothe exemplifica isto ao mostrar que o trabalho de militância política² contra a ditadura instalada no país (e que culminou no surgimento da SDDH) se deu a partir da luta em favor da liberdade dos camponeses presos em razão de um conflito agrário ocorrido em 1976 e que ficou conhecido como o caso da fazenda Capaz.

¹ O nome Teologia da Libertação foi cunhado pelo Padre Gustavo Gutiérrez, em 1971 e reflete uma experiência prática de organização popular que teve início nos anos 1950, com a atuação de evangelizadores católicos nas regiões mais carentes da América Latina, que incentivavam a população a lutar por melhores condições de vida, melhores salários, melhores condições de moradia etc. Tal prática viria a se refletir na Conferência Geral dos Bispos da América Latina de 1968, na cidade de Medellín, na Colômbia, com a aprovação da “opção preferencial pelos pobres”. Nos anos de 1990, o movimento entra em crise, juntamente com a dissolução da União Soviética, cujo projeto político anterior tinha como foco o marxismo (LACERDA; RIBEIRO, 2006).

² O termo militância originou-se no início do século XX com a Revolução Russa de 1917 e à época apresentava um significado diferente do que costumamos ouvir hoje. Sua origem estava atrelada ao sentido de revolução e de partido político para a conquista de um ideal utópico (SENA, 2004, p. 129).

Essa propriedade consistia numa área de 100 mil hectares localizada entre a estrada Belém-Brasília e a Vila Rondon, na rodovia PA-70, hoje BR-222, no município de Rondon do Pará, região sudeste do estado. Em 1962, o terreno foi adquirido pelo norte-americano John Weaver Davis, um ex-piloto da Força Aérea dos Estados Unidos, que lutou na Guerra da Coreia. Ele utilizava apenas 3.000 hectares do total da área com exploração de madeira e isso desagradava a comunidade local. Por conta do enorme espaço de terra sem utilidade, a fazenda de Davis várias vezes foi invadida por trabalhadores sem-terra e até mesmo por fazendeiros vizinhos.

Nessas ocasiões, Davis costumava reagir com bastante violência. Sobre ele ainda pesavam acusações de que mandava esterilizar as mulheres locais em massa, para que não gerassem futuros guerrilheiros de esquerda. Esse ambiente conflituoso levou um grupo de posseiros a montar uma emboscada para assassiná-lo. Durante a emboscada, foram assassinados também seus dois filhos, Bruce e Mallory. Davis foi ferido gravemente e faleceu no hospital dias depois.

Por uma infeliz coincidência este episódio ocorreu no dia 4 de julho de 1976, data em que os americanos celebravam o bicentenário da independência dos Estados Unidos. Por conta desse apelo comemorativo numa época de regime militar, o fato tomou proporção de atentado político contra o país e ameaça ao regime instalado no Brasil. A Embaixada Americana pressionou o governo brasileiro a apurar o caso com rigor. O então ministro da Justiça, Armando Falcão, determinou à Polícia Federal que abrisse inquérito e prendesse 35 pessoas, entre posseiros e fazendeiros, enquadrando-os na Lei de Segurança Nacional pela acusação de “subversão”.

Os posseiros foram presos e, de acordo com a imprensa da época, condenados antes do prazo normal do processo. Naquele momento, em Belém, grupos descontentes com o regime militar passaram a cobrar a soltura dos posseiros da fazenda Capaz, além de organizarem mobilizações de ajuda aos familiares dos presos que se encontravam em situação de miséria. Parte dos integrantes desse grupo ajudaram a fundar a SDDH (PINTO, 2006).

O entrevistado Ferreira explica que a embrionária SDDH foi importante para dar voz aos excluídos e garantir-lhes apoio jurídico, o que foi determinante para a solidificação dos movimentos sociais naquela Belém das décadas de 1970 e 1980. Ele também faz referência ao caso da fazenda Capaz:

Oito trabalhadores rurais foram presos. O poeta Ruy Barata, que era advogado, foi o defensor desses trabalhadores. Começou então um trabalho de

solidariedade com as famílias desses trabalhadores, o que se tornou o embrião da SDDH. Por um lado, havia a solidariedade de pessoas como o Ruy, que defendia os presos sem cobrar nenhum tostão, e por outro havia as coletas que fazíamos para comprar comida e manter essas famílias em Paragominas (PA). Depois esses trabalhadores foram libertados, passaram a se defender em liberdade e, para cada um deles, o Ruy Barata arrolou oito testemunhas. O processo iria demorar bastante e eles então foram colocados em liberdade. Surgiu a necessidade de criar a SDDH para dar voz e vez àqueles que estavam excluídos, que não tinham apoio jurídico e também para lutarmos contra a ditadura militar (Paulo Roberto Ferreira, entrevista concedida em out. 2013).

Weffort (1984), quando escreve sobre a origem da sociedade civil e da militância no Brasil, explica que a frustração generalizada com o Estado abriu o caminho, a partir de 1964 e, especialmente, depois de 1968, para a “descoberta” da sociedade civil. O entendimento de que existia algo mais para a política e além do Estado se dá com os fatos mais simples da vida dos perseguidos. Nas situações mais tensas, eles buscavam força naqueles que estava à sua volta. Não existiam partidos aos quais se pudessem recorrer, tampouco tribunais confiáveis. O primeiro recurso era, portanto, a família, os amigos e os companheiros de trabalho.

Rothe, por exemplo, escrevia manifestos, panfletos, porque não tinha ninguém no grupo do qual ela fazia parte (constituído por parentes desses presos e outros militantes) que soubesse escrever. Essa era sua principal função inicial. Contou ainda sobre os perigos que sofreu no Pará pelo seu ideal de luta. Várias vezes quase foi presa, mas foi salva por meninos de rua, prostitutas e jovens. A entrevistada narra que vivia em constante risco à época de luta pelas causas populares e também na defesa de gente contrária à ditadura e que por isso acabava presa, como era o caso de alguns padres acusados de “subversão”. Quem optava por defender essas causas vivia o tempo todo numa situação de tensão e medo de ser preso ou torturado:

Eu tava na mira da repressão. Fui me envolvendo com movimentos populares que estavam nascendo naquela época. Por exemplo: a Comissão dos Bairros de Belém. Começou pela periferia e foi se organizando. Fizemos

várias manifestações e a polícia sempre estava no encalço da gente. Acompanhavam nossas manifestações em ruas, praças. Os padres, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, ficaram presos no [Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará] (IPASEP). A gente fazia vigílias na escadaria do IPASEP, de 18h de um dia até 6h do outro dia. Nossa arma era a oração (Marga Rothe, entrevista concedida em 2012).

Rothe mostra sua participação ativa em movimentos sociais, sobretudo os ligados à Igreja Católica, dentro da prática da Teologia da Libertação. Ela demonstra que esteve sempre ligada à formação de movimentos sociais diversos, que ajudava os mesmos a se erguerem e depois os deixava caminharem sozinhos. O relato abaixo deixa evidente que, naquela época, muitos movimentos eclodiram quase que ao mesmo tempo e lutando pelas mesmas causas – melhorias de vida e também luta contra o poder militar – dando origem a organizações consolidadas nos dias de hoje.

Durante a ditadura, o presidente João Batista de Figueiredo³ veio a Belém para tentar mostrar que havia boas relações entre o governo e a Igreja Católica. Era época do Círio de Nazaré. Tínhamos um grupo de estudantes de Teologia, padres, feiras, religiosos e de outras pessoas que lutavam contra a ditadura. Fizemos várias mobilizações e elas cresciam. Quando os padres foram presos, eu estava em Abaetetuba para um encontro inter-religioso. Fomos a igrejas para estimular reações, mas os católicos não queriam saber de nada disso. Marcaram uma reunião e uma mulher lá propôs de rezarem uma missa. Uma pessoa que falou: ‘Olha, não acho certo uma missa, pois tem muitos que não são católicos. Proponho então uma celebração ecumênica’. Foi assim que começaram as celebrações ecumênicas aqui. Foi evoluindo inclusive para o Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs e para a criação do [Instituto Universidade Popular] (UNIPOP). E assim foram surgindo muitas organizações das quais

³ Governou o Brasil de 15.03.1979 a 15.03.1985. Foi o último dos presidentes militares que o país teve. Veio a Belém, em outubro de 1980, para participar do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, tradicional procissão religiosa católica dessa capital.

eu participava até certo ponto, depois eles se viravam sozinhos, para não ficarem dependentes (Marga Rothe, entrevista concedida em 2012).

Nos anos de 1970 e 1980, as ONG, como SDDH e UNIPOP, eram instituições que prestavam apoio aos movimentos sociais e populares, estando por trás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Nesta fase, elas estavam voltadas para o fortalecimento da representatividade dos movimentos populares, ajudando a própria organização a se estruturar. Davam também suporte para a ação dos movimentos (GOHN, 1994).

Nas primeiras reuniões da SDDH, o debate das questões era amplo, com a ideia de se defender não somente as vítimas de conflitos agrários, retomando o caso da fazenda Capaz que deu origem à instituição, mas também de outras questões como o meio ambiente. O direcionamento das preocupações para o respeito aos Direitos Humanos e ao bem-estar geral das pessoas estava fortemente ligado ao contexto social do momento. Rothe conta como ficou sabendo da existência da SDDH:

Fui a um seminário que tratava da importância da Igreja e lá conheci a Iza Cunha⁴. Esse encontro foi no antigo colégio Guido Del Toro. Um dia antes eu passava de carro com meus três filhos pela Almirante Barroso e disse a eles: 'Aqui é que fica a Sociedade Protetora dos Animais'. A Iva [filha da entrevistada] perguntou: 'E onde fica a Sociedade que protege as pessoas?' Eu disse: 'Minha filha, isso é mais difícil'. No dia seguinte, encontrei a Iza Cunha nesse seminário e contei essa história pra ela. Ela perguntou: 'Mas você sabia que já existe a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos?' Eu disse que não. Mas peguei o endereço e no dia seguinte fui lá. Ainda funcionava nas dependências da Igreja de Aparecida, na Pedro Miranda, bairro da Pedreira. Lembro que numa das primeiras reuniões, eu falei que tínhamos também que assumir a questão do meio ambiente (Marga Rothe, entrevista concedida em 2012).

⁴ Historiadora, fundadora da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade. Faleceu em 2003.

Mas a SDDH ainda era uma organização ilegal, devido às restrições impostas pela ditadura militar. Mesmo assim, pessoas já se organizavam num grupo informal e estabeleceram algumas regras. Logo em seguida foi constituída, por meio de documento equivalente a um estatuto, a definição das atribuições e de como seria composta sua hierarquia:

Havia uma hierarquia na época porque alguém tinha que responder e o jornal foi apreendido várias vezes [referindo-se o jornal «Resistência», que era o informativo da organização para propagar seus interesses]. Mas era uma parceria, não uma hierarquia de fato. Era uma organização baseada na solidariedade, totalmente diferente de uma empresa convencional (Marga Rothe, entrevista concedida em 2012).

Havia, por certo, uma hierarquia na SDDH desde sua origem, porém os membros do grupo agiam de forma solidária uns com os outros, diferente do que acontece numa empresa convencional, segundo a avaliação de Rothe. Talvez essa solidariedade fosse um ingrediente proporcionado pelo momento histórico que viviam, no caso, a ditadura militar. Os membros eram perseguidos por seus ideais e isso os unia e de certa forma criava uma solidariedade entre eles. Ela explica ainda que existia alguém responsável pelo jornal e outra pessoa representava a entidade, apontando isso como um requisito do qual não poderia escapar, isto é, seguir todos os procedimentos de uma organização burocrática, como se pode verificar na estrutura organizacional atual da ONG. Mas o critério de atribuição estava mais no engajamento militante do que na competência técnica, ainda que não excluísse esta última.

Portanto, a escolha dos representantes para determinadas tarefas obedecia regras, tais como o conhecimento e a formação profissional ou educacional do indivíduo para determinada função. Na sua origem, a redação do jornal informativo “Resistência” era de responsabilidade de jornalistas militantes da SDDH, conforme depoimentos dos entrevistados. Aqueles que ocupavam o cargo de presidente ou membros do conselho eram os indivíduos que mais se destacavam na militância dentro da organização, portanto as regras de hierarquia de fato aconteciam. A divisão de trabalho existente, explicitada em momentos quando a entrevistada se referia ao jornal Resistência, revela a tendência à racionalização que a organização assumiria pouco tempo depois, quando já estava mais estruturada.

Foi perguntado também aos entrevistados se os objetivos da SDDH foram atingidos à época da ditadura militar e hoje, num contexto social democrático. Rothe respondeu:

Sim, os objetivos foram atingidos, pois só havia a SDDH pra defender as pessoas. Éramos a única organização que participava de encontros maiores. Por essa época [início da década de 1980] recebi um convite para ir em Petrópolis (RJ), que era em torno do grupo do teólogo Leonardo Boff, que começava a ser perseguido pela Igreja Católica. Recebi o convite pra representar a Igreja Luterana nesse primeiro Encontro de Direitos Humanos e encontrei o jornalista Dermi Azevedo⁵. Foi nesse encontro que foi criado o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). A SDDH não tinha infraestrutura para se manter. Muitos recursos vinham de doações individuais, particulares, porque não existia ainda uma infraestrutura. Pra você ter uma ideia, por muito tempo reproduzimos o material de forma muito artesanalmente [referindo-se ao jornal Resistência]. O objetivo era mobilizar a sociedade, mostrar o que tinha e o que estava acontecendo aqui. O ‘Resistência’, por exemplo, era o único jornal aqui que denunciava os abusos de poder da ditadura. Fazíamos manifestações, íamos para a praça vender o jornal. O jornal ia para o interior. Todo mundo fazia esse trabalho voluntário, pagava as despesas do próprio bolso; fazíamos peças teatrais. Era um trabalho voluntário, muito ligado à criatividade e à convicção pessoal de cada um dos envolvidos. Nos sentíamos na obrigação de lutar pelos Direitos Humanos (Marga Rothe, entrevista concedida em 2012).

Neste depoimento, Rothe faz um resumo das atividades dos membros da SDDH àquela época. Ela explica que eles conseguiam participar de encontros com movimentos de defesa de Direitos Humanos de outros estados e que, nessas ocasiões, era possível tomar decisões importantes. O trabalho

⁵ Jornalista e cientista político nascido no Rio Grande do Norte e radicado em São Paulo. Foi preso político e um dos fundadores do MNDH.

militante e voluntário para despertar a consciência cidadã das pessoas em locais públicos também era feito, com apoio do jornal “Resistência” que era a ferramenta de divulgação das ações da organização que começava a se solidificar. Assim, a entrevistada acredita que a SDDH atingiu os objetivos que visava à época.

O segundo entrevistado, Ferreira, respondeu à mesma pergunta o seguinte:

Sim. Qual era o objetivo? Fazer a propagação das ideias pela redemocratização do país, pela Assembleia Nacional Constituinte - essa era uma luta desde a década de 1970 - pela anistia dos perseguidos políticos, tínhamos inclusive um núcleo pela anistia. Havia vários ex-presos políticos que eram desse núcleo, tivemos o próprio jornal “Resistência”, que agitou e cumpriu um papel muito importante nesse processo de divulgação, denúncia, dar vez, dar voz. A SDDH virou um “guarda-chuvas”. Todas as vozes estavam ali abrigadas. E, à medida que as coisas evoluíam, as pessoas iam procurando seus espaços e a SDDH foi perdendo um pouco a sua importância. Ela funcionava quase que como um partido e esse não era o papel dela. Havia só dois partidos, criados pela ditadura: o da situação, a Arena [Aliança Renovadora Nacional], e o da oposição, o [Movimento Democrático Brasileiro] (MDB), depois PMDB. A ditadura queria uma espécie de “oposição light, consentida”, só que o pessoal foi se infiltrando no MDB e foi se elegendendo vereador, deputado, senador, e começou a dar trabalho. Nesse processo, a SDDH cumpriu, sim, um papel importante e histórico e como hoje cumpre também, mas em outra área, por exemplo contra os conflitos ambientais (Paulo Roberto Ferreira, entrevista concedida em outubro de 2013).

Os fundadores, portanto, concordam que a organização em questão atingiu os objetivos traçados à época dos primeiros anos de funcionamento, período em que o país passava por uma ditadura e vislumbrava a redemocratização. Apesar do relato das dificuldades estruturais que a SDDH enfrentava como, por exemplo, a falta de um lugar específico e seguro para a realização de suas reuniões, conseguia se integrar ao movimento nacional de luta pelos Direitos Humanos, participando de eventos e contribuindo com a

efetivação de denúncias de violações. O jornal “Resistência”, na opinião dos entrevistados, atingia o público com seus ideais levando informações sobre o momento histórico que o país passava. É o que eles denominam de “dar a voz” a quem não podia se manifestar por meios convencionais diante do estado de vigilância e repressão do momento.

Após a redemocratização do país, o entrevistado Ferreira esclarece que:

A SDDH sofreu um esvaziamento. O [Partido dos Trabalhadores] (PT) surge em 1980 e vai disputar eleições em 1982. Outros partidos também surgem e vão cumprir o papel da SDDH, que vai sendo esvaziada, mas não desaparece. Ela vai permanecer com um de seus primeiros Núcleos, o Jurídico, na defesa dos trabalhadores rurais, denunciando os conflitos, defendendo a criação de reservas extrativistas. No meu entendimento a SDDH cumpriu um papel importantíssimo na época da ditadura e cumpre, ainda hoje, na democracia, um papel muito importante (Paulo Roberto Ferreira, entrevista concedida em outubro 2013).

No seu surgimento, a SDDH tinha um objetivo claro, em última instância: promover a redemocratização do país, o que foi de fato atingido com o fim da ditadura militar em meados da década de 1980. Depois disso a organização passou a adotar outras lutas para continuar existindo, pois ainda havia e até hoje há muito que se fazer em prol da defesa dos Direitos Humanos. A impressão que fica pelos depoimentos é que a situação política do país mudou e que a SDDH precisou acompanhar essa mudança para não acabar. O mesmo aconteceu com o objetivo sionista na luta para estabelecimento de um estado judaico, conta Etzioni (1989). Em 1948, quando tal objetivo virou realidade, deixou de ser o objetivo desejado por seus partidários. Isto se constitui até hoje na realidade de muitas organizações, independente da natureza que adotem.

Se no cenário dos “anos de chumbo”, o sentimento conjunto, contrário às injustiças que aconteciam no país, unia as pessoas que se organizavam em grupos, como um embrião da sociedade civil no país, com o passar do tempo, esses grupos foram virando pequenas organizações até o nível institucional que chegaram hoje. Pode-se perceber que, após um extenso período de repressão e de negação da própria existência, a sociedade civil foi aos poucos reconquistando sua força política e aprendendo mais sobre a organização

popular para a reivindicação de seus direitos. Gohn (1994) argumenta que os movimentos sociais na década de 1970 vão surgindo do “lugar” de exclusão dos indivíduos dos direitos e da construção de experiências de cidadania. Os movimentos sociais surgem do que a autora chama de “não lugar” da política, e se articulam ao se inserirem nas malhas finas do poder, para então reelaborarem um saber próprio, atuando em espaços capilares.

Pelos depoimentos, é inquestionável que as organizações se definem como unidades sociais direcionadas para execução de metas e objetivos específicos. O que pode ser alterado, no entanto, são os instrumentos utilizados para se colocar em prática tais objetivos. Dessa maneira, uma organização qualquer pode partir de um objetivo utópico e, com o passar do tempo, seus membros notarem a impossibilidade da realização prática desse objetivo e partirem para outros objetivos mais realistas e possíveis de serem colocados em execução.

A SDDH caminhou nessa direção ao redefinir seus objetivos institucionais e estabelecer parcerias com o governo democrático instituído. Mas é de bom augúrio manterem permanente vigilância para que a organização não se volte apenas para o seu funcionamento e para atender aos interesses da liderança, como lembra Michels (1982). A análise dos interesses dos líderes da organização, entretanto, não foi privilegiada por esta pesquisa, embora seja uma questão em aberto a demandar estudos futuros.

Considerações finais

A SDDH foi se adaptando às mudanças temporais pós-redemocratização sem perder seu foco central que é a defesa dos Direitos Humanos. Tem hoje suas ações direcionadas à luta contra o desrespeito aos Direitos Humanos não se resumindo na busca pela punição dos responsáveis por crimes relacionados às lutas pela reforma agrária. Atua primando pelo respeito às populações vulneráveis e contra a discriminação social e garantia ao acesso à cidadania de uma forma global.

A SDDH passa a funcionar também como um agente do governo no desenvolvimento de políticas públicas como a proteção de vítimas e testemunhas de crimes, ameaçadas de morte por colaborarem com as instituições jurídicas do sistema penal contra violadores dos Direitos Humanos. Assim, de resistência e combate à ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980, o horizonte de objetivos organizacionais da SDDH cresceu, expandiu-se e ganhou legitimidade de atuação, diante do profundo cenário de desigualdades sociais do Brasil.

Apesar da importância e da evolução que sofreu e vem sofrendo no cenário brasileiro, no campo acadêmico ainda são poucas as abordagens sociológicas para aprofundar a compreensão das dinâmicas organizacionais específicas das organizações de defesa dos Direitos Humanos e das ONG em geral. Tais organizações, por apresentarem algumas peculiaridades que as diferenciam, mas também por se aproximarem de dinâmicas específicas de organizações públicas e do setor comercial, necessitam de uma análise particularizada e apropriada à sua compreensão.

Como mencionou Etzioni (1973), o objetivo de uma organização não existe. É algo que se procura alcançar, algo com imagens idealizadas de uma realidade que se quer conquistar e serve como força para seguir em frente. Quando esse objetivo acontece, não é mais um objetivo daquela organização; torna-se necessário criar novos objetivos para continuar o caminho. Talvez isso tenha ocorrido com a SDDH ao se estabelecer a democracia brasileira. Vivendo o contexto histórico recente de maior liberdade, a organização precisou ampliar seus horizontes. E conseguiu.

Referências

- DORNELLES, João Ricardo. *O que são Direitos Humanos*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)
- ETZIONI, Amitai. *Organizações complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1973.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Biblioteca Primeira de Ciências Sociais, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. O papel dos movimentos sociais para o avanço da questão urbana e regional. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional*. Brasília: UnB, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LACERDA, Lucelmo; RIBEIRO, Maria Aparecida Chaves. Marxismo e Teologia da Libertação: uma reflexão (Im) pertinente. *Revista Univap*, São José dos Campos, v. 13, n. 24, 2006.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

PINTO, Lúcio Flávio. *Violência no Pará: ontem como hoje*, 2006. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=488&page=visualizar>>. Acesso em: 9 ago. 2014.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. *Mulheres em movimento: construção de relações de gênero na militância política das mulheres*. 2004. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. *Identidades e construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Ática, 1984.

CAPÍTULO 10

Crime, violência urbana e vitimização – o caso de Tira Chapéu

João Cícero Ramos Gertrudes

Mestre em Segurança Pública: Gestão de Defesa Social e Mediação de Conflitos pela Universidade de Cabo Verde, África.

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Mikael António Robalo Tavares

Graduado em Estatística e Gestão de Informação pela Universidade de Cabo Verde, África. mikael.tavares@student.unicv.edu.cv

Resumo

Nos últimos anos a criminalidade tem fustigado o bairro Tira Chapéu na Cidade da Praia, Cabo Verde, nomeadamente a delinquência. Os sinais desta insegurança estão onipresentes e não deixam de chocar o observador, que se depara com imóveis cercados de grades e postos de guarda. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar a violência urbana, tendo como foco principal o bairro Tira Chapéu. Para isso, realizou-se um estudo a partir das técnicas estatísticas de amostragem e análise descritiva e seguidamente foi realizada a crítica dos resultados obtidos. Entre os principais resultados verifica-se que a maior parte dos moradores do bairro Tira Chapéu já sofreram e/ou presenciaram pelo menos um delito. Os residentes acreditam que sejam fatores de alta influência para o aumento da criminalidade, as faltas de iluminação pública, policiamento e emprego. Além disso, a maioria dos delitos sofridos por moradores ocorreram no próprio bairro, sendo em sua maioria vítimas de roubo, confirmando a hipótese inicial deste trabalho. Finalmente, a partir dos resultados pôde-se verificar que a delinquência urbana neste bairro é um fenômeno que aflige todos os seus moradores.

Palavras-chave: Delinquência Urbana. Insegurança. Cidade da Praia.

Introdução

As instituições responsáveis pela segurança pública em Cabo Verde concentram seus esforços em combater a criminalidade, voltando suas observações ao delinquente e para determinada tipificação criminal, na tentativa de entender quais as motivações que os impelem à prática do crime. As ações planejadas com finalidade de enfrentamento ao crime concentram suas estratégias na perspectiva de entender e neutralizar as investidas criminosas, do agente ativo do fato delituoso. A prática de policiamento ostensivo é admitida como necessária para prevenir e reprimir o crime, ficando as medidas educativas e reparadoras de condutas, que exigem um tempo mais longo para a obtenção de resultados, sob a responsabilidade de órgãos governamentais e outros, constituídos para esse fim.

Born (2005) comenta que entre os jovens, a formação de grupos é mais frequente, pois responde a uma lógica da adolescência, de emparelhamento, que é normal na construção da socialização e da identidade psicossocial, e quando um grupo se constitui em bando delinquente, poderá reconhecer-se o desenvolvimento de uma subcultura. Durkheim (1991 apud ETIÉNNE et al., 1997) analisa que os comportamentos desviantes – ou a criminalidade é, portanto, um fenômeno normal, no sentido em que eles se encontram em todas as sociedades humanas.

Em resultado de fenômenos sociais complexos, próprios de uma sociedade em rápida transformação como esta cidade, que tem tido um aumento da população quer pelos movimentos migratórios de indivíduos que estão a procurar esta urbe com objetivo de investir, procurar trabalho e também para continuarem os estudos, verifica-se, neste momento, a emergência ou a intensificação de fenômenos de violência urbana, relacionados, designadamente com a delinquência juvenil, a prostituição, as drogas e outras formas de desvios conexos.

De acordo com Ferreira e Penna (2005), a busca de soluções para um dos problemas que mais aflige os cidadãos e absorve as atenções dos políticos e administradores das cidades, demanda um esforço de entendimento, que aponte rumos para uma prática eficiente de combate e/ou de prevenção. Faz-se necessário atentar para os diferentes aspectos da complexidade da violência de nossos dias, confrontando as diversas abordagens e assimilando novos olhares que complementem os já existentes.

Neste contexto, este trabalho tem sua importância e justifica-se por avaliar o crime, a violência urbana e a vitimização tendo como foco

principal o bairro de Tira Chapéu, pois, a compreensão desta realidade é necessária para que se possam tomar medidas fundadas neste estudo e tendo consciência de que esses fenômenos não podem ser atacados isoladamente, mas inseridos numa problemática global e multidisciplinar. Neste sentido, este artigo tem como objetivo principal avaliar a violência urbana, o crime e a vitimização, tendo como foco principal o bairro Tira Chapéu, a partir de técnicas estatísticas.

Metodologia

Dados

Os dados utilizados neste trabalho provêm da pesquisa sobre violência urbana realizada em Tira Chapéu, Praia, no ano de 2012. Esse tipo de pesquisa contém informações sobre os acontecimentos criminais sofridos e presenciados pelos indivíduos, isto é, contém uma descrição pormenorizada dos delitos, como por exemplo: tipo de delito, bairro onde ocorre, quantidade de agressores, fatores que contribuíram para o ocorrido etc. Além disso, engloba informações sobre as características socioeconômicas dos indivíduos.

Análise exploratória de dados

Segundo Bussab e Morettin (2013), a Estatística, em sua essência, é uma ciência que possui etapas próprias para coletar, apresentar e interpretar adequadamente um conjunto de dados, sendo estes numéricos ou não. Pode-se afirmar que o objetivo é apresentar informações sobre dados em análise para obtenção de maior entendimento dos fatos que estes representam. A característica básica é sintetizar um conjunto de valores de mesma natureza, possibilitando, assim, uma visão ampliada da variação desses valores. Esta técnica organiza e descreve os dados de três formas: por meio de tabelas, gráficos e medidas descritivas. Neste trabalho, utilizam-se basicamente tabelas e gráficos para exposição sintética dos resultados obtidos.

A tabela é um método não discursivo de mostrar informações, utilizando dados numéricos e símbolos, dispondo estes em linhas e colunas ordenadas de acordo com as variáveis analisadas no fenômeno em estudo. Muitas vezes a criatividade na sua montagem e edição é necessária para alcançar melhor comunicação.

O gráfico é uma forma de representação dinâmica dos dados da tabela, sendo mais eficiente para visualizar as informações. Este, quando bem construído, pode substituir de forma simples, rápida e atraente, dados

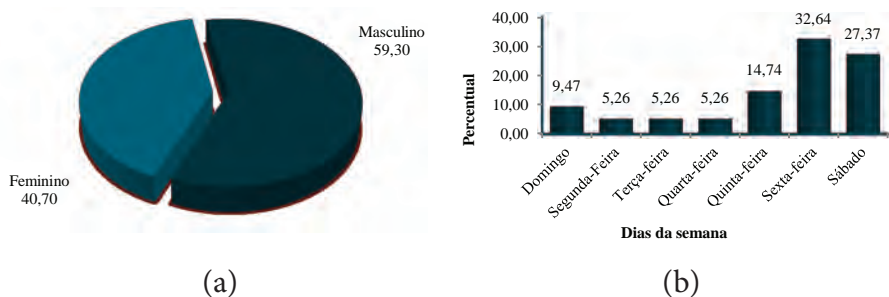
de difícil compreensão na forma tabular, porém, geralmente contém menos informações que as tabelas. Existem vários tipos de gráficos estatísticos, por exemplo, pode-se citar os de barras, linhas, entre outros, cada um com suas respectivas características e a escolha de qual utilizar para melhor evidenciar os resultados depende do tipo de informação a ser transmitida.

Resultados e discussões

Delitos sofridos

A Figura 1 apresenta o percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por sexo da vítima (a) e dia da semana (b). Nela, observa-se que a maioria das vítimas são do sexo masculino (53,68%) e que o fim de semana (sexta-feira, sábado e domingo) apresenta maior percentual de ocorrência (32,64%, 23,37% e 9,47%, respectivamente), correspondendo a um total de 65,48%.

Figura 1: Percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por sexo da vítima (a) e dia da semana (b)

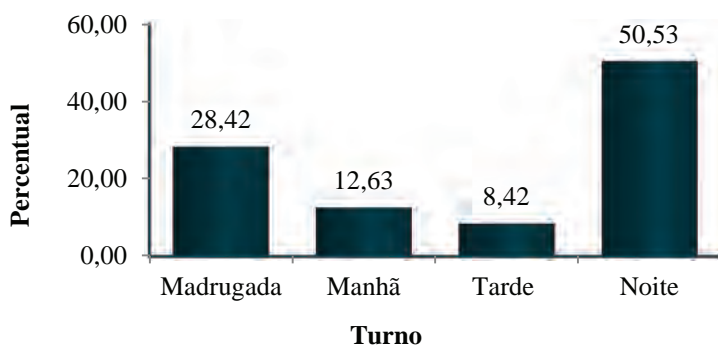


Fonte: Pesquisa própria (2012)

Nota-se que os resultados referentes a dia de semana se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém por Ramos, Araújo e Souza (2010, p. 74), onde se observa que sexta-feira foi o dia que obteve maior número de delitos sofridos registrados, com 20,99%. Resultados semelhantes, também, podem ser vistos em Monteiro (2012), que afirma que foi ou é um fenômeno que parece ser agora uma tradição de assassinar pessoas aos fins de semana, o que testemunha o aumento significativo de atrocidades na cidade, e isto devia ser inadmissível e intolerável.

De acordo com a Figura 2 que apresenta o percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por turno, pode-se constatar que a maioria dos delitos acontece no período noturno (50,53%), seguido do período de madrugada (28,42%).

Figura 2: Percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por turno

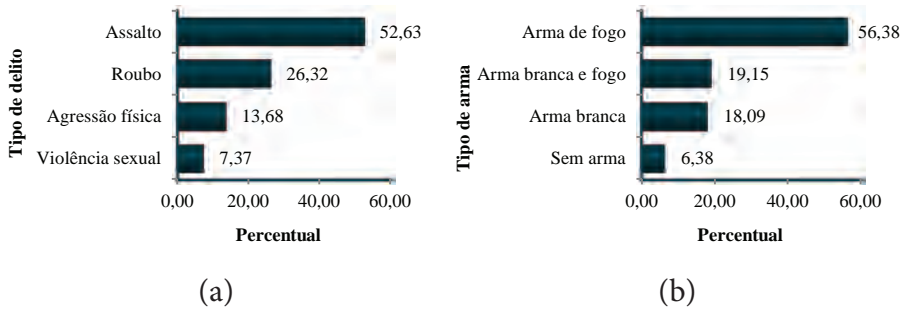


Fonte: Pesquisa própria (2012)

Verifica-se que os resultados referentes ao horário se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém, Brasil, por Almeida et al. (2010, p. 75), onde se constata que durante a noite ocorreu o maior número de delitos sofridos, com 43,16%.

A Figura 3 apresenta o percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por tipo de delito (a) e meio empregado (b). Portanto, quanto ao tipo de delito, verifica-se que dentre as pessoas que foram vítimas, a maioria sofreu assalto (52,63%), seguido de roubo (26,32%). No entanto, quanto ao meio empregado pelos agressores verifica-se que na maioria dos delitos utilizaram arma de fogo na prática (56,38%), seguido dos delitos nos quais utilizaram arma branca e arma de fogo simultaneamente (19,15%).

Figura 3: Percentual de delitos sofridos, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia – Cabo Verde, em 2012, por tipo de delito (a) e meio empregado (b)



Fonte: Pesquisa própria (2012)

Nota-se que os resultados referentes ao tipo de delito sofrido pelos entrevistados se aproximam daqueles obtidos em pesquisa amostral realizada no Brasil, onde se pôde verificar que dentre os crimes contra o patrimônio, o roubo foi o delito sofrido com maior número de ocorrências (ALMEIDA et al., 2010). Resultados semelhantes, também, podem ser vistos no estudo sobre o crime e a corrupção em Cabo Verde, onde se constata que nas ilhas de Santo Antão, Sal e São Vicente, os roubos e as agressões foram igualmente frequentes, enquanto que na Praia, a capital, os roubos foram muito mais frequentes do que as agressões simples. Em média, os cidadãos das áreas urbanas de São Vicente e Santiago correm o mesmo risco de virem a ser vítimas de roubo do que os cidadãos de outras cidades africanas. Parece haver necessidade de prestar especial atenção à prevenção de crime violento de propriedade nas áreas urbanas de Cabo Verde (ONUUDC, 2007).

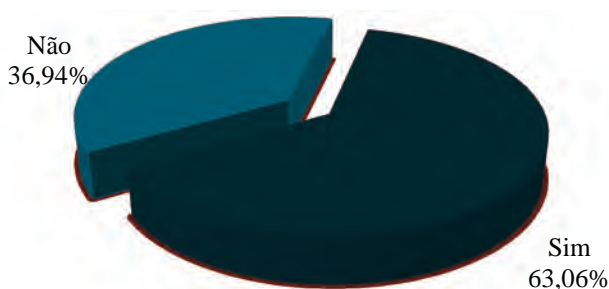
Observa-se também que os resultados referentes ao tipo de arma utilizada pelo agressor se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém, no Brasil, por Ramos, Araújo e Souza (2010, p. 74), onde se constatou que a arma de fogo foi utilizada em 57,64% dos casos, enquanto a arma branca foi utilizada em 25,62%. Resultados semelhantes, também, podem ser vistos no Estudo Socioeconômico Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em Cabo Verde (AFROSONDAGEM, 2008), onde se constatou que cerca de 24% dos cabo-verdianos consideram que sempre ou frequentemente são utilizadas armas de fogo na sua comunidade na resolução de conflitos com terceiros, com destaque para a Praia, onde 55% expressaram essa opinião. Nos demais domínios de estudo, a percepção

é bem diferente, com 7 em cada 10 em S. Vicente e em S. Filipe a assegurar que isso é pouco frequente ou nunca acontece nas suas zonas de residência.

Delitos presenciados

A Figura 4 apresenta o percentual de residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por se presenciarem em algum delito, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010. Verifica-se que a maioria dos residentes do Bairro Tira Chapéu presenciaram algum delito (63,06%).

Figura 4: Percentual de residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por se presenciarem algum delito, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010

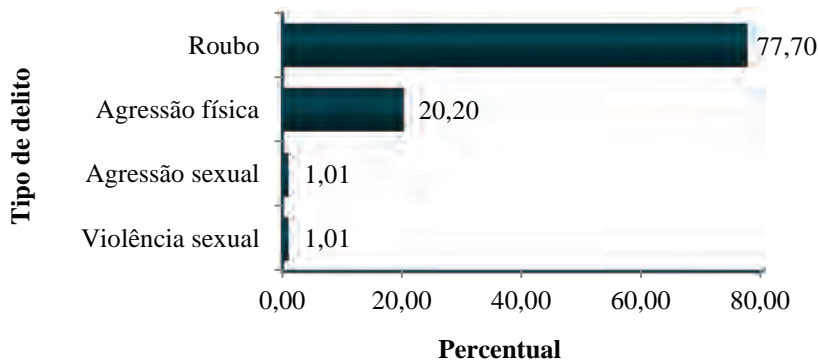


Fonte: Pesquisa própria (2012)

Constata-se que os resultados referentes, por se presenciou algum delito se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém por LASIG-GEPEC (2011), onde se observou que a maioria dos moradores já presenciaram algum tipo de delito na área (55,26%).

A Figura 5 apresenta a percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por tipo de delito. Verifica-se que dentre as pessoas que presenciaram delito, a maioria presenciou roubo (77,78%), seguido de agressão física (20,20%).

Figura 5: Percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por tipo de delito

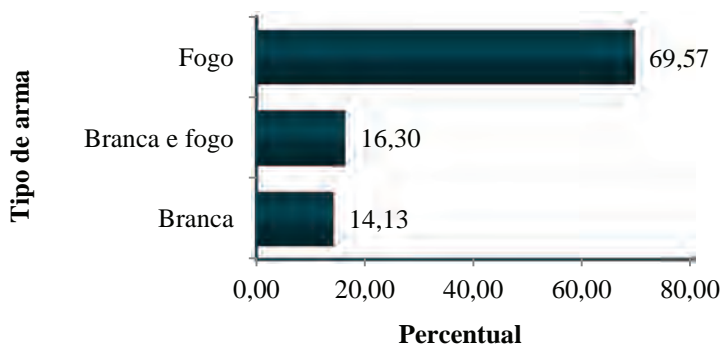


Fonte: Pesquisa própria (2012)

Os resultados referentes ao tipo de delito se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém, no Brasil, por LASIG-GEPEC (2011), onde se verifica que 45,00% da população em estudo, sendo ou não vítimas diretas dos delitos, presenciaram algum tipo de episódio delituoso, principalmente roubo. Resultados desta pesquisa vão de encontro aos obtidos no Estudo Sobre a Relação da Organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde, e visando uma avaliação rigorosa de uma eventual relação entre a organização do espaço urbano e a violência urbana (MAHOT et al., 2011), onde se constata que o sentimento de insegurança das populações a nível nacional, crimes, principalmente contra o patrimônio, as agressões físicas, que, também, tem vindo a aumentar, mais do que suficientes para se concluir que existe a necessidade de se melhorar esse quadro.

A Figura 6 apresenta o percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por tipo de arma utilizada pelo agressor. Verifica-se que na maioria dos delitos presenciados foi relatado que os agressores utilizavam arma de fogo na prática do delito (69,57%), seguido dos delitos no qual os agressores utilizaram arma branca e arma de fogo (16,30%).

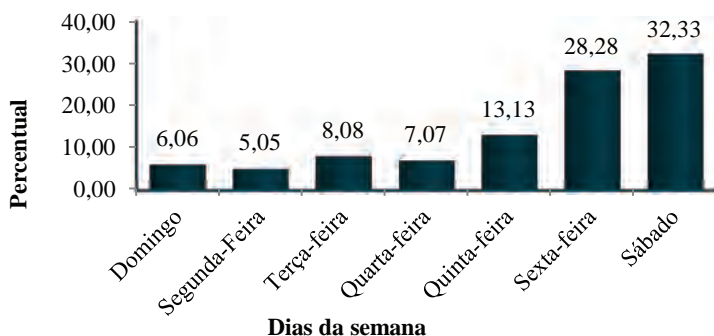
Figura 6: Percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por tipo de arma utilizada pelo agressor



Fonte: Pesquisa própria (2012)

Em comparação com os delitos sofridos (Figura 6), também nos presenciados existe esta relação com o tipo de arma utilizada pelo agressor, sendo que a maioria dos crimes (69,57%) foram cometidos com arma de fogo. A Figura 7 apresenta o percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por dia da semana. Verifica-se que a maioria das pessoas presenciaram delitos nos finais de semana (sexta, sábado e domingo), com 66,67%.

Figura 7: Percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por dia da semana

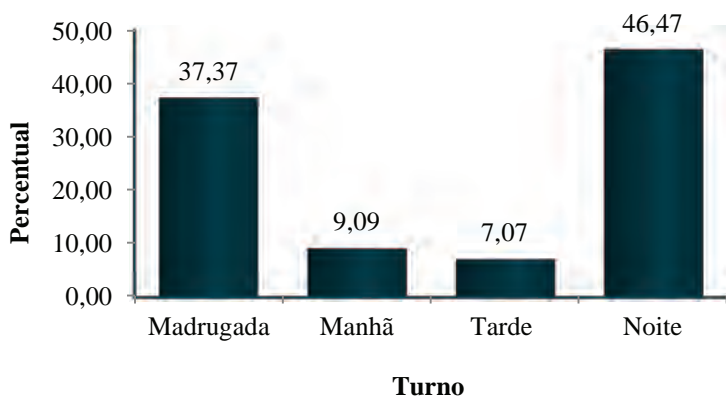


Fonte: Pesquisa própria (2012)

Resultados semelhantes se aproximam dos alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém, por Ramos et al. (2010), onde se verificou que sábado foi o dia com maior número de delitos presenciados nos anos de 2004 e 2005, com 17,65% e 18,05%. Já em 2006, 16,45% foi o percentual para o sábado em que houve o maior número de delitos presenciados.

A Figura 8 apresenta o percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes no bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por turno. Verifica-se que a maior parte dos delitos presenciados ocorreu no turno da noite (46,47%), seguido dos que ocorreram de madrugada (37,37%).

Figura 8: Percentual de delitos presenciados, no período de agosto de 2008 a agosto de 2010, por pessoas residentes do bairro Tira Chapéu, Cidade da Praia, em 2012, por turno



Fonte: Pesquisa própria (2012)

Resultados semelhantes a estes foram alcançados na pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém por Almeida et al. (2010), em que se constatou que durante o turno da noite ocorreu o maior número de delitos presenciados (39,30%).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo geral avaliar a violência urbana tendo como foco principal o bairro Tira Chapéu. Assim, para materializar o objetivo,

optou-se por uma abordagem direcionada na análise estatística e na discussão dos resultados apresentados.

Com relação aos tipos de crime que as vítimas são alvos, verifica-se que dentre as pessoas que foram vítimas de delito, a maioria sofreu assalto (52,63%), seguido de roubo (26,32%). Constata-se que geralmente os delitos ocorreram na sua maioria nos finais de semana (sexta-feira, sábado e domingo) com 32,63%, 23,37% e 9,47%, respectivamente. Verifica-se que na maioria dos delitos sofridos foi relatado que os agressores utilizavam arma de fogo na prática do delito (56,38%), durante o período noturno (50,53%), seguido do período de madrugada (28,42%).

Ainda em relação aos delitos presenciados, verifica-se que a maioria dos residentes do bairro Tira Chapéu presenciaram algum delito (63,06%). Constata-se que dentre as pessoas que presenciaram delito, a maioria presenciou roubo (77,78%). Verifica-se que na maioria dos delitos presenciados foi relatado que os agressores utilizavam arma de fogo na prática do delito (69,57%).

Com relação aos objetivos, verifica-se que todos foram confirmados, em virtude que esse fenômeno deve ser sim pensado da melhor maneira, para o debelar e também que essa camada de adolescentes/jovens deve sim dar o seu contributo a esse país não de forma negativa e sim como ativos na sociedade.

Da analogia da pesquisa com alguns trabalhos pesquisados, com o intuito de um maior fortalecimento e também fazendo uma ponte com a realidade do estudo da delinquência urbana no bairro de Tira Chapéu e não só, constata-se que existe essa comparação em virtude de que esses trabalhos nomeadamente (AFROSSONDAGEM, 2008; ALMEIDA et al., 2010; ONUDC, 2007; RAMOS; ARAÚJO; SOUZA, 2006) mostram resultados na maioria das vezes próximos ou semelhantes aos alcançados nesta pesquisa.

Referências

AFROSSONDAGEM. *Estudo socioeconômico armas ligeiras e de pequeno calibre em Cabo Verde*. Cidade da Praia, p. 1-42, 2008.

ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; GARCÊZ, A. C. A.; RAMOS, E. M. L. S. *Pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém (RMB) no período de 11.05 a 18.05.2007*. Publicado na Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Escritório dos Direitos Autorais - Nº Registro: 493.459 - Livro: 933 – Folha: 42 - Protocolo do Requerimento: 2010_PA10 - 81 Páginas, 2010.

BORN, M. *Psicologia da delinquência*. Tradução: Maria Paiva Boléo. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Le Livre de Poche, 1991.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP. Espaço e tempo*, São Paulo, n. 18, p. 155-168, 2005.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LASIG-GEPEC – Laboratório de Sistemas de Informação e Georreferenciamento-Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais, Universidade Federal do Pará. Relatório Técnico: *A formação da desinformação as subnotificações de violências em Belém*, Belém, p. 1-83, 2011.

MAHOT, Ministerio do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território; UNO Habitat United Nations Cape Verde. *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. p. 1-139, 2011. Disponível em: www.un.cv/files/urbano.pdf. Acesso em 04 fev. 2013.

MONTEIRO, J. *Violências ao vento: o parlamento cabo-verdiano tornou-se numa lavandaria, onde lucra-se para lavar roupa suja*. 2012. Disponível em: <http://kabuverdinos.blogs.sapo.cv/tag/violência+urbana>. Acesso em: 03 dez. 2012.

ONU DC. [Seria UNODOC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime] *Estudo sobre o crime e a corrupção em Cabo Verde*, Ministério da Justiça Comissão de Coordenação de Combate à Droga, Nações Unidas Escritório contra Drogas e Crime, Praia, 2007. Disponível em: www.unodc.org/.../data-and.../Study-crime-corruption-portuguesa.pdf... Acesso em: 05 fev. 2013.

RAMOS, E. M. L. S.; ARAÚJO, A. R.; SOUZA, C. R. B. *Pesquisa amostral realizada na Região Metropolitana de Belém (RMB) no período de 25.11 a 05.12.2006*. Publicado na Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Escritório dos Direitos Autorais - Nº Registro: 493.455 - Livro: 933 – Folha: 38 - Protocolo do Requerimento: 2010PA_11 - 74 Páginas, 2010.

CAPÍTULO 11

Entre a dor e as grades: o agente penitenciário no Estado do Pará

Margarethe de Freitas Corrêa

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil. margarethefreitas@gmail.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. andreachaves@ufpa.br

Resumo

O cenário prisional no século XX tem se revelado como uma questão que preocupa a segurança pública e toda a sociedade. Estudos sobre o Sistema Penitenciário, em especial sobre os agentes penitenciários, têm sido realizados ao longo dos anos, e compõem uma gama de saberes que aponta para a necessidade de pesquisas. Este trabalho objetiva apresentar o perfil do trabalhador no Centro de Reeducação Feminino no estado do Pará, com ênfase em suas condições de trabalho. O modelo de pesquisa utilizado foi de delineamento transversal, de caráter descritivo, dentro da abordagem qualitativa e quantitativa, sendo realizadas a aplicação de questionário e a observação in loco. Os resultados deste estudo indicam que o sistema penitenciário paraense privilegia o desenvolvimento da exploração da força de trabalho, dos agentes penitenciários. Estes, por sua vez, tentam se manter no mercado de trabalho, mesmo com serviços precarizados, tanto em relação às condições de trabalho, quanto à perda dos direitos sociais, o que favorece efetivamente o processo de adoecimento. Assim, a qualidade de vida e a saúde dos agentes é marcada pelo processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho, que intensificam o desgaste dos trabalhadores impactando negativamente na sua saúde. A pesquisa permitiu compreender como esses trabalhadores se submetem às pressões da organização do trabalho, aos sofrimentos e aos medos cotidianamente para permanecerem no trabalho.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Condições de Trabalho. Saúde.

Introdução

Estudos sobre o Sistema Penitenciário, e em especial sobre os agentes penitenciários, têm sido realizados ao longo dos anos e compõem uma gama de saberes apontando para a necessidade de pesquisas mais globais, particularmente no processo envolvendo a compreensão das condições do trabalho do agente penitenciário abrangendo a análise do seu cotidiano de trabalho, visando contribuir para ações de cuidado e valorização do servidor do Sistema Penitenciário.

O texto aqui apresentado é parte da dissertação de mestrado intitulada “O adoecimento pelo trabalho: o agente penitenciário no estado do Pará”, na qual foi possível perceber o perfil do agente penitenciário, bem como delinear a condição de trabalho do mesmo e suas interfaces com aspectos de sua saúde. A pesquisa considerou que as condições de trabalho são inseridas no bojo das mazelas sociais criadas e recriadas pela sociedade capitalista, gerando a exploração, a competição, a injustiça e a desigualdade.

O modelo de pesquisa apresentado foi de delineamento transversal, de caráter descritivo, dentro de uma abordagem qualitativa e quantitativa, no qual foi analisado o perfil dos agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, em Ananindeua (PA), no ano de 2014, com foco em suas condições de trabalho. O trabalho está dividido em três etapas, sendo a primeira ancorada em levantamento teórico-bibliográfico, com vistas a aprofundar uma base conceitual que alicerça a pesquisa em todo o seu desenvolvimento. As principais categorias para a construção do trabalho são: saúde, precarização, flexibilização e trabalho. Essas categorias se relacionam substancialmente e explicam as transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas.

A segunda etapa se refere ao levantamento dos dados da pesquisa de campo, no qual foi possível perceber o perfil do agente penitenciário, bem como, delineou a condição de trabalho do mesmo e suas interfaces com aspectos de sua saúde.

A terceira etapa trata da discussão, das considerações finais e das recomendações do trabalho, o qual traz a compreensão sobre o impacto da forma de contratação para o processo de trabalho no sistema penitenciário e suas repercussões para saúde do agente penitenciário.

Revisão bibliográfica

O sistema penitenciário na conjuntura capitalista

O sistema penitenciário inserido na conjuntura da sociedade capitalista, de acordo com Marx (1982), é um instrumento usado pelo Estado objetivando

reprimir a massa de miseráveis criada pelo antagonismo do capital. Assim, compreender o sistema penitenciário, é antes de tudo, entender que a sociedade capitalista surge nas ruínas das relações feudais, promovendo mudanças na forma de pensar, sentir e agir dos seres humanos. Estas mudanças imbricadas no conceito de razão acabaram por forjar a condição necessária para o desenvolvimento do Renascimento e com ele, o surgimento dos pilares da sociedade capitalista e da divisão social do trabalho. Assim, o Estado passa a ser o regulador dessa nova estrutura social, necessitando de aparelhos de contenção e dominação.

com a corrosão da estrutura feudal, originando uma nova forma de organização das relações sociais. Trata-se, portanto, de transformações revolucionárias em âmbito econômico e político da sociedade que alicerçam o modo de produção capitalista, sob a égide da exploração do trabalho para a acumulação de riquezas para os donos dos meios de produção (MARX, 1982, p. 830).

Wacquant (2001) ratifica a análise de Marx (1982), ao expor que o sistema penitenciário é um instrumento de dominação estatal, o qual, integrado à conjuntura da sociedade capitalista, assume como função a manutenção da ordem, fortalecendo o poder coercitivo, buscando conter o elevado número de pessoas em estado de penúria e desprovidas das condições necessárias para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim, a prisão, pensada sob a lógica do Estado de direito, possui como objetivo principal o domínio da população excedente por meio do terror e pelo medo, se configurando como instrumento de dominação das classes.

Corroborando com este entendimento, Thompson (1991) afirma que a penitenciária tem como objetivo a segregação do sujeito do círculo social por meio da prisão, cuja finalidade envolve punição, prevenção e ressocialização. Contudo, estes objetivos acabam se tornando secundários devido à ênfase em segurança e disciplina. Este é o ideário que rege as prisões no estado do Pará, como se observa no Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, nos Princípios Fundamentais, Capítulo II (2010):

Art. 2 São princípios fundamentais da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará:

I - a custódia e proteção aos direitos e à dignidade do apenado e do interno;

II - a reinserção social do apenado;

III - hierarquia e disciplina na consecução das atividades; (REGIMENTO INTERNO DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS CAPITULO II, 2010, p. 01).

Em suma, o sistema penitenciário, considerado como um elemento presente à conjuntura da sociedade moderna, produtor e reproduzidor de formas de interação com a estrutura social, embora seja carregado de especificidades, é pautado pela lógica da dominação e do controle, objetivando a manutenção da ordem vigente. Neste sentido, o sistema penitenciário está inserido no nexo de uma estrutura social específica primando pela exploração e gerando desigualdades, utilizando-se para tanto do trabalho como uma das ferramentas que viabilizam a concretização do projeto de dominação do Estado e manutenção do *status quo* social.

Trabalho: dispositivo estatal

Na complexa história evolutiva humana, o trabalho vem ocupando papel fundamental. Marx (1982) traz uma concepção sobre trabalho, considerando-o como aparelho de dominação social, sendo o trabalhador expropriado do fruto do seu trabalho. Esta desapropriação do trabalhador do fruto do seu trabalho está relacionada à estrutura do sistema capitalista, cujo desdobramento é a concepção contraproducente sobre o trabalho. Assim, o mesmo trabalho que constitui o humano o afasta de si.

É possível perceber que no sistema capitalista de produção, o trabalhador é compelido a trabalhar, em função de não possuir os meios de produção, sendo obrigado a vender sua força de trabalho, agora convertida em mera mercadoria, denominada emprego. Assim, o trabalhador ao vender sua força de trabalho na realidade está vendendo sua “força vital e humanizadora” (MARX, 1978). O sistema capitalista, de acordo com Castel (1998), promoveu uma nova forma de compreender o trabalho. Esta nova compreensão perpassa pela manifestação de sentimentos como medo e insegurança frente à possibilidade de perder o trabalho/emprego.

Foi a relação com o trabalho que mudou profundamente. [...] O medo de perder o emprego predomina [...] Mas, é ainda sobre o trabalho, quer se o tenha, quer este falte, quer seja precário ou garantido, que continua a desenrolar-se, hoje em dia, o destino da grande maioria dos atores sociais (CASTEL, 1998, p. 157).

O trabalhador, para Marx (1982), não se vê como cativo, e isto faz com que ele se integre ao capital. Esta ausência de consciência do trabalhador em relação a sua condição de explorado e cativo é o que Marx conceitua como alienação, ou estranhamento, isto é, o ser humano perde a capacidade de questionamento e com isso, perde também a função humana de consciência, o que implica na falta de efetivação da sua capacidade de criação.

O processo de exploração e alienação na sociedade capitalista, além de cultivar valores sociais que primam pela lógica do ter, em detrimento do ser, promove o avanço da miséria e conseqüentemente do desemprego. Estas condições acabam por contribuir para que o trabalhador aceite condições trabalhistas as quais suprimem cada vez mais direitos, bem como o coisificam.

Neste cenário de contradição, engendrado pelo processo capitalista, que envolve especialmente a relação trabalho x trabalhador, onde o trabalho como núcleo criativo constitutivo do trabalhador/ser humano, o qual incorpora valores, sendo portanto inerente e necessária sua manutenção, revela seu caráter de instabilidade, à medida que emerge um número cada vez maior de desempregados, bem como novas formas de trabalho, a exemplo dos flexibilizados e temporários.

O fenômeno da precariedade revela o cenário vivenciado pelo trabalhador, sendo percebido quando se analisa as diversas modalidades de “flexibilização” do trabalho, que trazem em seu bojo, diferentes formas de precarização. Dentre as distintas formas de flexibilização, em verdade precarização, pode-se destacar a desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos, baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho - dentre outros exemplos.

Segundo Castel (1998), o abandono da classe trabalhadora por parte do Estado de bem-estar social colaborou para a degradação dos direitos sociais - trabalhistas - conquistados pelos trabalhadores. Agregado a este fato, o novo contrato social, imposto pela acumulação flexível, enfatiza o individualismo do trabalhador e promove o enfraquecimento da classe trabalhadora enquanto agente de luta.

assenta-se nos interesses individuais em detrimento aos interesses coletivos, na flexibilidade em detrimento da estabilidade e do não reconhecimento do conflito e da luta, ou seja, da negação do outro. Trata-se de um falso contrato, uma vez que é uma imposição do mais forte sobre o mais fraco, sem que o mais fraco tenha o direito de negociar (ZANELLA, 2003, p. 93).

Nota-se que o trabalho no mundo capitalista impõe ao trabalhador condições que ultrapassam a exploração do corpo, repercutindo em seu mundo social e psíquico, o que denota uma íntima relação entre os conceitos de trabalho e saúde.

Trabalho e saúde: conceitos indissociáveis

O trabalho no mundo capitalista está intimamente ligado ao modelo de produção no qual o adoecer é o resultado das relações precárias de trabalho impostas ao trabalhador. Neste sentido, o “trabalho que deveria gerar prazer, felicidade, na ordem do capital, causa fadiga, doença, acidentes, sofrimentos físicos e mentais” (LARA, 2011).

A saúde dos trabalhadores guarda estreita relação com as condições de trabalho, isso significa dizer que está relacionada com local, modo e circunstâncias em que o trabalho é realizado. Assim, a elevada carga de trabalho e condições não motivadoras são causas importantes de patologias decorrentes das situações trabalhistas.

Laurell e Noriega (1989) analisam o processo de trabalho e suas repercussões na saúde do trabalhador sob duas categorias, a saber: cargas de trabalho (CT) e desgaste. As CT referem-se aos elementos no processo de trabalho que interagem dinamicamente entre si e no corpo dos trabalhadores. Sua intensidade está sujeita à forma de produção, à organização e divisão do trabalho, agregada às relações de força entre capital e trabalho.

o conceito de carga de trabalho exprime, do ponto de vista humano, o esforço mobilizado pelo indivíduo na sua atividade de trabalho, ou seja, a demanda interna de energia humana necessária para a execução da tarefa [...] a carga de trabalho exprime também tudo aquilo que pesa sobre o trabalhador na consecução das tarefas que lhe são atribuídas: todos os fatores externos ao trabalhador que definem a situação, assim como as exigências da tarefa (VIDAL et al., 1990 apud TELLES, 1998, p. 15).

O desgaste, por sua vez, refere-se à perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica do trabalhador para se adaptar em função da intensidade da carga de trabalho imposta.

O desgaste é resultado de processos adaptativos que acometem o trabalhador, sendo entendido como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica

não se referindo a um processo isolado, mas ao conjunto dos processos biopsíquicos (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 115).

O desgaste, para os autores supracitados, ocorre em nível individual, contudo é em nível coletivo que se aúfere seu real volume, pois compõe um conjunto de alterações negativas sobre a corporeidade do trabalhador. O desgaste, como consequência da ação das cargas, tem suas repercussões em todos os níveis da vida do trabalhador, desde a perda de órgãos, como também afeta o desenvolvimento das potencialidades psíquicas e/ou biológicas do trabalhador.

A carga de trabalho pode ainda se manifestar nos trabalhadores como uma sobrecarga ou uma subcarga. A sobrecarga de trabalho corresponde a uma saturação do consumo de recursos, enquanto a subcarga é resultante da ausência de estímulos para a realização da tarefa. Ambas acarretam problemas para o ser humano na realização de seu trabalho (AMALBERTI, 1996 apud BALLARDIN; GUIMARÃES, 2009, p. 583).

Material e métodos

O modelo de pesquisa apresentado é de delineamento transversal, de caráter descritivo, dentro de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Este tipo de estudo, segundo Lobiondo-Wood e Haber (2001), tem o propósito de descrever e documentar os aspectos da situação, como características, variações, importância e significado dos fatos e fenômenos de determinada realidade, permitindo diagnosticar a condição vivida, bem como possibilitar a recomendação de novas pesquisas.

Para a coleta dos dados foi elaborado um questionário formado por perguntas fechadas no qual foi elencado o perfil dos trabalhadores e avaliado o ambiente de trabalho dos agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, em Ananindeua (PA), no ano de 2014. Utilizou-se como suporte para pesquisa a realização de observação e relato dos servidores durante o processo de apresentação da pesquisa, sendo coletado neste evento as falas dos agentes e suas justificativas para não preencher o questionário. Para garantir o sigilo das informações verbalizadas os sujeitos da pesquisa foram identificados como “agente A, B, C, ...”.

Foram considerados, para o estudo, apenas os agentes penitenciários que atuam no Centro de Reeducação Feminino (CRF), sendo excluídos os

trabalhadores em gozo de férias e os de licença saúde, os que possuem lotação no CRF e desenvolvem suas atividades na Unidade Materno Infantil, bem como outros profissionais que atuam na unidade.

A instituição totalizava 104¹ (cento e quatro) agentes distribuídos em três plantões, sendo equipes S, P e M, com uma jornada de trabalho de 24h (vinte e quatro horas) por 48h (quarenta e oito) de repouso. As organizações das equipes se davam, a saber:

A equipe “S” era composta por 34 (trinta e quatro) agentes – masculino e feminino –, destes somente 25 compareceram. Após explicação dos objetivos da pesquisa e ratificação da não obrigatoriedade da mesma, sem retaliação a quem não participar, ficaram para responder o questionário apenas 19 (dezenove).

A equipe “P” era composta por 33 (trinta e três) agentes – masculino e feminino –, destes somente 21 compareceram. Após explicação dos objetivos da pesquisa e ratificação da não obrigatoriedade da mesma, sem retaliação a quem não participar, ficaram para responder o questionário apenas 05 (cinco).

A equipe “M” era composta por 30 (trinta) agentes – masculino e feminino –, destes somente 17 (dezesete) compareceram. Após explicação dos objetivos da pesquisa e ratificação da não obrigatoriedade da mesma, sem retaliação a quem não participar, ficaram para responder o questionário apenas 12 (doze).

Os questionários foram distribuídos de maneira não proposital, totalizando 36 agentes penitenciários – masculino e feminino –, que aceitaram respondê-lo, sendo informado a eles o objetivo e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCLE).

É importante ratificar que o estudo compreendeu mera ilustração sobre as características das relações de trabalho, contradições contratuais e perfil dos servidores, não se aplicando a totalidade desses trabalhadores no estado do Pará.

Resultados e discussões

Perfil do trabalhador

Os dados apontam que a maioria dos agentes penitenciários são do sexo feminino (74,19%). Isto se explica pelo fato de se tratar de um presídio

¹ Este número refere-se apenas aos servidores plantonistas e que desenvolvem suas atividades no CRF, não sendo incluídos os que são lotados no CRF, porém desenvolvem suas atividades na Unidade Materno Infantil (UMI), nem os que são diaristas com carga horária de 08h.

exclusivamente feminino, no qual a figura feminina ganha relevo inclusive no quantitativo de trabalhadores. Estão na faixa etária de 40 a 49 anos (45,45%). Declaram-se da raça parda (74,19%). São solteiras (48,48%), com filhos (os) (77,42%), sendo que a maioria possui até 02 filhos (70,84%), entretanto relatam ter de 3 a 4 dependentes (53,85%). Com ensino médio completo (72,73%) e não estão estudando (86,67%). São de religião católica (50,00%). Natural de Belém do Pará (35,00%), com média salarial de 3 a 4 salários mínimos (92,31%). Não possuem outro vínculo trabalhista (96,55%) e são quase que exclusivamente contratadas (96,97%).

É importante salientar que no quesito profissão, 28,56% dos agentes mencionaram profissões diferentes de agentes penitenciários, 10,71% informaram ser servidor público gerando um percentual total de 39,29% dos servidores que não se reconhecem enquanto agentes penitenciários.

Na questão da moradia, a maioria das agentes relatam viver em casa própria, contudo se observa que esta casa não é de sua propriedade, pois informam (50,00%) residir na casa de parentes. As agentes residem em sua maioria em bairros de periferia (72,73%), considerados áreas pobres da Região Metropolitana de Belém.

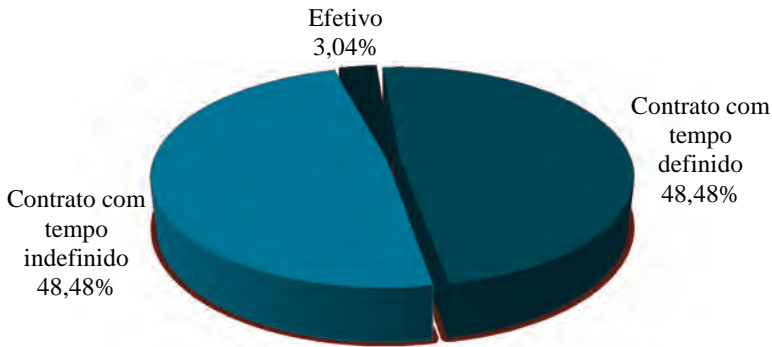
A forma de ingresso do agente prisional paraense coaduna com o que refere Mirabete (2000, p. 222): “têm um pequeno grau de escolaridade e não há cursos para promover a especialização nas tarefas que serão executadas, bem como seus salários condignos”. No caso dos agentes penitenciários no Pará, 72,73% possuem ensino médio e pararam de estudar com 86,67%, e ganham em média 3 salários mínimos

Não temos direito nem a falar, quem fala roda (Agente F).
Aqui o que não falta é assédio, mas não podemos fazer nada (Agente G).
No sistema é assim, somos esculachadas [...] temos que aguentar ou sair (Agente H).

A análise em curso manifesta que para além das dificuldades extrínsecas à atividade, a exemplo dos riscos à vida, os relatos expressam que os agentes lidam com a incerteza oriunda da possibilidade de distrato eminente, mas acima de tudo, revelam agravos à sua saúde em especial os ligados à vivência do medo e da violência psicológica. Os dados ratificam os estudos de Corrêa (2009); Reis et al. (2012) e Fernandes et al. (2002).

Verifica-se que 48,48% dos funcionários possuem contrato temporário com tempo definido e indefinido, apenas 3,04% deles possui contrato efetivo.

Figura 1: Forma contratual de trabalho dos agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, no período de maio de 2014, por tipo de vínculo



Quanto à forma de ingresso do agente penitenciário, observa-se que reflete a do processo histórico do trabalho e do sistema de produção, o qual está imbuído do processo de desumanização do trabalho e consequentemente coisificação do trabalhador, com fim de reproduzir o próprio capital e aumentar a lucratividade. Esta lógica destrutiva tem origem na desarmonia das classes sociais, que possuem interesses opostos, gerando conflitos e precarização no mundo do trabalho, além de promover um exército de desempregados (MARX, 1982; ANTUNES, 1999; MIRABETE, 2000).

Nesse contexto de reestruturação produtiva e avanço da precariedade das relações de trabalho, está também imersa a classe dos agentes penitenciários no estado do Pará, cujas relações de trabalho obedecem à lógica da precariedade e flexibilização na medida em que estes se submetem a trabalhos de assalariamento temporário, seja de tempo definido - 2 anos - ou tempo indefinido, o que ficou explícito nos dados da pesquisa, na qual a soma dos contratos geram um percentual de 96,96% dos entrevistados. Assim, se percebe que formas de exploração tradicionais utilizadas pela indústria fabril vêm sendo usada pelo estado do Pará, no sistema penitenciário. Isto se verifica na exclusiva utilização de contratos temporários para o cargo de agente penitenciário e na redução da força de trabalho para esta categoria funcional, expresso nos seguintes relatos:

Quando cheguei aqui eram quarenta agentes, agora é menos de vinte e tem as faltas. Temos que fazer o trabalho de todos [...] hoje estou em três postos (Agente I)
Estou vindo pra cá por causa do sol e pra cobrir o outro posto que o agente faltou (Agente C).

A escolha dos agentes penitenciários, no estado do Pará, se dá por meio de contratos, cujas regras para ingresso não contemplam o que rege a Lei de Excussões Penais (LEP) (BRASIL, 1984), segundo a qual a atividade de agente perpassa, dentre outros fatores, pela vocação e qualificação.

Art. 77. A escolha do pessoal [...] de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 1º O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício.

A forma de ingresso do agente penitenciário paraense configura precarização do trabalho e simboliza a degradação de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos. A rotina de trabalho vivenciada pelos agentes prisionais requer dos mesmos, flexibilidade e adaptação às constantes mudanças sofridas decorrentes das relações estabelecidas e dos diferentes papéis exercidos. Como desdobramento desta constante mudança, observa-se a intensificação da precarização do trabalhado no sistema penitenciário. Assim, é preciso refletir sobre esta nova configuração imposta ao trabalhador e buscar estratégias que garantam seus direitos.

Tabela 1: Percentual dos problemas de saúde de agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, no período de maio de 2014, por qual problema de saúde

Tipo de problema de saúde	Percentual
Pressão alta	33,35
Gastrite	25,00
Dor de cabeça	25,00
Dor no corpo	31,25
Irritação	25,00
Alergias	16,16
Problema de coluna	8,33
Total	164,09*

Nota: *O valor excede a 100%, devido à presença de mais de um problema de saúde por sujeito entrevistado.

É importante compreender que o processo de precarização do trabalho vai além das questões trabalhistas, e o agente penitenciário, para garantir seu emprego, se submete à flexibilidade das mudanças dos processos produtivos. Ganha relevo no resultado deste estudo o impacto no processo saúde-doença dos agentes prisionais no Pará, os quais apontam sentimento de que seu trabalho influencia negativamente em sua saúde e qualidade de vida, com 41,94%. Dentre os problemas de saúde referidos está a pressão alta (33,33%), seguido de gastrite (25,00%), dor de cabeça (25,00%), dor no corpo (31,25%) e irritação (25,00%). Os dados ratificam o que foi pontuado por Corrêa (2009); Reis et al. (2012) e Silva, Cahves e Reis (2012), ao exporem sobre os impactos negativos a saúde dos agentes promovidos pelas condições de trabalho que lhes são impostas.

Os resultados da pesquisa revelam que no sistema penitenciário paraense, o modelo de gestão adotado optou por uma forma de contratação que propicia maior intensificação da exploração do trabalho, se revelando em relações flexibilizadas de trabalho no âmbito do sistema à medida que passam a ser entendidas como a possibilidade de se contratar trabalhadores sem os ônus advindos da legislação trabalhista. Assim, a forma de ingresso do agente penitenciário evidencia a vulnerabilidade do sistema penitenciário para proteção de seus trabalhadores, como fica declarado nas falas abaixo:

Quando sai, vai com mão na frente e outra atrás (Agente E).
[...] aqui as internas têm mais direitos que nós (Agente H).

Este modelo de gestão traz à baila um cenário de vivências emocionais negativas no trabalho, o que finda por favorecer um ambiente singular para patologias, como se nota na verbalização da Agente F: “Tomo remédio pra depressão, mas aqui ninguém sabe, não entro com atestado, por causa do distrato”.

No que concerne às condições de trabalho, fica evidente que a rotina de trabalho vivenciada pelos agentes prisionais requer dos mesmos, flexibilidade e adaptação às constantes mudanças sofridas decorrentes das relações estabelecidas e dos diferentes papéis exercidos. Como desdobramento desta constante mudança, observa-se a intensificação da precarização do trabalho e do trabalhador no sistema penitenciário.

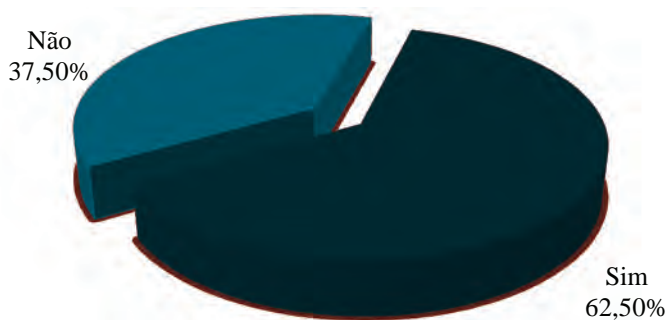
Não se observa dentre os agentes penitenciários um movimento coletivo de luta em prol de melhores condições de trabalho, ou mesmo em prol da garantia de direitos. Esse movimento, de acordo com Dejourns (1999), não ocorre em função do medo da demissão vivenciado pelo trabalhador, que o

impulsiona a abrir mão de direitos, e a se submeter a condições de trabalho precária. Assim, continua trabalhando ainda que doente, ainda que fora do horário de expediente², ou seja, labora enquanto possui condições para isso.

Medo é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, a mesma situação (DEJOURS, 1999, p. 52).

Fica evidente que para garantir seus empregos os trabalhadores do sistema penitenciário paraense se submetem à flexibilidade das mudanças dos processos produtivos, que segundo Assunção e Belisario (2005) e Antunes (2008), se configuram em precarização, entendida como um movimento transversal constante de uma esfera para outra, que modifica as formas de contrato, os tipos de emprego, os modelos de gestão, a organização do trabalho e a exposição aos riscos ambientais. Sendo assim, um número expressivo de agentes penitenciários afirmam possuir problemas de saúde (37,50%).

Figura 2: Percentual de agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, no período de maio de 2014, por possuir ou não problema de saúde



² Dos agentes penitenciários, 29,63% costumam ficar às vezes na instituição, a soma dos que ficam sempre e constantemente é de 22,22%. Já os que informam que fazem – de casa - ou recebem – em casa - ligações em função do trabalho é de 16,67% - soma de constantemente e sempre – e, às vezes, 16,67%.

Tabela 2: Percentual de agentes penitenciários do Centro de Reeducação Feminino, no período de maio de 2014, por tipo de tratamento de saúde

Tipo de tratamento	Percentual
Atendimento psicológico	16,67
Cirurgia	16,67
Depressão	16,67
Estômago	16,67
Diabete	16,66
Fisioterapia	16,66
Total	100,00

A tabela permite inferir que os agentes penitenciários têm padecido de agravos significativos à sua saúde psíquica, fato explicitado pelo elevado percentual de agentes que realizaram tratamento psicológico, citado por 16,67%, e tratamento para depressão, declarado por 16,67%. Os percentuais somados geram o valor de 32,34%, despontando como o tratamento mais procurando. Assim, os dados coadunam com os relatos dos agentes sobre as condições de trabalho e saúde, os quais revelam agravos não só à saúde física, mas também à saúde psíquica.

Na análise das falas, é notado que este dado ficou aquém da realidade, pois muitos entrevistados, apesar de apresentarem sinais e sintomas de patologias psicológicas e até psiquiátricas, não procuram tratamento e os que procuram, não realizam o tratamento de forma adequada, como foi manifestado nas verbalizações abaixo:

eu nem tô dormindo eu tenho pesadelo com elas raspando a minha cabeça e me chupando”. (Agente A); A “agente G” teve crise aqui, foi levado pra DAS, não tinha médico, jogaram ela no hospital de doido, parece cachorro [...] ela tava tão doida, ficou assim tanta pressão da vice, [...] ficou malucona mesmo. Agora ta com medo de acabar como ela. (Agente F); “Eu já tive crise aqui várias vezes, fiquei desnorreado, não sabia onde estava, [...] o psiquiatra me afastou, mas não entreguei o atestado, preciso do emprego, se metesse atestado ia pra rua (Agente G).

A gente evita meter atestado, prefere trocar com colega, conversar com supervisor, se ficar metendo atestado é rua (Agente H).

Fica notório nas observações e nas entrevistas, que o número de funcionários é insuficiente³, para dar conta das atividades, e conseqüentemente, há uma intensificação da pressão sofrida pelos agentes.

O ritmo de trabalho se intensifica quando ocorre a falta de agentes penitenciários, o que faz com que a equipe para cumprir as tarefas tenha que assumir multitarefas. Os trabalhadores, na busca de atuar nas várias frentes de trabalho que lhes são impostas, acabam por drenar de si para o trabalho parte de sua energia vital, havendo assim, a sensação de desgaste, confirmando o exposto por Laurell e Nobrega (1989), Telles (1998) e Dejours (1987), ao esclarecer que as condições de trabalho causam sofrimento ao corpo do trabalhador, enquanto a organização do trabalho atua no nível do funcionamento psíquico.

Aqui vou vigiar o portão principal, as internas que trabalham na cozinha, as internas de medida disciplinar, as internas que estão todas internas, [...] mas não precisa colocar isso, pois lá em casa eu passo, lavo e cozinho”
SIC (Agente H).

A fala da agente expressa o processo de alienação vivenciado pela trabalhadora, no qual Marx (1982) esclarece que o trabalhador não se vê como cativo, e isto faz com que ele se integre ao capital. Esta ausência de consciência do trabalhador em relação a sua condição de explorado e cativo é o que Marx conceitua como alienação, isto é, o ser humano perde a capacidade de questionamento e com isso, perde também a função humana de consciência, isto implica na não efetivação da capacidade de criação. Estas condições acabam por contribuir para que o trabalhador aceite condições trabalhistas as quais suprimem cada vez mais direitos, bem como o coisificam.

As condições de trabalho estão intimamente ligadas às condições de conservação das estruturas e instalações dos locais de trabalho. Estas questões se configuram como um dos riscos enfrentados continuamente pelos trabalhadores do sistema. Outro ponto a destacar refere-se às perturbações ergonômicas que se configuram em elevado risco e revelam a exploração da força trabalho a condição encadeadora do trabalho precário à qual os trabalhadores estão imersos.

³ O CRF possui em média 532 internas e o número de agentes por equipe - A, B, C - está em torno de 30, o que representa um percentual de 16 internas por agente, muito acima do orientado pela Escola de Administração Penitenciária, que seria de 06 internas por agentes.

A condição de trabalho vivenciada pelos agentes coaduna com resultados encontrados por Assunção e Belisario (2005), indicando que para garantir seus empregos os trabalhadores se submetem à flexibilidade das relações de trabalho, dos processos produtivos, gerando um estado de precariedade que, sendo transversal ao trabalho e ao emprego, manifesta-se de uma esfera para outra atingindo diferentes níveis, modelos de gestão, a organização do trabalho e a exposição aos riscos ambientais.

A gente ficava aqui no maior calor, era insuportável, aí nós reunimos e compramos o ar. Pelo menos melhorou (Agente L).

[...] do pouco que ganha ainda tem que comprar água, desinfetante e o que precisar, para tentar trabalhar melhor (Agente M).

Partindo do exposto, a relação de exploração vivida pelos agentes penitenciários gera, de acordo com Marx (1978), não só a miséria material, mas sobretudo a miséria da essência humana.

Considerações finais

Constata-se que o trabalhador do sistema penitenciário tem sua vida intimamente influenciada por suas condições de trabalho. O modelo de gestão adotado utiliza o trabalhador como um instrumento para executar a tarefa, de forma alienada, destituindo sua capacidade de criação.

As condições de conservação das estruturas e instalações dos locais de trabalho configuram-se em risco a ser enfrentado continuamente pelo trabalhador do sistema. Torna-se evidente a magnitude do problema da vulnerabilidade em que se encontram os trabalhadores, expostos aos riscos ocupacionais e ambientais no desempenho cotidiano do seu trabalho.

Outro ponto a destacar refere-se às perturbações ergonômicas as quais se configuram em elevado risco para os trabalhadores e revelam a exploração da força de trabalho e do trabalho precário no qual estão imersos.

Registra-se a incidência de violência psicológica, sofrida nos locais de trabalho, colocando em risco a dignidade pessoal e a autoestima dos trabalhadores, com implicação direta sobre a prestação do serviço oferecido pelo agente, bem como trazendo efeito negativo sobre sua vida pessoal. Este aspecto carece de pesquisas mais acuradas, devendo ser tema gerador para futuros pesquisadores.

A pesquisa apontou para o processo de precarização do emprego que aparece como a única estratégia utilizada pelo Sistema Penitenciário Paraense para contratação dos agentes segue a lógica do garantir o atendimento às custas de exigências que não são consideradas pelos gestores no momento da elaboração de metas e de método de gestão da força de trabalho. Os resultados dessa forma de contratação marcam profundamente o trabalhador e o trabalho no que concerne a sua expressão cidadã, o emprego.

Considerando a literatura abordada nesta pesquisa, constata-se que o Sistema Penitenciário Paraense, na conjuntura atual, privilegia o desenvolvimento da exploração da força de trabalho, dos agentes penitenciários, os quais tentam se manter no mercado de trabalho, mesmo se submetendo a serviços precarizados, tanto em relação às condições de trabalho, quanto à perda dos direitos sociais, o que favorece efetivamente o processo de adoecimento. Assim, a qualidade de vida e a saúde do agente é marcada pelo processo de reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho, que intensificam o desgaste dos trabalhadores e impactam negativamente na saúde. Por sua vez, esses trabalhadores se submetem às pressões da organização do trabalho, aos sofrimentos e aos medos cotidianamente para permanecerem no emprego.

Referências

- ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social; Rev. Social*, USP, S. Paulo, v. 1, p. 7- 40, 1991.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/educacion/antunes.pdf>>.
- ASSUNÇÃO, A. A.; BELISÁRIO, S. A. *Precariedade de precarização do trabalho no setor de saúde*. Projeto de criação do Grupo de Estudos em Gestão do Trabalho e formação em saúde. Faculdade de Medicina. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BALLARDIN, L.; GUIMARÃES, L. B. M. Avaliação da carga de trabalho dos operadores de uma empresa distribuidora de derivados de petróleo. *Produção*, v. 19, n. 3, p. 581-592, 2009.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990: [Lei Orgânica da Saúde]. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, p. 18.055, 20 de set. 1990.

_____. Lei de Execuções Penais, de 11 de junho de 1984: [LEP]. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CORRÊA, M. F. *Relatório de necessidades*. Setor de Psicologia, PEM III, 2009.

DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERNANDES, R, C. P. et al. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 18, n. 3, p. 807-816, 2002. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300029>.

LARA, R. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. *Katál*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de trabalho. In: _____. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, p. 109-118, 1989.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. *Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. 1/1, ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Omega, 1978.

MIRABETE, J. F. *Execução penal*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REGIMENTO Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará. Belém, 2010. Disponível em: http://www.susipe.pa.gov.br/sites/default/files/Regimento%20Interno%20SUSIPE_0.pdf.

REIS, J. F. G.; SOUZA, J. L. C.; CARDOSO, L. F.; BRITO D. C. Agentes prisionais: percepções e conflitos de uma profissão de risco. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15. Teresina, 2012, *Anais...* Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT25-12.pdf>.

SILVA, D. S., CHAVES, A. B. P.; REIS, J. F. G. Relação entre saúde e condições de trabalho de agentes prisionais do Estado do Pará, Brasil. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, v. 17, n. 174, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd174/condicoes-de-trabalho-de-agentes-prisionais.htm>>.

TELLES, A. L. C. *Histórico, conceitos e metodologias da ergonomia*. Rio de Janeiro COOPE/UFRJ, 1998. Não publicado

THOMPSON, A. F. G. *A questão penitenciária*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZANELLA, J. L. *O trabalho como princípio educativo do ensino*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

CAPÍTULO 12

A precariedade da oferta de espaços públicos de lazer enquanto componente para o aumento da criminalidade: bairro do Guamá, no período de 2008 a 2009

Karine Braga Soares

Mestra em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil.
ksoareas@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Busca entender até que ponto a precariedade da oferta de espaços públicos de lazer no bairro do Guamá, Belém, Pará, contribuiu para o aumento da criminalidade no período de 2008 a 2009. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se uma revisão da bibliografia, elencando categorias como criminalidade, lazer e inclusão social, dentre outros. Neste sentido, levou-se em conta que no contexto da modernidade, a configuração do mundo do trabalho é fundamentada na economia de mercado, afetando assim os indivíduos em todos os níveis da vida social, além do que a centralidade do trabalho para prover a vida em diferentes aspectos faz com que o lazer seja colocado em segundo plano pelos trabalhadores e pelas instituições governamentais.

Palavras-chave: Modernidade Recente. Poder Público. Inclusão Social.

Introdução

O principal objetivo do tema proposto nesse trabalho é promover a reflexão sobre a precariedade da oferta de espaços de lazer¹ e sua relação com o aumento da criminalidade, tendo como referência o bairro do Guamá, nos anos de 2008 e 2009. A delimitação espacial foi proposta com base em Santos (1988), que considera espaço como sendo igual à paisagem mais a vida nela existente. Assim, a sociedade pode ser vista como componente da paisagem, enquanto que o lazer reflete uma possibilidade do ser humano potencializar sua participação social e seu desenvolvimento, como formas de identificação social e pertencimento, bem como garantia de um direito social previsto constitucionalmente.

O que se observa, no entanto, é que apesar da importância do lazer na vida do indivíduo, a urbanização das cidades faz com que seja cada vez mais visível a carência ou precariedade de espaços públicos para essa prática na perspectiva do encontro humano, da inclusão, predominando áreas privadas de lazer, onde o próprio espaço urbano passa a se constituir como produto no mercado.

Para Marcellino et al. (2007), se o lazer é colocado pela sociedade capitalista enquanto um momento de consumo, o espaço voltado à prática do lazer também é visto como um elemento do consumo, seguindo uma tendência que leva à privatização de seus valores, equipamentos e áreas de convivência.

O processo de urbanização na modernidade recente traz uma distribuição desigual entre os bairros das grandes cidades no que concerne à oferta de espaços de lazer. Deste modo, observa-se que as camadas menos favorecidas economicamente possuem uma oferta precária de áreas de lazer, dificultando a possibilidade de vivenciarem sua prática, enquanto que em áreas centrais, a oferta se mostra bem mais abrangente em quantidade e em qualidade.

Dayrell (2002) complementa esse pensamento apontando que, comumente, a falta, a precariedade ou a má apropriação dos espaços públicos e equipamentos sociais de lazer nos bairros de periferia das cidades prejudicam especialmente aquelas pessoas identificadas em situação de risco

¹ Para fins de delimitação e melhor compreensão, utilizaremos o termo espaços públicos de lazer de acordo com a compreensão de Azevedo (2010), que os concebe como uma área mantida geralmente pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer. Nesse contexto, estão as áreas verdes, as praças e os parques, cujos equipamentos urbanos permitam a utilização para fins recreativos e livre acesso pela população.

e vulnerabilidade social, privando-as de práticas de lazer que estimulem a sociabilidade, a liberdade e o desenvolvimento integral do ser humano.

Young (2002) acrescenta que o indivíduo privado de acesso a bens, direitos e serviços, além de vivenciar carências de oportunidades sociais que o incluam efetivamente, ao se deparar no seu cotidiano com a ausência de espaços para a prática do lazer ou espaços públicos precários, sem infraestrutura ou cuidados, percebe o lugar social de exclusão que lhe é atribuído, vindo a responder a essas frustrações de aspirações, muitas vezes por meio da criminalidade.

A partir dessas questões, este trabalho visa refletir sobre o aumento da criminalidade, relacionando-o com a precariedade dos espaços públicos de lazer no ambiente urbano, buscando-se evidenciar a contribuição desses espaços para a convivência e a socialização entre as pessoas, bem como para a construção de valores humanos e reconhecimento.

O espaço urbano, o lazer e a criminalidade

O progresso técnico-científico do atual mundo globalizado; as mudanças no mundo do trabalho, fundamentadas no capital como forma de organização do mercado, afetando-o em seus aspectos ideológicos e valorativos, a tecnologia da informação; as transformações socioeconômicas e culturais vêm modificando as relações sociais, onde sobressai o individualismo e o abandono de projetos coletivos, evidenciando uma fragmentação na sociedade quanto a valores ou normas coletivas.

Young (2002, p. 23) aponta que:

a transição da modernidade à modernidade recente pode ser vista como um movimento que se dá de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente. Isto é, de uma sociedade cuja tônica estava na assimilação e na incorporação para uma que separa e exclui. Esta erosão do mundo inclusivo do período modernista envolveu processos de desintegração, tanto na esfera da comunidade (aumento do individualismo), como naquela do trabalho (transformação do mercado de trabalho).

A cidade é, portanto, um lugar de possibilidades e estímulos intermináveis, mas também um lugar em que há uma retração e um desapego que podem facilmente virar hostilidade. Há tanto um sentido agudo de diferença como indiferença na experiência urbana (YOUNG, 2002).

Nesse cenário, evidencia-se o crescimento das grandes cidades, onde a organização espacial do meio urbano vem sendo feita de maneira desordenada e muitas vezes sob o olhar distante do poder público, impondo aos indivíduos limitações de espaço para morar, precariedade de infraestrutura como serviços básicos de saneamento, energia elétrica, segurança pública, bem como espaços públicos culturais e de lazer, como praças, parques, dentre outros que permitam ao indivíduo o convívio em sociedade. Tal condição acaba por impor um descompasso entre o lazer e o espaço urbano, levando cada vez mais à prática do lazer no interior das residências, por meio de aparelhos de televisão, DVD, videogames, de maneira individualizada.

Rodrigues (2008, p. 06) complementa esse pensamento referindo que:

a convivência social que marcava o cotidiano das cidades não metropolizadas e a vida no mundo rural vai se restringindo cada vez mais, sendo substituída por comportamentos individuais, desde as mais tenras idades.

Assim, seguindo a lógica mercadológica, acentuada pela desorganização espacial das cidades, o acesso ao lazer nos espaços públicos torna-se cada vez mais precário, o que o condiciona ao status de mercadoria, estando cada vez menos presente na vida dos indivíduos. Com isso, observa-se uma concentração recorrente no meio urbano de espaços públicos de lazer privilegiados em bairros nobres, destinados a uma minoria, enquanto que, por outro lado, nota-se a escassez desses espaços com qualidade nas periferias, acentuando as dificuldades de acesso e privilegiando o lazer consumista em detrimento ao lazer que incentiva o encontro.

Para Marcellino et al. (2007, p. 18),

Essa situação é agravada, sobretudo se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem além de economicamente inviável, é muito desgastante.

O aumento da população urbana não foi acompanhado pelo desenvolvimento de infraestrutura adequada, diferenciando, de um lado as áreas centrais, ou as chamadas áreas nobres, concentradoras de benefícios, e

de outro a periferia, com seus bolsões de pobreza, com verdadeiros depósitos de habitações, favorecendo o aumento da vulnerabilidade social, a exclusão e, conseqüentemente, os índices de criminalidade, impondo uma cidade de barreiras, construída para isolar os indivíduos.

A esse respeito, Young (2002, p. 38) ressalta que:

o aumento da criminalidade gera barreiras para prevenir ou afastar o crime, tendo assim uma privatização do espaço público como shopping centers, parques privados, instalações de lazer privadas, juntamente com residências particulares gradeadas. E assim a cidade impõe barreiras que excluem e filtram, afastando as camadas menos favorecidas da população cada vez mais das práticas de lazer. Nesse contexto é impossível dissociar o território, das condições socioeconômicas e da criminalidade.

O envolvimento dos indivíduos em atividades de lazer favorece a integração, a criação de propósito e a identidade entre grupos, possibilitando o intercâmbio e a reciprocidade, favoráveis à inclusão. Os espaços de lazer proporcionam essa convivência social, porém em sua maioria, as cidades não os apresentam em número suficiente, ou estes são distribuídos de forma desigual entre os bairros, desfavorecendo a população de menor poder aquisitivo, podendo propiciar aumento da criminalidade.

Para Young (2002), a insatisfação face à situação social, a frustração de aspirações e o desejo podem criar respostas criminais. Neste viés, salienta que as mesmas forças, que transformam o mercado de trabalho, produzem um novo estilo de vida, pautado no consumismo de cujas entranhas emerge um individualismo que permeia a sociedade. O crime brota dessa combinação e se torna um traço normal da vida cotidiana.

Desta maneira, a ascensão do individualismo proporciona no indivíduo um sentimento de descontentamento com sua realidade social e econômica, o que pode gerar um aumento da criminalidade, da disputa e da desordem.

Essa criminalidade fabricada pela sociedade fragmentada, fragilizada em pontos de referência norteadores de conduta e de construção de identidade, reflete as contradições e as desigualdades sociais que permeiam a modernidade recente, produzindo grupos sem visibilidade social por motivos diversos como: carência de formação e qualificação, decorrentes de desagregação da família nuclear tradicional; falta de recursos materiais, educacionais, habitacionais; e a ausência de espaços públicos como locus de sociabilidade, o que pode contribuir para agravar o índice de criminalidade.

É possível então estabelecer uma conexão entre as mudanças ocorridas na sociedade moderna recente quanto à fragmentação da sociedade, onde impera a cultura do individualismo, a desorganização espacial e os valores do mercado que transformam a vida social, com o aumento da criminalidade, como resposta das relações sociais desiguais e injustas dessa sociedade. Deste modo, para Hobsbawn (2008, p. 334 e 341),

A revolução cultural do século XX pode assim ser compreendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade ou, melhor, como a ruptura dos fios que antes entrelaçavam os seres humanos nas texturas sociais. É o individualismo que leva os descontentes a gerarem as “selvas hobbesianas” dos pobres urbanos, um universo em que seres humanos vivem lado a lado, mas não como seres sociais [...] Estamos passando por uma “revolução cultural” gigantesca, uma dissolução extraordinária das normas, texturas e valores tradicionais, o que deixou muitos habitantes do mundo desenvolvido órfãos e abandonados. Homens e mulheres procuram grupos aos quais possam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo o mais está se movendo e mudando, em que nada mais é certo. E eles o encontram num grupo de identidade.

Precariedade dos espaços públicos de lazer e o aumento da criminalidade no bairro do Guamá (2008 a 2009)

A cidade de Belém, como outras capitais brasileiras, vivencia um alto índice de criminalidade, provavelmente, em decorrência da evolução urbana que levou grande parte da população a se deslocar para a periferia, passando a residir em espaços sem infraestrutura que lhe permitissem uma qualidade de vida saudável, criando uma urbanização excludente.

Assim, de acordo com a Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão, o município de Belém está dividido em 8 distritos administrativos e 71 bairros, dentre eles o Guamá. Este bairro é considerado o mais populoso da cidade e, por conseguinte, apresenta grandes níveis de pobreza quando comparado com bairros centrais da capital paraense. Tal característica expressa a desigualdade social e econômica que leva o bairro do Guamá a vivenciar níveis de carência de serviços e infraestrutura para seus moradores, destacando-se a precariedade dos espaços para a prática do lazer, como praças, áreas verdes, quadras esportivas, entre outros. O que pode ser ratificado na Tabela 1.

Tabela 1: Distribuição das praças, por distrito administrativo no município de Belém – 2008-2009

Ano	Distrito administrativo	Praças	Canteiros	Trevos	Áreas verdes e complementares	Total
2008	DABEL-Belém	59	12	3	7	81
	DAGUA-Guamá	20	4	2	14	40
	DASAC-Sacramento	33	15	1	6	55
	DABEN-Benguí	40	15	4	11	75
	DAENT-Entroncamento	51	16	6	17	90
	DAMOS-Mosqueiro	17	4	5	1	27
	DAICO-Icoaraci	9	2	-	-	11
	DAOUT-Outeiro	3	-	-	-	3
-	Total	232	68	26	56	382
2009	DABEL-Belém	60	15	4	8	87
	DAGUA-Guamá	20	5	2	17	44
	DASAC-Sacramento	32	10	3	1	46
	DABEN-Benguí	40	10	8	8	66
	DAENT-Entroncamento	51	12	7	17	87
	DAMOS-Mosqueiro	15	7	6	-	28
	DAICO-Icoaraci	10	2	-	-	12
	DAOUT-Outeiro	2	-	-	1	3
-	Total	230	61	30	52	373

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA (2010)

A Tabela 1 refere-se à distribuição de praças, canteiros, trevos e áreas verdes, por distritos administrativos do município de Belém, dentre eles o Distrito do Guamá (DAGUA), do qual o bairro do Guamá faz parte, aparecendo com um baixo índice dessas áreas, levando-se em conta os anos de 2008 e 2009.

Um fator de grande relevância para a compreensão das consequências a que levam a precariedade da oferta de serviços de lazer no Guamá, diz respeito às elevadas taxas de criminalidade registradas nos últimos anos. Nesse viés, salienta-se que sendo o bairro habitado por uma população carente de infraestrutura e pouco inserida no mercado formal de trabalho, torna-se vulnerável ao aumento da criminalidade, relação esta que pode ser observada entre as Tabelas 1 e 2. Este última refere-se à classificação dos bairros de maior incidência de criminalidade no município de Belém, demonstrando o Guamá como o de maior índice de criminalidade nos dois anos (2008 e 2009).

Tabela 2: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, no município de Belém – 2008-2009

Ano	Classificação	Bairro	Quantidade	População	(IC)10000 habitantes
2008	1º	Guamá	7076	102124	692,88
	2º	Jurunas	5193	62740	827,7
	3º	Coqueiro	5088	39963	1376,51
	4º	Pedreira	5049	69067	731,03
	5º	Campina	5046	5407	9332,35
	6º	Marco	4998	64016	78074
	7º	Cidade Velha	4414	70000	630,57
	8º	São Brás	4362	19881	2194,05
	9º	Sacramenta	3898	44407	877,79
	10º	Marambaia	3550	62370	569,18
2009	1º	Guamá	6840	102124	669,77
	2º	Jurunas	6306	69067	913,03
	3º	Coqueiro	5099	62740	812,72
	4º	Pedreira	4810	64016	751,37
	5º	Campina	4021	70000	574,43
	6º	Marco	3792	36963	1025,89
	7º	Cidade Velha	3766	44407	848,06
	8º	São Brás	3764	19881	1893,26
	9º	Sacramenta	3559	62370	570,63
	10º	Marambaia	3405	5407	6297,39

Fonte: Polícia Civil do Estado do Pará (2010)

Os bairros Guamá e Jurunas, pertencentes ao Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA) e Pedreira, pertencente ao Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC), aparecem entre os primeiros lugares, quando se trata de alto índice de criminalidade (Tabela 2), e relacionando-se as tabelas, observa-se que são os que possuem um menor número de espaços públicos de lazer.

Vale ressaltar que os dados utilizados foram encontrados no Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Belém, anos de 2008 e 2009, nos itens Urbanismo e Segurança pública.

Considerações finais

O aumento da criminalidade no Estado do Pará, mais especificamente na capital paraense, representa uma realidade marcada por desigualdades sociais e pela ausência de políticas públicas que fortaleçam a implantação de espaços públicos de lazer, dotando as periferias de condições infraestruturais que possibilitem maior interação e socialização dessas áreas com a população carente.

Os reflexos desse cenário foram manifestados nos dados apresentados sobre a realidade do bairro do Guamá, cujo índice de criminalidade se apresenta elevado nos anos de 2008 e 2009, enquanto que se destaca negativamente como um local que possui poucos espaços públicos de lazer como praças, áreas verdes, canteiros, entre outros.

O trabalho representou um importante debate acerca dos componentes que favorecem o aumento da criminalidade na sociedade moderna, em especial a precariedade da oferta dos espaços públicos de lazer, somada aos grandes níveis de desigualdade social que os bairros periféricos apresentam, bem como a ausência de infraestrutura que ofereça melhor qualidade de vida aos que residem nessas áreas.

Desse modo, a exclusão espacial, com a concentração de grande número de pessoas na periferia vem acompanhada do isolamento econômico-social, o que acaba por gerar manifestações de criminalidade, o que pode ser observado também na forma de uso dos espaços urbanos públicos de lazer, como praças, áreas verdes, dentre outros, uma vez que estes são vistos como espaços que viabilizam o encontro humano, a sociabilidade e a participação dos indivíduos, oportunizando sua inclusão.

Referências

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. *Espaços públicos em cidades médias: considerações sobre parques urbanos em Limeira-SP*. 2010. Disponível em: sites.google.com/site/arquivoscboe4/anais/ricardojose.pdf. Acesso em: 18 fev. 2012.

DAYRELL, Juarez. *Juventude e produção cultural na periferia de Belo Horizonte*. 2002. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/textos/ARTIGO%20.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC- Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: OPUS, 2007.

RODRIGUES, Balastrieri Adyr. *Lazer e espaço na cidade pós-industrial*. 2008. Disponível em: <http://www.turismoymercado.com/c0ntenidos/.../199_1_31/10/2008.doc>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Criminológico, 2002. (Pensamento criminológico, 7)

CAPÍTULO 13

Gestão das estatísticas criminais na Polícia Militar do Pará: novo paradigma do policiamento moderno e seus reflexos no planejamento operacional

Héldson Tomaso Pereira de Lima

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil. htomaso@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Laira Serrão Mendes

Graduanda em Estatística (UFPA). Belém – Pará – Brasil. laira.serrao@gmail.com

Resumo

A busca pela integração com a comunidade, a gestão da informação criminal e as tecnologias da informação se colocam entre as principais razões que alavancam mudanças nas estruturas e no modo de atuação das polícias. Buscar planejamentos operacionais com bases mais científicas é a razão de ser para mudanças de paradigmas nas forças policiais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como as estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará são empregadas no planejamento operacional da Polícia Militar. Para tanto, foram levantados os seguintes temas para o desenvolvimento da discussão: os novos paradigmas do policiamento moderno, levando-se em consideração o emprego de ferramentas mais científicas para melhorar a efetividade do policiamento, dentre elas as estatísticas criminais; segundo, como elas são produzidas dentro do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e quais bancos de dados são utilizados para produção das análises; terceiro, são apresentados resultados da pesquisa de campo realizada com policiais militares dos bairros do Guamá e da Terra Firme, visando mostrar a utilização das estatísticas criminais por parte destes profissionais da segurança pública. Mostra-se como resultado principal a necessidade de integração das informações do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e a necessidade de que o processo de produção de conhecimento chegue a todos os níveis da Polícia Militar, principalmente aos que trabalham na atividade operacional.

Palavras-chave: Segurança Pública. Estatísticas Criminais. Policiamento Ostensivo.

Introdução

Um dos maiores desafios da sociedade moderna é a constante busca pela felicidade, que perpassa inevitavelmente pela questão da segurança, fazendo com que os governantes se debrucem a cada nova gestão em tentar encontrar soluções para melhorar o Sistema de Segurança Pública. Seria a falta de servidores para o setor? Falta de equipamentos? Poucos investimentos?

Quando se analisa os investimentos no setor, constata-se a considerável gama de recursos gastos com o tema; por exemplo, dados oficiais do Ministério da Justiça (2012) confirmam a elevação de gastos no setor, visto que, segundo pesquisa do órgão que relaciona os números brutos de investimentos com a quantidade de habitantes dos estados, no período de 2005 a 2008, o Pará foi o 5º estado da Federação que mais investiu em segurança, com uma média anual de 73,71% ficando à frente inclusive de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, em termos proporcionais. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) publicou o estudo “Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública” (SENASP, 2013), no qual aponta, entre outros temas, os gastos das instituições de cada estado da Federação, constatando que a Polícia Militar do Pará chegou a executar em 2011 mais de 500 milhões de reais, comprovando o grande investimento no setor.

Seguindo esta linha de raciocínio da lógica administrativa, mais investimentos resultariam em elevação na qualidade dos serviços prestados e consequente melhoria nos índices do setor. Imaginar-se-ia que os indicadores da segurança no estado do Pará também acompanhariam este ritmo de crescimento. Todavia, não foi bem isso que aconteceu. No decorrer do mesmo período, houve um acréscimo considerável no número de crimes registrados no estado. Segundo o Mapa da Violência de 2013 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013), em 2000, o Pará estava em 20º no *ranking* dos estados mais violentos, com uma taxa de 15,1 (homicídios por 100 mil habitantes), em 2010, o Pará saltou para a 3ª posição, com uma taxa de 47,5 e, em 2011, passou a 4ª colocação, com uma taxa de 40,0.

Os indicadores do Sistema de Segurança Pública são baseados apenas no banco de dados, cujos registros são feitos dentro das delegacias da Polícia Civil, ou seja, o cidadão vai até uma unidade especializada ou acessa o sistema informatizado, delegacias *online*, para comunicar que foi vítima de um crime. Esses registros são transformados em estatísticas criminais com variáveis (hora, dia da semana e lugar) para depois, poderem teoricamente, serem encaminhados à polícia ostensiva, a Polícia Militar, para a partir deles realizar seu planejamento preventivo de ocupação de espaços visando conter os delitos.

Ocorre que existe uma enorme quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento da Polícia Judiciária, segundo Ramos et al. (2015), que realizaram pesquisa sobre subnotificações na Região Metropolitana de Belém (RMB) no período de setembro de 2011 a agosto de 2012. Constatou-se que 83,33% das pessoas que foram vítimas de delitos não procuraram o auxílio da polícia, ou seja, o Sistema de Segurança Pública deixou de ter conhecimento de mais de 80% dos delitos que ocorreram na RMB naquele período. Ainda segundo a pesquisa, apenas 16,67% solicitaram auxílio policial, porém deste universo, somente 4,94% solicitaram auxílio à Polícia Civil. Somando-se os que não pediram auxílio com os que não foram até a Polícia Civil, consta-se então que 95,06% dos crimes não são estudados ou transformados em estatísticas criminais para subsidiar o planejamento operacional, por não entrarem no banco de dados da Polícia Civil, única fonte de todo estudo criminal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Mudar esse quadro passa fundamentalmente pelo entendimento que o modo de atuação da Polícia Militar é bem diferente das demais instituições que fazem parte do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS). Por trabalhar diretamente com o cidadão e no controle ostensivo da criminalidade, precisa dispor de todos os mecanismos e ferramentas de informações que possibilitem análises criminais confiáveis, para tal, a Inteligência de Segurança Pública (ISP), o Policiamento Comunitário e o Policiamento Orientado para o Problema (POP) surgem como molas principais desta engrenagem. Suas importâncias estão na competência de pôr em prática diversos métodos, criados com doutrina própria, que transformam um dado e/ou uma informação, em conhecimento que seja realmente utilizado.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é mostrar como são empregadas as informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros do Guamá e da Terra Firme (Montese).

Revisão bibliográfica

O Sistema de Segurança Pública do Pará é composto pelas instituições que lidam diretamente com a seara da segurança pública que visam a garantia que o Estado proporcione a ação contra a violação de quaisquer espécies que ameacem a ordem pública. Por isso são instituições que por natureza são detentoras do “monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (BAYLEY, 2001), definição utilizada por Max Webber

para caracterizar a própria existência do Estado Moderno, mostrando com isso, a importância da segurança pública enquanto política de Estado.

No atual mundo competitivo em que se caracteriza a sociedade moderna, a informação passou a ser um fator de extrema importância para qualquer área que utilize a gestão organizacional, por ser um recurso indispensável tanto para os atores internos quanto para os externos das organizações. Quanto mais sólido, confiável e oportuno for o fluxo das informações dentro dos órgãos, mais coesa e efetiva será sua atuação junto a seus clientes.

Dentro do Sistema de Segurança Pública não podia ser diferente. A utilização das informações, principalmente as informações estatísticas, possui um caráter estratégico por permitir dar uma destinação e um significado à infinidade de dados que chegam aos diversos órgãos que compõem o sistema. Para alcançar esta compreensão, é preciso que ocorra o reconhecimento da importância da integração e de um correto fluxo de informações que garantam o máximo de aproveitamento eficiente do policiamento ostensivo, e com isso, transformar o dado em conhecimento que sirva para balizar ações e planejamentos futuros e não se ater à mera produção e divulgação de estatísticas.

Material e métodos

Descrição dos dados

Os dados deste estudo foram coletados de duas formas. Primeiramente, foram coletados dados secundários do SISP, do CIOP e do BAPM, com intuito de buscar informações que fornecessem a dimensão da integração dos sistemas de informação das instituições pertencentes à SEGUP. Para isso foram realizadas pesquisas sistemáticas nesses três bancos de dados. No caso do SISP e do CIOP foram solicitadas as informações diretamente nos respectivos órgãos, os quais entregaram o banco de dados pronto (digitalizado), de acordo com o que foi solicitado. No tocante à Polícia Militar, responsável pelo BAPM, houve a necessidade de digitalizar os BAPM do 20^o BPM que estavam apenas armazenados em arquivos de papel, para poder compará-los. Foram então selecionados alguns crimes com ocorrência no período de 2009 a 2012, particularizando: ameaça, furto, homicídio, lesão corporal, poluição sonora e roubo.

Posteriormente, outros dados foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo realizada na 3^a companhia (correspondendo à circunscrição do bairro Guamá) e na 4^a companhia (correspondendo circunscrição do bairro Terra Firme) do 20^o Batalhão da Polícia Militar (BPM) da capital, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, com o intuito de verificar como as informações

de estatística criminal estão chegando para os policiais que trabalham na ponta do sistema, ou seja, no policiamento ostensivo. A partir da utilização de um questionário contendo indagações sobre os dados pessoais até as informações sobre gestão da informação, as entrevistas aos policiais militares foram realizadas no momento em que entravam no quartel do 20^o BPM para assumir o serviço, o que possibilitou ter acesso a praticamente todos os policiais que trabalham na atividade fim daquele batalhão.

Figura 1: Mapas dos bairros do Guamá (a) e da Terra Firme (Montese) (b)



(a)



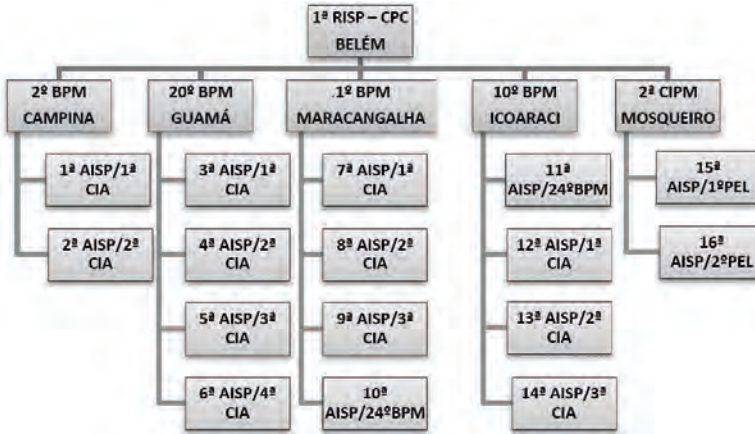
(b)

Fonte: Google Maps (2013)

A escolha deste batalhão se deu em razão de que na estrutura operacional da Polícia Militar do Pará, o 20^o BPM está subordinado diretamente ao Comando de Policiamento da Capital (CPC), possuindo 04 (quatro) companhias com responsabilidades de propiciar segurança aos bairros Jurunas, Condor, Batista Campos, Cremação, Guamá, Terra Firme e Universitário, seguramente os bairros periféricos mais populosos de Belém. Além disso, a partir de 09 de abril de 2013, foram criadas pelo Governo do Estado as Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social, em número de 15 (quinze), para harmonizar as circunscrições de atuação dos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, objetivando a articulação territorial regional nos níveis estratégico, tático e operacional (DIÁRIO OFICIAL DO PARÁ, 2011), haja vista que até então, algumas circunscrições das Polícias Civil e Militar não eram as mesmas, o que dificultava a integração entre as forças, no planejamento até a execução, bem como o acompanhamento

uniforme dos resultados. A criação das RISP é uma tendência já empregada em outros estados da Federação (MIRANDA, 2004). A Figura 2 apresenta o Organograma da 1ª RISP, do Estado do Pará.

Figura 2: Organograma da 1ª Região Integrada de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Como o 20º BPM, esta nova organização operacional possui um dos maiores efetivos da capital. Assim, se fez necessário para a execução da pesquisa de campo, utilizar uma equipe de 06 (seis) entrevistadores voluntários, que receberam treinamento para conduzir as entrevistas de maneira individual e imparcial. Sendo necessário inicialmente buscar informações no Comando Geral da Polícia, acerca do número de policiais nas 3ª e 4ª companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar que são 146 e 147, respectivamente. A partir destas informações, utilizou-se uma amostra aleatória estratificada proporcional ao número total de policiais por patente, com erro amostral máximo de 3,5% (BOLFARINE; BUSSAB, 2005), perfazendo um total de 214 policiais. Sendo este tamanho da amostra calculado a partir de

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}, \quad (1)$$

onde N é o número total de policiais da 3ª e 4ª companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar; n_0 é a primeira aproximação do tamanho da amostra (policiais), sendo dado por $n_0 = \frac{1}{e^2}$, com $e = 0,035$ que é o erro máximo adotado. Para o cálculo do tamanho da amostra proporcional às patentes (estratos = h) utiliza-se

$$n_h = n \times \frac{N_h}{N}, \quad h = 1, 2, \dots, 8 \quad (2)$$

Sendo que n é o tamanho amostral para cada estrato (por patente); N é o total de policias por patente e N é o total geral de policiais.

Análise de Correspondência

A Análise de Correspondência (AC) é uma técnica multivariada utilizada para o exame de relações geométricas do cruzamento, ou contingenciamento, de variáveis categorizadas (variáveis qualitativas). Permite analisar a relação entre as duas variáveis graficamente em um espaço multidimensional, de modo que se possa verificar que categorias de uma variável são similares às outras ou quais categorias das duas variáveis são relacionadas. Além disso, a AC estuda a associação entre variáveis categóricas de forma bivariada por meio da Análise de Correspondência Simples (ACS) ou multivariada, utilizando a Análise de Correspondência Múltipla (ACM), por meio de um conjunto de mapas (gráficos) perceptuais/intuitivos, nos quais se verifica a existência de proximidade, chamada de similaridade ou dissimilaridade entre os objetos propostos, ou seja, entre as categorias das variáveis em um específico estudo (CUNHA JR., 1997).

Segundo Toma et al. (2008), para que a aplicação da técnica análise de correspondência seja feita de forma eficaz, é necessário que o par de variáveis a serem analisadas seja submetido ao teste qui-quadrado (χ^2), para verificar a dependência entre as variáveis, onde as hipóteses testadas são: H_0 : as variáveis são independentes versus H_1 : as variáveis são dependentes. O valor da estatística teste χ^2 é obtido por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (3)$$

onde O_{ij} representa a frequência observada na i -ésima linha e j -ésima coluna, E_{ij} representa a frequência esperada na i -ésima linha e j -ésima coluna, $i = 1, \dots, l$ representa o número de linhas e $j = 1, \dots, c$ representa o número de colunas da tabela de contingência. O próximo passo é realizar o teste do Critério Beta (β) dado por

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}} \quad (4)$$

em que o χ^2 é o valor do qui-quadrado encontrado em (1); l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência. Para confirmar

a dependência das variáveis estudadas. Se $\beta > 3$, as variáveis são ditas dependentes a um risco menor ou igual a 5%.

Após a construção dos testes qui-quadrado e critério β , devem ser observadas as relações pertinentes ao estudo por meio dos gráficos perceptuais, onde a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser maior que 70% e/ou utilizando-se da análise dos resíduos da tabela de contingência. O resíduo padronizado é dado por

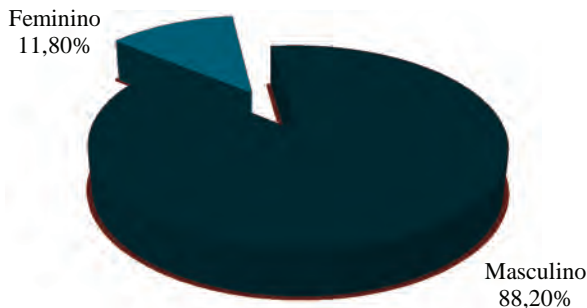
$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}} \quad i, \dots, l \text{ e } j, \dots, c \quad (5)$$

Segundo Ramos, Almeida e Araújo (2008), para avaliar a significância dos resíduos, é necessário obter o coeficiente de confiança, que para efeito de relação estatística, serão consideradas relações significativas entre as variáveis quando o coeficiente de confiança for maior ou igual a 0,70, ou seja, 70%.

Resultados e discussões

A partir da Figura 3 pode-se verificar que a maioria dos policiais é do gênero masculino (88,20%) e somente 11,80% são do feminino. Essa presença maior do gênero masculino é visível em toda a Polícia Militar do Pará, que segundo a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2013), possui um efetivo de 14.724 e destes, apenas 12,29% são mulheres.

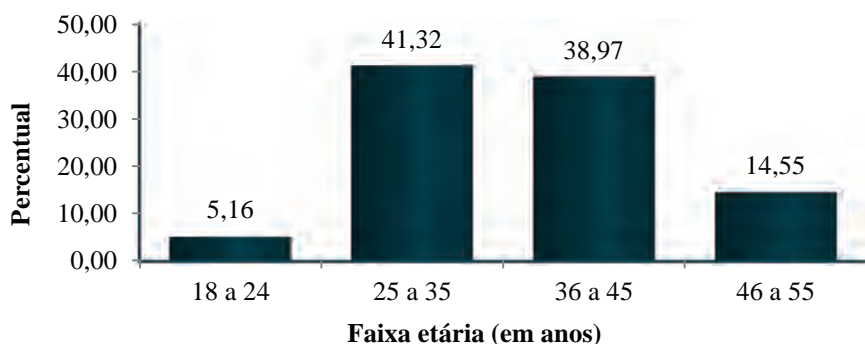
Figura 3: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por gênero



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

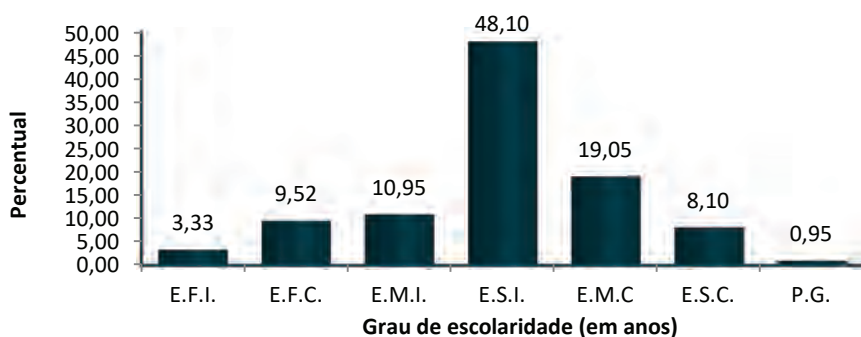
Observa-se (Figura 4) que a maioria dos policiais está na faixa etária de 25 a 45 anos (80,29%). Sendo essa uma tendência nacional, como aponta a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2013), mostrando uma tendência nacional de renovação nos quadros das polícias militares.

Figura 4: Percentual de policiais militares das 3ª e 4ª companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por faixa etária (em anos)



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Figura 5: Percentual de policiais militares das 3ª e 4ª companhias do 20º Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por grau de escolaridade



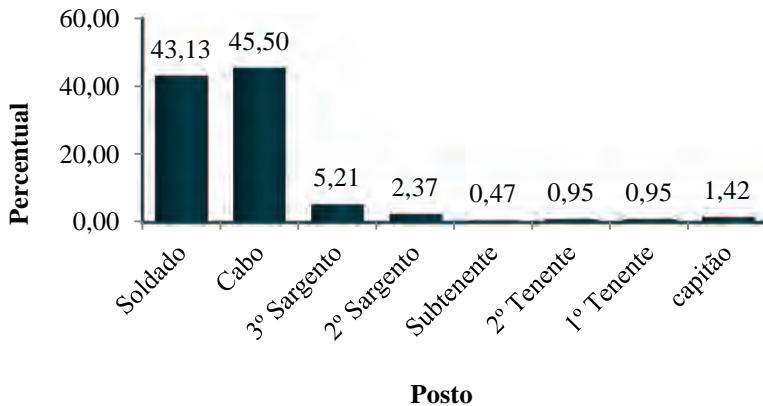
E.F.I = Ens.Fundamental Incompleto E.S.I = Ens.Superior Incompleto
 E.F.C = Ens.Fundamental Completo E.S.C = Ens.Superior Completo
 E.M.I = Ens.Médio Incompleto P.G = Pós-Graduação
 E.M.C = Ens.Médio Completo

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Ao observar os dados de escolaridade, verifica-se na Figura 5 que a maior parte dos policiais das 3^a e 4^a companhias possuem o Ensino Médio Completo (48,10%), seguido do Ensino Superior Incompleto (19,05%).

A maior parte dos policiais das 3^a e 4^a companhias possuem o posto/graduação de cabo (45,50%), e em seguida estão os soldados, com 43,13% (Figura 6). Essas duas classes juntas correspondem a 88,63% do efetivo empregado no 20^o BPM, resultado este superior ao destacado pela pesquisa nacional da SENASP (2013), onde a Polícia Militar do Pará (PMPA) apresenta nestas duas graduações cerca de 76,32% do efetivo total.

Figura 6: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por posto/graduação



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Na Tabela 1 pode-se notar que a maioria dos policiais das 3^a e 4^a companhias fazem uso do tipo de policiamento ostensivo em viaturas (4 rodas e motocicleta), com 66,51%, o que mostra a forte influência do policiamento profissional, que segundo Moore (2003), baseia-se em três táticas operacionais: o patrulhamento aleatório ou direcionado, a resposta rápida para chamadas de serviços e a investigação retrospectiva. Verifica-se que as duas primeiras táticas necessitam do emprego de viaturas e são atinentes à Polícia Militar. Outro fator observado na Tabela 1 é um insipiente emprego de um policiamento de proximidade com a comunidade, onde apenas 14,62% trabalham ou no policiamento a pé ou em bases, que a princípio, pressupõem-se exercer atividades de caráter mais preventivo.

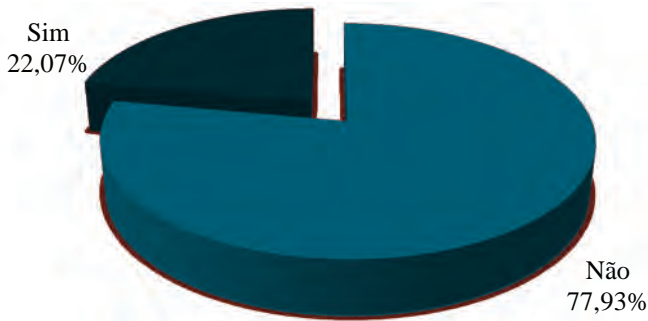
Tabela 1: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por tipo de policiamento executado

Tipo de policiamento	Percentual
Policiamento ostensivo viatura (4 rodas)	62,26
Administrativo	18,87
Policiamento ostensivo a pé	14,15
Policiamento ostensivo viatura (moto)	4,25
Base	0,47
Total	100,00

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

A partir das informações amostrais obtidas pela pesquisa de campo no 20^o BPM pode-se observar na Figura 7 que a maioria dos policiais (3^a e 4^a companhias) não recebem mapa criminal, com 77,93%, o que comprova que neste batalhão as estatísticas criminais produzidas pelos órgãos do SIEDS não chegam aos policiais que trabalham na “ponta” do sistema, que com isso, deixam de ter um diagnóstico analisado do que está acontecendo na sua área de policiamento. Isso possui alguns reflexos. Para Miranda (2004), essa falta de informações estatísticas aos policiais que executam o policiamento ostensivo é reforçada pela dificuldade de mudar culturas internas na Polícia Militar, onde as formas tradicionais de administração policial ainda são bastante enraizadas, na qual a vivência, a experiência e o bom senso de seus integrantes funcionam como referência para balizar os planejamentos operacionais. Acontece que esta forma de administrar não fornece um diagnóstico real dos delitos e com isso conduz, corriqueiramente, à implantação de políticas públicas deficientes e não efetivas.

Figura 7: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, em relação ao recebimento do mapa criminal para o emprego no policiamento ostensivo



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Vale destacar que dentre os 22,07% (Figura 7) de policiais que responderam que recebem o mapa criminal, constata-se pela Tabela 2 que todos esses policiais trabalham em bases comunitárias e isso provavelmente se dá em razão de reuniões periódicas com a comunidade e treinamentos constantes. Porém, a maioria dos policiais que trabalham na atividade-fim não fazem uso do mapa criminal, como o policiamento ostensivo em viatura (4 rodas), ostensivo a pé e ostensivo viatura (motocicleta), com 74,05%, 83,33% e 66,67%, respectivamente. Confirmando que os policiais responsáveis pelo policiamento preventivo saem para as ruas sem um norte, sem um objetivo específico, sem um planejamento operacional, sem a definição de locais e horários de maior incidência criminal. Até mesmo os policiais militares da atividade-meio, aqui representados pelos administrativos, que executam escalas de jornadas extraordinárias nas ruas em suas horas de folga ou mesmo em escalas extras, declararam em sua maioria (90,00%) não receber o mapa criminal.

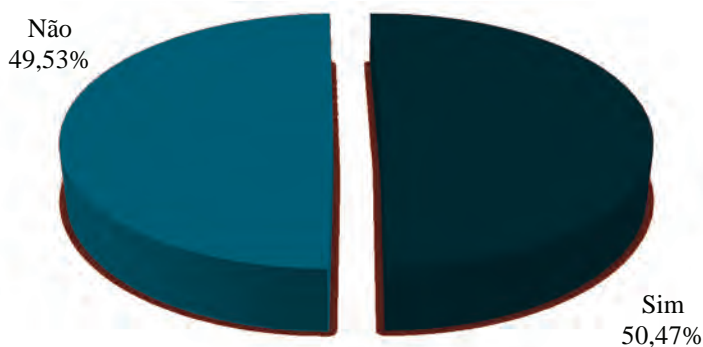
Tabela 2: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, por tipo de policiamento *versus* utilização do mapa criminal

Tipo de policiamento	Mapa criminal		Total
	Sim	Não	
Policiamento ostensivo viatura (4 rodas)	25,95	74,05	100,00
Administrativo	10,00	90,00	100,00
Policiamento ostensivo a pé	16,67	83,33	100,00
Policiamento ostensivo viatura (moto)	33,33	66,67	100,00
Base	100,00	-	100,00

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Estes resultados corroboraram com Azevedo, Riccio e Ruediger (2011), estes ao afirmar que “constitui princípio básico da administração pública que a política feita nos escalões superiores de uma organização só será eficaz, se todos os níveis sucessivamente inferiores da hierarquia estiverem em conformidade com a política e forem capazes de realizá-la”. Esse princípio da administração necessita ser incorporado ao planejamento estratégico e operacional da Polícia Militar, se não corre o risco de estar fadado ao fracasso pela pouca efetividade de suas ações.

Figura 8: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, em relação ao registro de ocorrência no BAPM



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

A Figura 8 apresenta graficamente o percentual de policiais militares que fazem o registro de ocorrência no Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM) durante o policiamento ostensivo. Nela, verifica-se que existe um empate técnico entre os policiais que fazem e os que não fazem o registro de atendimento. Caracterizando-se em grande quantidade de policiais militares que deixa de registrar seus atendimentos na rua, gerando uma subnotificação de 49,53%, ou seja, aproximadamente metade das ocorrências atendidas pela Polícia Militar não são computadas para fins de análise e transformação em informações para subsidiar o planejamento operacional daquele batalhão.

Dentre os motivos apontados para o não registro está a necessidade de também terem que apresentar a ocorrência em uma unidade da Polícia Civil, com 56,00%, o que geraria, na opinião de muitos, apenas desperdício de tempo, muito em razão dos dados da Polícia Militar não entrarem nas estatísticas oficiais do sistema e não haver retorno destes números. Em seguida, aparece o fato do policial não achar necessário/falta de interesse, com 17,33%. É importante destacar que 12,00% dos policiais alegaram não possuírem formulário do BAPM para o registro, o que pode caracterizar falta de treinamento deste policial, assim como a falta de sensibilidade/descaso deste comando no sentido de reconhecer a importância de tais informações (Tabela 3).

Tabela 3: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, em relação aos motivos de não registro da ocorrência no BAPM

Motivo de não registro	Percentual
Terminou na delegacia	56,00
Não acha necessário (falta de interesse)	17,33
Falta de formulário	12,00
Perdi muito tempo	8,00
Não é cobrado	6,67
Total	100,00

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Outra questão relevante deste trabalho é observar a integração das informações dentro do SIEDS, e isto é feito a partir de pesquisas realizadas nos três bancos de dados do SIEDS: SISP, CIOP e BAPM, considerando os registros dos delitos: ameaça, furto, homicídio, lesão corporal, poluição sonora e roubo, em relação aos bairros Guamá e Terra Firme, no período de 2009 a 2012, comparando-se a quantidade de ocorrência registrada destes delitos nesses três sistemas do SIEDS.

Tabela 4: Quantidade e percentual de ocorrências criminais registradas no período de 2009 a 2012 nos bairros do Guamá e Terra Firme nos sistemas BAPM, CIOP, e SISP, por mês

Tipo de Registro	Ano	Mês												Total	%
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez		
BAPM	2009	72	65	40	58	0	0	0	27	76	30	72	30	470	
	2010	79	72	66	79	56	42	69	57	65	49	35	19	688	3,46
	2011	120	90	119	144	106	96	65	36	36	43	28	15	898	
	2012	8	20	3	11	7	5	1	16	40	29	29	2	171	
Subtotal		279	247	228	292	169	143	135	136	217	151	164	66	2227	
CIOP	2009	769	734	690	560	687	709	569	750	516	641	563	580	7768	
	2010	593	524	534	513	631	624	509	659	558	599	455	465	6664	41,39
	2011	531	489	686	720	657	691	571	579	629	741	493	413	7200	
	2012	365	362	354	413	491	464	400	351	429	109	872	385	4995	
Subtotal		2258	2109	2264	2206	2466	2488	2049	2339	2132	2090	2383	1843	26627	
SISP	2009	604	560	558	625	702	813	639	719	677	638	584	582	7701	
	2010	622	538	601	543	636	587	549	615	556	497	295	473	6512	55,15
	2011	827	869	865	914	1093	1012	948	1065	973	938	853	818	11175	
	2012	913	827	734	837	936	754	751	891	680	739	729	1298	10089	
Subtotal SISP		2966	2794	2758	2919	3367	3166	2887	3290	2886	2812	2461	3171	35477	
Total		5503	5150	5250	5417	6002	5797	5071	5765	5235	5053	5008	5080	64331	

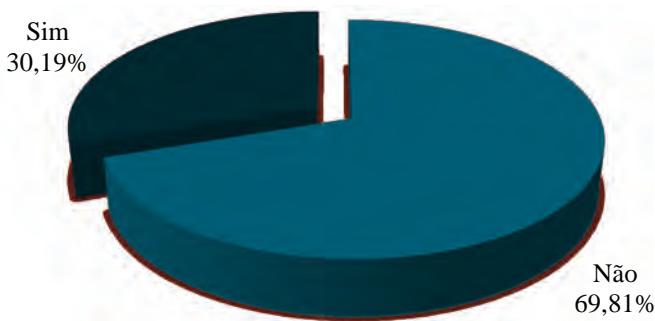
Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Neste sentido, a partir da Tabela 4 observa-se o total de ocorrências criminais nos bairros Guamá e Terra Firme, registradas no período de 2009 a 2012, pelos três sistemas SISP, CIOP e BAPM. Destes, 55,15% (35.477) das ocorrências são registradas no SISP, seguido pelo CIOP que responde por 41,39% (26.627) das ocorrências no mesmo período e o BAPM que registrou apenas 3,46% (2.227) das ocorrências, o que demonstra um verdadeiro abismo entre estes bancos de dados, não havendo um tratamento de cunho analítico entre eles, muito menos produção de relatórios quantitativos das informações do CIOP e do BAPM.

Também é possível constatar que de todas as ocorrências registradas pelo Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará neste período, o BAPM representou apenas 3,46% (2.227) do total. O que certamente colabora para o fato de que a maioria dos policiais não recebem relatório produzido a partir dos BAPM, com 69,81% e apenas 30,19% recebem tais informações vindas do BAPM (Figura 9). Este fato é explicado por Miranda (2004), onde afirma que a falta de registros pode ser entendida como um interesse em manter um número baixo de notificações, para não contabilizar altos índices de ocorrências criminais em sua circunscrição.

A autora afirma que “esse aparente descaso faz parte de uma forma tradicional de organização e controle de informações, na qual a desordem e a particularização do conhecimento são mecanismos fundamentais para a distribuição e manutenção do poder”. Ora, quanto mais desorganização, maior a discricionariedade da atuação policial, maior liberdade e principalmente menor o controle interno e externo sobre as instituições.

Figura 9: Percentual de policiais militares das 3^a e 4^a companhias do 20^o Batalhão da Polícia Militar do Pará, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013, em relação aos dados produzidos a partir dos BAPM



Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

A Tabela 5 apresenta os resultados a partir do valor do qui-quadrado (χ^2), nível descritivo (p -valor), número de linhas (l), colunas (c) e critério β . De onde se observa que os valores de β são superiores a 3. Dessa maneira, as variáveis em estudo são consideradas como dependentes ao nível de significância de 5%, também foi calculado e observado a soma do percentual de inércia, que para todos os casos se mostrou superior a 70%. Assim, foi possível a aplicação da estatística multivariada análise de correspondência.

Tabela 5: Resultado do teste para verificar a dependência das variáveis referentes à gestão da informação, a partir do valor do qui-quadrado, nível descritivo (p -valor), número de linhas (l) e colunas (c), critério β

Variáveis	χ^2	p	l	c	β
Mapa Criminal e Registro de Atendimento	15,99	0,000	2	2	14,99
Mapa Criminal e Dados BAPM	42,19	0,000	2	2	41,19

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Para efeito de relação estatística, observa-se que os valores em negrito nas Tabelas 6 e 7 apresentam nível de confiança (probabilidade) maior ou igual a 70%, que neste caso é considerado como significativo. Neste sentido, verifica-se que o não recebimento do mapa criminal da área de policiamento está associado ao não registro de atendimentos feitos durante o turno de serviço, com probabilidade de 81,22%. Enquanto que o recebimento do mapa criminal está associado ao registro de atendimentos, com probabilidade de 98,77% (Tabela 6). Estes resultados confirmam a tendência de que os policiais militares que recebem informações das estatísticas criminais a partir de mapas criminais, são os mais comprometidos em registrar ocorrências atendidas no BAPM, justamente por entender a importância de trabalhar com bases mais científicas no policiamento ostensivo que tragam diagnósticos mais apurados sobre o crime, evitando com isso “políticas intuitivas” que “constituem-se em um verdadeiro desastre histórico para a segurança pública” (COSTA; BALESTRERI, 2010).

Tabela 6: Resíduos e níveis de confiança resultantes da aplicação da análise de correspondência às variáveis, mapa criminal e registro de atendimento, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013

Mapa criminal	Registro de atendimento	
	Não	Sim
Não	1,32 (81,22)	-1,32 (0,00)
Sim	-2,50 (0,00)	2,50 (98,77)

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Também se verifica que o não recebimento do mapa criminal está associado ao não recebimento de estudo estatístico dos Boletins de Atendimento Policial Militar, com probabilidade de 90,61%. Enquanto que o recebimento do mapa criminal está associado aos dados BAPM, com probabilidade de 100% (Tabela 7).

Tabela 7: Resíduos e níveis de confiança resultantes da aplicação da análise de correspondência às variáveis mapa criminal e dados BAPM, no período de 21 a 23 de janeiro de 2013

Mapa criminal	Dados BAPM	
	Sim	Não
Não	-2,57 (0,00)	1,68 (90,61)
Sim	4,80 (100,00)	-3,13 (0,00)

Fonte: Gerada pelo autor a partir dos registros do BAPM, CIOP e SISP, fev. 2013

Considerações finais

Este trabalho se propôs a mostrar como são empregadas as informações das estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros Guamá e Terra Firme, de onde inicialmente se pode concluir com base em pesquisa amostral de campo, que os policiais militares do 20^o BPM da PMPA, são na maioria do gênero masculino (88,20%), na faixa de idade de 25 a 35 anos (41,32%), possuem Ensino Médio Completo (48,10%),

graduação de cabo (45,50%) e atuam em sua maioria no policiamento ostensivo com viaturas de 4 rodas (62,26%). Também se constatou que quase 80% do efetivo entrevistado declarou não receber, ao entrar para o serviço, mapa criminal com informações sobre seu setor de policiamento, fazendo concluir que tais policiais saem para policiar, para dar segurança ao cidadão sem saber de forma elaborada em análises, por exemplo, quais são os horários, os locais, e os dias da semana com maior incidência criminal. Saem para o serviço, sem obrigatoriedade de registrar seus atendimentos em BAPM e com isso mensurar sua produtividade, visto que mais de 50% declararam não fazê-lo, além do que quase 70% desses policiais afirmaram, também, nunca ter recebido nenhum conhecimento produzido a partir dos BAPM.

Portanto, a contribuição observada, a partir dos objetivos deste trabalho em mostrar como são empregadas as informações de estatísticas criminais produzidas pelo Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, no policiamento ostensivo da Polícia Militar nos bairros Guamá e Terra Firme, é a de que a implementação de uma lógica voltada para o policiamento preventivo com bases em informações provenientes das estatísticas criminais que efetivamente tragam resultados satisfatórios, não só ao planejamento da atividade policial, mas também à população em geral, perpassa primeiramente pela real integração dos bancos de dados das instituições, para que dados de um órgão possam estar disponíveis a qualquer outro, principalmente a Polícia Militar que os necessita para o planejamento do policiamento ostensivo.

Segundo, que os profissionais da segurança pública, sobretudo os policiais militares, estejam dispostos e flexíveis a mudanças relativas à importância de se registrar as ocorrências atendidas por eles para subsidiar estudos estatísticos e de análises criminais, fundamentais na busca de padrões de crimes e conseqüentemente, para ações mais preventivas e eficazes da polícia.

Terceiro, que os gestores da área de segurança pública necessitam reconhecer a importância da participação de todos os níveis hierárquicos da instituição no processo, fazendo com que sejam corresponsáveis para que o uso das estatísticas criminais faça parte da rotina e do planejamento operacional da corporação, além do que, as informações produzidas pelas estatísticas criminais, como os mapas criminais, efetivamente possam chegar aos profissionais da ponta da Polícia Militar para que com isso, possam trabalhar mais com prevenção e na obtenção de metas e resultados e assim, sair do empirismo reinante nesta seara.

Referências

AZEVEDO, A. L. V.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M. A. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 9-21, jan./abr. 2011.

BAYLEY, D. H. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. 1. ed. São Paulo: USP, p. 267, 2001.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Blucher, 2005.

COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios*. 1. ed. Salvador: UFBA, p. 143, 2010.

CUNHA JR.; M. V. M. *Análise multidimensional de dados categóricos: A aplicação das análises de correspondência simples e múltipla em marketing e sua integração com técnicas de análise de dados quantitativos*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011. Reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/sites/default/files/lei-no-7.584-rest.segup_.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Investimentos dos governos estaduais em segurança pública (2005 a 2008)*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={CF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D{6CB4BC7A-517B-4668-A5F1-2EFC98FFCFEFE}%3B&UIPartUID={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Mapa da Violência 2013*. Homicídios e juventude no Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2013.

MIRANDA, A. P. M. *Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro, 2004.

MOORE, M. H. Policiamento comunitário e policiamento para a solução de problemas. In: TONRY, M.; MORRIS, N. (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, 2008.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; SILVA, A. F. L.; SOUZA, C. N. P.; POMPEU, D. S.; OLIVEIRA, D. F. C. V.; OLIVEIRA, D. C.; CUNHA, F. F.; JÚNIOR, J. G. C.; MATOS, K. E. N.; MONTEIRO, V. F. *As subnotificações de violências em Belém – 2012*. Publicado na Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Escritório de Direitos Autorais. 2015.

ROLIM, Marcos Flávio. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2006.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

TOMA, M. Y.; QUEIROZ, K. C. M.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. Análise estatística dos atos infracionais praticados por crianças na Região Metropolitana de Belém. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (Org.). *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, p. 69-80, 2008.

CAPÍTULO 14

Roubos a transeunte por flagrante delito em Belém, no período de 2010 a 2013

Lucidéa Santos Cavalcante

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. lucideaf@yahoo.com.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne do Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Nadiana Cavaleiro de Macedo Dahas Jorge

Mestre em Segurança Pública (UFPA). Belém – Pará – Brasil. nadidahas@hotmail.com

Resumo

Busca propiciar aos órgãos de segurança pública, principalmente a polícia, conhecimento, na precensa de alternativas e medidas preventivas nos locais com maior incidência de crimes, objetivando apresentar como se configura o crime de roubo por flagrante em Belém, no período de 2010 a 2013, a partir do banco de dados concedido pela Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (SIAC). Este artigo tem o intuito de identificar e caracterizar os crimes de roubo a transeunte por flagrante delito, por meio da técnica de análise descritiva, permitindo identificar por tabelas e gráficos, como se dá as características deste tipo de crime. De onde, se observa que o crime de roubo ocorre com mais frequência no período da noite, em espaço público, e o meio empregado utilizado é a arma de fogo, entre outros meios como pedras, ameaça física, objetos que provocam danos nos indivíduos.

Palavras-chave: Arma de Fogo. Crime. Espaço Público.

Introdução

Diariamente, escutam-se histórias de ousadia dos criminosos em assaltos nas vias públicas, em diferentes locais e horários, e as queixas de transeuntes alvos de roubo vêm causando muita preocupação em toda a sociedade. É este tipo de violência vem repercutindo e limitando o comportamento das pessoas, daí a necessidade de compreender os critérios usados para escolha dos alvos e seu local de atuação (*modus operandi*). Tais informações são fundamentais para evitar que pessoas tornem-se vítimas dos assaltantes, e também configuram uma forma de proteger a vida, a integridade física e patrimonial do cidadão.

De acordo com o *caput* do Art. 157 do Código Penal (BRASIL, 1940) o crime de roubo consiste em: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

Tratar sobre o crime de roubo é essencial, devido ser uma questão inquietante não só pelo fato de ameaça da perda de liberdade de transitar no espaço público democrático, mas também pela percepção de que a rua vem se tornando um ponto de atração marcado por rotineiras práticas criminosas.

O roubo é um delito patrimonial, onde os meliantes exercem violência à subtração da coisa alheia, seja ela meramente física ou pelo emprego de armas, por isso, essas ocorrências necessitam ser investigadas, pois exercem forte impacto negativo sobre o inconsciente das pessoas, alterando o cotidiano.

Chapman, Smith e Bond (2012, p. 1-3) enfatizam a importância do conhecimento do *modus operandi*:-

A investigação em torno do *modus operandi* desses crimes está começando a surgir, no entanto, pouca atenção tem sido dada à investigação das características dos principais criminosos de roubo de carros. [...] Diferenças entre o *modus operandi* dos assaltos chave do carro e assaltos regulares tendem a refletir não só a natureza de o delito ser cometido, mas as características dos infratores que cometem isso. Análise de evidências de comportamento é uma abordagem de perfil criminoso, que utiliza especificamente informações da cena do crime para prever característica do agressor.

Neste sentido, este artigo busca estudar o crime de roubo a transeunte por flagrante na cidade de Belém do Pará, com o objetivo de compreender o *modus operandi*, ou seja, os instrumentos utilizados, as características dos

meliantes e o meio de locomoção empregado. Este tipo de investigação é imprescindível, pois possibilita a construção de uma análise crítica dos dados sobre as áreas de risco, e proporciona correlacionar informações no sentido de propor medidas eficazes para a segurança pública, auxiliando em medidas de prevenção e redução dos índices de criminalidade.

Revisão bibliográfica

Diversos são os autores que discutem a violência sobre a temática do *modus operandi*, dentre os quais se destaca Carmo (2013) que tratou das características do roubo consumado a transeuntes, onde apresenta resultados de pesquisa realizada em 2010, com o objetivo de analisar se os fatores demográficos demonstram algum tipo de relação com o gênero e a faixa etária da população no cometimento de crime de roubo ocorrido nas ruas da cidade de Uberlândia (MG).

Já Magalhães (2012) ressaltou que é importante conhecer o *modus operandi* do crime de roubo de veículos de carga nas rodovias federais em Mato Grosso, onde identificou quais os tipos de carga e veículos que são roubados, a frequência, os locais, os horários, as armas utilizadas, o número de indivíduos envolvidos, os meses, os semestres e o ano em que havia maior incidência do crime.

Chapman, Smith e Bond (2012) enfatizaram a necessidade de refletir não só sobre os delitos cometidos, como também identificar as diferentes características entre os *modus operandi* dos assaltos e o perfil do infrator que comete o crime e as vítimas, além do comportamento dos grupos envolvidos em tais ações criminosas.

Já Tonkin, Santtila e Bull (2012) estabeleceram uma relação do crime de roubo com o comportamento do infrator cruzando o dado nacional e explorando a Metodologia Legal e Psico-Criminológica, no sentido de descobrir se existe ligação. Daí, utilizaram-se casos existentes de roubo residencial no Reino Unido, por meio do cruzamento de dados no âmbito nacional da amostra de assaltos na Finlândia.

Deller e Deller (2012) abordaram a importância do capital social, mostrando a organização social por meio da interação na propriedade rural, estabelecem normas e confiança social facilitando a coordenação e cooperação para benefício mútuo, entre os segmentos ao adotar normas de reciprocidade. Os autores chamaram a atenção para o problema que a maioria da literatura empírica ecológica em criminologia ignora, que é o potencial para heterogeneidade espacial no processo de geração de dados. Ressaltam que

mudanças podem ocorrer na comunidade alterando o cotidiano das pessoas. Entretanto, isso demanda tempo para a adaptação até que os segmentos atinjam um novo estado de equilíbrio.

Thompson e Uggen (2012) analisam a questão do crime sob o olhar do tráfico de drogas, determinantes comuns, ganhos ilegais das drogas e não drogas, com isso, percebe-se que os autores abordaram a relação direta que existe entre roubo associado ou não ao uso de drogas, mostraram que há relevância nos índices registrados e ressaltam que são necessárias medidas para coibir o consumo de drogas para conseguir reduzir o número de roubos. As perspectivas econômicas sugerem que a escolha penal baseia-se nos riscos percebidos e benefícios associados com o crime.

Andresen e Jenion (2008) discutiram sobre a população, área local para informar melhor as iniciativas de prevenção ao crime no âmbito espacial. Utilizando de três níveis de prevenção da criminalidade, perceberam que todos eram importantes, mas o que se adequava à problemática e de uso mais imediato era a prevenção terciária procurando compreender melhor a natureza das áreas com o atual problema de crime.

Rosenfeld e Fornango (2007) constataram que os efeitos das percepções econômicas coletivas deve tornar-se um importante foco de pesquisas futuras sobre a evolução da criminalidade.

Já Bernasco (2006) tratou de roubos a residências, demonstrando a preocupação em saber, como era feita a escolha das áreas alvos no cometimento do roubo, se os assaltantes ou os infratores solitários escolhiam de forma diferente dos grupos de delinquentes.

Coupe e Blake (2006) se preocuparam em estudar a relação entre a luz do dia e a escuridão, assim como a seleção do alvo de roubo e os riscos relacionados aos infratores serem vistos. Desse modo, mostraram a necessidade de utilização de dados que possibilitassem identificar e interpretar os resultados, incluídas outras variáveis referente à área.

Tseloni (2006) faz uma análise sobre a área de efeito de incidência de crimes de roubo e furto contra a propriedade. Este estudo procura, por meio dos dados do *British Crime Survey* compreender os fatores que dão origem ao crime para assim auxiliar na elaboração de políticas de prevenção do crime, utilizando dados do censo no período de 1991 a 2000.

Andresen (2005) ressaltou sobre a prevenção do crime, no entanto, enfatizou que a retirada dos dados da população por meio do censo indica onde as pessoas dormem não onde elas estão, embora a contagem das pessoas seja importante, mas não possibilita ter uma visão do paradeiro. Por outro lado, os autores mostraram que os dados do ambiente podem ser usados para

compreender a área do crime, assim como para localizar possíveis áreas em que ocorre o crime.

Mawby (2004) enfatizou a questão da redução de roubo e o medo dos idosos em Plymouth que envolveu um esquema de segurança para as residências, onde a relação entre esses dois fatores possibilitou claramente a orientação para os grupos mais vulneráveis dentro da comunidade e os resultados foram extremamente positivos.

Johnson, Bowers e Pease (2012) enfatizaram sobre o ambiente que precisa ser investigado devido à variação de fatores que levariam ao crime, ressaltando o comportamento do assaltante na busca do alvo e fazendo uma analogia ao comportamento dos animais, quando estes selecionam suas áreas na busca de alimento. Nesta situação, o que prevalece é a obtenção do alimento para saciar a vontade de comer, da mesma maneira os infratores agem, no momento em que é motivado para obter aquilo que desejam possuir. Os assaltantes selecionam o bairro e as residências, avaliam aquelas que não exigem muito esforço para entrar, as que parecem conter itens valiosos, ou as que estão desocupadas dando a impressão de pouca vigilância, de modo que a probabilidade de ser perturbado ou preso no local do crime é relevante.

O artigo de Hakim, Reugert e Shachmurove (2001), assim como o de Bernasco e Luykx (2003), abordaram a questão da atração, da oportunidade e da acessibilidade dos assaltantes nos bairros urbanos, onde os atributos da casa tornam-se o atrativo para a escolha do crime, assim como a localização da casa, a sua aparência física, o valor da casa ou a distância das estradas principais.

De acordo com Mustaine e Tewksbury (1998), é importante analisar a criminalidade assim como o risco de vitimização no contexto urbano social, levando em consideração aspectos do estilo de vida e comportamento dos indivíduos para prevenir o furto/roubo. No artigo, onde ressaltam que é necessária uma análise profunda específica sobre as atividades sociais fora de casa, onde as pessoas no seu dia-a-dia procuram desfrutar de sua liberdade, como por exemplo, os homens solteiros que estão mais expostos à motivação dos delinquentes, por preferir sair à noite.

Chamlin e Cochran (1998) retrataram as condições econômicas e o roubo, considerando a reversibilidade potencial dos efeitos da economia diminuir o crime no contexto da teoria da anomia. Diante desta perspectiva, a restrição de oportunidades econômicas promove o crescimento da anomia dentro da coletividade, motivando algum membro social a envolver-se em crime para garantir a riqueza material.

Messner e Rosenfeld (1994) abordaram que é preciso levar em consideração o potencial da reversibilidade dos efeitos econômicos no crime

dentro do contexto da teoria da oportunidade, a economia pode reverter provocando reações e afetar o nível de crime, assim como alterando o dia-a-dia da atividade de rotina como trabalho, escola e lazer da população, bem as escolhas de estilo de vida dos indivíduos.

Neste sentido, como os diversos autores citados anteriormente demonstram claramente a importância de se conhecer as características dos crimes (*modus operandi*) e segundo o Anuário de Segurança Pública 2014 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o crime de roubo no estado do Pará tem a taxa mais elevada em relação ao país e os demais estados da Federação, com 1.355,9 roubos para cada 100 mil habitantes. Além disso, é importante observar o aumento percentual em termos absolutos de roubo, em que o Pará vem ocupando o 13^o lugar, com 12,47% do crescimento, reforçando a necessidade de tal estudo para o conhecimento da caracterização do *modus operandi* dos infratores do crime de roubo no Pará, e mais especificamente neste estudo o *modus operandi* do crime de roubo a transeunte na cidade de Belém.

Material e métodos

Para realização do presente estudo, optou-se por uma abordagem quantitativa, objetivando compreender a dinâmica do crime no espaço público, o local utilizado pela população no que permite calcular os índices de criminalidade, propiciando a medição de crime da população em risco (ANDRESEN, 2005). Utilizaram-se os dados de registro do crime de roubo no período de 2010 a 2013 na cidade de Belém, a partir das informações já existentes na fonte do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB), referentes aos registros de boletins de ocorrência onde são registradas notícias de crime nas delegacias de polícia e dados estatísticos da Secretaria Adjunta e Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Com base nesses dados, utilizou-se a aplicação de técnica estatística, com a análise descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2013), como por meio de tabelas e gráficos estatísticos, a analisar o fenômeno diante das variáveis:

- (a) Ano do fato (2010, 2011, 2012, 2013)
- (b) Meio empregado (armas e outros meios utilizados no crime)
- (c) Dia da semana: dia em que ocorreu o delito
- (d) Faixa de hora: horário em que ocorreu o crime
- (e) Mês do fato: meses em que ocorreu o crime
- (f) Bairro: locais onde ocorrem o crime

Resultados e discussões

Análise descritiva

A Tabela 1 representa os registros e o percentual de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013. Verifica-se que o ano em que mais houve registros no período compreendido foi 2013, com 1105 (26,19%). Em contrapartida, o ano que apresenta a menor quantidade de registros foi 2010, com 1030 ocorrências.

Tabela 1: Quantidade e percentual de ocorrências de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013

Ano	Quantidade	%
2010	1030	24,41
2011	1053	24,96
2012	1031	24,44
2013	1105	26,19
Total	4219	100,00

Fonte: SISP-WEB (maio 2015)

A Tabela 2 ilustra a variação percentual de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013, onde ao se comparar os anos de 2010/2011 há um incremento de 2,23%. Já em 2011/2012, tem-se uma regressão de 2,09%, e por fim observa-se no período de 2012/2013, uma progressão de 7,18%.

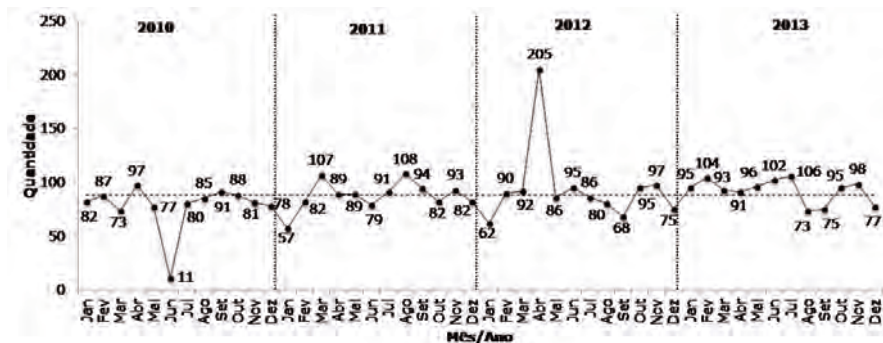
Tabela 2: Variação ntual de roubo a transeunte no município de Belém

Período	Variação (%)
2010/2011	2,23
2011/2012	-2,09
2012/2013	7,18

Fonte: SISP-WEB (maio 2015)

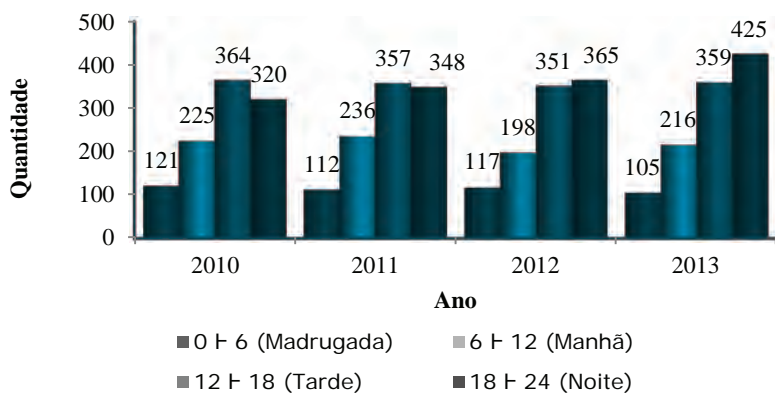
A Figura 1 destaca que no período de 2010 a 2013 houve uma média de 87.80 ocorrências de roubos em flagrante, sendo que em 22 meses se apresentam abaixo da média e 26 meses apresentam-se acima da média. Percebe-se que o mês de abril apresentou a maior ocorrência no ano de 2010 com 97 registros, o mês de Agosto em 2011 com 108 registros, o mês de abril em 2012 com 205 registros, o mês de julho em 2013 com 106 registros.

Figura 1: Quantidade de ocorrências de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013, por mês do fato e média do período



A Figura 2 evidencia uma alteração ao longo dos anos do comportamento para o momento do cometimento do roubo, na qual a faixa de hora predominante até 2011 era de 12 a 18 horas, já a partir de 2012, passa a ser de 18 a 24 horas, chamando a atenção para o ano de 2013, onde a diferença entre as duas faixas de horas passa a aumentar, fugindo o padrão dos anos anteriores. Ratificando a informação de Coup e Blake (2006), verifica-se a preocupação em desvelar a relação entre a luz do dia e a escuridão na preferência do delinquente no cometimento do crime de roubo.

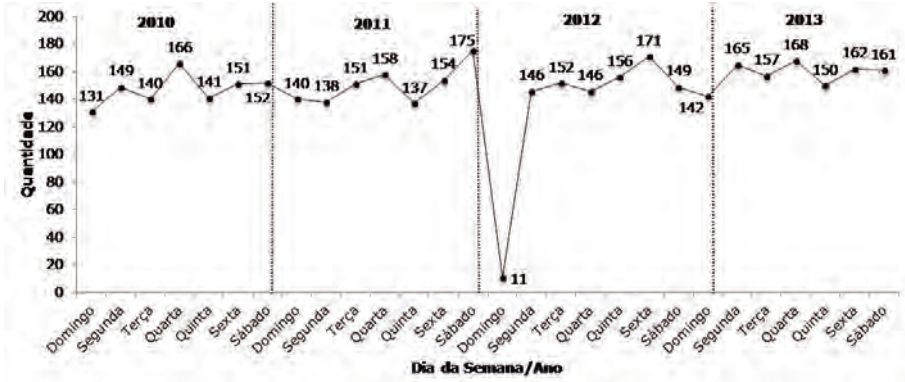
Figura 2: Quantidade de ocorrências de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013, por faixa de hora



A Figura 3 mostra que não existe um dia que se destaque dos demais. Há uma distribuição ao longo dos dias da semana, onde a ocorrência de roubo

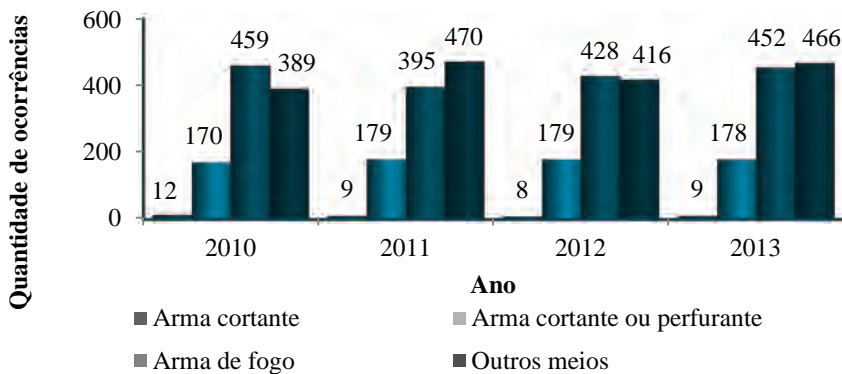
em 2010, demonstra que foi a quarta-feira, enquanto que em 2011, foi o sábado, em 2012, a sexta-feira, em 2013, a quarta-feira. Assim, verifica-se que ocorre um equilíbrio entre os dias da semana em que são cometidos os delitos.

Figura 3: Quantidade de ocorrências de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013, por dia da semana



Na Figura 4 observa-se que nos anos de 2010 e 2012 existe a predominância do meio empregado: arma de fogo. Já em 2011 e 2013, destacam-se os outros meios empregados.

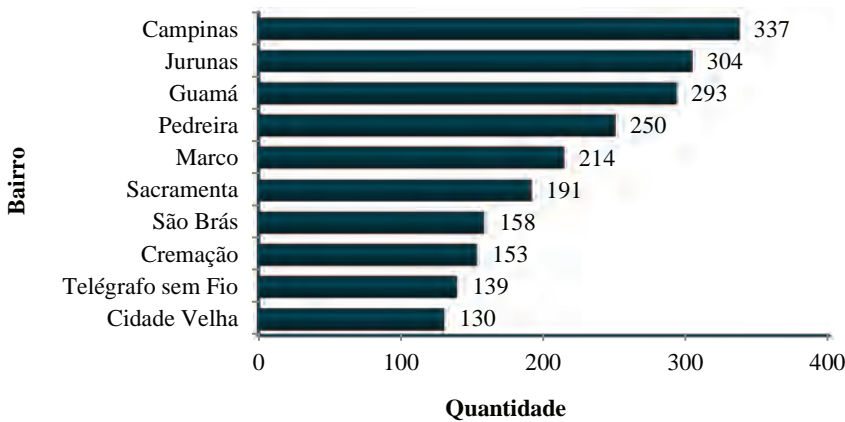
Figura 4: Registro e percentual de roubo a transeunte no município de Belém, por meio empregado, no período de 2010 a 2013



O roubo a transeunte no município de Belém ocorre com maior frequência nos bairros Campina, Jurunas, Guamá, Pedreira, Marco, Sacramento São Brás, Cremação, Telégrafo, Cidade Velha, Marambaia,

Umarizal, Batista Campos, Condor e Tapanã, conforme mostra a Figura 5. É importante ressaltar que o bairro da Campina é o que apresenta o maior número de ocorrências. Com diversos estabelecimentos comerciais, agências bancárias, hospitais, escolas particulares e públicas, centro de saúde, vendedores ambulantes, comércio de serviços variados, mercados, enfim uma área com trânsito intenso e permanente de pessoas, o bairro propicia a atratividade e a acessibilidade para o cometimento de delito.

Figura 5: Quantidade de ocorrências de roubo a transeunte no município de Belém, no período de 2010 a 2013



Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo mostrar o *modus operandi* do crime de roubo a transeunte por flagrante no município de Belém, no período de 2010 a 2013, registrado nas delegacias da capital, por meio da abordagem estatística.

De acordo com os resultados observados, se pode concluir que o delito ocorre no período da noite no momento em que o cidadão está retornando para sua residência, o meio empregado utilizado pelos autores do crime é a arma de fogo, os bairros que apresentam o maior número de ocorrências são: Campina, Jurunas e Guamá. Estes bairros apresentam áreas comerciais, concentração de órgãos ou instituições que prestam serviço à comunidade, hospitais, escolas e bancos.

Por fim, pode-se concluir que o crime de roubo a transeunte vem atingindo níveis alarmantes, e está cada vez mais presente no cotidiano, o que pode ser comprovado pelas queixas constantes de pessoas que se tornaram

vítimas desse tipo de violência. Desse modo, percebe-se que o roubo é um crime complexo, que envolve diferentes tipos de práticas criminosas e acontece em diferentes espaços da cidade.

Referências

ANDRESEN, Martin A. Crime measures and the spatial analysis of criminal activity *brit. J. Criminol.*, v. 46, p. 258-285, jun. 2005.

ANDRESEN, Martin A.; JENION, Greg W. Crime prevention and the science of where people are. *Criminal Justice Policy Review Online First*, v. 7, jan. 2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2014. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 8, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.

BERNASCO, Win. Co-offending and the choice of target areas in burglary. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, v. 3, p. 139-155, 2006.

BERNASCO, Win; LUYKX, Floor. Effects of attractiveness, opportunity and accessibility to burglars on residential burglary rates of urban neighborhoods. *Criminology*, v. 41, n. 3. 2003.

BUSSAB, Wilton Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística Descritiva*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHAMLIN, Mitchell B.; COCHRAN, Johnk K. Causality, economic conditions and burglary. *Criminology*, v. 36, n. 2, 1998.

CHAPMAN, Rachel; SMITH, Lisa L.; BOND, John W. An investigation into the differentiating characteristics between car key burglars and regular burglars. *J. Forensic Sci.*, v. 57, n. 4, jun. 2012.

COUPE, Timothy; BLAKE, Laurence. *Criminology*, v. 44, n. 2, 2006. 431 p.

CARMO, Carlos Roberto S. Demografia e criminalidade: um estudo baseado em métodos quantitativos aplicados a crimes de rua. *Revista Ciências Humanas*, v. 7, p. 128-151, 2013.

DELLER, Steven; DELLER, Melissa. Larceny and burglary. *Rural Sociology*, v. 77, n. 2, p. 225-253, 2012.

FUSSEL, Elizabeth. The deportation threat dynamic and victimization of latino migrants: wage theft and robbery. *The Sociological Quarterly*, v. 52, p. 593-615, 2011.

GIL, Carlos Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed., São Paulo: Atlas, 2002.

HAKIM, Simon; RENGERT, George F.; SHACHMUROVE, Yochanan. Target search of burglars: a revised economic model. *Papers Reg. Sci.*, v. 80, p. 121-137, jan. 2001.

JOHNSON, Shane D.; BOWERS, Kate J.; PEASE, Ken. Towards the modest predictability of daily burglary counts. *policing*, v. 6, n. 2, p. 167-176, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAWBY, Rob. Reducing burglary and fear among older people: an evaluation of a help the aged and homesafe initiative in plymouth. *Social Policy & Administration*, v. 38, n. 1, p. 1-20, fev. 2004.

MESSNER, Steven F; ROSENFELD, Richard. *Crime and the American Dream*. Belmont, CA: Wadsworth, 1994.

MUSTAINE, Elizabeth Ehrhardt; TEWKSBURY, Richard. Predicting risks of larceny theft victimization: a routine activity analysis using refined lifestyle measures. *Criminology*, v. 36, n. 4, 1998.

MAGALHÃES. Adão da Guia. Estudo dos *modus operandi* no crime de roubo de veículos de carga nas rodovias federais em Mato Grosso. *RHM*, v. 1, n. 8, jul./dez. 2012.

ROSENFELD, Richard; FORNANGO, Robert. The impact of economic conditions on robbery and property crime: the role of consumer sentiment. *Criminology*, v. 45, n. 4, p. 735-769, 2007.

THOMPSON, Melissa; UGGEN, Christopher. Determinants of drug and nondrug illegal earnings. *Criminology*, v. 50, n. 4, 2012.

TONKIN, M.; SANTTILA, P.; BULL, R. The linking of burglary crimes using offender behaviour: testing research cross-nationally and exploring methodology. *Legal and Criminological Psychology*, v. 17, p. 276-293, 2012.

TSELONI, Andromachi. Multilevel modelling of the number of property crimes: household and area effects. *J. R. Statist. Soc. A.*, v. 169, p. 205-233, 2006.

CAPÍTULO 15

Mulheres policiais: origens sociais, violência e direitos humanos

Máurea Mendes Leite

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA), especialista em Defesa Social e Cidadania, agente pública do Estado do Pará e professora do IESP. Belém – Pará – Brasil. maureamendes@gmail.com

Meyre Esther Mendes Chagas

Especialista em Saúde do Trabalhador, especialista em Gestão Pública, agente pública do Município de Belém e professora do IESP – PA. Belém – Pará – Brasil. mmendeschagas@yahoo.com.br

Fernanda Valli Nummer

Doutora em Antropologia Social (UFRGS) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. nummer@ufpa.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Estuda a origem social das oficiais da Polícia Militar do Pará e seu pioneirismo. Foram entrevistadas nove mulheres oficiais em busca de informações qualitativas, suas histórias de vida, bem como suas percepções sobre o pioneirismo feminino da instituição, a fim de investigar as condições objetivas e subjetivas de sua trajetória na instituição policial em trinta e três anos. Para tanto, optou-se pela abordagem qualitativa de modo a identificar padrões socioculturais e o saber adquirido pela vivência, inclusive, as estratégias de sobrevivência, afirmação e autoproteção na carreira policial. Por seus relatos, percebe-se a herança identificadora da instituição pelas agentes, que, mesmo após um tempo de reserva, preservam o “peso” e a responsabilidade adquiridos ao vestir a farda, uma herança de um sistema simbólico institucional, fazendo com que falem em nome da instituição. Ser policial feminino é fazer parte de um grupo estigmatizado e visto de forma negativa, cujas diferenças não são aceitas nem reconhecidas, cuja verdade é desqualificada por um grupo dominante. Esta subalternidade dá origem a um fenômeno chamado “teto de vidro”, caracterizado por uma “barreira invisível”, institucionalizada pelo universo masculino, impedindo a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia da organização paraense.

Palavras-chave: Policial Feminino. Polícia Militar. Carreira Policial.

Introdução

A Polícia Militar do Pará abriga, atualmente, em seus quadros, 1.929 mulheres, o que não totaliza nem 10% do total do efetivo da corporação, que conta com mais de 29 mil integrantes. A história das mulheres no seio da PMPA remonta ao ano de 1982, ocasião em que cinquenta e sete mulheres ingressaram na corporação. Este artigo é um estudo sobre a origem social dessas policiais femininas e seu pioneirismo. Recorreu-se à fonte oral, usando a fala de nove sujeitos dessa turma para reconstruir sua história, vinculando-a ao contexto histórico, um período de transição entre a ditadura e o movimento pelas eleições diretas, buscando compreender as expectativas, as representações e as práticas referentes a esse processo. Para tanto, foram aplicados dois questionários e uma entrevista com oficiais femininos pertencentes à primeira turma de mulheres da PMPA, as quais se encontram na reserva remunerada, após 25 anos de efetivo serviço prestados à instituição.

Justifica-se a escolha dos sujeitos em razão de estarem afastados do trabalho da instituição, ensejando mais liberdade nos seus discursos. Além disso, em razão do tempo decorrido, é possível traçar um painel histórico da trajetória da mulher policial paraense desde a década de 1980. As entrevistas foram precedidas por um momento notoriamente importante, qual seja o de planejamento do evento de comemoração dos 30 anos da Companhia de Polícia Militar Feminina, o que favoreceu o estado de ânimo das participantes. Ressalte-se que o referido evento de preparação contou com a presença do comandante geral da PMPA à época, coronel PM Mário Solano, um incentivador dessas ações. Na ocasião, foi explicitado o objetivo do projeto e se estimulou a participação de alguns dos sujeitos presentes à reunião.

Esse grupo pioneiro trabalha desde o ano de 2010 em prol de ações e solicitações de políticas afirmativas para as mulheres, como aumento das cotas de ingresso na corporação, criação de creches, instalações nas unidades policiais mais adequadas como alojamentos próprios para o efetivo feminino, banheiros diferenciados, coletes balísticos apropriados etc. Tais ações, incentivadas e apoiadas pela cúpula da instituição, foram retomadas em janeiro de 2015, após a posse do novo comandante geral da PMPA, cel. PM Roberto Luiz de Freitas Campos.

A construção da história da Companhia de Polícia Militar Feminina teve início em fevereiro de 1982, período que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual inseriu mudanças expressivas na sociedade, incluindo a paraense e, conseqüentemente, na PMPA. Esse

período de transição foi emblemático para as mulheres, pois significou uma adaptação a costumes novos, sua resignificação como pessoas, como sujeitos de direitos, havendo o abandono de suas antigas identidades e a apropriação de um novo ser, moldado à imagem e semelhança dos homens da caserna, em busca de aceitação.

Entre as características das mulheres que eram valorizadas estão a compassividade, a tolerância, a paciência, a disposição para ouvir e a empatia, as quais imprimiram um diferencial que só pode ser dimensionado algumas décadas adiante, quando a imagem da PMPA e sua ligação com o Exército já havia sido diluída no imaginário da população.

Apesar das mudanças trazidas pela nova ordem social, as entrevistadas parecem subestimar sua importância na história da Polícia Militar, haja vista não reconhecerem seus esforços na trajetória dessa instituição de 187 anos.

Investigar os motivos da escolha da profissão, o comportamento e as origens dessas profissionais, oficiais femininos paraenses, permitiu que se analisasse também como a instituição PMPA incorporou as mulheres neste espaço social predominantemente masculino.

Este estudo trata da relação entre trabalho policial e direitos humanos, onde se buscou mecanismos que auxiliassem na elucidação do papel da mulher nas instituições militares, descrevendo suas motivações, perspectivas, o que culminou com interpretação do papel social e político da mulher na seara militar nestas três décadas de trabalho prestado à PMPA, completados em 01 de fevereiro de 2012. O estudo em tela permitiu ainda que se percebesse como a violência institucionalizada moldou estas cidadãs.

Revisão bibliográfica

Na década de 1980, mais especificamente em fevereiro de 1982, foi admitida a primeira turma feminina na PMPA, um grupo formado por cinquenta alunas soldados (com escolaridade antiga, o 1^o grau), quatro alunas sargentos (antigo 2^o grau) e três oficiais alunas (nível superior), sendo que as dez primeiras colocadas do curso de formação de soldado foram promovidas a cabo. O Pelotão de Polícia Feminino foi criado por meio do Decreto N^o 2.030, de 15 de dezembro de 1981, assinado pelo governador do estado na época, o cel. EB Alacid da Silva Nunes.

A referida turma foi coordenada pelo coronel PM Roberto Pessoa Campos (PMPA), pelos tenentes Vera e Neuza, oriundas da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) e pelo aspirante OF PM Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues (PMPA), que foram os responsáveis pela formação dessas

pioneiras durante três meses de curso (fevereiro, março e abril/1982), que aconteceu no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), órgão de ensino e instrução da Polícia Militar do Pará. Ressalte-se que, como ainda não havia no quadro de oficiais da PMPA policiais femininos, as três oficiais aprovadas no concurso para Oficial foram enviadas para a Academia de Polícia Militar do Barro Branco (PMESP).

A despeito disso, em nível nacional, a base legal do ingresso feminino nas polícias militares no Brasil só se consolida em 1984, com a alteração do § 2º do Art. 8º do Decreto-Lei Federal Nº 667 (de 2 de julho de 1969) pelo Decreto-Lei Federal nº 2.106 (de 6 de fevereiro de 1984), que passa a vigorar com a seguinte redação, *in verbis*:

2º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: (Redação dada pelo DEL 2.106, de 6.2.1984)

a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, para atender necessidades da respectiva Corporação em atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército; (Redação dada pelo DEL 2.106, de 6.2.1984) (grifo nosso)¹.

As polícias militares (uniformizadas, responsáveis pelo policiamento ostensivo e muito mais numerosas que as civis) experimentam um processo bem mais lento de incorporação de mulheres a seus quadros e até hoje não assimilaram o enfrentamento da violência doméstica e de gênero como parte da sua missão². Foi na década 1980, que as polícias militares iniciaram a discussão de gênero nas polícias brasileiras. Contudo, após a passagem de 30 anos, essa discussão não evoluiu, pois se percebe que o efetivo feminino não se sente incluído de fato e de direito. Percebe-se a insatisfação na maneira como as mulheres se posicionam na totalidade do efetivo, na sua porção mínima - 10% - nas suas atividades – funções administrativas – na sua maioria, na parcela pequena de poder – duas coronéis – em um período de 33 anos.

¹ Decreto-Lei Federal Nº 2.106, de 6 de fevereiro de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2106.htm>. Acesso em: 20 jan. 2015.

² Polícia e gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PM brasileiras. Leonarda Musumeci; Bárbara Musumeci Soares; pesquisa com todas as polícias femininas do Brasil.

Apesar das transformações nos papéis das mulheres na sociedade e a chegada das mulheres na Polícia Militar datar de 1980³, ainda existem desequilíbrios entre o masculino e o feminino na caserna. Com o trabalho feminino inserido na organização policial militar, a discussão tem se ampliado, podendo ser observada a desigualdade no tratamento das policiais, um produto construído ao longo de trinta anos.

Material e métodos

Os dados apresentados nesse artigo foram coletados, inicialmente, no sistema de banco de dados da Polícia Militar do Pará, em especial junto à Pagadoria dos Inativos e no Centro de Inteligência e Telecomunicações (CITEL), considerando que os sujeitos da pesquisa se encontram na reserva remunerada. Os dados se referem ao período compreendido desde a chegada das mulheres na instituição, em 1982, até o ano de 2013. Quanto à pesquisa de campo, foi aplicada uma entrevista semiestruturada aos nove sujeitos, onde foi explorada a atuação e a formação profissional no período compreendido entre os anos de 1982 e 2013. A área de abrangência do estudo consiste em todo o período em que essas mulheres se encontravam na ativa⁴, ou seja, 30 anos após seu ingresso.

Foram levantados dados sobre origem social, escolaridade, estado civil, religião, moradia, considerando-se, no levantamento de dados⁵, apenas a primeira turma de mulheres a ingressar na Polícia Militar do Pará, grupo que completou 30 anos no ano de 2012, e que pertence ao oficialato da instituição militar paraense. Optou-se em escolher sujeitos na reserva remunerada devido a ensejar maior liberdade nas respostas, haja vista estarem há mais de 5 anos afastados do serviço ativo da instituição.

Quanto à natureza da pesquisa realizada foi do tipo básica, de forma quantitativa, com objetivo descritivo, pois visa apenas descrever as características e os resultados do fenômeno estudado, por meio do procedimento documental registrado pela pesquisadora. O método científico adotado foi o dedutivo de pesquisa, os dados foram tabulados e os resultados analisados e discutidos.

³ Em 01.02.2015 a mulher policial completou 33 anos na instituição policial militar paraense, havendo um projeto para a comemoração os 35 anos Fem, atrelados ao aniversário de 200 anos da PMPA.

⁴ O período da “ativa” abrange 25 anos de serviço para mulheres policiais militares.

⁵ A primeira turma de mulheres, “a turma pioneira”, ingressou em 01 de fevereiro de 1982.

Resultado e discussões

A origem das agentes de segurança pública no Pará da PMPA na primeira turma é basicamente a mesma de suas correspondentes nas demais polícias brasileiras: classes sociais de baixa renda, pouca escolaridade, ascendentes sem profissão estabelecida, cujos ofícios: mecânicos, marítimos, lavradores, motoristas prescindiram de cursos formais de instrução. Salvo poucas exceções, é de maioria branca, oriunda da capital do estado, Belém, tem em média 53 anos, divorciada e de poucos filhos. Em relação aos seus casamentos, principalmente aqueles realizados entre militares, as falas das entrevistadas deixam evidenciado que eram relações harmoniosas pessoal e profissionalmente ainda que os casamentos não tivessem a durabilidade desejada: das entrevistadas, 4 (quatro) foram casadas com militares, sendo 3 (três) policiais e um bombeiro. Permaneceram casadas uma média de 4 (quatro) anos. Atualmente somente duas são casadas, com um policial e um bombeiro.

Nas falas para explicitar a razão para a dissolução de seus relacionamentos, declaram não saber explicar, só que a vida em comum tornou-se inviável por causas dos conflitos e foi melhor separar. Instadas a responder se culpavam a instituição pelo fracasso dos seus relacionamentos negaram o fato, apesar de muitas vezes suas escalas de serviço divergirem das escalas de seus companheiros, provocando desencontros, mas ainda assim não relacionam seus problemas conjugais e consequentes separações à sua atividade laboral. Isso porque, se de um lado as escalas de serviço causavam esse desencontro, de outro facilitava a integração com a tropa, pois através do companheiro, estabelecia-se uma relação de proximidade profissional com os amigos do dele, o que dificilmente ocorreria em situação diversa, o que oportunizava o forjamento de laços mais consistentes com a comunidade miliciana.

Para justificar seu atual estado civil, três solteiras e quatro divorciadas opinam ser por três razões: inicialmente, por causa do salário, pois reconhecem sua condição de bem remuneradas, e com as novas regras do Código Civil, “não queremos nos arriscar a ter que pensionar alguém em caso de separação”; em segundo, “achamos que a oferta masculina ficou mais escassa após nossa ida para a reserva remunerada”, ou seja, era mais fácil namorar alguém da caserna, e finalmente, “nossa idade limita um pouco nossas escolhas”.

Em se tratando de moradia, percebe-se que a maioria (6) das policiais reside em área urbana, na capital do estado, com apenas três (3) residindo no interior do estado, em área rural (Barcarena, Ourém e São Caetano de Odivelas, municípios paraenses). A maioria (7) é oriunda das regiões periféricas de Belém, principalmente dos bairros Guamá, Jurunas, além do

município de Marituba e do bairro Cidade Nova, situado no município de Ananindeua. Atualmente, residem na cidade de Belém sete (7), distribuídas em bairros periféricos: Pedreira, Condor, Marco, Souza, Coqueiro, e duas (2) residem no interior o estado do Pará.

Figura 1: Primeira turma de mulheres policiais, 1982



Fonte: Arquivo pessoal

As pesquisadas frequentaram a escola e algumas famílias eram numerosas (5), e apesar das dificuldades toda a família pôde estudar, inclusive as que vieram do interior (2). Seus irmãos terminaram o ensino médio e alguns têm graduação (3): Direito, Economia, Ciências Contábeis. Quase todas as famílias (7) residiam em bairros periféricos da área metropolitana de Belém, com duas exceções (bairro do Marco, considerado classe média), os quais apesar da sua mudança de *status*, permanecem até os dias de hoje.

As rendas dessas famílias, quase todas da classe C, com duas exceções (consideradas classe média), eram oriundas de trabalho remunerado, principalmente dos pais, que eram todos alfabetizados, marítimos (2), mecânicos (2) e motoristas (1); Quanto à profissão dos ascendentes, observou-se que as avós são todas oriundas do lar; os avôs praticaram diversos ofícios: agricultores, mecânicos, marítimos, lavradores; os pais eram marítimos, mecânicos, técnicos, motoristas, torneiros-mecânicos; as mães quase na sua totalidade eram/são do lar, com uma exceção, costureira.

Figura 2: Desfile no aniversário da Companhia de Polícia Feminina, ano?



Fonte: Arquivo pessoal

Em relação à faixa etária, a média das policiais aposentadas é de 52 anos; as mais jovens, duas capitãs de 51 anos (que ingressaram na PMPA aos 18 anos), e a mais velha, uma tenente-coronel de 56. Todas ingressaram na PMPA em 1982, a primeira turma de policiais femininas paraenses, conforme o Decreto N^o 2.030, de 15 de dezembro de 1981.

A capital do estado do Pará, Belém, é o local de nascimento da maioria (7), com duas policiais oriundas do interior (ten. Socorro, ten. Neuza), dos municípios de São Caetano de Odivelas (PA) e Acará (PA), respectivamente.

Quanto ao estado civil, três são solteiras, quatro divorciadas - (sendo duas ex-mulheres de militares) e duas casadas (com militares, sargentos PM e BM), confirmando a premissa que a entrada das mulheres na polícia reforçou a possibilidade de casamento endógeno, policial com policial, estabelecendo relações que transcendem a relação profissional, um fato bastante acentuado na instituição.

Figura 3: Policiais no Primeiro Quartel de Polícia Feminina

Fonte: Arquivo Cap. PM R/R Neuza Santos

No que concerne à família atual, percebe-se que todas residem com a família (marido, filhos e netos). No quesito filhos, seis das pesquisadas têm filhos que possuem curso superior, duas têm filhos que concluíram o ensino médio e uma tem filho cursando o ensino fundamental. Observa-se neste quesito que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães, não se confirmando a hipótese “consolidação da identidade/reprodução dos sistemas” (DUBAR, 2005). De fato, o futuro desses descendentes (19=10 homens, 9 mulheres) não se relaciona à formação de suas mães/pais: alguns (2) são universitários ou graduados (8), estando a maioria (9) cursando o ensino médio, percebendo-se que os estilos de vida das entrevistadas não foram reforçados pela socialização profissional. No quesito maternidade, percebe-se que nenhum dos filhos das entrevistadas seguiu a profissão das mães apesar do apelo das normas militares e de sua reprodução nos lares dos sujeitos da pesquisa, como o autoritarismo e o rigor na criação dos filhos.

Figura 4: Policial na primeira formatura da Polícia Feminina



Fonte: Arquivo pessoal da Subten. PM R/R Amélia Garcia

A religião evangélica predomina nas famílias das entrevistadas (5), sendo quatro católicas, dando-se o mesmo nas famílias, não havendo mudanças nesse *status* durante a vida na caserna. Quanto ao quesito escolaridade das policiais: uma tem pós-graduação (cap. Rosilene - Mestrado em Ciência do Desporto); duas têm curso superior completo (t. cel. Izanete - Serviço Social, cap. Sandra - Pedagogia); duas têm ensino superior incompleto (cap. Ailsi - Economia/ten. Sônia - Letras) e as demais (4) o ensino médio. Percebe-se que o *status quo* não foi modificado, mesmo após a ida para a reserva remunerada, pois apenas uma capitã (Rosilene), possuidora de pós-graduação *stritu sensu*, obteve o título após a reserva remunerada, as demais permanecem na mesma situação escolar de quando trabalhavam.

Tabela 1: Perfil socioeconômico das policiais da primeira turma feminina

Variável	Categoria da variável de pesquisa			
Estado civil	Solteira	Casada	Divorciada	União estável
	3	2	4	0
Nível de renda familiar	Baixa	Média	Alta	
	4	4	1	0
Escolaridade	Ens. médio	S. incompleto	S. completo	Mestrado
	4	2	2	1
Moradia	Capital do estado	Interior do estado: área rural	Bairros periféricos de Belém	Interior do estado: área urbana
	6	3	7	2
Faixa etária	40 a 45	46 a 50	50 a 56	
	0	0	9	
Remuneração	1500 a 2500	2500 a 4500	4500 a 9000	
Profissão dos ascendentes (pai)	Marítimo	Mecânico	Motorista	Alfabetizado sem profissão definida
	2	2	1	4
Tipo de casamento	Endógeno	Outros		
	4	5		
Patente			Tenente	Capitão
			4	4
Religião	Evangélica	Católica		
	5	4		

O perfil socioeconômico das entrevistadas foi levantado para retratar melhor quem são estas mulheres, como podem ser caracterizadas dentro e fora da corporação militar. Algumas categorias de pesquisa e suas variáveis confirmam que estas mulheres tiveram origens familiares semelhantes, todas oriundas de famílias com baixa renda, mas que se destacaram pela força de vontade em administrar suas dificuldades na caserna.

Fiel ao conceito de investigação, buscou-se traçar o perfil socioeconômico das investigadas por entender que se poderia gerar novos conhecimentos a partir da relação entre as principais categorias de pesquisa selecionadas e o impacto destas na vida destas mulheres. Assim, constatou-se, em alguns casos, que não existe uma relação de causa e efeito entre algumas categorias. Por exemplo, quando se compara a categoria 1. “estado civil” com a categoria 2. “renda familiar”, não se percebe um melhor padrão de renda que proporcione

maior suporte financeiro em função do estado civil. Similarmente, ao se comparar a categoria 3. “escolaridade” com a categoria 6. “remuneração”, não se confirma o fato de que, ao concluírem o nível superior, estas mulheres tenham recebido um reconhecimento diferenciado da instituição, que lhes trouxesse maior renda. Nesse sentido, ressalta-se que suas remunerações estão mais ligadas ao tempo de serviço do que ao mérito acadêmico.

Comparando-se ainda as categorias 3. “escolaridade” e 9. “patente”, abstrai-se que suas posições na reserva remunerada não resultaram do esforço pessoal pela formação escolar, mas por obedecer as diretrizes hierárquicas e as leis que regem o país.

Embora inexpressivo, o número de policiais femininos no seio da instituição, apesar de ser notória a conquista, não passavam despercebidas, sendo a menina dos olhos da corporação, o embrião de uma nova experiência, além de terem suas atitudes constantemente monitoradas pela sociedade civil e, principalmente pela comunidade miliciana, o que reforça a ideia de que as policiais constituíram um *habitus* pelas origens sociais, capital social e simbólico associados à profissão, de forma a seguir um comportamento considerado ideal pela corporação, um modelo aprendido durante 25 anos, o qual não foi esquecido nem durante sua passagem para a reserva remunerada. Ser policial feminino se constituiu numa nova forma de identidade profissional criada dentro da Polícia Militar do Pará.

Considerações finais

É impossível verificar se a vontade determinou o ingresso de uma parte das pesquisadas, considerando que ingressar na Polícia Militar, àquela época, era abraçar o desconhecido, pois ninguém tinha ideia no que estava se envolvendo.

Nesse sentido, o presente estudo não se esgota nestas reflexões, ante sua vasta fundamentação, necessitando de um debate e aprofundamento mais rigoroso. Contudo, ficou demonstrado que as mulheres, mesmo após 30 anos de trabalho, ainda encontram resistências, sendo que seus direitos fundamentais (previstos no ordenamento maior brasileiro, na legislação infraconstitucional, todos congregantes das teorias de direitos humanos) são, ainda, violados cotidianamente, ainda que de forma sutil, mas contundente. Tal questão é controversa, pois o ingresso das mulheres nas Forças Públicas significa um avanço no trato com as minorias. Porém, isto não se aplica no seu dia a dia, enquanto agente da segurança pública e propagador dos direitos humanos.

Hoje, depois de mais de 30 anos, a contar do ingresso da turma pioneira nas fileiras da Polícia Militar do Pará, não houve um avanço expressivo na discussão acerca do papel da mulher nesse ambiente, ainda predominantemente masculino. Questões como o número ainda insatisfatório de vagas nos editais de ingresso na instituição merecem atenção. É inegável que houve progresso, porém muito ainda há que se caminhar, daí a necessidade de empreender um estudo continuado da situação da policial feminino, pois os resultados apresentados sugerem que muitas outras categorias e suas respectivas variáveis fornecem um campo vasto para investigação.

Referências

BITTENCOURT, P. das N. *Vinte anos da inclusão da mulher na Polícia Militar do Amapá: estudo sobre as relações profissionais e as relações de gênero: equidade ou diferença?* 2010. 129f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papyrus, p. 107, 1996.

BRITO, M. J. de; ROSA, A. R.; OLIVEIRA, F. M. de. Os sentidos da violência nas organizações: uma análise construcionista da história de vida de uma policial militar. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, v.1, 2007.

CALAZANS, M. E. de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 142-150, 2004.

_____. *Constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. 2003. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. Trajetórias profissionais e formas indenitárias: uma teorização. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Senac, p. 167-187, 2006.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas indenitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas-SP, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GAULEJAC, V. de. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Revista Cronos*, Natal, 5/6 (1/2), p. 59-77, 2005.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectivas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 2003.

NUMMER, F. V. *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. Niterói-RJ: EDUFF, 2005.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; _____. Polícia e gênero: participação e perfil das polícias femininas nas PMs brasileiras. *Revista Gênero*, Niterói-RJ, v. 5, n. 1, 2004.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: REVAN, 1992.

XAVIER, A. P. da Silva. *Participação feminina na Polícia Militar do Pará: buscando a integração entre os gêneros*. 2008. 67f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CAPÍTULO 16

Caracterização dos crimes de tráfico de drogas e homicídios no município de Belém

Marco Antônio Rocha dos Remédios

Mestre em Ciências Sociais (UFPA) e especialista em Gestão Governamental (FGV/SP), Educação e Problemas Regionais (UFPA), Gestão em Segurança Pública e Defesa Social (UFPA). Belém – Pará – Brasil. ygmrocha@yahoo.com.br

Diana Costa Oliveira

Bacharel em Estatística (UFPA). Belém – Pará – Brasil. dianahime@gmail.com

Cristiane Nazaré Pamplona de Souza

Mestre em Matemática (UFBA) e bacharel em Estatística (UFPA). Salvador – Bahia – Brasil. crissouza.ufpa@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Resumo

O crescente tráfico de drogas nas cidades brasileiras, que assola os diversos níveis sociais, contribui para o aumento dos crimes de homicídios, muitos deles ocorridos em áreas periféricas onde as instâncias do controle social estatal mostram-se deficientes e, em muitos casos, totalmente ausentes. Em algumas regiões do país as taxas de criminalidade violenta são alarmantes, principalmente nas periferias das regiões metropolitanas. Logo, busca-se analisar os crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos no município de Belém, em 2012, por meio das taxas de crimes por bairro da capital paraense. Para isso, aplicou-se a técnica análise exploratória de dados, objetivando descrever os casos de crimes de tráfico de drogas e homicídio e a análise exploratória de dados espaciais com o objetivo de descrever distribuições espaciais dos presentes crimes em estudo. Assim, percebeu-se que a maioria dos crimes de tráfico de Droga e homicídio foi cometida por homens e a maior parte dos crimes de tráfico de Droga e homicídios ocorreu no final de semana. A maior taxa de incidência de crimes de tráfico de drogas foi constatada no bairro Campina (6,82/1.000 hab.), que faz parte do distrito administrativo de Belém. Quanto ao homicídio, o bairro com a maior taxa de incidência foi o Sucurijuquara (4,66/1.000 hab.), que integra o distrito administrativo de Mosqueiro.

Palavras-chave: Análise Exploratória de Dados Espaciais. Criminalidade. Áreas Periféricas.

Introdução

O mundo contemporâneo vivencia inúmeros conflitos nos mais diversos campos das sociedades modernas, originados pela sobreposição de interesses de aspectos religiosos, culturais, econômicos, políticos, étnicos, dentre outros. O Brasil, enquanto parte integrante dessa natureza sistêmica, passa por intensos momentos de instabilidade de sua ordem social e econômica, refletidos na insatisfação de grande parcela da população.

Um dos elementos presentes nesse novo cenário pelo qual atravessa a sociedade brasileira é o aumento da percepção de medo e insegurança (BEATO FILHO, 1999), ampliada pelos elevados índices dos crimes violentos que assolam as áreas periféricas das regiões metropolitanas brasileiras (GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005). O crescente tráfico de drogas nas cidades brasileiras, que assolam os diversos níveis sociais, contribui em parte para o aumento dos crimes de homicídios, muitos deles ocorridos em áreas periféricas onde as instâncias do controle social estatal mostram-se deficientes e, em muitos casos, totalmente ausentes (DAYRELL; CAIAFFA, 2012).

A implantação de políticas de contenção da criminalidade, da violência e da garantia da segurança dos cidadãos é hoje um grande desafio tanto para o governo federal, quanto para os governos estaduais e municipais e toda sociedade brasileira. Em algumas regiões do país as taxas de criminalidade violenta são alarmantes, principalmente nas periferias das regiões metropolitanas (ZALUAR, 2004; GAWRYSZEWSKI; COSTA, 2005). A sociedade, de modo geral, exige providências das autoridades, que por sua vez demonstram não dispor de instrumentos de contenção da criminalidade e da violência eficazes, recorrendo na maioria das vezes a planos e ações imediatistas, cujos resultados mostram-se de pouco ou nenhum impacto no controle social, atuando nos efeitos do crime e da violência e não em suas causas.

No estado do Pará, a gestão da informação referente à segurança pública é coordenada pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA), que tem como objetivo principal prover a integração das ações entre os órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS), buscando soluções eficazes e preventivas de contenção e controle da violência e da criminalidade, responsável também pela coordenação de operações em parceria com a sociedade civil organizada.

Para a execução de ações de contenção da criminalidade, os órgãos competentes utilizam técnicas estatísticas para a construção de diagnósticos e cenários gerados pelos setores de análise criminal. Tais dados são obtidos

junto ao banco de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), onde são armazenadas informações criminais das ocorrências registradas nas delegacias de todo o território paraense.

Logo, o aparato informacional do estado, relacionado com a segurança pública, deve ser canalizado para prospectar estudos sobre criminalidade e violência capazes de mapear a dinâmica dos crimes violentos, no sentido de reduzir a sensação de insegurança e medo da sociedade paraense. Partindo-se deste princípio, este trabalho busca analisar os crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos no município de Belém, tomando como base o ano de 2012, a partir das taxas de crimes por bairro da capital paraense.

Revisão bibliográfica

A violência no meio urbano não pode ser considerada um fenômeno recente, contudo, com a intensificação da urbanização, houve um incremento significativo nos índices de violência nas cidades, como pode ser evidenciado no pensamento de Maricato (2000).

Acerca dessa relação intrínseca entre urbanização e violência, Beato Filho (2012, p. 70) afirma

O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países.

De acordo com Souza (2008), o território da violência se manifesta sobre a territorialização da espacialidade num processo social, na formação do espaço urbano atual numa exclusão social, sobre a formação da organização do crime associado justamente a essa carência de leis, urbanização e precário desenvolvimento habitacional, no geral, falta de atuação do Estado e dos órgãos públicos. Tendo em vista que a desigualdade é citada como território da pobreza em periferias desenvolvidas pela violência urbana por apresentarem má estabilidade do poder público, então se criam soluções entre as próprias comunidades sobre a ordem do crime organizado por traficantes de drogas, manifestando o poder que eles exercem em solicitar serviços, segurança, conforto em troca de crescimento do comércio ilegal.

Um dos principais problemas causados pelo crescimento populacional acelerado e concentrado nas cidades paraenses foi o fenômeno da violência. Conforme Soares (2006) e Zaluar (2004), a materialização da violência é mais latente nos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, ou seja, para a população que vive em condições subumanas sem a mínima condição estrutural, faltando-lhes questões básicas como educação, saneamento, moradia e segurança pública, o crime se prolifera com muito mais rapidez e profundidade do que, por exemplo, em áreas de maior poder aquisitivo.

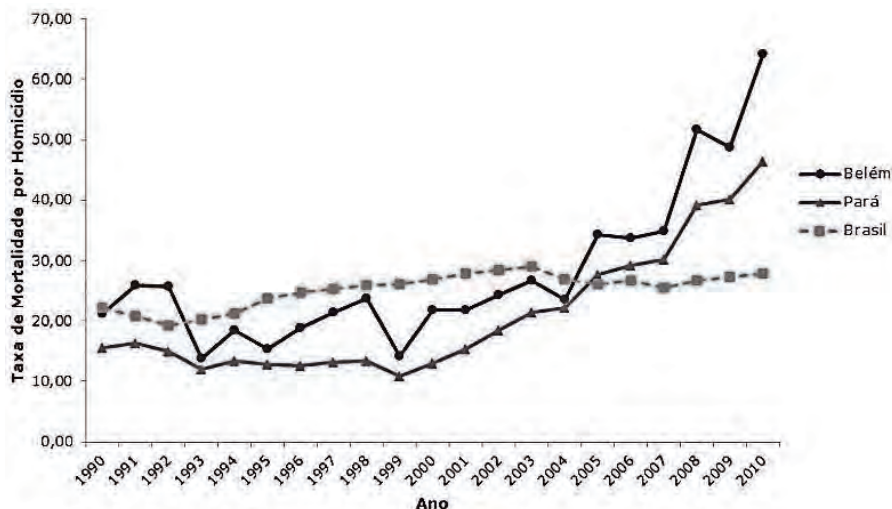
A partir dessa nova configuração do espaço urbano de Belém, verifica-se a intensificação do crime na capital paraense. Por isso, ainda é possível considerar que a assimetria do processo de urbanização nos bairros pobres contribui para o aumento da violência e do crime nesses espaços. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno pode ser visualizada na concepção de Beato Filho (2012, p. 152), que afirma

As chances de morrer, vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até 300 vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parece ser a de proteger justamente aqueles que estão menos expostos a violência.

Fruto de uma expansão urbana acelerada, a violência nos bairros de Belém ficaram evidentes em estudo coordenado por Cardia (2012), quando a capital paraense registrou a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes (63,9) no ano de 2010, comparado a outras dez capitais brasileiras.

De maneira mais regionalizada, o Anuário Estatístico do Município de Belém (2011) apresenta informações sobre o espaço urbano de Belém, informando que nesta cidade ocorrem diversos tipos de delitos, como roubo, furto, tráfico de drogas, homicídios, entre outros. O estudo aponta ainda dez bairros das cidades de Belém e Ananindeua, entendidos como os mais violentos, destacando as seguintes localidades: Guamá, Jurunas, Coqueiro, Pedreira, Campina, Marco, Conjunto Cidade Nova, São Brás, Sacramento e Marambaia. O crescimento exponencial da violência no município de Belém pode ser confirmado por meio da Figura 1, elaborada a partir da base de dados DATASUS, no período de vinte anos (1990 a 2010), comparando a taxa de mortalidade por homicídios na capital paraense, no estado e no Brasil.

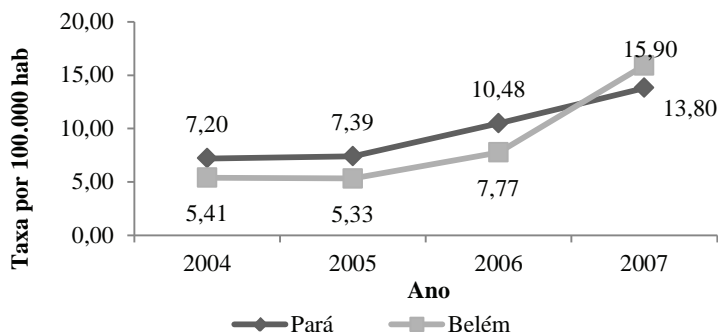
Figura 1: Taxa de homicídios por 100.000 habitantes, Belém, Pará e Brasil (1990 a 2010)



Fonte: DATASUS/Brasil (2013)

A análise sobre a incidência da violência urbana na cidade de Belém também pode ser delimitada a partir das taxas de homicídio que vitimizaram parte da população deste município entre os anos de 1998 e 2007, conforme registro do sistema de informação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007). Ainda segundo os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007), no Estado do Pará e especificamente em Belém, observa-se um crescimento considerado do crime de tráfico de drogas, podendo ser confirmado a partir da Figura 2, elaborada com informações extraídas do Relatório Brasileiro sobre Drogas (BRASIL, 2009), relativo ao período de 2004 a 2007, onde se percebe um crescimento mais acentuado na capital do que no estado como todo.

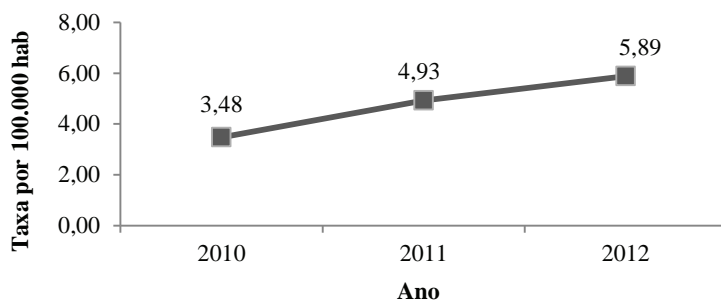
Figura 2: Taxa de crimes de tráfico de drogas em Belém e no Pará, por 100.000 hab., entre os anos de 2004 e 2007



Fonte: Relatório Brasileiro sobre Drogas/Brasil (2009)

Outra evidência do crescimento do tráfico de drogas no estado é demonstrado na Figura 3, elaborado a partir dos dados do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS), relativo ao período compreendido entre os anos de 2010 a 2012, necessitando, desta forma, de uma análise criminal mais aprofundada, a fim de compreender a dinâmica em que esses crimes ocorrem.

Figura 3: Taxa de crimes de tráfico de drogas no estado do Pará, por 100.000 hab., entre os anos de 2010 a 2012



Fonte: DATASUS/Brasil (2013)

Na cidade de Belém do Pará, principalmente nos bairros periféricos, a elevada taxa de homicídios é atribuída à disputa por território entre traficantes ou, ainda, como pagamento das dívidas contraídas por viciados, que acabam tendo suas vidas ceifadas por conta da dívida. Essa intensa disputa de poder e

legitimação do uso da força dos traficantes foi verificada no trabalho desenvolvido por Couto (2012), assinalando que a expansão do narcotráfico se processa de acordo com uma territorialização perversa, permeada pelo predomínio do tráfico de drogas. Desta maneira, Couto (2012, p. 12) afirma que

entender a dinâmica urbana da metrópole de Belém requer uma análise espacial dos problemas que a cidade enfrenta, visto que a segregação sócioespacial e a concentração da pobreza na periferia continuam levando ao processo de exclusão social e à favelização. Assim sendo, a urbanização excludente da cidade de Belém evidencia não apenas estes problemas destacados acima, pois Belém vive sobre o círculo do o e da violência urbana. Para tanto, a criminalidade urbana expande-se na periferia da metrópole e o tráfico de drogas se organiza em pontos estratégicos, articula sua atuação através do território e desafia o poder do Estado.

Material e métodos

Os dados são referentes aos crimes de tráfico de drogas e homicídios, ocorridos no município de Belém, Pará, tendo como recorte temporal o ano de 2012, cedidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/SEGUP-PA), a partir dos registros armazenados em sua base de dados criminais.

A base de dados fornecida pela SIAC/SEGUP-PA revelou o universo de 1.329 registros de ocorrência do crime de tráfico de drogas, assim como 627 registros do crime de homicídio na capital paraense. Com população de 1.393.399 habitantes, o município de Belém apresenta a maior densidade demográfica da região Norte, e representa o maior aglomerado urbano da região amazônica. É composto por 8 distritos administrativos e 71 bairros (IBGE, 2010).

Para a análise dos dados, foram desconsideradas as informações do banco de dados sobre os bairros Águas Lindas, Aurá, Coqueiro e Guanabara, sendo consideradas as informações de 67 bairros. Tal procedimento foi adotado em face desses quatro bairros apresentarem dimensões que se estendem tanto em Belém como em Ananindeua. Diante da impossibilidade de se identificar de qual cidade foram realizados os registros, optou-se em desconsiderá-los, para evitar, assim, inconsistência na análise produzida.

O primeiro passo antes de iniciar qualquer trabalho científico é compreender os dados em estudo. Logo, recomenda-se a utilização de técnicas descritivas ou exploratórias, que em investigar, organizar e explorar os dados com o objetivo de obter informações de formas regulares, padrões ou características interessantes com indicação de possíveis tendências (BUSSAB; MORETTIN, 2011), pois assim os dados tornam-se mais compreensíveis, permitindo desta forma direcionar-se a outras análises.

Desta forma, inicialmente aplicou-se a técnica análise exploratória de dados com o objetivo de descrever os casos de crimes de tráfico de drogas e homicídio ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012.

Estudar a ocorrência de crimes na cidade de Belém apenas por meio de tabelas e gráficos torna-se uma tarefa extremamente difícil, portanto, se faz necessário analisar a distribuição espacial dos dados.

Neste sentido, a Análise Exploratoria de Dados Espaciais (AEDE) apresenta uma gama de técnicas para descrever distribuições espaciais das variáveis, descobrir padrões especiais e a ocorrência de pontos discrepantes (*outliers*) (CÂMARA et al., 2004).

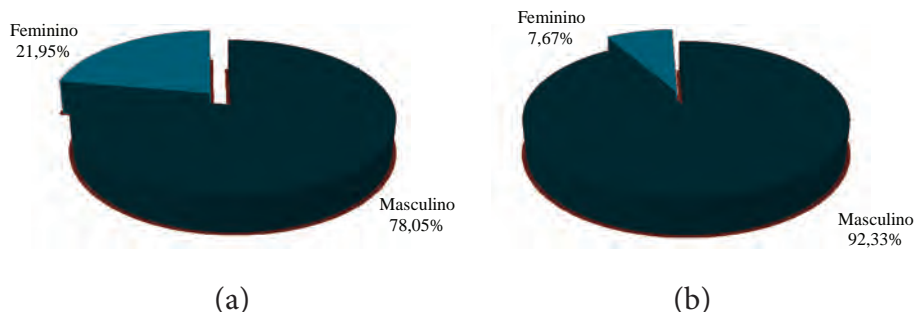
A forma mais simples e intuitiva da AEDE é a visualização de valores extremos nos mapas. O uso de diferentes pontos de corte da variável produz a visualização de diferentes aspectos do mapa (CÂMARA et al., 2004). O utilizado neste trabalho foi a partir da classificação de percentis, a qual aloca a mesma quantidade percentual de crimes nas classes.

Resultados e discussões

Análise descritiva

A maioria dos crimes de tráfico de drogas foi cometida por pessoas do sexo masculino (78,05%). Também, a maioria dos homicídios foi de pessoas do sexo masculino (92,33%) (Figura 4).

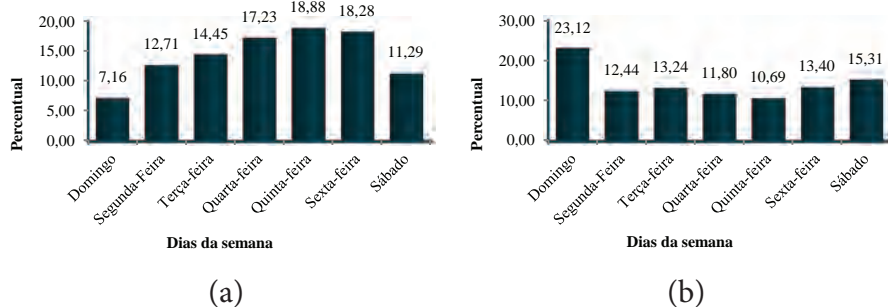
Figura 4: Percentual de crimes de tráfico de drogas (a) e homicídios (b) ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por sexo



Com base nas informações apresentadas (Figura 4), percebe-se que o perfil dos crimes de tráfico de drogas e de homicídios ocorridos em Belém no ano de 2012 se assemelham aos resultados obtidos por outros estudos, como observado por Vilella (2005), ao investigar a mortalidade por homicídios na cidade de Belo Horizonte (MG). Assim como os dados do Ministério da Justiça, referentes às pessoas presas por tráfico de drogas no Brasil em 2012, demonstram também a prevalência do gênero masculino na prática deste crime.

A maior parte dos crimes de tráfico de drogas ocorreu na quinta-feira (18,88%), seguido de sexta-feira (18,28%) e quarta-feira (17,23%). Porém, a maior parte dos homicídios ocorreu no domingo (23,12%), seguido de sábado (15,31%) e sexta-feira (13,40%), totalizando mais da metade (51,83%) das ocorrências no final de semana (Figura 5).

Figura 5: Percentual de crimes de tráfico de drogas (a) e homicídios (b) ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por dia da semana

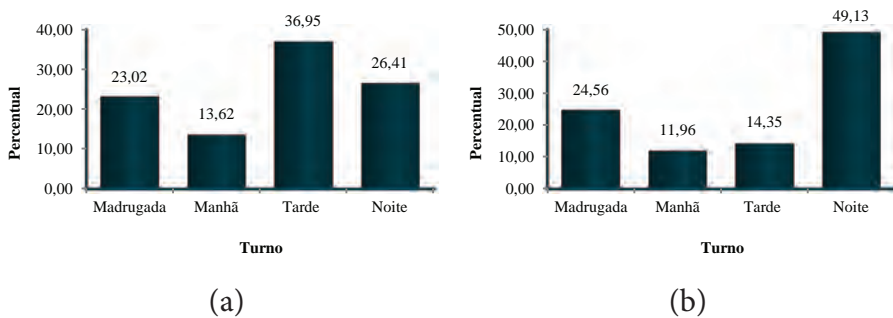


No que concerne ao dia da semana em que ocorreram os crimes de tráfico de drogas e de homicídios na cidade de Belém, os dados revelaram uma tendência de concentração distinta, uma vez que 54,39% das prisões por entorpecentes ocorreu no período de quarta a sexta-feira, ao passo que o homicídio registrou maior ocorrência no período de sexta-feira a domingo, atingindo 51,83%. As constatações da pesquisa vão ao encontro do estudo realizado por Araújo et al. (2008), que identificaram maior incidência de crimes publicados em jornais do município de Belém no período de finais de semana (sexta-feira a domingo).

A maior parte dos crimes de tráfico de drogas ocorreu no turno da tarde (36,95%), seguido da noite (26,41%). Em relação aos homicídios, a maior parte ocorreu à noite (49,13%), seguido da madrugada (24,56%) (Figura 6).

Como demonstrado nos dados abaixo, é percebido prevalência do crime de tráfico de drogas no período vespertino, ao passo que os homicídios ocorreram com maior concentração no período noturno das 18 às 00 horas. Corroborando com os dados apresentados, no que concerne ao crime de homicídio, vale mencionar a investigação realizada por Kahn (2002) e Gawryszewski e Costa (2005), que apontam para maior incidência desses crimes no horário noturno e aos finais de semana, concentrando-se na faixa etária de 15 a 29 anos, com prevalência das vítimas para o sexo masculino.

Figura 6: Percentual de crimes de tráfico de drogas (a) e homicídios (b) ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por turno



O distrito administrativo do Outeiro é o que possui a maior incidência de crimes de tráfico de drogas (2,14/1.000 hab.) e de homicídio (0,67/1.000 hab.), o qual é composto por 4 bairros: Água Boa, Brasília, Itaiteua e São João do Outeiro, também é responsável pelas ilhas de Cotijuba e Caratateua (Tabela 1).

Tabela 1: Taxa de incidência (1:000/habitantes) de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por distrito administrativo

Distrito administrativo	Taxa de incidência (1.000/Habitantes)	
	Tráfico de drogas	Homicídios
Belém	0,82	0,27
Benguí	1,10	0,58
Entroncamento	0,60	0,37
Guamá	0,79	0,48
Icoaraci	1,04	0,37
Mosqueiro	1,44	0,30
Outeiro	2,14	0,67
Sacramenta	0,91	0,45

A partir dos dados informados, percebe-se que os distritos de Outeiro e Benguí, que se destacaram com maiores taxas dos crimes estudados, deixam transparecer conexão entre tráfico de drogas e homicídios. Uma das possíveis explicações para esse fenômeno pode estar relacionada com o fato desses distritos serem constituídos por áreas periféricas, caracterizadas por infraestrutura urbana precária, conforme já salientado por Beato Filho (2012), que menciona os elevados riscos de ser assassinado em favelas e periferias do Brasil.

Os dados também evidenciam que a forte relação entre os crimes de tráfico de drogas e homicídios entre os distritos que se destacaram com o maior número de ocorrências se deve pelas condições propícias presentes nessas localidades, principalmente na questão dos bairros periféricos. A esse respeito, Hagen e Griza (2011) asseveram que a elevada violência presente nesses ambientes, evidenciada pela alta taxa de homicídios, está relacionada com a atuação de verdadeiros grupos de extermínio, a serviço de traficantes, que sanam as dívidas contraídas pelos dependentes químicos por intermédio da execução dos “consumidores inadimplentes”.

O bairro com a maior taxa de incidência de crimes de tráfico de drogas é a Campina (6,82/1.000 hab.), que faz parte do distrito administrativo de Belém, e o bairro com a maior taxa de incidência de homicídio é o Sucurijuquara (4,66/1.000 hab.), que integra o distrito administrativo de Mosqueiro (Tabela 2 e Figura 7).

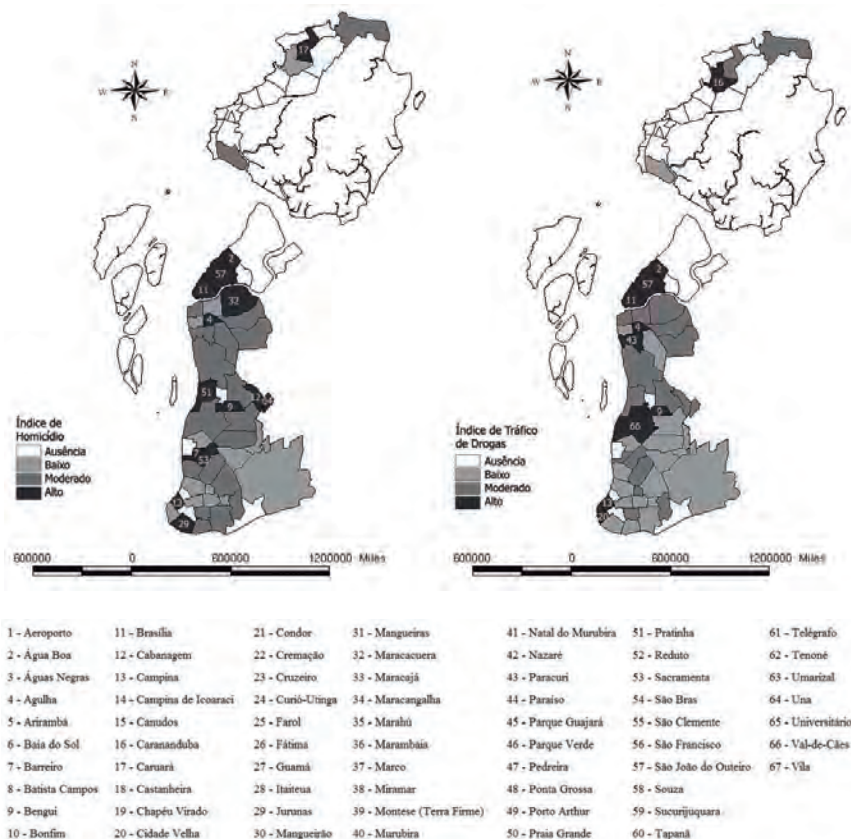
Tabela 2: Taxa de incidência (1000/habitantes) de crimes de tráfico de drogas e homicídios ocorridos na cidade de Belém, no ano de 2012, por bairro

Bairro	TI (1.000/hab.)		Bairro	TI (1.000/hab.)	
	TD	Hom.		TD	Hom.
Aeroporto	4,27	0	Marahú	0	0
Água Boa	3,39	1,17	Marambaia	0,66	0,43
Águas Negras	1,31	0,44	Marco	0,46	0,29
Agulha	2,03	0,91	Miramar	0	0
Ariramba	1,03	0	Montese (Terra Firme)	1,64	0,31
Baía do Sol	1,24	0,41	Murubira	1,32	0
Barreiro	1,69	0,85	Natal do Murubira	0,91	0
Batista Campos	0	0,31	Nazaré	0,1	0,05
Bengui	1,94	0,92	Paracuri	2,92	0,6
Bonfim	2,58	0	Paraíso	0	0
Brasília	3,32	0,83	Parque Guajará	0,55	0,29
Cabanagem	1,51	1,01	Parque Verde	0,82	0,64
Campina	6,82	0,81	Pedreira	0,99	0,39
Campina de Icoaraci	1,09	0,15	Ponta Grossa	0,53	0,08
Canudos	0,43	0,07	Porto Arthur	0	0
Carananduba	2,75	0,18	Praia Grande	0	1,34
Caruara	1,26	1,26	Pratinha	1,73	0,8
Castanheira	0,33	0,04	Reduto	0,63	0
Chapéu Virado	3,45	0	Sacramento	0,97	0,7
Cidade Velha	1,9	0,16	São Brás	0,7	0,25
Condor	0,68	0,44	São Clemente	0	0
Cremação	0,77	0,48	São Francisco	0,82	0
Cruzeiro	1,46	0,69	São João do Outeiro	2,64	0,91
Curió-Utinga	0,42	0,24	Souza	0,08	0,15
Farol	0	0	Sucurijuquara	0	4,66
Fátima	1,45	0,16	Tapaná	1,37	0,53
Guamá	0,66	0,69	Telégrafo	0,68	0,49
Itaiteua	1,03	0	Tenoné	0,95	0,49
Jurunas	0,76	0,7	Umarizal	0,13	0,03
Mangueirão	0,39	0,28	Una	1,49	1,34
Mangueiras	0,7	0	Universitário	0	0
Maracacuera	1,75	0,88	Val-de-Cães	2,42	0,57
Maracajá	0,3	0,3	Vila	2,63	0
Maracangalha	0,46	0,26			

Nota: TT: Taxa de Incidência; DA: Distrito Administrativo; TD: Tráfico de Drogas; Hom.: Homicídio.

Os dados ratificam a maior ocorrência de crimes de tráfico de drogas e homicídios nas áreas periféricas da cidade de Belém, uma vez que dentre os dez bairros com maior concentração desses tipos de delitos, à exceção de dois (Campina e Vila, para tráfico de drogas), todos estão situados em áreas periféricas, isto é, caracterizadas pelas precárias condições de infraestrutura urbana (BEATO FILHO, 2012). Dentre os bairros elencados na pesquisa, Sucurijuquara se destaca negativamente com a maior taxa de homicídios, o que reforça a tese acima defendida, pois os serviços e equipamentos públicos disponibilizados nesta área são incipientes frente às demandas da população local. Outra possibilidade que justificaria a grande taxa de assassinatos em Sucurijuquara diz respeito ao intenso movimento de pessoas motivadas pelos atrativos turísticos, como as praias e os igarapés do distrito de Mosqueiro (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELÉM, 2012).

Figura 7: Distribuição espacial da taxa de tráfico de drogas e homicídio dos bairros da cidade de Belém



Considerações finais

Os estudos sobre homicídios e tráfico de drogas são recorrentes na literatura nacional e internacional, principalmente, realizados por profissionais da área da Saúde e das Ciências Sociais. A princípio, o presente trabalho seria mais uma investigação nesta seara. Contudo, buscando alçar novos caminhos metodológicos, por intermédio de importantes áreas do conhecimento como a Estatística e a Geografia, a presente pesquisa se destacou por evidenciar a correlação existente entre esses crimes.

A partir da aplicação das técnicas análise descritiva e análise exploratória de dados espaciais, foi constatado que a maioria dos crimes de tráfico de drogas foi cometida por pessoas do sexo masculino (78,05%). Assim como a maioria dos homicídios vitimaram pessoas do sexo masculino (92,33%). Quanto à ocorrência dos referidos tipos penais analisados, a maior parte dos crimes de tráfico de drogas ocorreu na quinta (18,88%), seguido de sexta (18,28%) e quarta (17,23%). Diferenciando-se dos homicídios onde a maior parte destes ocorreram no domingo (23,12%), seguido de sábado (15,31%) e sexta (13,40%), totalizando mais da metade (51,83%) das ocorrências no final de semana. Quanto ao turno/hora, a maior parte dos crimes de tráfico de drogas ocorreu no turno da tarde (36,95%), seguido da noite (26,41%). Em relação aos homicídios, a maior parte ocorreu a noite (49,13%), seguido da madrugada (24,56%).

Quanto à análise relativa aos distritos administrativos, Outeiro é o que possui a maior incidência de crimes de tráfico de drogas (2,14/1.000 hab.) e de homicídio (0,67/1.000 hab.), o qual é composto por 4 bairros: Água Boa, Brasília, Itaiteua e São João do Outeiro, também é responsável pelas ilhas de Cotijuba e Caratateua.

Na análise realizada por bairros, destacou-se com a maior taxa de incidência de crimes de tráfico de drogas o bairro Campina (6,82/1.000 hab.), que faz parte do distrito administrativo de Belém. Quanto ao homicídio o bairro com a maior taxa de incidência foi Sucurijuquara (4,66/1.000 hab.), que integra o distrito administrativo de Mosqueiro. Finalmente, sobre os objetivos propostos, o trabalho demonstrou a existência de relações espaciais e dos crimes de tráfico de drogas e homicídio do município de Belém.

Referências

- ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S.; ALVES, M. A.; FIGUEIRA, P. A.; PAMPLONA, V. M. S. Análise estatística de crimes noticiados nos principais jornais de Belém, no ano de 2007, ocorridos no estado do Pará. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAUJO, A. R. (Org.) *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, 2008.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, v. 17. 2012.
- BEATO FILHO, C. C. *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- _____. Políticas públicas de segurança e a questão policial. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Datasus: Demográficas e socioeconômicas*. Disponível em: <www.datasus.gov.br/tabnet/tabnet.htm>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- _____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Relatório brasileiro sobre drogas*. IME USP. Org.: DUARTE, P. C. A. V.; STEPLIUK, V. A.; BARROSO, L. P. Brasília: SENAD, 2009.
- _____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Relatório de homicídios no Brasil*. Brasília: SENASP, 2007.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística Básica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CÂMARA, G.; CARVALHO, M. S.; CRUZ, O. G.; CORREA, V. Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (Ed.) *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: EMBRAPA, 2004.
- CARDIA, N. *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de estado*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012.
- COUTO, A. C. O. Do global ao local: a geografia do narcotráfico na periferia de Belém. *Cadernos de Segurança Pública*, v. 4, n. 3, 2012.
- DAYRELL, M.; CAIAFFA, W. T. Homicídios e consumo de drogas: breve revisão contextualizada em uma zona urbana metropolitana. *Revista Med. Minas Gerais*, v. 22, n. 3, p. 321-327, 2012.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; COSTA, L. S. Homicídios e desigualdades sociais no município de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 2, p. 191-197, 2005.

HAGEN, A. M. M.; GRIZA, A. Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades. In: BRASIL, Ministério da Justiça. *Segurança, justiça e cidadania*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), p. 121-140, 2011.

IBGE. *Séries estatísticas e séries históricas*. 2010. Disponível em:< <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2013.

KAHN, T. *Cidades blindadas: ensaios de criminologia*. São Paulo: Sicurezza, 2002.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUZA, M. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VILLELA, L. C. M. *Mortalidade por homicídios, acidentes de transporte e suicídios no município de Belo Horizonte e Região Metropolitana, em série histórica de 1980-2000*. 2005. 160f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZALUAR, A. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia? In: _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, p. 217-278, 2004.

_____. Oito temas para debate: violência e segurança pública. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 38, p. 19-24, 2002.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

CAPÍTULO 17

A gestão na Polícia Civil do Estado do Pará no controle da violência e da criminalidade: centralização e burocratização

Thais Maia Carvalho Bezerra

Mestra em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), servidora pública da Polícia Civil do Estado do Pará, professora da FIBRA e da FABEL. Belém – Pará – Brasil. thaismaiaadv@yahoo.com.br

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Resumo

Objetiva descrever o modelo de gestão que se perfaz na instituição policial civil do Pará, demonstrando o perfil gerencial e sua adequação às necessidades sociais atuais. Metodologicamente, a abordagem, de caráter qualitativo, envolveu pesquisa bibliográfica bem como a análise de microprocessos da Polícia Civil do Pará, utilizando técnicas descritivas e narrativas, a partir da qual se fez inferências e interpretações. Após análise dos dados coletados, observou-se que a Polícia Civil do Pará possui um gerenciamento voltado para uma política de centralização e burocratização na execução de suas atividades. Esta variável gerencial é uma das principais bases para a execução finalística da instituição: a proteção da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Segurança Pública. Instituição. Gerenciamento.

Introdução

Nos termos do Art. 144 da Constituição Federal Brasileira a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (MENDES *et al.*, 2007). Sendo exercida nos níveis federal, estadual e municipal, sobretudo pelas instituições policiais, a segurança pública tem como atribuição a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como deve assegurar a plenitude do Estado Democrático de Direito.

Para as forças policiais fora conferido pelo Estado e pela sociedade o dever-poder da segurança pública, garantindo a proteção da sociedade e a dignidade da pessoa humana. Essa responsabilidade de afiançar um cotidiano seguro à população deve ser exercida com o máximo de legalidade, eficiência e denodo. Contudo, esta atuação nem sempre é uma realidade na sociedade brasileira, seja pela falta de investimentos, gerenciamento inadequado, insuficiência na estrutura organizacional dessas instituições, entre outros, ocasionando um descompasso no exercício do trabalho diário.

Tais características negativas geram problemas de eficiência das corporações policiais emergindo a necessidade do fortalecimento de mecanismos efetivos e transparentes, comprometidos com a atuação da instituição.

Dentre as entidades policiais, a Polícia Civil está presente no rol das organizações da segurança pública. É uma instituição permanente, auxiliar da Justiça Criminal e necessária à defesa do Estado e do povo. Exerce, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária do Estado, ou seja, investigatória policial e apura as infrações penais, exceto as militares. A Polícia Civil também atua na prevenção da ordem pública e dos direitos dos cidadãos bem como no controle da criminalidade e da violência.

Em virtude do aumento dos índices de violência em todo o Brasil, se faz necessário a adequação da polícia judiciária a essas transformações, ajustando-se gerencialmente, estruturalmente, entre outros. Essas transformações se tornam relevantes pelo fato da atividade policial ser, na maioria das vezes, de caráter emergencial. Essas adequações contribuem para minimizar os danos causados pela criminalidade como também para proteger os direitos dos cidadãos para, dessa forma, realizar um trabalho mais satisfatório e efetivo.

No que concerne à gestão realizada nas instituições, percebe-se que ela está diretamente ligada à eficiência da atividade laborativa. Para se atingir um patamar de bons resultados, o gestor precisa avaliar as necessidades da organização, planejar mudanças, permitir a participação de sua equipe bem

como realizar ajustes. Essas atividades gerenciais contribuirão de forma significativa e eficaz para os resultados da instituição (MINTZBERG, 2009).

Ressalta-se que, ao realizar os devidos ajustes, o gestor deve estar atento ao analisar as características e finalidades da instituição em que atua, pois tais situações obrigam as organizações e exercerem suas atividades de forma singular, diferenciando-se das demais práticas estatais (MINTZBERG, 2009).

No Estado do Pará, a polícia judiciária em seu aspecto gerencial tem como representante máximo o Delegado Geral de Polícia Civil. Dividida entre diretorias, assessorias, coordenadorias, a instituição tem conjugado esforços para realizar a atividade finalística do órgão: a proteção do cidadão. Almejando o êxito na prática da atividade policial judiciária no Pará, o gerenciamento da instituição é um dos requisitos essenciais e facilitadores para tal alcance, sendo um dos pilares de sustentação para a prestação do serviço policial à sociedade paraense.

Este trabalho tem como objetivo a descrever o modelo de gestão realizado na instituição policial civil do Pará, demonstrando o perfil gerencial praticado e sua adequação às necessidades que a sociedade apresenta atualmente no que concerne às atribuições do órgão.

Revisão bibliográfica

No Brasil vive-se em um Estado Social Democrático de Direito, sendo o Estado o agente mantenedor dos direitos fundamentais dos cidadãos (BREUS, 2007). Esses direitos fundamentais revelam-se, *strictu sensu*, essenciais para que qualquer ser humano tenha uma vida digna. Os direitos à educação, à saúde e à segurança consubstanciam-se em direitos públicos subjetivos, os quais demandam do Estado atuação positiva quanto à prática dessas prerrogativas. Para isso, a organização, a estruturação, a divisão de atribuições, a distribuição hierárquica do Estado são de fundamental importância. A percepção da garantia dos direitos do homem dá-se pela implementação de unidades por meio do Estado denominadas de instituições. Estas unidades são parte ou componente base da estrutura do Estado (GASPARINI, 2003), fazendo com que um sistema de ordem funcione em harmonia, como um mecanismo. É a partir do bom funcionamento das instituições que se chegará à eficiência da máquina pública (BERTALANFFY, 1975). As organizações institucionais, além de uma forma de ordenação, são importantes para a dinâmica social. Em consequência, os cidadãos terminam por se relacionar com algum tipo de instituição: ou fazem parte de uma delas com vínculos empregatícios ou recorrem ao sistema estatal na busca pela execução dos serviços públicos (MAYNTZ, 1996).

Mayntz (1996) sugere que toda sociedade que é composta por instituições poderia ser chamada de organizada. A “sociedade organizada” caracteriza-se por seu aspecto multifacetado em diversas áreas de abrangência, como a política, a religiosa, a empresarial e por um número elevado de relações sociais. Miguez (2007) conceitua instituições políticas como sendo um conjunto de regras e rotinas interconectadas que definem as ações corretas em termos de relações entre papéis e situações. Dentre essas instituições, muitos estudos foram pautados nas organizações, como por exemplo, os desenvolvidos por Weber. O referido autor focou o estudo das organizações como sendo de característica racional, baseado numa construção burocrática. As contribuições de Weber por meio de sua teoria moderna da organização foram claras e abundantes, culminando com a elaboração da teoria da burocracia. Esta teoria descreve que a previsibilidade do funcionamento de uma organização contribui para obtenção de uma maior eficiência institucional. Atualmente, a análise das organizações está baseada principalmente na teoria da burocracia e suas formas de dominação. Segundo Chiavenato (2003), Weber teria estudado as organizações sob um ponto de vista estruturalista, prevalecendo a relação entre: i) os meios e os recursos utilizados e ii) os objetivos a serem alcançados pelas organizações burocráticas.

A burocracia, na abordagem weberiana, implica no predomínio do formalismo, na existência de normas escritas, na implementação de estrutura hierárquica, divisões horizontal e vertical de trabalho e impessoalidade no recrutamento dos quadros de recursos humanos. Tragtenberg (1992) discutiu o significado de burocracia proposta por Weber, definindo-a como um tipo de poder equiparado à organização, podendo ser discutida como um sistema racional em que a divisão do trabalho se dá com vistas a determinadas finalidades. A ação racional burocrática é a “coerência” da relação de meios e fins visados. Medeiros (2006) afirma que o modelo institucional burocrático de gestão surge como forma de dominação racional-legal. Contudo, tal modelo foi objeto de debates e críticas devido à evolução do ambiente nas áreas econômicas, sociais e educacionais. Percebidas pela sociedade, estas transformações conduziram a alterações no âmbito interno das instituições. Esse cenário de evolução dinâmica e contínua propõe a necessidade de reformulação e adequação dessas organizações, com novas estratégias e desafios para a gestão das instituições (MINTZBERG, 2009).

Na gestão institucional, o papel fundamental do gestor é realizar ajustes na organização. As alterações externas do ambiente precisam ser acompanhadas pelas instituições, assumindo uma forma de adaptação. O gestor deve perceber,

processar e responder ao ambiente e suas instabilidades bem como promover a adaptação da organização pelo rearranjo de sua estrutura interna, garantindo, assim, a sobrevivência ou eficácia desta (ASTLEY; VAN de VEN, 2007). Chiavenato (2003) adverte que aspectos relacionados ao tipo de gestão em vigor nas instituições devem ser analisados pela perspectiva de singularidade e finalidade que apresentam. Os serviços essenciais à população, como é o caso da segurança pública, demandam uma gestão ágil pelo fato de possuírem características emergenciais/imediatistas. Por tais peculiaridades, a gestão pode ser ajustada sob diferentes prismas: burocratizada, flexibilizada, centralizada e descentralizada. Dentre as opções das formas gerenciais, os trabalhos passarão a ser realizados de forma a se adequarem às necessidades situacionais impostas pelo ambiente (MINTZBERG, 2009).

Numa conjuntura de frequente ocorrência de transformações e mudanças, a rigidez do modelo burocrático começou a provocar ineficiências, não atendendo, em sua totalidade, às demandas sociais de um Estado que necessita de maior efetividade (FERREIRA, 1996; BRESSER-PEREIRA, 1997). Tendo sido associada a ineficácia, atrasos, confusão, autoritarismo, privilégios, além de outros atributos negativos, a burocracia assumiu uma conotação pejorativa (VASCONCELOS, 2002). Por isso o padrão burocrático enfrentou limitações e provocou dificuldades à administração das organizações públicas. A rigidez e a ausência de comunicação podem ser consequências negativas de um modelo burocrático e, quando praticadas com muita intensidade, não proporcionam um equilíbrio na instituição, ocasionando a ineficiência na prestação do serviço público (MEDEIROS, 2006). Por outro lado, outras características de gerenciamento das organizações, como a separação de atividades, divisão do trabalho e verticalização gerencial, são discutidas por diversos autores que estudam uma gestão institucional diferenciada.

Cada atividade situacional das organizações favorece uma forma de centralização ou descentralização e em cada uma dessas situações um dos mecanismos de coordenação e uma das partes da organização tendem a dominar (MINTZBERG, 2009). Essa dicotomia gerencial influencia sobremaneira no trabalho exercido pelas instituições, permitindo ou não uma melhor atuação delas em cada especificidade laborativa (VASCONCELOS, 2002).

A tomada de decisões numa instituição também é um tema relevante, pois é responsável por determinar a maneira pela qual uma organização irá operar. Vidal (2012) observa que a constante tomada de decisões de uma instituição faz frente a um determinado fenômeno ambiental (econômico, social, educacional), as quais influenciarão num posterior desenvolvimento

da organização de sucesso ou fracasso. O mesmo autor complementa que a tomada de decisão na organização é um processo complexo que está relacionado com as dimensões de estrutura, interação, comunicação, poder e cultura, devendo mostrar os ângulos distintos que facilitem a compreensão em sua totalidade.

Jones (2010) explicita que no processo de tomada de decisão, verifica-se um conjunto de regras e rotinas que propiciam estabilidade às organizações. Essas decisões fornecem uma espécie de memória e proporcionam ao gestor, sempre que possível, soluções programadas para os problemas, aumentando a eficácia organizacional. Para efetuar a melhor escolha, o gestor deve tomar dois tipos de decisões: a programada ou não programada. A primeira envolve os procedimentos operacionais mais eficazes para tratar das contínuas atividades de criação de valor de uma organização. Já a segunda, envolve esforço para implementar as soluções mais eficazes – criativas, novas e não estruturadas – permitindo que uma organização se adapte a condições incertas e mutáveis. Assim, a solução para a decisão não programada precisa ser encontrada após o problema ter surgido, demandando mais pesquisas de informações e cooperação ativa entre gerentes, funções e divisões.

Outro fator preponderante diz respeito ao ambiente externo em que as atividades institucionais precisam ser executadas, pois conforme as necessidades estabelecidas diariamente há uma influência direta no gerenciamento praticado. Essas alterações no ambiente são vistas doutrinariamente como as contingências: características situacionais impostas à sociedade, onde as demandas sociais são analisadas pela instituição (os *inputs*) e estas dão o retorno à população, reorganizando suas estruturas e sua administração, seu gerenciamento (*outputs*). Assim, há necessidade de se manter uma adequação às obrigações institucionais conforme seus fins no sentido de dirimir as disparidades do ambiente. Do contrário, os resultados do exercício da atividade podem ser negativos (ASTLEY; VAN de VEN, 2007).

Na Teoria da Contingência são consideradas quatro variáveis: organização, meio ambiente, grupo social e o indivíduo, onde o conceito de mudança é a chave fundamental. A expressão “contingência” significa incerto, fatos que podem ou não acontecer, dependendo das condições ambientais que as organizações operam. Com este novo panorama teórico, a prioridade é dada ao que ocorre no ambiente externo da organização. Essa prática se diferencia das teorias organizacionais descritas nos anos anteriores, as quais buscavam investigar as ocorrências internas da organização. A estrutura de uma instituição e seu funcionamento gerencial são diretamente dependentes

da sua ligação com o meio exterior: ocorrendo variações no ambiente, conseqüentemente haverá variação interna (VIDAL, 2012). Os teóricos que se debruçam sobre os estudos contingenciais enfatizaram que as organizações respondem à mudança pela alteração ou elaboração de suas estruturas internas, com o objetivo de manter uma relação isomórfica com o ambiente (ASTLEY; VAN de VEN, 2007).

Material e métodos

A composição da pesquisa realizou-se com algumas abordagens classificatórias. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva, sendo aquela que busca observar, registrar e analisar os fenômenos, sem manipulá-los e descobrir com que frequência os mesmos ocorrem, qual a sua natureza, suas características e sua relação com outros fenômenos. Ainda nessa classificação a pesquisa também foi denominada de exploratória, sendo realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e ordenado (VERGARA, 2009).

Quanto aos meios, a pesquisa se caracterizou como bibliográfica, onde há um estudo sistematizado, realizado por meio de fontes publicadas em livros, revistas, jornais, internet e demais materiais acessíveis ao público em geral (GIL, 1999). A presente pesquisa foi um estudo de caso na Polícia Civil do Pará.

A abordagem metodológica se deu de forma qualitativa, com uso da descrição para apoiar interpretações e/ou conclusões firmadas a respeito da análise dos dados coletados. A teoria de base, que de acordo com Lakatos e Marconi (1992), é a opção por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados, foi pautada no modelo policial, com uma abordagem voltada para a gerência da instituição estudada.

Assim, a fonte de pesquisa pressupõe um processo de cognição na tentativa de esclarecer, a partir do gerenciamento institucional, o modelo policial aplicado no Pará pela polícia judiciária, visualizando o modo como a atividade policial é exercida e desenvolvida.

Resultados e discussões

Independente de classe, crença, raça, sexo, o problema da criminalidade e da violência afeta e mobiliza toda a sociedade e suas conseqüências refletem diretamente no cotidiano das pessoas. A criminalidade, por ser um problema

social, torna-se um problema público, já que é dever do Estado garantir a eficiência do Estado Democrático de Direito bem como a proteção ao cidadão, devendo empreender esforços em suas instituições no sentido de planejar e operacionalizar as diversas possibilidades de resolução. Essas unidades institucionais se convertem na base estrutural de atuação estatal, pois além de definirem uma ordenação, são importantes para as relações sociais entre Estado e sociedade. Este pensamento é corroborado por Breus (2007), o qual comenta que é dever do Estado garantir e tornar eficaz os direitos inerentes ao cidadão.

A obrigatoriedade em fornecer respostas urgentes à sociedade faz com que as instituições que atuam na área de segurança pública possuam uma política gerencial que reflita as necessidades de sua atividade laborativa. A Polícia Civil, enquanto instituição pública policial no Brasil, possui a responsabilidade social de enfrentar os desafios que a criminalidade e a violência impõem cotidianamente. Ajustar os instrumentos de atuação policial, em especial a atividade gerencial, é importante na medida em que a instituição busca proteger o cidadão alcançando, assim, a eficiência na execução de seu trabalho.

Adorno (2002), com base em estatísticas oficiais, evidenciou que a criminalidade no Brasil tem aumentado em todas as modalidades delituosas desde meados da década de 1970. O autor apresentou dados estatísticos de alguns lugares do país, como o Distrito Federal, que em 1980 a taxa de homicídios era de 13,7 por cem mil habitantes e que em 1991 saltou para 36,3; na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no período de 1991 a 1996, o crescimento dos homicídios foi da ordem de 31,21%, segundo informações do Ministério da Saúde. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014) demonstram que em 2013 a taxa de homicídio doloso no país foi de 25,2% (número de vítimas). Especificando algumas taxas dessa tipificação penal nos estados da federação no ano de 2013, tem-se no estado da Paraíba uma percentagem de 38,6%, no estado de Rondônia a taxa chegou a 27,1% e, no estado do Pará a taxa foi de 39,9%. A título ilustrativo, sumarizaram-se mais alguns dados sobre a criminalidade e violência na Tabela 1.

Tabela 1: Índices dos delitos de lesão corporal seguida de morte e roubo em alguns estados do Brasil, dentre o período de 2012 e 2013

Estado	Lesão corporal seguida de morte		Roubo	
	2012	2013	2012	2013
Pernambuco	82	83	51.940	51.566
Rio Grande do Norte	10	67	6.959	5.584
Rio Grande do Sul	55	42	56.770	62.282
Rio de Janeiro	24	38	103.644	126.045
Bahia	141	122	58.167	63.584
Santa Catarina	42	41	11.252	11.590
Mato Grosso	59	64	13.762	15.192
Pará	79	41	96.328	108.344

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014). Os valores observados são números absolutos

O número de ocorrências registradas nas delegacias de polícia mostra-se relevante. Os cidadãos das grandes capitais do Brasil sofrem com a onda de violência e criminalidade que se alastra de forma rápida. O Mapa da Violência de 2012, divulgado pelo Instituto Sangari, aponta que os polos da violência têm se deslocado das capitais para o interior dos estados. Esse deslocamento dos polos se justifica pelo fato de se perceber a menor presença do Estado nessas localidades, facilitando a atuação de criminosos e grupos armados (MARINHO, 2002).

No Pará, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social é composta por seis instituições. A Polícia Civil faz parte da composição dessa equipe com o objetivo de proteção dos cidadãos diante da criminalidade e violência. É uma instituição da administração direta e possui autonomia administrativa, funcional, bem como dispõe de dotações orçamentárias próprias, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A instituição policial civil do Pará trabalha com uma gerência de representação do delegado geral, sendo dele a responsabilidade da gestão geral, tanto na área administrativa quanto operacional. Esse tipo de gestão se traduz em tomada de decisões e autorização de todos os atos realizados no órgão pelas diretorias e assessorias: autorização de férias, licenças, operações policiais, entre outros. Possui também a obrigatoriedade de responder como ordenador de despesas, autorizando pessoalmente todos os pagamentos feitos na instituição: folha mensal de pagamentos dos servidores, pagamentos de contratos, obras,

suprimentos de fundo, diárias. Na impossibilidade da presença do delegado geral na instituição, o delegado geral adjunto fica autorizado a substituí-lo nas atividades necessárias.

Vidal (2012) analisa, no que concerne ao processo de tomada de decisões, que as instituições públicas precisam constantemente resolver algo, dando preferência para situações específicas, sendo que essas decisões influenciarão diretamente num posterior desenvolvimento da organização, de êxito ou ruína. Jones (2010) adverte que a tomada de decisão é responsável por definir o modo pelo qual uma organização irá proceder suas atividades. O autor complementa seu raciocínio lembrando que as regras e rotinas de uma instituição conferem estabilidade, proporcionando ao gestor, quando possível, soluções programadas, aumentando a eficácia organizacional. Nesse diapasão, ratifica-se a necessidade de planejamento na execução da atividade fim de qualquer instituição, contudo, é complexo enquadrar os estudos mencionados no caso específico da instituição policial civil, já que a criminalidade não permite que o trabalho investigativo goze de rotina. A mutabilidade imposta pelos criminosos no cometimento das infrações penais não proporciona uma linha tênue de trabalho para a polícia judiciária, sendo necessário que a Instituição, diariamente, se adeque às adversidades impostas pelo mundo do crime. Dessa forma, percebe-se que a Polícia Civil do Pará toma suas decisões de forma não programada, se adaptando, produzindo novas formas de comportamento e aprendendo a lidar com os fatos imprevisíveis. Em consequência disso, a atividade executada na instituição demanda mais esforço e energia para implementar soluções criativas, exigindo mais investigações e pesquisas de informações.

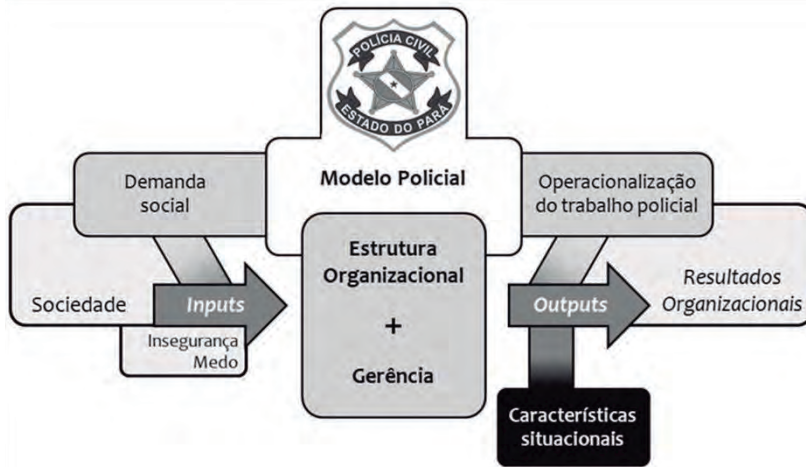
É importante que as instituições públicas exerçam suas atividades de forma sistêmica e global. A probabilidade de sucesso institucional em seus encargos é maior quando o trabalho é realizado de forma integralizada. Em alguns momentos as atividades gerenciais praticadas pela Polícia Civil do Pará assemelham-se ao funcionalismo sistêmico, sendo feitas de forma globalizante, conforme proposto por Bertalanffy (1975). Cita-se como exemplo o trabalho realizado pela Assessoria de Planejamento e Orçamento (APO), conjugado com o trabalho da Diretoria de Recursos Financeiros (DRF). A primeira é responsável pela parte orçamentária, alocando os recursos enviados pela Secretaria de Finanças e remanejando-os para seus fins específicos; a segunda, pelo pagamento dos contratos e obras utilizando o orçamento que a APO alocou primeiramente. Todavia, o paradigma gerencial observado, na maioria das ocasiões, se volta para um modelo centralista, onde o exercício dessa

administração assemelha-se não somente com a centralização, mas também com o modelo burocrático.

Neste padrão burocratizado de gestão constante nas pesquisas de Weber, o gestor é o responsável pela administração da instituição policial mantendo as posições hierárquicas, divisão vertical do trabalho, as regras, o predomínio do formalismo bem como a supremacia normativa. Todavia, as transformações sociais conduzem a novas perspectivas de trabalho, fazendo com que internamente as instituições remodelem suas atividades. Conforme aponta Mintzberg (2009), o cenário de evolução é dinâmico, impondo a necessidade de reformulação e adequação com novas estratégias para a gestão das instituições. Bresser-Pereira (1997) corrobora com esse posicionamento, afirmando que em uma conjuntura de mudanças e transformações, essa rigidez proposta por tal modelo pode provocar ineficiência, não atendendo às necessidades reais.

O trabalho gerencial da instituição em questão depende também diretamente das demandas que a sociedade apresenta no que tange a situações de imprevisibilidade. A instituição precisa se adaptar conforme as incertezas impostas pelo ambiente externo. Essas alterações ambientais são denominadas pela doutrina de contingências (ASTLEY; VAN de VEN, 2007). Em 2011, por exemplo, a Polícia Civil do Pará se voltou para um trabalho específico no que diz respeito ao narcotráfico. Segundo a Diretoria de Polícia Especializada (DPE) e a Diretoria de Polícia do Interior (DPI), essa tipificação criminal demandou investimentos nas áreas de tecnologia e inteligência policial, possibilitando o alcance de um patamar de conquistas significativas nesse setor. Exemplificando em números, neste ano foram realizadas mais de 3.500 (três mil e quinhentas) prisões envolvendo tráfico de drogas no estado do Pará.

Assim, percebe-se que a atuação do trabalho da polícia judiciária do Pará tenta se encaixar nos preceitos da Teoria da Contingência, discutida por Vidal (2012), a qual prevê essa adequação das instituições conforme as demandas que a sociedade apresenta. No caso em tela, a sociedade paraense reivindicava um controle da criminalidade na área de narcotráfico, os *inputs*, e, a instituição policial, analisando essa necessidade, operacionalizou seus trabalhos com planejamento, investigações e operações policiais, os *outputs* (Figura 1). Essa atuação resultou em dados positivos conforme os números apresentados acima.

Figura 1: Diagrama da sistematização procedimental da Polícia Civil do Pará

Fonte: Elaboração própria (2012)

As demandas sociais da população do Pará em relação à segurança pública se tornam constantes e crescentes: o medo, a insegurança, a preocupação com a vida pessoal e de familiares, o temor no que tange à integridade física, entre outros. Assim, os *inputs* são analisados pela estrutura organizacional – unidades diretivas – da Polícia Civil, que dá como retorno à população a operacionalização institucional, preventiva ou repressiva, *outputs*, que visam o controle da violência e da criminalidade. Na Figura 1, as “características situacionais” fazem referência direta à gestão da instituição, representando o momento de difícil acesso à gerência policial em virtude dela se manter “blindada”, protegida. Essa proteção ocorre devido à necessidade da não divulgação do *modus operandi* do trabalho policial, com o objetivo de alcançar o êxito nas investigações.

Conforme os estudos de Weber, a burocracia institucional seria uma forma de dominação, a qual teria causado uma influência decisiva na evolução da sociedade moderna no que tange aos atributos da organização. Esses atributos seriam os garantidores da hierarquia, da divisão do trabalho, da existência de regras, entre outros, influenciando e definindo na particularidade de cada organização (WEBER, 1982). Pelo fato da natureza da instituição policial civil ser estatal, todas as ações acabam se transformando em algo formal dentro dos parâmetros do Estado, fazendo com que o controle burocrático seja necessário. A pesquisa demonstra que a instituição policial civil do Pará precisa manter um sistema burocrático para sustentar seu controle gerencial.

Porém, percebe-se que ela não pode ficar presa a uma filosofia burocrática em todas as ocasiões, já que os *inputs* da sociedade exigem uma evolução por parte da organização, e uma adequação do sistema. Entende-se, portanto, que em certos tipos de instituições, como é o caso da Polícia Civil, não se pode trabalhar a administração utilizando exclusivamente o sistema burocrático, pois há uma sujeição a restrição, de aprisionamento da rotina, tornando a evolução do sistema dificultada. Outra questão em relação à burocracia é o fato das instituições estatais serem obrigadas a respeitar as limitações legislativas, como nos casos dos procedimentos licitatórios. Gasparini (2003) comenta que a administração pública só pode realizar atos previstos em lei, o que em certas situações pode configurar um empecilho para o atendimento da população, que passa a ser afetada por fatores de força maior.

Quanto à centralização administrativa na Polícia Civil do Pará, outro argumento pode ser utilizado para justificá-la: por ser uma instituição estatal de fato, precisa de um comando central frente às decisões. Todavia, mesmo diante de tais características, percebe-se a necessidade de se repensar esse modelo centralizador em virtude do crescimento estrutural e humano da instituição, bem como das mudanças sociais atuais. Compreende-se que a atividade gerencial realizada pela instituição policial civil do Pará se dá num eixo centralizado. O delegado geral responde diante do Estado e da sociedade pela operacionalização do trabalho policial, e precisa estar ciente de todas as ações praticadas na Instituição já que é o responsável pelo desenvolvimento das ações investigativas. Contudo, o pensamento gerencial descentralizador deve ser avaliado e praticado, possibilitando uma atuação mais participativa dos demais diretores do órgão, bem como permitindo que o delegado geral possa exercer suas atividades em outros setores mais necessários. Esse trabalho possibilitaria a criação de um equilíbrio dinâmico na instituição, apesar da essência gerencial ser centralizada.

A partir do exposto, a gestão pública realizada na Polícia Civil do Pará sugere ser de forma centralista, ainda arraigada de características burocráticas, moderando o exercício da atividade policial. Sabe-se que o formalismo ainda é necessário, porém é indispensável repensar a forma como esse trabalho burocrático vem sendo feito. A adequação da instituição diante das necessidades cotidianas precisa ser realizada, evitando que em função de uma simples assinatura algum trabalho fique prejudicado ou não seja executado. Há necessidade de ajustes para que a instituição possa atuar de acordo com os *inputs* que a sociedade apresenta.

Considerações finais

A violência e a criminalidade são uma temática abordada diariamente pelos meios de comunicação, bem como pela população de maneira geral. A discussão pública sobre esse cenário de violência, a qual envolve toda a sociedade, aponta que a quantidade e a qualidade dos atos criminosos ultrapassaram o limite da razoabilidade para as pessoas. Fatores como as crises sociais e econômicas estão associados diretamente ao aumento da criminalidade, sendo necessário que o Estado desempenhe sua função de detentor de poder e cumpra, fielmente, os preceitos constitucionais de um Estado Democrático de Direito. As instituições responsáveis pela segurança pública, como a Polícia Civil, na tentativa de reverter os dados estatísticos negativos, precisam contar com o apoio estatal. Essa assistência deve ocorrer tanto em âmbito estrutural como financeiro, para que possam exercer as atividades em suas áreas de atuação, coibindo a violência e a criminalidade.

Se, de fato, o Estado garantisse os direitos essenciais à população, como saúde, educação e emprego, os índices de criminalidade poderiam não estar tão elevados e a população viveria de maneira mais segura. Por conseguinte, as instituições, como as de segurança pública, não precisariam planejar e operacionalizar grandes estruturas nem tampouco adaptar seu gerencialismo. Pelas circunstâncias atualmente vivenciadas, as instituições voltadas para a atividade de segurança pública precisam se moldar aos *inputs* sociais, operacionalizando suas ações e fornecendo respostas à população, os *outputs*.

A Polícia Civil do Pará, obedecendo ao texto constitucional, organizou um modelo gerencial de atuação policial. Este modelo faz com que a gestão se volte para as necessidades sociais, garantindo, quando possível, a dignidade da pessoa humana. No presente estudo, foi possível observar que o gerenciamento da Polícia Civil do Pará ainda está enraizado por processos burocráticos, o que pode vir a limitar a atuação policial e tornar o processo ineficiente. Nesse sentido, o modelo presente na instituição pode ser visto como uma organização formalista que se aproxima mais das atribuições conferidas por Max Weber à burocracia.

Compreendeu-se também que a instituição policial civil do Pará incorpora o caráter da burocratização e da centralidade na sua missão organizacional nos elementos relativos à manutenção da ordem. Essa centralização gerencial na responsabilidade do delegado geral de Polícia Civil acaba por restringir o trabalho de outros dirigentes que poderiam colaborar de forma eficiente para o exercício da atividade fim da Instituição. Se a

descentralização gerencial fosse efetuada, permitiria que a chefia geral estivesse mais disponível para a prática de outras atividades também concernentes, e não menos importantes, ao trabalho policial.

Por conseguinte, as instituições policiais que possam vir a trabalhar com esse modelo gerencial de policiamento, ao buscar a neutralidade e a padronização de suas atividades pela via burocrática e centralizadora, afastariam grande parte das possibilidades do poder de atuação de outros dirigentes. A sistematização desse modelo policial centralizado realizado na Polícia Civil do Pará busca praticar um trabalho eficiente, mas, em alguns momentos, os resultados não refletem a eficiência desejada, já que há um considerável grau de previsibilidade nesse contexto de atuação.

Inferese que o empenho da instituição precisa ser mais intenso, já que os *inputs* da sociedade são constantes. É necessário permitir que a descentralização gerencial aconteça, unindo o trabalho de todas as diretorias, assessorias e coordenadorias que compõem a organização estruturante da Polícia Civil do Pará no sentido de realizar um trabalho conjunto, sistêmico e contributivo, que traga benefícios tanto para a instituição quanto para a população.

Referências

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia - PSI*. p. 7-8, abr./jun. 2002. Disponível em: <http://www.violacao.org/_upimgs/arquivos/arq4d0b6f718b7df.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/26939>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

ASTLEY, W. Graham; VAN de VEN, Andrew H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. In: CALDAS, Miguel; BERTERO, Carlos Osmar (Coord.). *Teoria das organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. (Série ERA-Clássicos).

BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria geral dos sistemas*. Tradução de Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1975.

BRASIL. *Constituição [da] República Federativa do Brasil de 1988*. 18. ed. organização: Marcos Antônio Oliveira Fernandes. São Paulo: Rideel, 2012.

_____. *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BREUS, Thiago Lima. *Políticas públicas no Estado Constitucional*. São Paulo: Fórum, 2007.

CARVALHO, Maria. A construção do objeto de pesquisa. In: _____. *Metodologias qualitativas e quantitativas*. Campinas: Papyrus, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 7. ed. 5. tirag. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FERREIRA, Caio M. Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 47, v. 120, n. 3, p. 5-33, set./dez. 1996.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRESSLER, Alice Lori. *Introdução à pesquisa-projetos e relatórios*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO SANGARI. *Mapa da violência 2012*. Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

JONES, Gareth. Tomada de decisão, aprendizagem, gestão do conhecimento e tecnologia da informação. In: _____. *Teoria das organizações*. São Paulo: Pearson, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. *Técnicas de pesquisa e planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____; _____. *Metodologia do trabalho científico*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARINHO, Karina Rabelo Leite. *Mudanças organizacionais na implementação do policiamento comunitário*. Dissertação. 2002. 106f. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARTINS, H. H. de S. Metodologia qualitativa de pesquisas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MAYNTZ, Renate. *Sociología de la organización*. 6. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. *Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal*. Salvador-BA, v. 13, n. 37, p. 143-160, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MIGUEZ, Gonzalo Caballero. Nuevo institucionalismo en ciencia política, institucionalismo de elección racional y análisis político de costes de transacción: una primera aproximación. *RIPS, Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, v. 6, n. 2, p. 9-27, 2007.

MINTZBERG, Henry. *Criando organizações eficazes*. São Paulo: Atlas, p. 11-35, 2009.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. *Curso de Direito Processual Penal*. 3. ed. Bahia: JusPODIVM, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

VASCONCELOS, Isabella F. G.; PINOCHET, Luiz H. C. Poder, tecnologia e controle burocrático: uma análise crozeriana em uma empresa de informática paranaense. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - ENEO, 2., 2002, Recife. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIDAL, Josep Pont. *Introducción a la teoria de sistemas autoreferenciales y al sistema de derecho em Niklas Luhmann*. Belém: NAEA, 2012.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

CAPÍTULO 18

Homicídio: perfil das vítimas e dos casos ocorridos em Marabá-PA

Roberto Silva Silveira Junior

Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Silvia dos Santos de Almeida

Doutora em Engenharia de Produção (UFSC) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. salmeida@ufpa.br

Lorena Maria Amoras Corrêa

Graduanda em Estatística (UFPA). Belém – Pará – Brasil. lorenamaria.ufpa@gmail.com

Resumo

A violência é um fenômeno presente no cotidiano de muitas sociedades, sendo elas metrópoles ou não, e incluso na violência está o homicídio. Sendo assim, visando investigar a real dimensão dos homicídios no município de Marabá, localizado ao sudeste do estado do Pará, este trabalho tem como objetivos descrever e analisar o perfil do delito e das vítimas de homicídio neste local. Para tanto, utilizaram-se os dados dos registros das ocorrências de homicídio notificados no município, no período de janeiro de 2010 a setembro de 2013. A técnica estatística descritiva foi utilizada para descrever o perfil da vítima e do delito. A partir do estudo foi possível ter ciência que na maioria dos casos de homicídio as vítimas eram do gênero masculino e jovens, com idade de 18 a 24 anos, e os homicídios sucederam pelo sentimento de ódio ou vingança no bairro de Nova Marabá e no turno da noite.

Palavras-chave: Delitos. Violência. Análise Descritiva.

Introdução

A palavra violência tem sua origem no latim, *violentia*, que reporta a *vis*, que significa força física, vigor. Para Zaluar (1999), esta força torna-se violência quando ultrapassa determinados limites, ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações. A violência humana, onipresente no cotidiano contemporâneo, ignora os esforços para mantê-la distante e invade as vidas das mais diversas maneiras. Para Rocha, o conceito de violência é:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma *vis*, vale dizer, como uma força que transgrede limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, p. 10).

A partir deste conceito, considera-se que entre as violências está o ato de matar uma pessoa, legalmente conhecido como homicídio. O homicídio é um crime comum e não especial e, assim, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, excluídos aqueles que tentam contra a própria vida, já que o suicídio, por si mesmo, é fato atípico. O homicídio, como já prelecionava Hungria (1955), é o crime por excelência, tipo central dos crimes contra a vida e a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada. Isso porque a pessoa humana, seja do ponto de vista material ou moral, constitui o mais relevante objeto da tutela penal, pois além do interesse individual na sua proteção, convive com as exigências do interesse público.

No Código Penal Brasileiro (CPB), o homicídio está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida. No Art. 121, homicídio simples é a ação de “matar alguém” com pena de 06 (seis) a 20 (vinte) anos de prisão. No § 2º do mesmo artigo, o homicídio qualificado é definido da seguinte forma:

Se o homicídio é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por motivo torpe; por motivo fútil; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte

ou torne impossível a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime, é considerado hediondo e com pena, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de prisão. Decreto de Lei N^o 2.848, Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

A sua incriminação vai variando de acordo com o modo de execução, o elemento subjetivo, os motivos e as circunstâncias do fato. E assim, foram construídos tipos diferenciados de homicídio, tal qual o infanticídio - Art. 123 do CPB (BRASIL, 1940) - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, em que a pena é a detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Por outro lado, no sobredito diploma percebem-se situações nas quais há cessação da vida, característica elementar do delito de homicídio, embora ausente o dolo direto, mas presente um mínimo de culpabilidade do autor do evento. Evidencie-se que, está evidentemente implícita a reprovação ética da conduta. No entanto, havendo dolo direto, naturalmente, o delito passará a ser o de homicídio em concurso material (LIBERALESSO FILHO, 2011). São bons exemplos: a lesão corporal seguida de morte (Art. 129, § 3^o), o abandono de incapaz (Art. 133, § 2^o), a exposição ou abandono de recém-nascido (Art. 134, § 2^o) e a omissão de socorro (Art. 135, parágrafo único).

O direito à vida é um direito natural, inerente à condição de ser humano, sendo assim, não é permitido à legislação afastar-se dos postulados que garantem o pleno exercício de viver. Moraes (2003) diz que o direito à vida é um direito fundamental do ser humano, é um direito supremo e inviolável, é o maior dos direitos, pois dele decorrem todos os outros direitos.

A Carta Magna de 1988 consagra o direito à vida, como sendo um direito inviolável, nos seguintes termos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida...” (Constituição Federal de 1988, Art. 5, *Caput*). Assim como a Constituição declara a inviolabilidade do direito à vida, também acordos internacionais sobre Direitos Humanos afirmam ser a vida inviolável.

Os direitos previstos no Art. 5 da Constituição Federal são “cláusulas pétreas”, isto é, são direitos que não podem ser suprimidos da Constituição. Conforme explica Bulos (1999), as cláusulas pétreas são: cláusulas que possuem uma supereficácia, ou seja, uma eficácia absoluta, pois contêm uma força paralisante total de toda legislação que vier a contrariá-la, quer implícita, quer explicitamente. Daí serem insusceptíveis de reforma.

Moraes (2003), afirma que

A Constituição Federal assegura, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter a vida digna quanto à subsistência.

Lenza (2007) explica que o direito à vida, conforme previsto no Art. 5, *caput*, da Constituição Federal, abrange tanto o direito de não ser morto, como também o direito de ter uma vida digna.

O Art. 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos preceitua: “Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Na verdade, a inviolabilidade não é uma premissa apenas do direito à vida, mas de todos os direitos. Nas grandes cidades o maior determinante da criminalidade e da violência é a desigualdade que obriga os cidadãos a conviver com enormes desníveis sociais que se chocam a cada dia (CASTRO; PASTORE, 2015).

Revisão bibliográfica

Em um estudo realizado por Mingardi (1996), os maiores riscos para a vitimização de homicídios são observados nos grupos de adultos jovens e adolescentes, sendo que para os primeiros há, aparentemente, tendência à persistência no crescimento das taxas de homicídios. Em alguns lugares do Brasil, o homicídio é a primeira causa de óbito em homens de 15 a 39 anos.

Campos et al. (2011) observaram em seu estudo no município de Petrolina, estado de Pernambuco, entre os anos de 2004 e 2006, que os três motivos de agressão com maior proporção foram por causas fúteis (21,70%), seguido de extermínio/pistolagem (15,50%) e vingança (11,80%). Os autores ainda comentam que existe uma relação do extermínio/pistolagem com o sentimento de vingança na maior parte dos relatos policiais, onde envolvem geralmente “acertos de contas, brigas entre gangues, ameaça de morte, rixas e crimes encomendados”.

Em 2010, o *ranking* de homicídios no Brasil foi liderado pelo estado de Alagoas, sendo registrados 2.226 homicídios, que equivalem a uma taxa de 71,3 mortes por 100 mil habitantes. Nesse mesmo ano, o estado de São Paulo apresentou a menor taxa de homicídios dos últimos tempos, foram registradas 4.320 mortes, o que corresponde a 10,47 homicídios por 100 mil habitantes (GOMES; LOCHE, 2011).

Segundo Souza e Reis (2006), Minas Gerais alcançou a taxa de 19,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. As chances de morrer vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, de acordo com Beato Filho (2012, p. 152), chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. Além de ter sido encontrada uma forte associação entre a ocorrência de homicídio e os dias de domingo e sábado e os turnos noite e madrugada, em uma pesquisa realizada na metropolitana da Grande São Luís no Maranhão por Santos Júnior (2013).

Zilli e Vargas (2013) estudaram os homicídios de jovens registrados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no período de 1978 a 2008 e, verificaram que na maioria dos casos de homicídios a utilização de arma de fogo superam os demais instrumentos utilizados no ato, além disso, também verificaram um aumento na utilização da arma de fogo nos casos de homicídios registrados na RMBH no período em estudo.

Peres e Santos (2005) acreditam que os elevados coeficientes de mortalidade por homicídios com armas de fogo sugerem que medidas para o controle de armas podem vir a ter um impacto importante para a redução da mortalidade por homicídios, constituindo-se, dessa forma, uma medida de grande valor preventivo. Segundo Campos et al. (2011), a prevalência de homicídios em espaço público reúne características peculiares a cada bairro, ocorrendo principalmente em bairros periféricos e com alta concentração de pessoas.

Material e métodos

A área de estudo refere-se ao município de Marabá que está localizado no sudeste paraense, com uma distância de 654 quilômetros da capital, Belém. Possui uma população de 251.885 habitantes e uma densidade demográfica de 15,45 hab./km² (IBGE, 2013).

Para elaboração do trabalho foi necessário reunir as informações referentes às notificações de homicídios ocorridos no município de Marabá, tendo como recorte temporal o período de janeiro de 2010 a setembro de 2013. Os dados foram obtidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) do Pará, a partir de registros armazenados em sua base de dados criminais, que são alimentados pelas seccionais urbanas e delegacias, a partir do registro da ocorrência no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). No período analisado foram efetuados 685 registros de homicídios na cidade de Marabá. As variáveis analisadas foram:

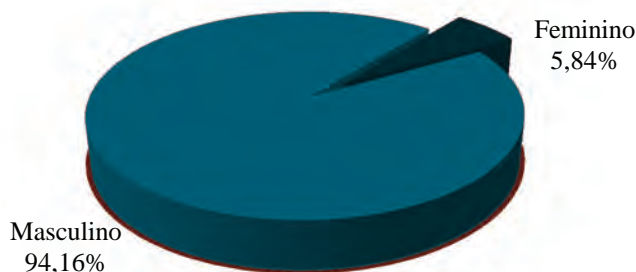
- (a) Gênero da vítima (masculino e feminino);
- (b) Faixa etária (em anos) da vítima (0 a 11, 12 a 17, 18 a 24, 25 a 29, 30 a 34, 35 a 64 e maior ou igual a 65);
- (c) Causa/motivo (ódio ou vingança, ambição, execução, alcoolismo/ embriaguez, tráfico de entorpecentes, ciúme, fútil, acidental, rixa e troca de tiro);
- (d) Ano (2010, 2011, 2012 e 2013);
- (e) Mês (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro);
- (f) Bairro (Nova Marabá, Zona Rural de Marabá, Velha Marabá, Liberdade, Cidade Nova, São Felix, Novo Horizonte, Independência, Morada Nova, Laranjeira, Amapá, Jardim Vitória, Bom Planalto, Centro de Marabá, Vale do Aeroporto);
- (g) Dia da semana (domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira, sábado);
- (h) Turno (madrugada, manhã, tarde e noite);
- (i) Meio empregado (arma de fogo, arma cortante ou perfurante, arma contundente e sem instrumento);
- (j) Local de ocorrência (via pública, residência particular, café, bar, casa comercial, propriedade agropastoril, terreno baldio, hospital, mar, rio, lagoa, penitenciária, reformatório, via férrea, prédio em obras e indústria).

A análise dos dados foi feita por meio da estatística descritiva, com o objetivo de organizar, investigar e expor características de dados, além de procurar indícios de padrões que possam indicar possíveis tendências relacionadas aos registros de homicídios. Para tanto, utilizaram-se tabelas, gráficos e medidas estatísticas, para se obter resultados de modo rápido, fácil e de simples interpretação (BUSSAB; MORETTIN, 2011).

Resultados e discussões

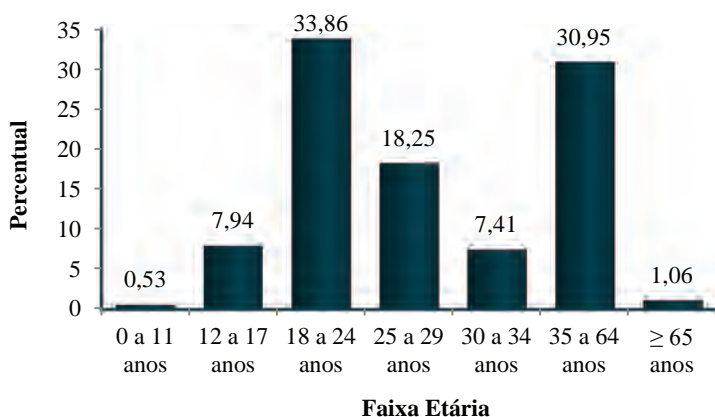
Ao analisar o perfil das vítimas de homicídios em Marabá, pode-se observar que no período compreendido de janeiro de 2010 a setembro de 2013 a maioria das vítimas (94,31%) de homicídio em Marabá são do gênero masculino (Figura 1). Resultado este similar às pesquisas nacionais e internacionais que alertam que as mortes por homicídios, inclusive no grupo de jovens, são ocorrências tipicamente do gênero masculino, como por exemplo, nos estudos realizados na cidade de São Paulo por Mingardi (1996) e em Petrolina, Pernambuco por Campos et al. (2011).

Figura 1: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por gênero da vítima



Para Barata, Ribeiro e Moraes (1999), a agressividade e a competitividade dos homens os tornam mais expostos ao crime de homicídio. Do mesmo modo, González-Pérez, Vega-López e Cabrera-Privaral (2012) afirmam que a agressividade masculina é culturalmente e socialmente aceita, especialmente nos jovens, que veem na violência um modo aceitável de resolver conflitos. Isso pode ser observado na cidade de Marabá quando se tem que a maior parte das vítimas de homicídio possuem idade de 18 a 24 anos (33,86%) (Figura 2).

Figura 2: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por faixa etária da vítima



O fato de muitos jovens terem suas relações familiares marcadas por contradições e conflitos devido à dificuldade de aceitar a sua condição social, em que a maioria dos casos os pais são da classe trabalhadora e ganham baixos

salários, e não conseguirem alcançar a realidade que almejam, muitos acabam se vendo obrigados a assumirem precocemente suas despesas pessoais e em muitos casos as despesas também da família. E, portanto, a probabilidade de estar envolvido em uma morte violenta depende de riscos cumulativos relacionados, em sua maioria, a condições de marginalidade social: brigas de gangues, tráfico de entorpecentes, assaltos a mão armada, tiroteios com a polícia, desagregação social com exclusão e iniquidade (GREENBERG; SCHNEIDER, 1994).

Pode-se observar que os homicídios registrados em Marabá, em sua maioria, tiveram como motivo/causa de ódio ou vingança (75,57%) (Tabela 1). Anna, Aerts e Lopes (2005) realizaram um estudo referente a homicídios entre adolescentes em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, no ano de 1997 e verificaram que o sentimento de vingança (15,40%) é a terceira maior causa dos homicídios entre os jovens do gênero masculino na cidade.

Tabela 1: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, causa/motivo do fato ocorrido

Causa/motivo	Quantidade	Percentual
Ódio ou vingança	232	75,57
Ambição	23	7,49
Execução	13	4,23
Alcoolismo/embriaguez	12	3,91
Tráfico de entorpecentes	11	3,58
Ciúme	9	2,93
Fútil	3	0,98
Acidental	2	0,65
Rixa	1	0,33
Troca de tiro	1	0,33
Total	307	100,00

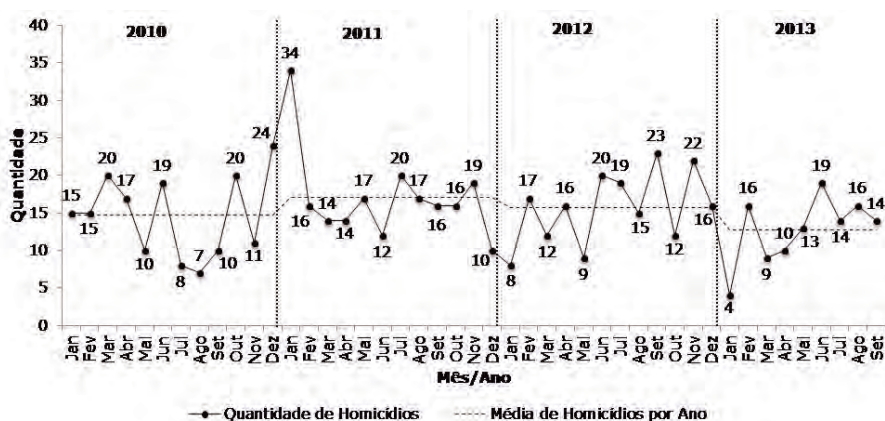
Nota: Em 378 (55,18%) ocorrências não havia informação da causa/motivo do fato ocorrido

No período em estudo, a maior parte dos homicídios no município de Marabá ocorreram em janeiro de 2011, apresentando 34 notificações, seguido de dezembro de 2010 (24 notificações) (Figura 3). Uma possível explicação para esse resultado pode ser o fato de que em janeiro de 2011, a morte violenta de um agente de segurança pública estadual, sem desvio de

conduta, colaborou com o aumento dos indicadores de homicídio de Marabá, pois, anônimos aproveitando-se do clamor da opinião pública passaram a atuar sem critérios em defesa da vítima (BINFO, 2011).

A grande quantidade de registros em janeiro fez de 2011 o ano com a maior média (17,08) de homicídios no período em estudo. Em 2010, apenas os meses de maio, julho, agosto e novembro apresentaram quantidade de notificações de homicídio abaixo da média anual (14,67). Apesar dos elevados números, em 2012 (15,75) e 2013 (12,78) Marabá apresentou uma redução na quantidade média de registros de homicídios (Figura 3).

Figura 3: Quantidade de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por mês e ano



O Brasil vem experimentando um aumento exponencial de suas taxas de homicídio. Atualmente, os assassinatos já são a principal causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos, superando qualquer doença ou causa externa e se consolidando como um gravíssimo problema não somente de segurança, mas de saúde pública do Brasil (ZILLI; VARGAS, 2012).

Marabá vem apresentando taxas de homicídios alarmantes, em 2010, a taxa foi de 75,32 mortes por 100 mil habitantes, superior à alcançada no estado de Alagoas – que foi de 71,3 mortes por 100 mil habitantes (GOMES; LOCHE, 2011); em 2011 foi de 85,88 mortes por 100 mil habitantes e 77,59 mortes por 100 mil habitantes em 2012. Marabá apresenta a taxa média de homicídio aproximadamente 5 vezes maior que Belém, a capital do estado, que registrou em 2010 a taxa de 15,79 mortes por 100 mil habitantes.

A maior parte dos homicídios registrados em Marabá ocorreu no bairro Nova Marabá (37,81%), seguido da Zona Rural de Marabá (13,87%) (Tabela

2). Para Cardia, Adorno e Poletto (2003), existe uma característica frequente nos registros de homicídios no Brasil, onde os bancos de dados revelam que os cenários mais recorrentes são os bairros que compõem a periferia urbana, onde as condições sociais de existência coletiva são precárias e a qualidade de vida encontra-se degradada.

Tabela 2: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por bairro

Bairro	Quantidade	Percentual
Nova Marabá	259	37,81
Zona Rural de Marabá	95	13,87
Velha Marabá	67	9,78
Liberdade	51	7,45
Cidade Nova	48	7,01
São Felix	38	5,55
Novo Horizonte	27	3,94
Independência	26	3,79
Morada Nova	21	3,06
Laranjeira	18	2,63
Amapá	11	1,60
Jardim Vitória	10	1,46
Bom Planalto	7	1,02
Centro de Marabá	6	0,88
Vale do Aeroporto	1	0,15
Total	685	100,00

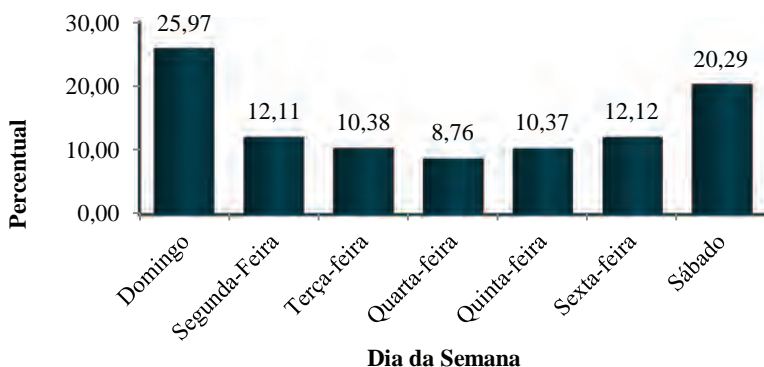
Entretanto, no bairro Nova Marabá o cenário apresentou-se completamente diferente, pois o bairro foi tido como setor urbano que atende as principais necessidades da população do município. Porém, uma característica de grande relevância do Nova Marabá foi que as apreensões de drogas e consequentemente as prisões de pessoas envolvidas com tráfico ocorreram com maior frequência neste bairro.

Em relação à urbanização, nos últimos anos o Nova Marabá vem se destacando pelo elevado número de invasões, provocando uma desorganização espacial urbana. Beato Filho (2012, p. 70) afirma que o fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a

urbanização. A rigor, poder-se-ia dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos.

Em relação ao dia da semana em que esses homicídios acontecem em Marabá, observa-se que há uma concentração no sábado e no domingo, ou seja, no final de semana (totalizando 46,28%) (Figura 4). Este padrão também é observado em outros locais do mundo, em relação aos crimes de homicídio, onde, por exemplo, na cidade de Cali, Colômbia, um em cada quatro homicídios ocorreram no domingo e dois em cada três, no horário da noite, sendo que 13,00% das vítimas de homicídios aos domingos e 23,40% das vítimas de homicídios no turno da noite, possuíam 50mg/dL ou mais de álcool no sangue (CONCHA-EASTMAN et al., 2002).

Figura 4: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por dia da semana



Quanto ao turno de ocorrência do homicídio em Marabá, nota-se um elevado percentual nos turnos da noite e da madrugada (totalizando 66,34%), e a intensidade se reduz nos turnos da manhã e da tarde (Figura 5). Este ciclo temporal dos crimes de homicídio não é exclusividade de Marabá, e pode ser notado em diversos estudos que abordam o assunto, como por exemplo, na cidade de Cali, na Colômbia (CONCHA-EASTMAN et al., 2002), cidade de São Paulo, no Brasil (SANT'ANNA et al., 2008) e cidade de Belém, no Brasil (GOMES, 2013; REMÉDIOS, 2013).

De acordo com Gomes (2013) e Silva (2000), os crimes nos turnos da madrugada e da noite ocorrem com vítimas mais vulneráveis, pois o horário propicia um ambiente, em que na maioria das vezes, o consumo de álcool está presente e os bares e locais semelhantes estão em funcionamento.

Muitos estudos têm relacionado a violência com o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, onde proporcionou a partir de 2000, uma orientação a elaboração e execução de políticas municipais de controle do consumo do álcool como meio de reduzir a violência (MOURA, 2012). Kahn e Zanetic (2005) concluíram que os crimes contra a pessoa dependem, inclusive, do padrão de interação entre elas e, ao lado das armas de fogo, as bebidas alcoólicas são consideradas um dos mais importantes fatores criminógenos, que potencializam a violência.

Figura 5: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por faixa horária e turno

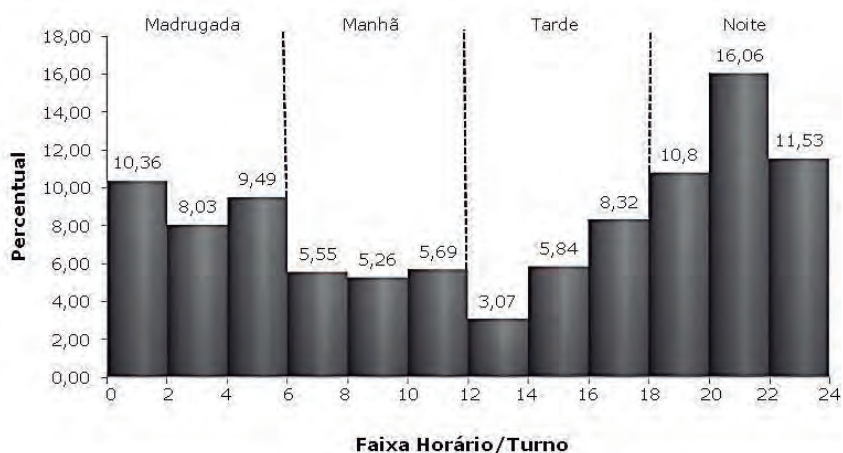
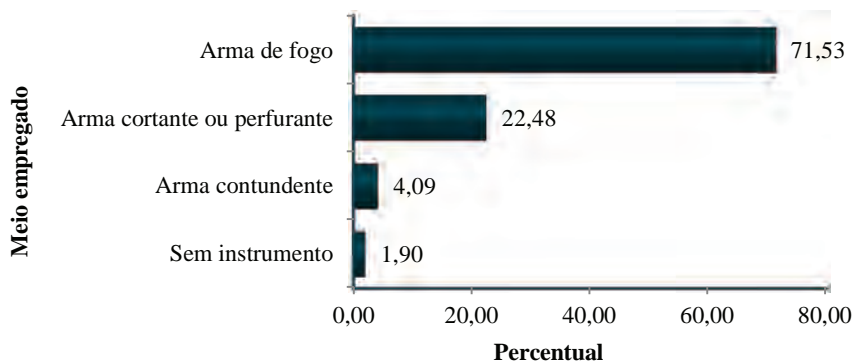


Figura 6: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por meio empregado



Um *ranking* estabelecida entre os 100 municípios com as maiores taxas médias de mortes por armas de fogo das cidades com mais de 20 mil habitantes realizado por Waiselfisz (2013), apresenta o município de Marabá ocupando a 9^a (nona) posição. Isso pode ser visto claramente na Figura 6, em que mostra que a maioria dos homicídios registrados no município de Marabá foi utilizando arma de fogo (71,53%).

A razão do número de homicídios entre homens e mulheres foi de aproximadamente 16 óbitos masculinos para cada óbito feminino. Para as mulheres, apesar de a violência ocorrer tanto na rua quanto em casa, ao contrário dos homens, as mesmas são as principais vítimas da violência sofrida no espaço doméstico, que é praticada por maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, irmãos, pais e padrastos (RAMOS et al., 2011), portanto resultante de conflitos de ordem “privada”. Enquanto entre a população masculina predominam os casos de agressões por estranhos, ocorridas no espaço público e relacionadas, em grande parte, com a criminalidade urbana (KELLERMAN; MERCY; 1992), isso pode ser visto na cidade de Marabá quando se observa que a maioria dos homicídios ocorreu em via pública (75,34%) (Tabela 3) e no turno da noite (38,39%).

Tabela 3: Percentual de homicídios registrados no município de Marabá – janeiro de 2010 a setembro de 2013, por local de ocorrência

Local de ocorrência	Quantidade	Percentual
Via pública	516	75,34
Residência particular	78	11,39
Café, bar, etc.	34	4,96
Casa comercial	12	1,75
Propriedade agropastoril	12	1,75
Terreno baldio	5	0,73
Hospital	4	0,58
Mar, Rro, lagoa	4	0,58
Penitenciária, reformatório	2	0,29
Via férrea	2	0,29
Outros*	16	2,34
Total	685	100,00

Nota: *Prédio em obras e indústria

Considerações finais

A partir dos dados analisados, foi possível mostrar um breve perfil da vítima de homicídio, onde se constatou que a maioria das vítimas é do gênero masculino e jovens de 18 a 24 anos de idade. Quanto à construção do perfil do delito, conclui-se que a maioria dos homicídios tiveram como a causa para cometer o delito o ódio ou a vingança. Estes geralmente ocorrem no turno da noite, podendo-se destacar o domingo e o sábado como os dias da semana mais propícios ao cometimento deste delito, tendo em vista, que nos finais de semana muitos jovens frequentam bares e festas no horário da noite, contribuindo para o cenário da criminalidade. Foi possível observar também que a maioria dos homicídios ocorre em vias públicas e com a utilização de arma de fogo.

Os resultados também mostraram que Marabá possui taxa de homicídio aproximadamente 5 (cinco) vezes maior do que a taxa de homicídio da capital do estado, Belém, destacando o bairro Nova Marabá com a maior concentração deste delito. Uma possível explicação para esse resultado são as apreensões de drogas e conseqüentemente as prisões de pessoas envolvidas com tráfico que ocorrem com frequência neste bairro.

Dessa forma, as mortes podem ser decorrentes de acertos de contas ou disputa de pontos estratégicos para a comercialização, podendo se observar a relação entre o tráfico de drogas e a violência urbana.

Referências

ANNA, A. S.; AERTS, D.; LOPES, M. J. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 120-129, jan./fev. 2005.

BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S. A.; MORAES, J. C. Tendência temporal da Mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 711-718, out./dez. 1999.

BINFO – *Boletim de Informativos*. Comando de Policiamento Regional II. Marabá, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até junho de 2005. São Paulo: IMESP, 2005.

_____. *Código Penal Brasileiro (CPB)* – Decreto Lei nº 2.848, de 07/12/1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm . Acesso em: 01 out. 2013.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BULOS, L. Cláusulas Pétreas. *Revista Consulex*, v. 3, n. 26, 1999.

BUSSAB, W. O.; MORETIN, P. A. *Estatística básica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPOS, M. E. A. L.; FERREIRA, L. O. C.; BARROS, M. D. A.; SILVA, H. L. Deaths from Homicide in a Municipality in Brazil's Northeast, based on Police Data, from 2004 to 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 151-159, abr./jun. 2011.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CASTRO, C. M.; PASTORE, J. *Inclusão e exclusão social: as raízes e as curas*. 2015.

CONCHA-EASTMAN, A.; ESPITIA, V. E.; ESPINOSA, R.; GUERRERO, R. La epidemiología de los homicidios en Cali, 1993-1998: seis años de un modelo poblacional. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 12, n. 4, 2002.

IBGE. *IBGE Cidades*, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150420>>. Acesso em: set. 2013.

GOMES, M. K. T. *A potencialização dos homicídios no contexto do espaço social: o caso de Belém do Pará*. 2013. 73 f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GOMES, L. F.; LOCHE, A. A falácia do efetivo policial e a segurança pública. *Jus Navigandi*, Teresina, v. 16, n. 2793, 23 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18542>>. Acesso em: 22 maio 2013.

GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J.; VEGA-LÓPEZ, M. G.; CABRERA-PIVARAL, C. E. Impacto de la violencia homicida en la esperanza de vida masculina de México. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Guadalajara, v. 32, n. 5, p. 335-342, 2012.

GREENBERG, M.; SCHNEIDER, D. Violence in American cities: young black males is the answer, but what was the question? *Social Science and Medicine*, New Brunswick, v. 39, p. 1179-1187, 1994.

HUNGRIA, N. *Comentários ao Código Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1955.

KAHN, T.; ZANETIC, A. O papel dos municípios na Segurança Pública. *Estudos Criminológicos*, v. 4, 2005.

KELLERMANN, A. L.; MERCY, J. A. Men, women and murder: gender-specific differences in rates of fatal violence victimization. *Journal Trauma*, v. 33, p. 1-5, 1992.

LENZA, P. *Direito Constitucional Esquematizado*. 11.ed. Editora Método, 2007.

LIBERALESSO FILHO, P. T. Homicídio Crime Rei: Bioética. 79f. *Resenha crítica* (Bacharelado em Direito), Universidade Paulista, 2011.

MINGARDI, G. *Pesquisa sobre a violência na Zona Sul*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 1996. (Não publicado)

MORAES, A. *Direitos humanos fundamentais*. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2003.

MOURA, T. W. Política pública de restrição do horário de funcionamento de bares. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 352-373, ago./set. 2012.

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n.1, p. 58-66, 2005.

RAMOS, E. M. L. S.; PAMPLONA, V. M. S.; REIS, C. P.; ALMEIDA, S.S.; ARAÚJO; A. R. Perfil das vítimas de crime contra a mulher na Região Metropolitana de Belém. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 172-192, 2011.

ROCHA, Z. *Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII*. Recife: UFPE, p. 10, 1996.

REMÉDIOS, M. A. R. *Criminalidade e urbanização: estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio*. 2013. 81 f. Dissertação (Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANT'ANNA, A.; et al.; Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 20-129, jan./fev. 2008.

SANTOS JÚNIOR, A. R. *Gestão do policiamento preventivo e o desafio da metodologia informacional: o caso da Região Metropolitana da Grande São Luís - Maranhão*. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, B. F. A. *Criminalidade urbana violenta: uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte*. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SOUZA, R. V.; REIS, G. P. O controle da polícia no Brasil: uma introdução ao "Controle Científico da Polícia". *Revista O Alferes*, Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-graduação da polícia Militar de Minas Gerais, n. 58, p. 11-61, jul-dez. 2006.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2013: mortes matadas por arma de fogo*. Centro Brasileiro de Estudos Latinos-Americanos, 2013.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *Perspective*, São Paulo: SEADE, p. 3-17, 1999.

ZILLI, L. F.; VARGAS, J. D. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 621-632, 2012.

CAPÍTULO 19

Panorama histórico da segurança pública no Brasil e os seus desafios na atualidade

Kelly Serejo Fonseca

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e professora da Faculdade Estácio do Pará. Belém – Pará – Brasil. kellyserejo@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFCS) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Resumo

Um dos assuntos mais tensos nas últimas décadas tem sido a segurança pública, particularmente no que se refere ao aumento da criminalidade sem a correspondente eficácia das ações para consecução da segurança. Muitos estudos têm procurado entender quais fatores contribuem para esse cenário, tentando fugir de discursos inócuos e apresentar ações efetivas para evitar que se chegue a situações incontroláveis. É certo que alguns entraves para a eficácia de políticas públicas neste setor encontram sua explicação na origem da polícia no Brasil, a começar pelas formas institucionalizadas que assumiram os órgãos de segurança pública. A partir desta constatação, o presente artigo objetivou apresentar a historiografia da segurança pública no Brasil, desde o seu surgimento, incluindo a forma como a segurança pública foi recepcionada pelas Constituições brasileiras, até os dias atuais, e finalmente apontou os desafios enfrentados pela segurança pública na atualidade. Para êxito nesta pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com a exposição e explicação da evolução do papel da polícia a partir da própria evolução da sociedade brasileira. Dentre os principais resultados, foi possível compreender as raízes que sustentam as práticas do campo organizacional de segurança pública e assim ser possível reorientar as estratégias organizacionais neste setor. As conclusões deixaram claro que as organizações policiais passaram por diversas transformações ao longo da história e, ainda, que a ineficácia que atinge as ações de políticas públicas de segurança remontam à forma como foi compreendida a polícia na sua origem.

Palavras-chave: Constituição Brasileira. Polícia. Historiografia.

Introdução

A segurança pública no Brasil, nos últimos anos do século XX, transformou-se em tema de debate político e tornou-se um problema social que preocupa a todos. Cada vez mais se tem discutido sobre a segurança pública, à medida que crescem as taxas de criminalidade, aumenta a sensação de insegurança combinado com uma aparente ineficácia da ação policial da prevenção da violência criminal.

Por isso, a questão da segurança pública tem despertado o interesse de diversos estudiosos especialistas, da sociedade civil e dos governos. Os instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência não têm sido suficientes para proporcionar a segurança individual e coletiva, nem mesmo uma sensação de estar seguro.

Não obstante os avanços obtidos com o conhecimento acumulado sobre o fenômeno da criminalidade, ainda é necessário mais estudo sobre o assunto (SAPORI, 2007).

Este artigo tem como objetivo fazer um apanhado histórico da segurança pública no Brasil, partindo da vinda da família real portuguesa para o Brasil, momento em que foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, considerada, mais tarde, como a instituição que deu origem às Polícias Cíveis ou Polícia Judiciária, até a consolidação da segurança pública na Constituição Federal, para em seguida fomentar algumas reflexões acerca dos desafios e do papel do Estado na garantia da segurança pública, enquanto direito básico ao exercício da cidadania. Esse recorte histórico parte da premissa de que muitas questões de dificuldade de enfrentamento da violência hoje são em decorrência da forma como a segurança pública se firmou no Brasil.

Portanto, a partir desse apanhado histórico, o artigo tem a intenção de levantar o contorno da segurança pública como objeto de estudo no debate acadêmico, bem como os desafios que devem ser enfrentados pelo setor, a partir de um Estado Democrático de Direito, ofertando, assim, aos gestores da segurança pública, produção de conhecimento que possa subsidiar as ações públicas em segurança.

Materiais e métodos

A fim de localizar nas raízes das organizações de segurança explicação para muitos dos seus entraves na atualidade, este artigo aborda a origem, previsão constitucional e desafios atuais da segurança pública brasileira.

Esse recorte histórico inicia com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, passando pela ideia de segurança pública nas constituições brasileiras (desde a Constituição do Império até a Constituição democrática de 1988), culminando com a exposição de alguns desafios que a segurança pública deve enfrentar numa perspectiva democrática.

Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica em torno do tema, a partir do levantamento e seleção bibliográficos. É uma pesquisa de natureza qualitativa, na medida em que procede à análise e interpretação mediante formulações teóricas relativas aos assuntos escolhidos, e possui fins descritivo e exploratório.

Origem histórica da segurança pública no Brasil

O apanhado histórico sobre a segurança pública no Brasil começa com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal, em 1808.

Dois meses após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, com as tarefas de zelar pelo abastecimento da capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem, disciplinando os costumes da população pobre e escrava. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões. Assim, o papel da Intendência Geral de Polícia seria muito mais um papel civilizador do que propriamente o de polícia operacional controladora da ordem pública.

A Intendência-Geral de Polícia da Corte foi a instituição que deu origem as Polícias Cíveis ou Polícia Judiciária hoje existentes no Brasil, com previsão constitucional (Art. 144, § 4^o).

Em 1809 foi criada outra instituição, a Guarda Real de Polícia, que posteriormente deu origem às Polícias Militares do Brasil. Organizada militarmente, a Guarda Real possuía amplos poderes para manter a ordem.

Cruz (2013) expõe que durante o Período Imperial (1822-1889), o país entrou em conflitos internos e externos, e a força policial, chamada de Guarda Real de Polícia, atuou no espaço da defesa interna e da segurança nacional, agindo conjugadamente com o Exército Brasileiro, criado desde 1648. Naquele momento, somente poderiam fazer parte dessa guarda os cidadãos eleitores, ou seja, indivíduos que possuíam renda mínima, conforme definição do Art. 192 da Constituição Política do Império de 1824.

Até esse período, época da declaração da independência, não se tinha a noção que se tem hoje a respeito de segurança pública, tampouco organizações que se dedicassem exclusivamente a este mister. A segurança da população se

confundia com a própria segurança do país. A própria legislação era omissa quanto a esse assunto, como será apresentado a seguir com a história das Constituições brasileiras. Mas, embora naquele momento, ainda não se tivesse noção de segurança pública, nem referências a essa questão, já havia um embrião da Segurança Pública no País (CRUZ, 2013).

No período regencial, em 1831, como resultado da ineficácia no gerenciamento das crises da época (século XIX), a Guarda Real foi extinta. Em seu lugar foi criado, no mesmo ano, o Corpo de Guardas Municipais Permanente, com a finalidade de enfrentar a agitação inerente à época. Mais tarde, a denominação foi alterada e cada província determinou seu título conforme a Unidade Federativa, como exemplos Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Militar do Estado do Ceará. Nesse mesmo período criou-se a Guarda Nacional, uma organização paramilitar, ou seja, independente do Exército, com a atribuição de defender a Constituição e a integridade do Império na manutenção da ordem interna.

De acordo com Cruz (2013), em 1866, no Rio de Janeiro, foi criada ainda a Guarda Urbana, precursora do Corpo Civil da Polícia: uma força não militarizada com atividades de ronda. A Corte era composta por uma força policial militar e outra civil, sendo que a primeira tornou-se força aquartelada, com operações de grande porte, e a segunda ficou com a atribuição da vigilância contínua da cidade. A Guarda Urbana foi dissolvida e extinta em 1889.

Com a proclamação da República, em 1889, houve a necessidade de reorganização do aparato repressivo estatal, pois aconteceu uma modificação considerável das relações entre as diferentes elites políticas, e também alterou as relações entre as classes dominantes e subalternas. Costa (2004, p. 91) expõe que com “a abolição da escravidão, a instauração de um federalismo altamente descentralizado e o rápido crescimento urbano das principais cidades brasileiras exigiram profundas modificações nas instituições policiais”.

O papel das polícias no controle social concentrava-se na vigilância das classes urbanas perigosas e, com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura de controle social. Uma das primeiras tarefas impostas ao aparelho policial foi o controle da população rural que migrou em massa para os principais centros urbanos. Novos instrumentos e mecanismos de controle social precisaram ser desenvolvidos.

Seguindo a trajetória histórica da segurança pública, chega-se à Era Vargas (1930-1945). O golpe de 1930 pôs fim ao arranjo político da Primeira República, já corroído pelo clientelismo e pelo localismo. Getúlio Vargas chega ao poder com a intenção de inaugurar uma nova ordem política baseada

num Estado forte o suficiente para conduzir a sociedade a novos rumos. O regime autoritário de Vargas consolidado em 1937 é marcado pela excessiva centralização no plano federativo e pela limitação dos canais de participação no plano partidário, segundo Costa (2004). A polícia iria assumir papel fundamental na construção e manutenção desse regime autoritário, com competência para o controle dos grupos políticos dissidentes.

Logo, nos primeiros meses do governo Vargas, promoveu-se uma ampla reforma nos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal e de alguns outros Estados, com composição por pessoas de estrita confiança do regime. Esse foi o primeiro passo para o redimensionamento do aparato policial brasileiro.

Em 1934, foi publicado o Decreto nº 24.531, com a finalidade de implementar uma ampla reforma na estrutura da Polícia. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, ampliou-se o poder do Chefe de Polícia e se expandiu a estrutura policial. Como resultado dessas reformas, a chefia de Polícia suplantou a estrutura do Ministério da Justiça e exerceu poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais, conforme Costa (2004). A repressão política empreendida por Vargas apoiava-se no tripé: polícia política, legislação penal sobre crimes políticos e Tribunal de Segurança Nacional. O controle desse aparato repressivo estava diretamente subordinado ao presidente da República. Ainda, o Exército também fornecia equipamento às polícias e completava a formação da oficialidade. A partir desse período ocorre o sucateamento das PM, haja vista só utilizar armamento e treinamento aprovado pelo Exército brasileiro, o que gerou uma defasagem de tecnologia que até hoje atinge as polícias militares.

Em 1964, o golpe militar, que pôs fim à “experiência democrática” dos anos 1950, estabeleceu um regime burocrático-autoritário, conduzido por militares e civis, que iria se estender até 1985, restringindo a participação política e ampliando o poder das Forças Armadas. Essa nova ordem política era justificada a partir da noção de inimigo interno inscrita na Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra do Exército brasileiro. Nessa perspectiva, eram priorizadas a defesa do Estado e a ordem política e social. Este processo iniciou-se pela tomada do poder pelas Forças Armadas e pela instauração de um regime no qual o presidente detinha uma grande soma de poderes (FREIRE, 2009).

Na verdade, a doutrina da segurança nacional havia sido reivindicada pelas Forças Armadas desde a Revolução Constitucionalista de 1930, apartando-a das polícias (COSTA; LIMA, 2014), cabendo a estas um papel muito mais de controle da ordem interna. A perspectiva de segurança nacional era fundada na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional,

definido pela elite no poder, e pela justificativa do uso da força sem medidas em quaisquer condições necessárias à preservação da ordem.

Em suma, segundo Freire (2009), o paradigma de Segurança Nacional caracterizava-se pela prioridade dada, inicialmente, ao inimigo externo, materializado no combate ao comunismo; e, posteriormente, ao inimigo interno, correspondente a qualquer indivíduo percebido como contrário à ordem vigente. A ameaça à segurança aqui é vista como tudo aquilo que atenta contra o Estado e contra os interesses nacionais, intimamente associados aos interesses daqueles que estão no poder.

A exemplo da Era Vargas, o aparato policial foi utilizado para conter a oposição política. Para tal, usou e abusou da repressão, da tortura e das prisões. A violência policial foi o instrumento utilizado contra a dissidência política. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na ditadura de Vargas, não foram apenas as polícias que praticaram a repressão política, mas também as Forças Armadas que, nesse período, detiveram o monopólio da coerção político-ideológica (COSTA, 2004).

Em 1967 foi criada a Inspeção-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército (IGPM) - Decreto-lei n^o 317, de 13 de março de 1967, e Decreto-lei n^o 667, de 2 de junho de 1969 - destinada a supervisionar e controlar as polícias militares estaduais. Cabia à IGPM estabelecer normas reguladoras da organização policial, controlar os currículos das academias de polícia militar, dispor sobre os programas de treinamento, armamentos, manuais, e regulamentos utilizados pelas polícias, além de manifestar-se sobre as promoções dos policiais militares. Esse controle irá influenciar profundamente o perfil das polícias brasileiras.

Em 1985 chega ao fim a ditadura militar, passando-se a respirar uma expectativa de dias melhores. Em 1987 é instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual trouxe inovações importantes na seara da segurança pública.

As inovações constitucionais, na seara da segurança pública, foram significativas, havendo uma tentativa legal de mudança do paradigma reativo para uma ação policial proativa (preventiva), bem como ocorreu a inserção do princípio da gestão participativa na resolução dos problemas da violência e da criminalidade, conforme se pode vislumbrar pela redação do Art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2010): “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]”. A ordem constitucional erigida a partir de 1988 elegeu entre seus objetivos fundamentais

a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e o respeito à dignidade da pessoa humana. No modelo democrático, a segurança pública é via de acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos (SOARES, 2006).

Constata-se, assim, que a história da sociedade brasileira reflete a própria evolução da segurança pública do Brasil.

A previsão constitucional da segurança pública

A primeira Constituição do Brasil data à época do Império, em 1824 (BRASIL, 2015). Nela, não havia qualquer referência a respeito de segurança pública.

Na Constituição Federal de 1891, quando proclamada a República, ficou definida, por meio do Art. 5, do Decreto N^o 1, a responsabilização dos governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança pública e pela defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos (BRASIL, 2015).

A Constituição Federal de 1934 foi publicada na Era Vargas (BRASIL, 2015). No início desse governo, havia um forte movimento que reivindicava a democracia, por meio de eleições e de uma nova Constituição. Com o receio de ser contraposto, o governo federal decidiu controlar as Forças Públicas, oficializando a Força Reserva de Primeira Linha do Exército. Ocorreu a primeira referência sobre as Forças Públicas, hoje a Polícia Militar, como organização.

Ainda na Constituição de 1934, aparece o termo segurança “interna” para tratar com matérias atinentes ao controle da ordem, o que irá gerar vários dilemas organizacionais no país e em seu pacto federativo (COSTA; LIMA, 2014).

Foi somente na Constituição Federal de 1937 que o termo “segurança pública” parece ter sido usado pela primeira vez.

Art. 16- Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

(...)

V - o bem-estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública, quando o exigir a necessidade de unia regulamentação uniforme;

(...). Grifo nosso. (BRASIL, 2015).

Observe-se que conforme o Art. 16, cabia privativamente à União regular a matéria, mas, já em 1936, havia legislação que regulava as atividades

das polícias militares e as vinculava às unidades da Federação, cabendo à União apenas um papel de supervisão e controle, por meio do Exército. Desse modo, com a Constituição de 1937, instaura-se uma primeira tensão conceitual e que terá impacto direto nos mandatos e atribuições das polícias brasileiras.

A Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 2015) surgiu em pleno período da ditadura militar, com o controle sobre o efetivo das polícias militares e a centralização da segurança nas Forças Armadas, como meio de preservar a ordem e os objetivos nacionais, restringindo os governadores a organizarem as corporações estaduais (CRUZ, 2013). Seguindo a tradição brasileira, a Constituição de 1967 manteve as polícias militares como reserva e forças auxiliares do Exército; entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as guardas civis e incorporou seus efetivos às polícias militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades e sob tutoria do Exército brasileiro.

Em 1985 chega ao fim a ditadura militar, passando-se a respirar uma expectativa de dias melhores. Em 1987 é instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a qual, dentre inúmeras mudanças, trouxe inovações importantes na seara da segurança pública, se comparada ao padrão tradicional de segurança pública incorporado à segurança nacional da época de exceção.

Aqui, embora a Constituição Federal de 1988 tenha trazido um capítulo específico sobre segurança “pública”, não definiu o significado desse conceito. Há tão somente uma definição de quais são as instituições públicas encarregadas para prover a segurança “pública”:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Antes de 1988, no que se refere ao tema ‘segurança pública’, as Constituições brasileiras existentes tratavam o direito à segurança de forma pontual e abstrata, e apenas no capítulo relativo aos direitos e garantias

individuais. O tema ‘segurança’ só era retomado no título relativo às Forças Armadas, mas compreendido como segurança nacional.

É certo que também a Constituição de 1988 anuncia a segurança no título referente aos Direitos e Garantias Fundamentais, conforme consta do *caput* do Art. 5: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2015, grifo nosso). Mas, diferentemente das demais, a Constituição de 1988 reserva espaço específico à temática da segurança pública no Art. 144, como apresentado acima.

Convém ainda destacar que a segurança pública, ou melhor, o direito à segurança não foi contemplado no título que versa sobre a ordem social que regulamenta os direitos sociais mencionados no teor do Art. 6. Nesse artigo é feita menção ao “direito à segurança”, junto aos demais direitos de cunho social, não sendo, entretanto, regulamentado de forma detalhada, nesse título, como o foram os demais. Comparando-se o tratamento dado ao tema ‘Segurança Pública’ ao dispensado aos temas de cunho social na Constituição Federal de 1988, constata-se ambiguidade por parte dos constituintes, com relação ao reconhecimento do direito à segurança como um direito social.

Porém, na Constituição Federal atual, a segurança pública foi tratada no título referente à defesa do Estado e das instituições públicas, juntamente com os temas estado de defesa, estado de sítio e Forças Armadas. Daí, talvez, uma das razões para que o direito à segurança sempre apareça associado com a garantia da ordem pública, o que acaba distanciando-se os temas de cidadania e direito humano à segurança.

Ainda, comparando-se a Constituição em vigor com a sua antecessora, a de 1967, é possível notar uma mudança substancial na competência das polícias em relação à segurança pública e à ordem pública. Na Constituição de 1967 era de competência das polícias a “manutenção da ordem pública”. Na constituição atual essa competência evoluiu para a “preservação da ordem pública”, querendo o legislador abranger no vocábulo “preservar”, as ações de manutenção e restauração da ordem pública, como visto anteriormente.

Desafios da segurança pública na atualidade

No atual estágio em que se encontra o cenário da segurança pública na Constituição Federal, faz-se mister apontar alguns desafios, acompanhando Costa e Lima (2014), que devem ser encarados para a consolidação da segurança pública em um Estado Democrático de Direito.

1. **Controle externo da atividade policial**, para viabilizar a mudança de algumas práticas, vistas como violentas, ilegais e arbitrárias. Para Costa et al. (2014), entre as opções acionadas, no que se refere às polícias, é a criação e o funcionamento ouvidorias, destinadas ao controle externo da atividade policial.
2. **Gestão da informação e de prestação de contas para a população**, aumentando a transparência das estatísticas, melhorando o desempenho da atividade policial e aproximando as polícias da comunidade e de setores como a universidade e a mídia.
3. **Polícia comunitária**, numa tentativa de aumentar a aproximação das policias com as comunidades.
4. **Profissionalização da atividade policial**, com a criação de academias e escolas de instrução, bem como a criação de cursos e departamentos nas universidades para lidar com problemas de segurança pública.
5. **Formação de uma identidade no campo organizacional**, uma vez que o pertencimento de uma organização a um campo específico depende da identificação de seus membros com outras organizações vistas como semelhantes.

Considerações finais

Procurou-se, neste artigo, trazer alguns levantamentos históricos para a compreensão da atual configuração do sistema de segurança pública no Brasil.

Considerando a trajetória histórica da segurança pública no Brasil apresentada, foi aqui visualizado que essa polícia seguiu pautada, ao longo dos anos, por uma ideologia dominante, com características repressoras.

Observou-se, ainda, que a matéria segurança pública sempre esteve e continua presente na história das Constituições brasileiras, ainda que em um ou em outro momento tenha assumido roupagem diversa do que hoje está consolidada, ora contendo mais, ora menos ênfase, seja de forma expressa ou implícita. Basta retomar a história da primeira Constituição (a imperial, outorgada de 1824), em que foi referida expressamente como “segurança interna” até o atual Texto Constitucional, de 1988, em que foi a primeira vez que a matéria assumiu capítulo próprio e de maneira mais detalhada.

A história também permite aferir que o aparelho de segurança pública no Brasil no período imperial teve forte conotação ideológica, parcial e político-partidária, para servir de instrumento de dominação e de manutenção de *status quo*.

Ressalte-se que quando, no Art. 144, ao tratar especificamente da segurança pública, a Constituição atual não optou, com a precisão desejável, nem por um nem por outro modelo. Viu-se que por um lado, concebeu como finalidade das políticas de segurança a preservação da “incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Por outro lado, manteve parte importante da polícia militarizada, mantendo-se como “forças auxiliares e reservas do Exército” (Art. 144, §5º).

A segurança pública atravessa, pois, períodos históricos até habitar o discurso democrático, ao ser concebida como ordem republicana do Estado Democrático de Direito, conforme atual configuração na Constituição Federal de 1988, restando claro que a atual Constituição é um marco para a área de Segurança, ao consolidar uma nova perspectiva conceitual: a segurança pública (FREIRE, 2009) e, ainda, por declarar, no Art. 5, que a segurança é um direito fundamental.

Após a consolidação da ideia de segurança pública no atual ordenamento constitucional, foram destacados desafios a serem encarados frente a esse Estado Democrático de Direito, seja relacionado à atividade policial, seja desafio referente à formação de uma identidade no campo organizacional.

Finalmente, no modelo democrático, a segurança pública passa a ser via de acesso à cidadania plena, ao garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos.

Referências

BRASIL. *Constituição do Brasil*. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/>

constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. *Constituição Política do Império do Brasil*. 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/pdfs/constituicaodoimperio.pdf>. Acesso em: 26 maio 2015.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de.; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, Gleice Bello da. A historicidade da segurança pública no Brasil e os desafios da participação popular. *Cadernos de Segurança Pública*, v. 5, n. 4, mar. 2013.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 3, n. 5, ago./set. 2009.

SAPORI, Luiz Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança pública tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

CAPÍTULO 20

Diagnóstico por meio dos indicadores de policiamento e criminalidade: a possível gestão eficiente do policiamento preventivo na Região Metropolitana da Grande São Luís

Antônio Roberto Santos Júnior

Mestre em Segurança Pública (UFPA), oficial da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e professor das especializações em Segurança Pública da UEMA e UFMA. São Luís – Maranhão – Brasil. roberto-santosjr@hotmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. Belém – Pará – Brasil. edson@ufpa.br

Adrilayne dos Reis Araújo

Mestre em Estatística (USP) e professora da UFPA. Belém – Pará – Brasil. adrilayne@ufpa.br

Irlando Ricardo Monteiro Lopes

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. ricardo.pa@bol.com.br

Henrique Antônio Monteiro Lopes

Mestre em Segurança Pública (UFPA) e policial rodoviário federal. Belém – Pará – Brasil. lopide@gmail.com

Resumo

A aplicação dos métodos estatístico-informacionais aos dados disponíveis no Centro Integrado de Operações de Segurança do Maranhão pode influenciar a Polícia Militar do Maranhão a desenvolver políticas preventivas de segurança eficientes, por meio de indicadores de policiamento e de criminalidade na Grande São Luís. Para tanto, o mapeamento dos delitos foi utilizado para analisar a dinâmica de homicídio, roubo e tráfico de entorpecentes em 2011. A distribuição dos delitos não é uniforme e o índice de policiamento estudado mostra que as áreas em estudo possuem os piores índices de policial de serviço por habitante do Brasil, sendo estes dezenas e até centena de vezes maior em relação ao padrão recomendado pelos órgãos oficiais. A distribuição do policiamento não possui consonância com os resultados alcançados, logo conclui-se que não existe política preventiva cientificamente elaborada pela Polícia Militar do Maranhão, ou seja, o poder público não tem sido eficiente no sentido de garantir os direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade e a segurança ao cidadão.

Palavras-chave: Métodos Estatístico-Informacionais. Políticas Preventivas. Índice de Policiamento.

Introdução

A gestão de prevenção da violência urbana permeia políticas públicas de segurança que utilizam metodologias estatístico-informacionais e indicadores claros e capazes de avaliar resultados e desempenhos, além de permitir agilidade na tomada de decisão para correções e intervenções não só preventivas como também proativas.

A produção de indicadores estatísticos é necessária para apoio, monitoramento e avaliação pelos gestores de projetos e atividades de prevenção, controle e redução da criminalidade, construindo conhecimento que permita intervenções proativas e compreensão da dinâmica da violência nas diversas regiões metropolitanas do país, como é o caso da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL).

O acompanhamento das mais variadas demandas em segurança pública sensibiliza e orienta os órgãos para registros mais qualificados, a partir dos quais são produzidos diagnósticos locais que mostram a real situação, objetivando aprimorar a interlocução dos órgãos e instituições envolvidos nos estudos acerca das diversas manifestações da violência. O diagnóstico das manifestações de violência, que mostra os tipos de delitos, perfis de criminosos, bem como das vítimas, locais, dias e horários, proporciona o mapeamento da violência, possibilitando ações precisas de antecipação do crime.

O poder público deve proporcionar ao cidadão um estado e uma cultura de segurança e paz, exercendo sua responsabilidade constitucional de garantir aos cidadãos os bens inalienáveis da vida e da segurança. Para tal fim é necessário o desenvolvimento e a implantação de modelos de gestão de prevenção da violência urbana, por meio de políticas públicas que utilizem, dentre outras, metodologias estatístico-informacionais e indicadores claros para avaliação de resultado e desempenho, além de agilidade na tomada de decisão para correções e intervenções proativas. O resultado seria um uso eficiente dos recursos públicos mediante a gestão do conhecimento permeado pela produção/sistematização de informações que possibilitaria aos órgãos de segurança pública, em especial à Polícia Militar do Maranhão (PMMA), construir com mais eficiência soluções com foco estratégico de curto, médio e longo prazo.

Uma mudança na gestão pública do policiamento preventivo vem propiciar, ainda mais, ao poder público êxito em reduzir a ocorrência de atos violentos e/ou antissociais, em especial os delitos, responsáveis pela sensação de insegurança transmitida à população. O cidadão da RMGSL precisa de um ambiente urbano mais igual para que possa usufruir dos espaços que a

cidade lhe apresenta. É nessa ótica que o poder público deve reconhecer que empregar de forma eficiente a informação na gestão dos recursos públicos é permitir o uso da inteligência a serviço do cidadão.

Os dados estatísticos criminais são meios que permitem verificar tendências dos crimes, identificar *modus operandi* de criminosos, determinar quais os locais, dias e horas e crimes que mais acontecem. Portanto, eles dão uma radiografia da criminalidade em determinado local, o que possibilita a produção de planejamento do policiamento mais coerente, dando prioridades às áreas mais afetadas pela violência em consequência da criminalidade. Tais dados ajudam a fazer um diagnóstico do problema. Mas para isso, esses dados devem receber o tratamento adequado com base em métodos estatísticos para deles se extrair o conhecimento que será utilizado no planejamento de policiamento para a RMGSL.

Quanto mais precisa for a informação, mais fácil fica o emprego correto da força policial militar, com planejamento das ações voltadas para as áreas apontadas como mais críticas. Dessa forma, é de fundamental importância para qualquer organização policial o tratamento adequado dos dados estatísticos, porque neles estão contidas as informações mais relevantes para a atividade policial. Indicadores criminais adequados são uma das fontes mais seguras para a reflexão e avaliação da atividade de segurança pública e para a produção de políticas públicas de qualidade.

Nesse diapasão, a PMMA não tem se constituído em exceção, mesmo porque seu planejamento operacional tem sido questionado, principalmente em relação ao planejamento e desempenho da ação policial militar, como utilizadora das informações e tecnologias postas à sua disposição pelos instrumentos oficiais de segurança. Observam-se as dificuldades que os policiais militares apresentam, tais como: abordagem segura e preventiva, rondas produtivas, recuperação de veículos roubados, captura de fugitivos, atuação em local e horário adequados em conformidade com a necessidade social, combate bem sucedido ao tráfico, entre outras.

Sabe-se que uma avaliação consistente só poderá ser feita se existir um tipo de marco referencial, que é o parâmetro, com critérios de julgamento da realidade, e para tal se tem na proposta deste trabalho, a utilização do Centro Integrado de Operações Policiais de Segurança da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (CIOPS/SSPMA), como órgão básico de captação de informações para utilização dessa ferramenta na atuação do profissional policial militar.

O eixo central deste trabalho é desenvolver estudo na área de utilização dos dados (métodos estatístico-informacionais) e da gestão desse

conhecimento na instituição PMMA em prol da atuação dos policiais militares, ambientados com o mundo tecnológico e da informação, bem como do planejamento operacional compatível com as conclusões retiradas dos dados observados. Com isto, o policial militar (PM) não será mais condenado a desenvolver seu trabalho repetindo procedimentos arcaicos, empíricos, e de atuação muitas vezes fracassada, desgastando o policial e a logística que está à sua disposição.

Revisão bibliográfica

De acordo com Carvalho e Tavares (2001, p. 3), “tudo a nossa volta é informação”. Seja qual for a cultura ou país, a informação passou ao longo do tempo a ter importância determinante e crescente na vida dos indivíduos de uma sociedade. Para Dante (1998), isso se verifica uma vez que a informação é capaz de impulsionar perspectivas de desenvolvimento. Um dos fatores que levam a valorização da informação, enquanto recurso é a vantagem competitiva que pode ser proporcionada a pessoas, grupos, produtos, serviços e atividades (MARCHIORI, 2002).

Os dados, uma vez manipulados, organizados e consolidados, com um objetivo definido, são capazes de gerar informação. Transformam-se dados em informação uma vez que se agrega valor a eles, pois estes são apenas registros estruturados (BEAL, 2008, p. 11). Para este autor, a informação não se restringe pura e simplesmente à coleta de dados. Informação deve informar, enquanto os dados podem ser limitados. A pessoa encarregada do processo decisório precisa fazer com que os dados se tornem úteis como informação para que se possa relacioná-los e atuar sobre eles (PICOLI, 2010).

A administração pública não se afasta desse contexto. A busca por melhorias na prestação de serviços vem sendo um diferencial nas organizações. Diante desse contexto, as organizações têm se deparado com a dificuldade de administrar, a fim de criar novos conhecimentos e de transformar o conhecimento individual em organizacional. Sendo assim, torna-se necessário o investimento em métodos, modelos e processos de gestão do conhecimento (VARHAU, 2005).

A criminalidade é um dos temas mais discutidos na atualidade, configurando-se, já há algumas décadas, como um dos fenômenos que mais preocupam os habitantes das cidades brasileiras. Essa crescente preocupação, fomentada por experiências diretas ou indiretas com as diversas modalidades de crime, tem alterado paisagens das cidades e comportamentos dos habitantes (LIMA, 2000).

Uma vez compreendido que a informação estatística possui caráter estratégico, os organismos de segurança, nas suas atividades de planejamento, execução e direcionamento das ações sistêmicas, prescindem de método de gestão que contraste as formas tradicionais de administração policial, diante de referência na utilização de novo modo de coleta de dados, divulgação e análise, observando a conjugação entre os números e as percepções da insegurança, relacionada em uma construção de política de segurança pública (MIRANDA, 2004).

Para Guedes (2003), um dos pontos frágeis tem sido gerir os recursos policiais e o planejamento das ações sob orientação exclusiva da “experiência” e “bom senso” dos agentes (investigadores) e autoridades policiais (delegados e comandantes militares). Muito comum ser ausente das tomadas de decisões, diagnósticos, metas, avaliações e a elaboração de medidas de desempenho consistentes. Esta ferramenta é essencial para o gerenciamento profissional da polícia, de forma a constituir-se uma política pública de segurança.

Beato Filho (2000) realizou discussão sobre bases de dados e questões metodológicas, mencionando que diante dos dados não lapidados, seriam realizadas análises e seus resultados difundidos aos órgãos de segurança competentes para cada situação, instrumento este que seria capaz de mapear as áreas e os horários com maior concentração de ocorrências registradas, sendo essenciais para o planejamento das ações operacionais das polícias.

Beato Filho (2001) ainda comenta que o uso intensivo e metodológico da informação é o que possibilita uma racionalização da atividade policial. Ela permite que os indicadores de criminalidade sejam utilizados como elemento de orientação e planejamento de atividades operacionais, distribuição de recursos e, também, como avaliadores da eficiência das ações. Essa ideia mostra que a informação é um insumo básico para a ação policial e a fonte básica para sua obtenção é a população.

Para Souza (2004), o conhecimento acerca da criminalidade e da violência adquire um valor político, ultrapassando o mero valor técnico para a gestão da segurança pública. Dessa forma se torna um atributo característico da democracia, assegurando o direito de saber à cidadania, anunciando probabilidades de vitimização a que a região estudada está submetida.

O cruzamento das informações existentes nos bancos de dados da secretaria de segurança permite a identificação de padrões, constituindo assim uma forma de sistematização independente de análises empíricas dos agentes de segurança.

A construção de mapas, identificação de “pontos quentes”, padrões de ocorrências de fenômenos, relatórios de ocorrências e análise espacial encontra

dificuldades para a realização da análise criminal a partir da subnotificação de ocorrência ou cifra negra que corresponde ao número de delitos que não chegam ao conhecimento das autoridades policiais (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008).

Dantas (2012) afirma que os chefes de polícia e xerifes de instituições policiais norte-americanas projetaram e propuseram a criação do que se concretizou como pilar para a formulação da moderna doutrina de análise criminal que são as grandes bases administrativas de dados agregadas nacionalmente acerca da criminalidade. O que resta a confirmar a importância do programa e sua experiência.

Já no Brasil merece destaque o sistema desenvolvido e estruturado pelos estados de Minas Gerais e do Ceará. Na primeira unidade federativa, a Polícia Militar desenvolveu um sistema informatizado de processamento de dados com o objetivo de produzir um conjunto sistemático de informações sobre crimes, com base em registros de ocorrências policiais atendidas pela corporação. A medida se deu em conjunto com o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, em parceria com a Empresa de Processamento de Dados de Minas Gerais associada à Fundação João Pinheiro.

Para Azevedo (2006), com a utilização desse sistema tem sido possível à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) realizar o planejamento das operações táticas (emprego operacional), visando a prevenção e o combate à criminalidade com base nos dados armazenados e na produção de informações sobre ocorrências policiais.

Mais próximo da realidade maranhense está o trabalho desenvolvido no estado do Pará. Nesse diapasão, os gestores de segurança pública firmaram convênio entre a Secretaria de Segurança Pública do Pará e a Universidade Federal do Pará, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas Estatísticas e Computacionais para o desenvolvimento de um sistema computadorizado de processamento de dados para produzir um conjunto sistemático de informações sobre crimes, baseado nos registros de ocorrências policiais registradas no Sistema Informatizado de Segurança Pública (RIBEIRO et al., 2008).

A Polícia Militar é um dos órgãos com maior capilaridade em todo o estado, a qual dispõe, diariamente, de uma infinidade de dados oriundos dos quatro cantos da Região Metropolitana de São Luís, mas que acabam se perdendo no tempo, pois não há integração sistêmica dos dados coletados, por falta de um processamento adequado. Profundas transformações surgem quando a estrutura e a cultura da polícia são de alguma forma, moldadas pela tecnologia (MANNING, 2003, p. 375).

A primeira experiência nesses estudos se deu quando um grupo de oficiais da PMMG visitou o estado de Nova York no final da década de 1990. Nos EUA conheceram a estrutura de avaliações periódicas, relativa a delitos registrados e mapeados pela polícia. Dessa visita surgiu o programa de modernização organizacional, introduzindo o uso de mapas georreferenciados como ferramenta complementar do planejamento dos serviços de segurança pública.

Para Soares (2005), o Controle Científico da Polícia é compreendido como avanço gerencial direto, uma vez que a visibilidade conceitual da segurança pública está em baixa, demonstrando poucas iniciativas que ultrapassem a responsabilidade legal das polícias e a herança deixada por longa década de baixos investimentos na renovação dos equipamentos policiais, da frota, na inclusão de contingente de policiais em caráter de reposição aos que deixam as fileiras por aposentadoria e invalidez, além da exposição negativa em elevado grau, tendo em vista a queda exagerada da confiança da população e da imprensa na capacidade de reação das instituições de segurança frente a um crescente índice de criminalidade violenta, especialmente nas capitais.

Para Reis (2006), o modelo reativo geral das polícias apresenta uma estratégia de visível esgotamento. Ações como ocupação das regiões mais violentas, utilização de grande número de policiais e viaturas apresentam resultados efêmeros. Além disso, alguns estados como o de Minas Gerais foram cenários de movimentos reivindicatórios com busca por melhores condições de trabalho e de maiores salários. A utilização dos preceitos da hierarquia e da disciplina foi, até então, o mais forte e duradouro meio de controle do atual modelo de administração pública burocrática.

Os parâmetros alcançados pela PMMG foram considerados modelo de excelência em gestão pública pelo governo daquele estado. O grande mérito do trabalho desenvolvido pela PMMG é que ele possibilita avaliações cuja metodologia e resultados independiam de variações na pessoa de avaliadores e avaliados, inovação que foi denominada “Controle Científico da Polícia”. No Quadro 1 tem-se alguns exemplos de mudanças na atuação policial militar decorrentes do novo modelo apresentado.

Assim, a PMMG redefiniu no nível estratégico a forma como as unidades descentralizadas utilizavam os dados sobre os registros de criminalidades, objetivando acompanhar com mais propriedade o desempenho diante do que fora contratualizado entre o governo e todo o sistema de defesa social. O rearranjo no fluxo da informação teve sua atividade aperfeiçoada diante da criação do Centro Integrado de Informações de Defesa Social pelo Governo de Minas Gerais. Tal órgão equivale ao CIOPS no estado do Maranhão.

Quadro 1: Aplicação de indicadores de policiamento e criminalidade na PMMG, no ano de 2006

Indicador	Como era no modelo tradicional	Como passou a ser com o “controle científico”
Eficiência das patrulhas de prevenção ativa	Inexistente, porque não havia esse conceito operacional. Até então, a prevenção à criminalidade se fazia sem uma doutrina de emprego específica e sem uma especialização de seus realizadores, para o exercício da missão.	A eficiência da atuação das patrulhas de prevenção é medida pela avaliação do seu efeito sobre “zonas quentes de criminalidades”, previamente identificadas com auxílio do geoprocessamento.
Avaliação do emprego de viaturas	Realizada quanto ao percentual da disponibilidade da frota, para emprego em geral (administrativo e operacional).	Análise de proporção de lançamento por turno, a partir da realidade criminal, e do acerto/erro dos administradores nessa gestão do emprego.
Capacidade técnica	Por treinamento básico (tiro, defesa pessoal) e instruções antes dos turnos de serviços, sem mensuração do apreendido pelos instruídos.	Verificação semestral, mediante aplicação de metodologia científica do conhecimento individual dos policiais sobre aspectos ligados a sua demanda prática ordinária.

Fonte: Sousa e Reis (2006)

É dessa forma que se possibilitou a redução do abismo antes existente entre o operacional e o estratégico. A adoção de indicadores de policiamento e de criminalidade no contexto de surgimento do controle científico fortaleceu a capacidade de coordenação operacional da Polícia Militar. Permitiu que o controle interno fosse reestabelecido a níveis capazes de gerar tanto eficiência como efetividade perante os cidadãos, e fortalecer institucionalmente a instituição (SOUZA; REIS, 2006).

Material e métodos

Atendendo às modificações nas estruturas dos órgãos de segurança pública decorrentes das concepções do novo plano nacional de segurança pública, e a utilização de software ligados diretamente à massa de informações em 13 de janeiro de 2004, o CIOPS do Estado do Maranhão começou a funcionar em caráter experimental.

O CIOPS é uma rica fonte estatística, já que todos os dados recebidos são dispostos organizadamente, sendo separados por tipo, local, hora, área etc., podendo ainda, realizar cruzamento de dados, sendo muito útil dentro do planejamento operacional da Polícia Militar. Assim, podem ser observados

e identificados os locais mais problemáticos e com maiores índices de criminalidade, possibilitando o desenvolvimento de ações mais eficientes e direcionadas àqueles locais e problemas mais conhecidos. Deste modo, pode ser dito que o CIOPS é um tipo de termômetro do crime e da criminalidade.

Cada solicitação pelo telefone fica registrada nos sistemas de computadores do CIOPS, constituindo, assim, a partir das informações da sociedade ao uso do 190 e por meio das comunicações com os policiais das viaturas da PMMA, formando um conjunto de dados e informações sobre as ocorrências em determinado período de tempo, constituindo a primeira base de dados oficiais e estatísticos da Polícia Militar que posteriormente, por meio de exposições e análise dos resultados, e expostos e por intermédio de relatórios, constituirão a Estatística Criminal do Comando de Policiamento Metropolitano (CPM).

O COM é o órgão intermediário de execução dentro da PMMA, responsável pelas normas e diretrizes das unidades operacionais da ilha de São Luís. Ou seja, representa o elo entre o comandante geral, Estado-Maior e os batalhões e companhias presentes na RMGSL.

A área de atuação do CPM compreende as quatro cidades que compõem a ilha Upaon Açu (São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar). De acordo com o IBGE (2013), São Luís tem uma população de mais de um milhão de habitantes, seguida por populações menores nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

A produção de um diagnóstico socioeconômico revela a real situação de determinada população e sua região, com tabelas de dados, georreferenciamento e, especialmente, indicadores específicos sobre vários aspectos da realidade do local estudado.

No cenário brasileiro existe uma gama de instituições que disponibilizam, inclusive em ambiente virtual, indicadores para diversos níveis territoriais. Assim como publicam dicionários de variáveis ou glossários técnicos, trazendo definições, fórmulas de cômputo e considerações metodológicas acerca de medidas. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são responsáveis pela atualização desses indicadores. Atualmente, os censos demográficos, além de quantificar o tamanho da população, qualificam uma gama variada de informações (HAKKERT, 1996).

Apesar de diversas críticas da literatura especializada, os indicadores se legitimam socialmente e institucionalmente. A legitimidade social se manifesta pela visibilidade e frequência que os indicadores têm conferido às questões sociais na mídia, facilitando o trabalho sintético do jornalismo proporcionando o monitoramento dos programas de governo na mídia.

A legitimidade institucional dessas propostas se sustenta no fato de terem servido de instrumento de garantia do espaço institucional das instituições de estatística e planejamento (SANDAR NETO; JANNUZI; SILVA, 2008).

Os indicadores de atividade policial militar são modalidades que revelam a atividade policial sob a ótica da prestação de serviço realizada de maneira planejada e responsabilmente mensurada a partir de valores numéricos. Tais indicadores dizem respeito à aplicação do policiamento na respectiva área geográfica.

O índice de policial escalado de serviço por habitante mostra o número real de policiais escalados para o serviço, por habitantes, em determinado limite geográfico. O cálculo se procede por meio do quociente entre o número de habitantes de um determinado local e o número de policiais que prestam serviço no referido território (JANNUZZI, 2004).

Os indicadores de criminalidade são capazes de mensurar a atividade criminosa em determinado espaço geográfico (região metropolitana, zonas ou bairros). Para a construção desses indicadores, os crimes são separados em categorias e estas enumeradas para mensurar a incidência dos crimes por grupos de 100.000 habitantes (hab.). Os indicadores podem ser calculados em grupos sociais, localidades específicas ou quaisquer outros critérios geográficos e sociais.

Quanto se trata da relação do número de policiais escalados de serviço por habitante, a média nacional é de 432 hab./PM, média esta bem superior à referência da Organização das Nações Unidas (ONU) que recomenda que haja um policial para cada 250 hab.. Segundo dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, a média da região Nordeste é de 530 hab./PM. O estado do Maranhão possui 876 hab. para cada policial, sendo nesse índice a pior referência no cenário nacional (GOMES; LOCHE, 2011).

Diante desses parâmetros, visualiza-se a alta defasagem no efetivo da PMMA, que apesar de todo maquinário e tecnologia que possam vir a ser disponibilizados, além de políticas bem elaboradas, isso não substitui o indivíduo executor e elemento de integração junto à população que é o ser humano e policial militar.

De acordo com estudo realizado por Gomes e Loche (2011), o estado de São Paulo possui o maior contingente policial do país. Ocorre que a realidade é mais bem apresentada quando não se leva em conta o número do efetivo policial, é preciso também comparar o número de policiais por habitantes.

Segundo Gomes e Loche (2011), no ano de 2010, o *ranking* de homicídios no Brasil foi liderado pelo estado de Alagoas, sendo registrados 2.226 homicídios, que equivalem a uma taxa de 71,3 mortes por 100.000

hab. Nesse mesmo ano, o estado de São Paulo apresentou a menor taxa de homicídios dos últimos tempos. Foram registradas 4.320 mortes, o que corresponde a 10,47 homicídios por 100.000 hab.

Para Souza e Reis (2006), a partir do Controle Científico da Polícia, os indicadores de resultados finalísticos do estado de Minas Gerais apontaram para um valor de referência de 19,8 homicídios para cada 100.000 hab., tinha como meta para o ano de 2011 o índice reduzido para 14,58 homicídios para cada 100.000 hab.

O roubo, crime violento contra o patrimônio, é um dos delitos que mais sensação de insegurança causa na sociedade. O cidadão trabalha diariamente para sua manutenção e para construir um patrimônio, que muitas vezes é o que lhe provê o próprio sustento.

Segundo dados divulgados pelo IPEA (2010), a sensação de medo atinge os níveis mais elevados na região Nordeste, principalmente quando se trata também do crime roubo com 80,80% da população indicando ter muito medo de sofrer roubo.

Nos mesmos moldes do Controle Científico da Polícia elaborado pela PMMG, os indicadores de resultados finalísticos apontam para um valor de referência de 293,97 roubos para cada 100.000 hab., tendo como meta para o ano de 2011 o índice reduzido para 222 roubos para cada 100.000 hab. (SOUZA; REIS, 2006).

Atualmente, a RMGSL, também conhecida como Grande São Luís, é composta por 8 municípios, a saber: São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário e Santa Rita, situados no estado do Maranhão. Juntos, perfazem uma população de 1.414.793 habitantes (IBGE, 2013). No entanto, neste estudo serão considerados apenas os 4 municípios contínuos (São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar), visto que estão subordinados ao CPM, ou seja, sob as mesmas forças policiais da capital, ficando os demais municípios sob a competência do Comando de Policiamento do Interior.

Resultados e discussões

Para a elaboração dos indicadores de criminalidade obtidos por município da RMGSL foram necessários dados populacionais (IBGE, 2013), bem como a distribuição dos crimes em estudo para a área estabelecida, a partir dos dados criminais fornecidos pelo próprio CIOPS/SSPMA. Na Tabela 1 verifica-se que o município de São José de Ribamar possui o maior Índice de Homicídio da RMGSL, com a incidência de 0,356 para cada 1.000 hab.;

seguido dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Raposa. Quando se trata do crime de roubo, o município de São Luís possui o maior índice da RMGSL, com 7,464 para cada 1.000 hab.; seguido dos municípios de Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. Por fim, para o crime de tráfico de entorpecentes, o município de São Luís apresenta o maior índice da RMGSL, com 5,560 ocorrências para cada 1.000 hab., seguido dos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Tabela 1: Índices de policial por habitante, de homicídio, de roubo e de tráfico de entorpecentes nos municípios, zonas e bairros da RMGSL, em 2011

	Localidade	IPH	IH	IR	ITE
RMGSL		5.796,15	0,33	7,29	5,8
Município	São Luís	5.714,02	0,291	7,46	5,56
	Paço do Lumiar	17.520,17	0,285	3,72	3,81
	São José de Ribamar	13.587,08	0,356	3,073	4,361
	Raposa	4.387,83	0,19	1,405	2,735
Zona	Norte	3.754,15	0,24	9,29	5,14
	Sul	5.667,21	0,53	10,88	9,17
	Leste	4.868,89	0,82	10,25	10,88
	Oeste	5.563,67	0,41	12,17	9,87
Bairro	Madre Deus/Macaúba	862	1,74	37,7	20,88
	Centro	1.262,00	0,99	67,35	12,47
	Parque Vitória	2.334,00	0,64	13,50	26,14

Nota: IPH - Índice de Policial por Habitante; IH - Índice de Homicídio; IR - Índice de Roubo; ITE - Índice de Tráfico de Entorpecentes.

O indicador da relação habitante por policial é um fator importante para a análise de segurança pública e bastante debatido no seio das instituições que compõem o sistema. Apenas o Distrito Federal (168 hab./PM) e o estado do Amapá (190 hab./PM) estão situados dentro do parâmetro estabelecido pela ONU. O estado do Maranhão (876 hab./PM) encontra-se muito distante das médias da região Nordeste (490 hab./PM) em que se insere e da média nacional (432 hab./PM), sendo com relação a esta última, mais que o dobro (SENASP/MJ, 2013).

Dentre os locais referenciados e analisados na Tabela 1, o que possui situação menos catastrófica é o bairro Madre Deus/Macaúba (862 hab./PM) que detém uma proporção de quase o dobro da média nacional. As zonas

Sul e Oeste possuem índices superiores a 5 mil hab./PM, além da própria RMGSL com índice de 5.796,15 hab./PM.

Para que a PMMA pudesse atingir ao menos a média nacional e suprir a enorme falta de efetivo policial na RMGSL, seria necessário o emprego de pelo menos 3.032 policiais por turno, relação entre os 1.309.930 habitantes e a média nacional de 432 hab./PM, realidade distante dos 226 policiais empregados diariamente pelo CPM dentro da área em estudo. Isto, lembrando, se trata de emprego por turno, sem levar em consideração a própria dinâmica da escala de serviço (trabalho seguido das folgas), policiais submetidos a dispensa médica, além dos direitos estatutários de férias e licenças, o que na prática multiplica tal necessidade por quase 05 (cinco) vezes.

Assim, na realidade a RMGSL necessita de aproximadamente 14.000 novos policiais. Situação agravante é a de que, conforme estudo acerca do Perfil das Instituições de Segurança Pública, a PMMA possui mais de um terço de seu efetivo com mais de 20 anos de serviço, ou seja, às portas da aposentadoria, o que agrava ainda mais a realidade mencionada (SENASP/MJ, 2013).

Sabe-se que a variável humana, o policial, não é o elemento inibidor que determina exclusivamente a ocorrência ou não dos crimes. Outras variáveis como materiais, armamentos, viaturas, organização do espaço urbano, iluminação e outros fatores não mensurados colaboram para a incidência criminal, porém, sem o elemento humano não se faz policiamento.

Na análise dos indicadores de homicídios, pertinentes são as observações de Gomes e Loche (2011), mencionando que no ano de 2010 o estado de Alagoas apresentou índice de 0,713 homicídios para cada 1.000 hab., o maior registro por estado em nível nacional. No mesmo período o estado de São Paulo apresentou IH de 0,145 para cada 1.000 hab., o menor registro entre os estados brasileiros.

Diante dos parâmetros nacionais, verifica-se que os municípios da RMGSL não possuem indicadores do crime de homicídio próximos aos registros mais elevados do Brasil. Assim como não chegam a repetir índices baixos resultantes da aplicação de políticas preventivas especificamente direcionadas.

Souza e Reis (2006) permitem realizar estudo comparativo com estados que desenvolveram políticas preventivas por meio do Controle Científico da Polícia. Percebe-se que no ano de 2006 o estado de Minas Gerais possuía valor de referência aceitável de 0,198 homicídios para cada 1.000 hab., valor este que já direcionava as ações para a meta de redução para 0,140, em 2011.

Dentre os locais referenciados e analisados na Tabela 1, todos possuem IH bastante superiores às referências de locais que realizam policiamento

preventivo por meio de planejamento científico e com utilização de metodologias estatístico-informacionais. O bairro da Madre Deus/Macaúba detém o índice mais elevado, 1,74 homicídios para cada 1.000 hab.. É de fato um indicador muito elevado, principalmente levando em consideração a comparação com o estado de Alagoas que apresentou índice de 0,713 homicídios para cada 1.000 hab., o maior índice estadual dos estados brasileiros. O bairro Centro (0,99) e a Zona Leste (0,82) também possuem IH acima dessa referência. Até o próprio índice geral da RMGSL (0,33) é maior que o dobro das metas regionais estipuladas pela PMMG quando realiza seu Controle Científico da Polícia (SOUZA; REIS, 2006).

Quando se trata do crime de roubo, o impacto social é também elevado, uma vez que a subtração do patrimônio por meio do emprego de violência gera sensação de insegurança e impotência social diante da volatilidade do fruto do trabalho das pessoas.

Segundo Souza e Reis (2006), para as polícias que possuem indicadores de resultados finalísticos, como a PMMG, os valores de referência aceitáveis eram de 2,939 roubos para cada 1.000 hab. até o ano de 2006. A meta de redução para o ano de 2011 era de 2,22 roubos para cada 1.000 hab.. Valores esses alcançados ao longo de 04 anos de aplicação da política do Controle Científico da Polícia.

Diante dos parâmetros nacionais, verifica-se que todos os municípios da RMGSL possuem indicadores do crime de roubo superiores aos registros mais elevados diante dos estados do Brasil que controlam cientificamente a atividade policial. Chegam a refletir a inabilidade em aplicar políticas preventivas especificamente direcionadas.

Dentre os locais referenciados e analisados na Tabela 1 todos possuem IR bastante superiores às referências de locais que realizam policiamento preventivo por meio de planejamento científico e com utilização de metodologias estatístico-informacionais. O bairro do Centro detém o índice mais elevado com 67,35 roubos para cada 1.000 hab. É de fato um indicador muito elevado. Já o bairro Madre Deus/Macaúba também possui IR bastante elevado com 37,7 roubos para cada 1.000 hab.

O crime de roubo faz a sociedade desacreditar que pode colher livremente o fruto de seu próprio suor, e este em altíssimos índices questiona até a existência de um verdadeiro e legítimo Estado Democrático de Direito em que as pessoas possam usufruir de seus direitos e bens.

O tráfico de drogas associa-se à realização de outros crimes. Para Beato Filho (2001, p. 3), grande parte dos homicídios ocorridos em Belo Horizonte

estão ligados ao tráfico de drogas ilícitas, mais especificamente às brigas entre gangues rivais disputando o domínio por pontos de venda de drogas ilegais.

Em consequência dessa dinâmica, não é comum na literatura a adoção de índices de referência do crime de tráfico de entorpecentes, pelas recentes mudanças legislativas e de políticas públicas, que findam por interligar usuários e traficantes em uma mesma relação delituosa. Mesmo diante dessa realidade, é necessário que o poder público analise o comportamento da ocorrência desse crime e fomente um Controle Científico da Polícia no Estado do Maranhão. Assim, na área objeto foram criados índices locais de referência.

Considerações finais

A cientificidade faz com que a instituição evite ações imediatistas, cujos resultados pouco interferem no contexto, visando as verdadeiras causas da criminalidade e não somente seus efeitos. Por meio das análises estatísticas e seus diversos métodos embasam-se os planejamentos de policiamento e os diagnósticos de forma precisa para a criminalidade na sociedade local.

O uso da informação no seio das instituições está intimamente direcionado ao processo decisório e guia o gestor ao uso inteligente dos dados, objetivando que suas ações se tornem mais racionais e decisivas. Uma vez compreendido que a informação estatística possui caráter estratégico, os organismos de segurança prescindem de método de gestão que contraste as formas tradicionais de administração policial.

O processo de controle científico caracterizado pelo trinômio método-metodologia-padrão estrutura a arquitetura do novo conjunto de indicadores, redefinindo o nível estratégico, reduzindo o abismo existente entre o operacional e o estratégico. A adoção de indicadores de policiamento e de criminalidade fortalece a capacidade de coordenação operacional da Polícia Militar.

A avaliação de desempenho em segurança pública passa pela percepção dos indicadores. Desse modo, prover a segurança e a qualidade de vida da população é o objetivo de qualquer instituição de segurança pública. E reduzir a incidência de crimes e atos de desordem visando à manutenção da ordem; mensurar a eficiência das instituições de segurança pública verificando se a intervenção de alguma política ou programa alcançou as metas estabelecidas ou cumpriu os objetivos pré-determinados no trabalho executado, são indicadores positivos.

O mapeamento dos delitos foi utilizado para analisar a dinâmica dos crimes de homicídio, roubo e tráfico de entorpecentes durante todo o ano

de 2011 na RMGSL. Ao longo do estudo, algumas zonas se destacaram pela elevada ocorrência delituosa, entre elas a zona Leste, para os crimes de homicídio e tráfico de entorpecentes, e a zona Norte, para o crime de roubo. Alguns bairros se destacaram por possuírem alto índice de criminalidade nas modalidades delitivas mencionadas, entre estes o bairro Madre Deus/Macaúba no crime de homicídio, o bairro Centro no crime de roubo e o bairro Parque Vitória no crime de tráfico de entorpecentes.

O índice de policiamento estudado mostra que o estado do Maranhão e todas suas subdivisões geográficas estudadas possuem os piores índices de Policial de Serviço por Habitante do Brasil, sendo estes dezenas e até centenas de vezes superior em relação ao padrão recomendado pelos órgãos oficiais.

Deve-se atentar que os dados armazenados diuturnamente pelo CIOPS são subutilizados, a distribuição do policiamento não possui consonância com a espacialização da criminalidade, confirmando a inexistência de política preventiva cientificamente elaborada pela PMMA. O poder público não tem sido eficiente no sentido de garantir os direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, a igualdade e a segurança ao cidadão da RMGSL.

A gestão da informação permite a formulação de políticas institucionais pela PMMA de planejamento operacional preventivo na RMGSL, principalmente quando se confrontam as informações do CIOPS, analisadas por meio da aplicação de metodologias estatístico-informacionais, formulando indicadores de policiamento e de criminalidade, georreferenciando e adequando a distribuição do policiamento nas ações policiais e prevenção de crimes.

Referências

AZEVEDO, M. A. *Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário*. 2006. 248f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BEAL, A. *Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e auto desempenho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

BEATO FILHO, C. C. *Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais. In: _____. *Segurança pública no Brasil: uma discussão sobre bases de dados e questões metodológicas*. Rio de Janeiro: UCAM/IPEA, 2000.

CARVALHO, G. M. R. de.; TAVARES, M. da S. *Informação e conhecimento: uma abordagem organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

DANTAS, G. F. L. *Algumas considerações básicas acerca da moderna análise criminal*. 2012. Disponível em: <<http://www.policiaeseguranca.com.br/basicas.htm>>. Acesso em: jan. 2012.

DANTE, G. P. *Gestión de información en las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones*. Santiago: CECAPI, 1998.

GOMES, L. F.; LOCHE, A. A falência do efetivo policial e a segurança pública. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2793, 23 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18542>>. Acesso em: 22 maio 2013.

GUEDES, S. L. O sistema classificatório das ocorrências da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a organização da experiência policial: uma análise preliminar. In: SEMINÁRIO FORMAS PRIMITIVAS DE CLASSIFICAÇÃO: CEM ANOS DEPOIS. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS 2010): Segurança Pública*. Brasília, p. 4, 2010.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Alínea, 2004.

LIMA, R. *Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo*. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MANNING, P. K. *As tecnologias da informação e a polícia*. Policiamento moderno. São Paulo: USP, 2003.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 09, n. 1, jan./mar. 2002.

MIRANDA, A. P. M. Gestão da informação, análise criminal e sentimento de (in)segurança: considerações para a construção de políticas públicas de segurança. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8. Coimbra, 2004. *Anais...* Coimbra, Portugal, 2004.

PICOLI, F. R. *Gestão da informação no planejamento estratégico de marketing: um estudo em instituições de ensino superior privadas de Curitiba - PR*. 2010. Monografia (Curso de Gestão da Informação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. *Segurança pública: uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, 2008. v. 2

REIS, G. P. *Avaliação do desempenho de agências políticas-militares: análise da cientificidade*. 2006. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2006.

RIBEIRO, T. V. B; MOREIRA, P. D. de O.; SANTOS, F. H. M. dos; BETINI, R. C.; SOUZA, C. R. B. SIECRIM: Sistema Estatístico Criminal para Apoio ao Planejamento Estratégico em Segurança Pública. In: RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. *Segurança pública uma abordagem estatística e computacional*. Belém: EDUFPA, v. 2, p. 29-38, 2008.

SANDAR NETO, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1191-1201, jan./mar. 2008.

SENASP/MJ - Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça. *Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública*. Brasília, p. 254, 2013.

SOARES, L. E. *Sísifo e as políticas de segurança no Brasil*. Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.

SOUZA, N. G. Integração de sistemas de informação: base para a Gestão do conhecimento, Inteligência Policial e Análise Criminal. In: SEMINÁRIO "INTELIGÊNCIA E COMUNICAÇÃO EM MASSA". Brasília, 2004. *Anais...* Brasília, 2004.

SOUZA, R. V.; REIS, G. P. O controle da polícia no Brasil: uma introdução ao "Controle Científico da Polícia". *Revista O Alferes*, Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais, n. 58, p. 11-61, jul./dez. 2006.

VARHAU, V. G. *Gestão do conhecimento em organizações públicas*. 2005. Monografia (Graduação em Gestão da Informação) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CAPÍTULO 21

A dinâmica espaço-temporal da taxa de homicídio na 7^a e na 9^a Áreas de Integração em Segurança Pública (AISP) na cidade de Belém-Pará

Juliana Maciel da Silva

Discente da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará bolsista PIBIC/CNPq. Belém - Pará - Brasil. email: julianamaciel_91@hotmail.com

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Planejamento Socioambiental (UFPA) e professor dos programas de pós graduação em Geografia e em Segurança Pública e da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA e da UEPA. Belém - Pará - Brasil. email: claychagas@yahoo.com.br

Resumo

Belém está entre as cidades mais violentas do Brasil, principalmente quanto ao crime de homicídio. No entanto, esse crime se apresenta distribuído de forma heterogênea no espaço, tanto em relação às localidades onde o mesmo ocorre, quanto à faixa temporal (horário), que apresenta a sua maior incidência. O presente artigo tem como objetivo entender a dinâmica do comportamento das taxas de homicídio nos bairros da cidade de Belém, que compõem a 7^a (Barreiro, Maracangalha, Miramar, Sacramento, Telegrafo e Val de Cans) e 9^a (Castanheira, Marambaia e Souza) Áreas de Integração em Segurança Pública (AISP) buscando compreender como a distribuição dos homicídios está ligada à dinâmica espacial e temporal nesses bairros, o período de análise dos dados da pesquisa se concentram nos anos de 2011-13. Esse artigo é fruto do projeto de pesquisa “Cartografia da Violência: Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: uma leitura geografia dos homicídios em Belém”, no período de 2011 a 2015, desenvolvida pelos seguintes grupos de pesquisa: Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA) e o Grupo de Pesquisa Ordenamento Territorial, Espaço Urbano e Violência na Amazônia e contou com o apoio da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Palavras-chave: Território. Dinâmica espacial. Violência urbana.

Introdução

A geração e a sensação de insegurança dos sujeitos alimentam o imaginário coletivo do enfraquecimento das instituições públicas, especialmente de segurança pública diante da criminalidade, reafirmam velhos discursos e mascaram a complexidade que é a violência criminal, sobretudo a relação que se faz dos homicídios ligados a tráfico de drogas. Os homicídios são analisados a partir de diferentes hipóteses, desde indicadores socioeconômicos, especialmente referentes a pobreza, analfabetismo, distribuição de equipamentos urbanos, entre outros, mostrando que a violência não se explica de modo linear e universal (SOUZA; LIMA, 2006).

A realização de estudos dos mapas de densidade de homicídio dispõe um amplo panorama dos crimes, na perspectiva da localização no espaço e do período (faixa temporal). Afirmar que áreas periféricas, de modo geral, são violentas, recai em equívocos, uma vez que várias realidades coexistem, e o homicídio é um dos elementos e mesmo assim não existe uma única via de explicação. Portanto, o presente estudo propõe uma visão mais abrangente dos homicídios em cada bairro pertencente à 7^a e à 9^a Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social¹.

O objetivo do trabalho é realizar um estudo exploratório dos homicídios na 7^a e na 9^a AISP, relacionando a faixa temporal com as localidades estudadas, compreendendo que cada bairro tem uma realidade específica por isso a permanência em estudar a 7^a e a 9^a AISP, uma vez que as duas áreas compartilham da condição de periferia e apresentam os índices de homicídios, no geral, distintos. O município de Belém é composto de 15 AISP, divisão proposta pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. Verificaram-se os números absolutos de homicídios por AISP no período de 2011 a 2013, e a 7^a e a 9^a AISP ocupam, respectivamente, a 2^a e a 9^a colocação (Tabela 1).

¹ AISP é a sigla para Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social, uma regionalização feita pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP-PA) para tornar mais eficazes as ações das instituições responsáveis pela segurança pública a fim de melhor proteger a população (SEGUP, 2012).

Tabela 1: Classificações das AISP de maior incidência de homicídios, no município de Belém, de 2011 a 2013

Class.	AISP	Hom. (2011 a 2013)	Class.	AISP	Hom. (2011 a 2013)
1 ^o	10 ^a AISP	314	4 ^o	12 ^a AISP	161
2 ^o	7 ^a AISP	270	5 ^o	11 ^a AISP	155
3 ^o	5 ^a AISP	186	9 ^o	9 ^a AISP	90

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SEGUP)/SISP-WEB

Os resultados ampliaram essa disparidade, não só entre as AISP, mas entre os bairros de uma mesma AISP, isso reafirma que existe uma série de relações que cada bairro estabelece, e que pode favorecer ou não ações criminosas. Também comprovaram que a faixa temporal de incidência de homicídios pode depender da relação da área central do bairro com sua área de periferia, pode haver associação com outros tipos de crimes, pois as *zonas quentes* de homicídios dependem de diversos fatores ligados a dia da semana, meio empregado e local do crime.

Revisão bibliográfica

Violência urbana

Ribeiro (2004), ao discutir sobre metrópoles, destaca as semelhanças dos discursos sobre a questão urbana entre a virada do milênio e o início do período republicano. Assim como naquela época, as elites identificam na desordem a causa dos seus problemas sociais, ou seja, antes a causa dessa desordem era a crise sanitária, hoje é a violência. Nos dois períodos essa desordem emana das camadas populares, ontem os cortiços, e hoje, favelas e periferias, reeditando velhos mitos e reduzindo em “soluções” simplistas.

Primeiramente, é preciso entender que não existe uma concepção única de violência, “existe uma multiplicidade de atos violentos cujas significações devem ser analisadas a partir de normas, das condições e contextos sociais, variando de um período histórico para outro”. Assim, o conceito de violência perpassa por diversas interpretações.

No período atual, a noção de violência no imaginário coletivo diz respeito a diversos eventos, sobretudo aqueles que ameaçam o sentimento de segurança que acompanham a vida cotidiana - a integridade física e a garantia patrimonial. Assim, Silva (2008, p. 36) contextualiza:

Violência urbana é, portanto, uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas não é o

estatuto legal das práticas consideradas e sim a força nelas incrustadas, que é interpretada como rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, a certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos cognitivos, instrumental e moral.

Por essa razão, será considerado o conceito de violência urbana enquanto *fenômeno social*, pois as condições sob as quais se manifesta estão diretamente ligadas ao tipo de sociedade, ou seja, a violência é a expressão dos estímulos da própria sociedade (GULLO, 1998). Assim, questões que associam a violência com a pobreza e a segregação socioespacial, por exemplo, refletem a falta de equidade social em que os envolvidos estão condicionados.

Urbanização, segregação socioespacial e violência urbana

A relação entre o processo de urbanização acelerada e a violência se constitui primeiramente num plano geral de ocupação da cidade subordinada à propriedade privada do solo urbano, a partir do mercado imobiliário que regula o acesso privado à cidade. Assim, no processo de expansão do tecido urbano, a camada mais pobre encontra dificuldade de acesso ao solo mais valorizado e se desloca para áreas de menor valorização imobiliária. Tal processo revela a forma mais expressiva das diferenciações de classe, com uma morfologia profundamente hierarquizada social e espacialmente, a segregação socioespacial (CARLOS, 2007).

Em estudo realizado por Chagas (2014) na Região Metropolitana de Belém, fica evidente que a elevação do número de homicídios está diretamente relacionada aos bairros periféricos, onde se concentram os aglomerados subnormais. Esses bairros tiveram um processo acelerado de urbanização e contam com precárias condições infraestruturais e de equipamentos urbanos públicos.

O fenômeno mais estreitamente associado ao crescimento dos homicídios no Brasil é a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos centros urbanos nos quais os mecanismos de controle se deterioram (BEATO, 2012, p. 70).

Para Lefebvre (2001), a cidade tem duas características: a diferenciação que separa a relação das pessoas, sua interação em grupo, e a segregação que é entendida como espacial, aonde os grupos não interagem no mesmo espaço.

Se associar a violência, por exemplo, à segregação socioespacial surge como resposta a sensação de insegurança, proporcionada pelos enclaves, reduzindo o convívio e a sociabilidade em espaços públicos, reforçando estigmas e alimentando preconceitos em razão da diminuição de empatia e confiança entre a classes, aumentando o desejo de isolamento social (LIMA, 2011) e como afirma Souza (2008, p. 55), “é em cidades sócio-político-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado prospera e se sente em casa, são elas as fobópolis² por excelência”.

Há vários fatores que podem contribuir para a violência em diferentes espaços, se associar as áreas nobres e periféricas, por exemplo, a primeira possui condições econômicas de “proteção” com o uso de segurança privada, ao passo que pessoas com renda inferior tornam-se as partes mais vulneráveis de todas as formas de violência, desta forma existem tipificações criminais de cada espaço.

São os moradores de áreas pobres e com escassos serviços urbanos os mais expostos à morte violenta e, em contrapartida, as classes sociais mais privilegiadas e residentes nos melhores lugares da cidade são as que estão mais protegidas deste tipo de violência. [...] Contrariamente aos homicídios, neste caso são os moradores das áreas mais abastadas e com maior desenvolvimento urbano os mais expostos a um maior risco de serem vítimas de roubos e furtos (CANO, 1998, p. 269).

A escassez de uma estrutura de equipamentos e serviços urbanos pode contribuir para o agravamento da violência urbana, visto que a ausência hegemônica do Estado como agente territorial dá margens a outras relações de poder, que por sua vez dificultam as ações de controle social e possibilitam as ações de grupos criminosos.

Materiais e métodos

O presente trabalho tem por princípio norteador a análise espaço-temporal dos homicídios na 7^a e na 9^a Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), atrelada a pesquisas bibliográficas e documentais

² Conceito de Marcelo de Lopes Sousa, originado das palavras gregas *phobos*, que significa “medo” e *pólis* que significa “cidade”.

para subsidiar o embasamento teórico sobre a violência, a temporalidade dos homicídios e a segregação socioespacial.

Para subsidiar a análise da temporalidade dos homicídios, foram elaborados produtos cartográficos dos “homicídios segundo o período do dia”, ocorridos de 2011 a 2013. Os produtos cartográficos foram elaborados no Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG), manuseados em softwares livres de geoprocessamento, o QGIS 1.8 e 2.0.1 (Open Geospatial Consortium), e o ArcMap, utilizando o estimador de densidade Kernel para formação dos *hot spot*³, seguido da análise do mesmo por bairro, juntamente com os dados tabulados de dia do fato, meio empregado, dia da semana, local do fato, do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB) disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Pará (SEGUP).

Outro recurso utilizado foi o cálculo de Taxa de Crime por Habitante. Como o estudo analisa bairro com população inferior a 100 mil habitantes, se considerou a cada 10 mil habitantes. O cálculo é feito com base na seguinte fórmula:

$$\text{Taxa por 100.000} = \frac{(\text{N}^{\circ} \text{ de Casos Registrados na Capital em Determinado Ano})}{(\text{Total de Habitantes da Capital})} * 100.000$$

O propósito de calcular a taxa de crimes por 100 mil habitantes tem como finalidade possibilitar a comparação de um dado objeto em locais de diferentes tamanhos de população, neutralizando as disparidades populacionais e facilitando comparações entre os locais estudados. A presente pesquisa tem como objeto de estudo os homicídios e como local os bairros da 7^a e da 9^a AISP. A intenção do cálculo é romper com a noção que o tamanho da população influencia na taxa de homicídios e mostrar que a taxa de crimes por habitante se aproxima mais da realidade do bairro que os números absolutos.

No entanto, a taxa por 100 mil se distancia desse objetivo, visto que todos os bairros possuem menos que 100 mil habitantes, 6 dos 9 bairros analisados não possuem nem 1/3 de 100 mil, para exemplificar esse distanciamento o Miramar possui 515 habitantes e apenas 1 homicídio em 2013, se calculado por 100 mil o IC é 194,17, ou seja, 194 homicídios para cada 100 mil num bairro de 515 habitantes. Dessa forma “Se a população do local em questão for maior que 100 mil habitantes, usa-se a taxa por 100

³ São as “zonas ou pontos quentes”, no caso trata-se de um mecanismo de análise da distribuição espacial concentrada dos homicídios (BEATO FILHO, 2012).

mil; se menor que 100 mil habitantes, usa-se a taxa por 10 mil ou mesmo mil habitantes” (SSP/SP, 2005, p. 19).

Resultados e discussões

Dados do Sistema de Segurança Pública e Padrão Espaço-Temporal de Homicídios

Conforme mencionado no início do texto, a 7^a e a 9^a AISP estão respectivamente, na 2^a e na 9^a colocação de maior número absoluto de homicídios por AISP, em Belém, no período de 2011 a 2013. A ideia subjacente que os crimes aumentariam de acordo com o aumento da população é errôneo, porém se comparados aos números absolutos por bairro, o IC permite um melhor direcionamento da associação entre o número de habitantes e os homicídios.

Tabela 2: Taxa de incidência homicídios por 10.000 habitantes, da 7^a AISP, de 2011 a 2013

Bairros 7 ^a AISP	População	Hom. 2011	IC 2011	Hom. 2012	IC 2012	Hom. 2013	IC 2013
Barreiro	26003	16	6.15	24	9.22	16	6.15
Maracangalha	30534	13	4.25	10	3.27	25	8.18
Miramar	515	0	0	0	0	1	1.94
Sacramenta	44413	24	5.40	28	6.30	45	10.132
Telegrafo	42953	16	3.72	17	3.95	24	5.58
Val-de-Cans	7032	5	7.11	2	2.84	4	5.68

Fonte: SEGUP-SISP /IBGE/Censo Demográfico-Calculo do IC elaborado pelos autores

Tabela 3: Taxa de incidência homicídios por 10.000 habitantes, da 9^a AISP, de 2011 a 2013

Bairros 9 ^a AISP	População	Hom. 2011	IC 2011	Hom. 2012	IC 2012	Hom. 2013	IC 2013
Castanheira	24424	4	1.63	2	0.81	10	4.09
Marambaia	66708	21	3.14	25	3.74	24	3.59
Souza	13190	1	2.27	3	2.27	0	0

Fonte: SEGUP-SISP /IBGE/Censo Demográfico-Calculo do IC elaborado pelos autores

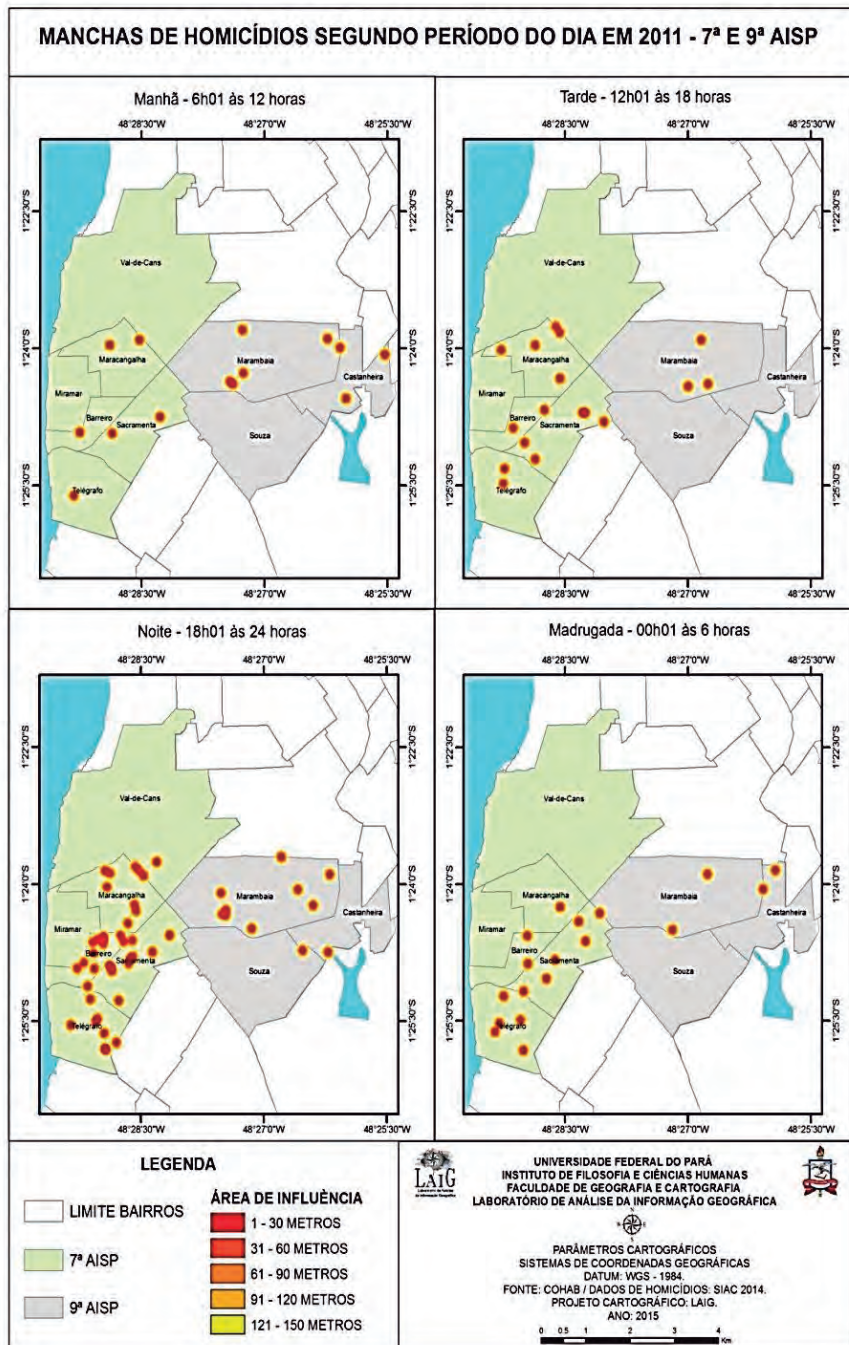
As maiores ocorrências de homicídios da 7^a AISP, em números absolutos, se concentravam nos bairros Sacramento, Barreiro e Telégrafo. Contudo, considerando o IC do Barreiro e da Sacramento não se obtiveram índices muito diferenciados, apesar da disparidade no número de habitantes, assim como o Maracangalha, que obteve IC maior e crescente que o Telégrafo. Seguindo o mesmo raciocínio, na 9^a AISP, o Castanheira obteve em 2013 uma taxa maior que a Marambaia. Isso demonstra que existem outros atenuantes que influenciam na incidência de crimes nos bairros.

A escolha dos registros de homicídios se justifica por se tratar de dados com menor probabilidade de subnotificação ou supernotificação em relação a outros delitos. Gottfredson (1990 apud SILVA, 2007) defende que por trás de um ato criminoso há uma lógica para ocorrência e nos permite analisar e chegar à explicação do crime. Assim, os registros de homicídios do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) possibilitaram melhor detalhamento, permitindo intercruzamento de variáveis de faixa de horário, dia da semana, meio empregado, detalhe dos endereços e tipo de local.

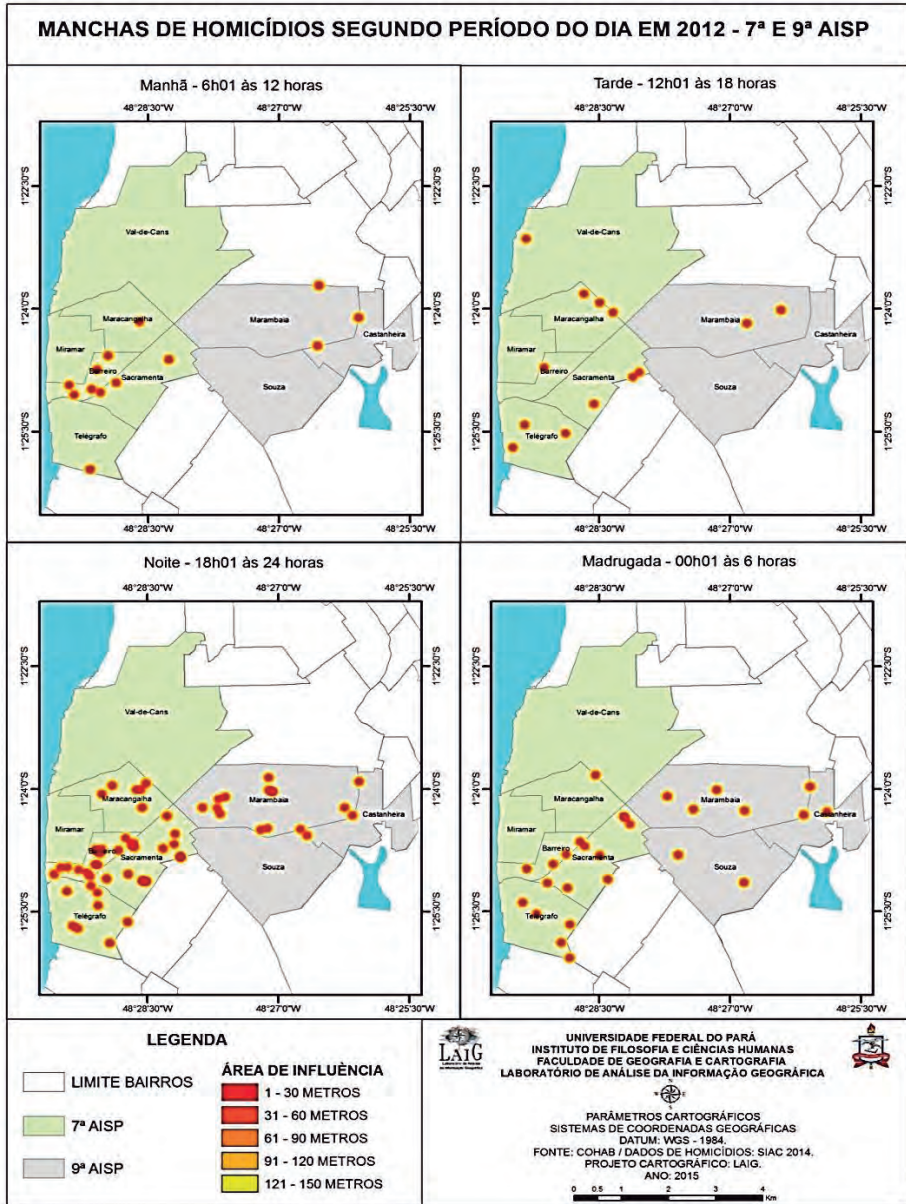
As literaturas especializadas sobre a temporalidade dos homicídios parecem concordar que as ocorrências seguem padrões bem definidos, segundo o período do dia, concentrado à noite, diminuindo pela madrugada, enfraquecendo pela manhã e retomando a intensificar à tarde, tornando um ciclo repetitivo, independente do acréscimo ou decréscimo do número de ocorrências, assim como nos dias da semana, com valores constantes durante a semana e intensificando nos fins de semana (ADORNO, 2008). Aplicando-se a hipótese dos padrões temporais ao espacial, é possível compreender melhor como essa temporalidade se comporta em cada bairro e porque alguns períodos do dia são mais propícios a homicídios que outros. Há variações de intensidade em uma mesma faixa de horário em diferentes bairros? As ocorrências nos dias de semana seguem o mesmo padrão de maior intensidade aos fins de semana? De que forma o tipo de local influencia na oportunidade do crime?

Destacam-se a seguir os dados do SISP-WEB registrados nos anos de 2011 a 2013, com as principais características dos crimes, atributos como período do dia, dia da semana, tipo de local e mapas. Analisa-se de forma geral se é possível afirmar a hipótese dos padrões temporais no período do dia, com mais intensidade no período noturno, enfraquecendo pela manhã e retomando à tarde (1, 2 e 3).

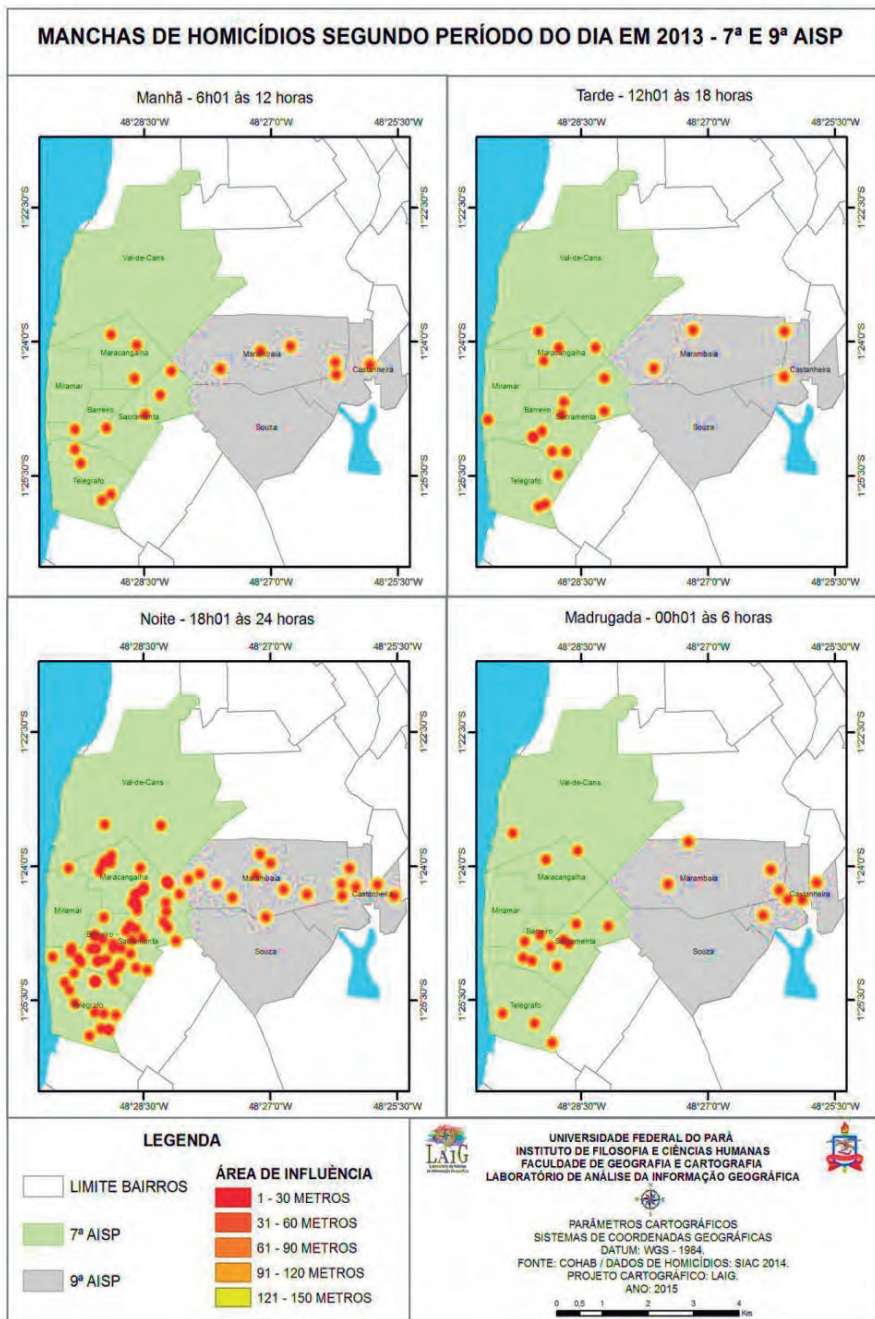
Mapa 1: Distribuição das manchas de homicídios segundo o período do dia em 2011 na 7ª e na 9ª AISP



Mapa 2: Distribuição das manchas de homicídios segundo o período do dia em 2012 na 7ª e AISP

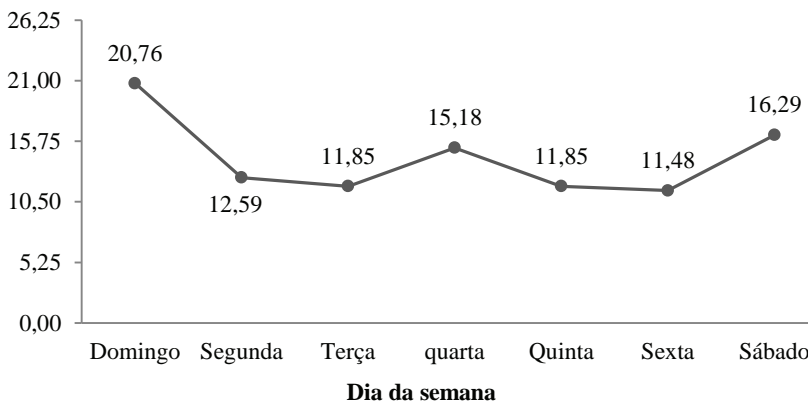


Mapa 3: Distribuição das manchas de homicídios segundo o período do dia em 2013 na 7ª e na 9ª AISP



Na Figura 1, percebe-se que os dias da semana também apresentam regularidade mais intensa aos fins de semana. Entretanto, se for considerado o comportamento temporal por bairro, percebem-se os padrões diferenciados. Essas condições também definem a distribuição das ocorrências por dia da semana, o que se deve a especificidade do local do crime, interações sociais estabelecidas, ou seja, oportunidades e condições mínimas que garantam o ato criminoso.

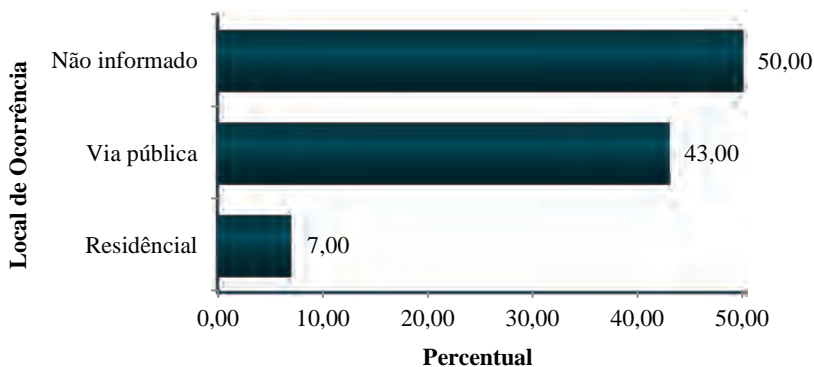
Figura 1: Distribuição dos homicídios por dia da semana no período de 2011 a 2013, 7^a AISP



Fonte: SISP-WEB (SEGUP)

O tipo de local dos homicídios na 7^a AISP se configura também como importante informação, onde se verificou que 43% dos homicídios ocorreram em via pública, 7% na residência das vítimas, e 50% em local não informado. O percentual de “não informado” resulta do não preenchimento da informação, e mesmo que parcela significativa dos endereços e complementos sugerissem “via pública” foram considerados “não informados” (Figura 2). O aumento das mortes em “via pública” reflete a face mais extrema da violência urbana, tornando-a mais pública, uma difusão da sensação de medo e insegurança (MARINHO, 2013).

Figura 2: Distribuição dos homicídios por local de ocorrência do delito no período de 2011 a 2013, 7ª AISP



7ª Área de Integração de Segurança Pública e Defesa Social Barreiro

Os homicídios no Barreiro ocorrem no período da noite de forma mais intensa nas áreas mais periféricas do bairro e às margens do canal São Joaquim. Já os dias da semana não apresentam a regularidade sugerida, pois dias normais da semana são tão propícios a homicídios quanto nos fins de semana, mas sempre durante a noite ou madrugada, com o uso predominante de arma de fogo, em 91% dos casos, isso demonstra que os indivíduos transitam armados, o que os torna suscetíveis a cometer outros crimes, como roubos e latrocínios.

Os *hot spots* no Barreiro e nos limites com os bairros da Sacramento e Telégrafo possuem características temporais e de meio empregado semelhantes, o que sugere que os homicídios podem estar ligados a atividades ilícitas, uma vez que a atuação dessas atividades se estende para áreas que não obedecem os limites oficiais do bairro, mas que estão sob sujeição de roubos, tráfico de drogas, disputas entre grupos rivais. Assim, Raffestin (1992):

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFESTIN, 1992, p. 153).

Um dos estabelecimentos do território do crime (CHAGAS, 2014) pode ser observado nos limites Barreiro/Sacramento/Telégrafo, em razão da atuação de grupos em outras atividades criminais e condições de rota de fuga. O local mantém uma territorialidade cíclica⁴, durante o dia mobiliza grande fluxo de pessoas por de estar localizado próximo a importantes vias da cidade, porém no período noturno aumentam a frequência de roubo e uso de arma de fogo no intuito de intimidar quem passa pelo local. Tanto a apropriação e estabelecimento do território do crime, pelos roubos, quanto os homicídios, são expressões da vulnerabilidade, afetando a vida cotidiana e impondo uma sociabilidade violenta. Segundo Chagas (2014, p. 5):

As periferias pobres são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública, a ausência das instituições de controle público são fatores determinantes, e o crime estabelece a fixação da organização da criminalidade, e daí articula as ações no espaço urbano.

Sacramento

O bairro Sacramento, de 2011 a 2013, obteve maior espraiamento de *hot spots* na porção central do bairro, além de intensificação nos espaços próximos ao Barreiro, como mencionado anteriormente. Assim, há concentração em três espaços específicos, o primeiro no centro onde os homicídios ocorrem próximos a duas vias importantes que cortam o bairro, av. Pedro Álvares Cabral e av. Senador Lemos, alvos constantes de assaltos, especialmente à noite. O segundo nas proximidades do canal São Joaquim e o terceiro na porção nordeste do bairro, próximo à Marambaia.

O perfil da Sacramento em 2013 apresenta novos elementos, tais como: quase o dobro de homicídios, se comparados a 2011 e 2012, espraiamento para o centro e porção nordeste, com ocorrências predominantemente nos fins de semana à noite, e aumento dos homicídios durante a semana no período da tarde com uso de arma de fogo. Isso reafirma que violência não se aplica de modo universal e linear, “a violência pode variar de acordo com as tendências e o contexto da relação do homem com o espaço” (CHAGAS, 2012, p. 8).

⁴ Um dos subtipos de territorialidade estabelecida por Souza (2000) reflete alternância temporal, como usos e apropriação diurnos e noturnos em um mesmo espaço.

A hipótese a esse novo perfil de homicídios no bairro pode estar ligada às mortes por intervenção policial⁵. Isso não é, portanto, atribuir esses homicídios apenas às ações do Estado como agente territorial, mas essa prática se torna cada vez mais rotineira, são assaltos mal-sucedidos, confronto entre grupos criminosos e “resistência à prisão”. Estudos da Anistia Internacional (2015, p. 24) defendem que:

A crença de que vivemos uma “guerra às drogas” e de que matar suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas faz parte dessa “guerra” estrutura a narrativa e o sentido de parte significativa da política de segurança pública.[...] Com frequência, a afirmação da Polícia de que as vítimas tinham envolvimento com a criminalidade converteu-se em justificativa recorrente para o uso da força letal.[...] Parte expressiva da sociedade brasileira legitima essas mortes e, em muitos casos, as defende. Expressões como “bandido bom é bandido morto” são corriqueiras no Brasil.

Telégrafo

No bairro do Telégrafo houve um pequeno aumento dos homicídios com o passar dos anos e apenas duas áreas apresentam um padrão de *hot spots*, a primeira nos limites com a Sacramento e a segunda nas redondezas do canal do Galo, próximo ao limite com o bairro da Pedreira. No entanto, a aparente dispersão em áreas que não formam uma *zona quente* segue a lógica semelhante à Sacramento, os homicídios em avenidas de grande circulação nos dias de semana à noite, a diferença está na menor intensidade.

O meio empregado foi a característica mais alterada, passando de 40% por arma branca e 60% por arma de fogo, em 2011, para 16% por arma branca e 84% por arma de fogo, em 2012 e 2013. Essa característica incide diretamente no aumento dos homicídios, em especial nas proximidades do canal do Galo, pois a arma branca era o principal meio empregado nos conflitos que ocorriam na área, houve uma pausa em 2012, e em 2013 os homicídios duplicaram com uso predominante de arma de fogo.

⁵ Termos como “auto de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial” são destinados a registros de mortes provocadas por policiais em serviço, justificada com base na legítima defesa (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

Maracangalha e Val-de-Cans

Val-de-Cans e Maracangalha foram analisados juntos porque num primeiro momento os dois bairros compartilham de uma realidade em comum: uma área que deveria ser destinada ao lazer e que acabou se tornando espaço do medo. O dois bairros apresentam três zonas de *hot spots*, o primeiro no limite dos bairros, precisamente no perímetro da praça Dom Mário Villas Boas, mais conhecida como Praça do Marex, o segundo na parte central do conjunto Paraíso dos Pássaros e o terceiro na área sudeste do Maracangalha, próximo ao bairro do Barreiro.

Os homicídios no perímetro da praça Dom Mário ocorrem durante a semana, nos períodos da tarde e da noite, essa periodicidade decorre dos hábitos da população de usufruir do espaço nos fins de semana e isso acaba inibindo os homicídios. Na área central do conjunto Paraíso dos Pássaros acontece o oposto, as maiores ocorrências são nos fins de semana no período noturno. O sudeste do bairro Maracangalha obteve maior aumento no número de homicídios no bairro. A incidência no período da noite, dificuldade de acesso ao local, e a iluminação precária facilitam a ação dos agressores.

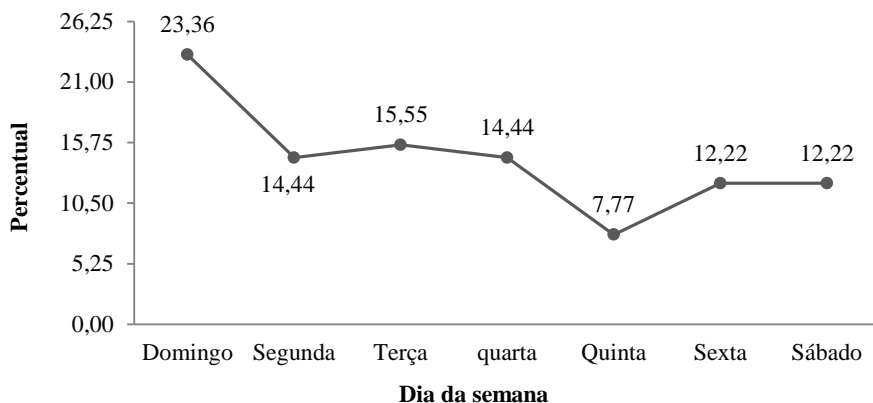
Miramar

O Miramar só obteve ocorrência de 1 homicídio, além do bairro ter uma população reduzida, a área é rodeada por instituições públicas e privadas, militares, terrenos murados. Possui apenas uma via de circulação de entrada e saída do bairro, a av. Arthur Bernardes. Tais são fatores que impedem a ocorrência de homicídios.

9^a Área de Integração de Segurança Pública e Defesa Social

De maneira geral, é possível afirmar a hipótese dos padrões temporais no período do dia, com mais intensidade no período noturno, enfraquecendo pela manhã e retomando à tarde. No gráfico abaixo os dias da semana também apresentam regularidade, porém com algumas ressalvas, tendo como ápice o domingo, decrescendo gradativamente durante a semana e retomando às sextas e aos sábados, ainda em menor frequência, se comparados com segunda, terça e quarta-feira.

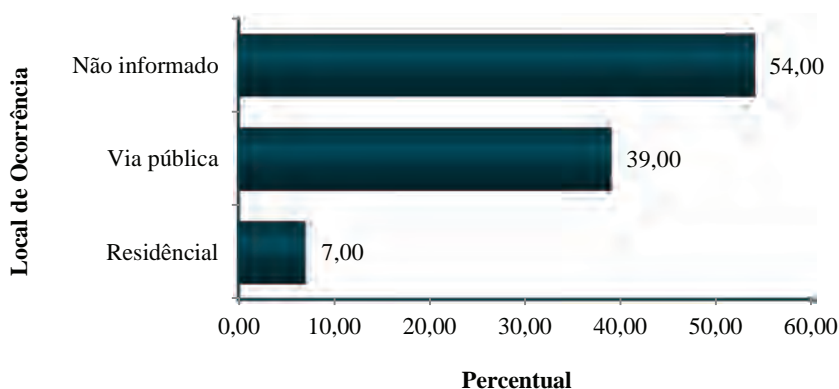
Figura 3: Distribuição dos homicídios por dia da semana no período de 2011 a 2013, 9ª AISP



Fonte: SISP-WEB (SEGUP).

Quanto ao tipo de local dos homicídios na 9ª AISP, constatou-se que 39% dos homicídios ocorreram em via pública, 7% na residência das vítimas, e 54% não informado (Figura 4). Os endereços sugerem as ocorrências em via pública, mas novamente a ausência do preenchimento dificulta a constatação empírica.

Figura 4: Distribuição dos homicídios por local de ocorrência do delito no período de 2011 a 2013, 9ª AISP



Marambaia e Castanheira

O único *hot spot* formado na AISP está localizado na área do Entroncamento, entre os limites da Marambaia com o Castanheira, e os demais homicídios na Marambaia não possuem uma regularidade a ponto de acumular densidade e formar uma “zona quente”. No entanto, as ocorrências acompanham o canal Água Cristal, mais precisamente na porção oeste do bairro, mais acentuado a noite.

O *hot spot* no Entroncamento contribuiu para o aumento substancial de homicídios registrados no bairro do Castanheira. Essa área mantém uma territorialidade cíclica, pois na parte da manhã a circulação de pessoas é constante, uma vez que há uma intensa concentração de serviços comerciais, feira livre, além de importantes vias que ligam Belém a Ananindeua, no período a atividade dá lugar aos moradores de rua, muito deles usuários de drogas. O meio empregado predominante foi a arma de fogo, com cerca de 85%, porém no ano de 2013, acompanhando a tendência de intensificação dos homicídios o uso de arma branca foi o principal meio de consumação do fato.

Souza

Assim como no Miramar, a concentração de instituições públicas e privadas, militares, bem vigiado, acaba inibindo os homicídios.

Considerações finais

Certamente há áreas violentas na 7^a e na 9^a AISP. Entre 2011 e 2013, verificaram-se médias e altas concentrações de homicídios, apesar do aumento em números absolutos, alguns bairros tiveram um maior aumento que outros, com destaque para Sacramento, Maracangalha e Castanheira. Se analisado de forma geral, o período da noite foi o que obteve maiores ocorrências, principalmente durante a semana. Cada bairro mantém uma especificidade única condicionada a uma realidade particular e quando observado no plano geral recai em generalização que acaba afirmando estereótipos.

Como o estudo considerou apenas uma tipificação criminal, não é possível então, afirmar que os espaços ausentes de homicídio são menos violentos, uma vez que podem ser espaços de constantes roubos, latrocínios, entre outras tipificações.

Referências

- ADORNO, S. Densidade de ocorrências de mortes violentas: Temporalidade e espaços dos homicídios dolosos na capital paulista. *Olhar São Paulo - violência e criminalidade*. São Paulo: NEV/USP, p. 27-34, 2008.
- BEATO FILHO, C. C. *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- CANO, I. Análise espacial da violência no município do Rio de Janeiro. In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. (Org.). *Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 239-274, 1998.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, p. 123, 2007.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.
- CHAGAS, C. A. N. et al. Território, produção do espaço e violência urbana: uma leitura geográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7. Vitória, 2012. *Anais...* Vitória: AGB, 2012.
- FREITAS, F. L. S. *A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras-Fortaleza-CE*. 2010. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- GULLO, A. A. S. Violência urbana: um problema social. *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, maio 1998.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, V. C. S. Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1992.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO (SSP/SP).

Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP). *Estatística de criminalidade: manual de interpretação*. São Paulo, p. 29, 2005.

SILVA, B. F. A. *Criminalidade urbana violenta: uma análise espaço-temporal dos homicídios em Belo Horizonte*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, J. M.; CHAGAS, C. A. N. A Dinâmica da (re)produção espacial e as novas territorialidade em Belém-PA: disputas pelo poder e a cartografia de homicídios na área da 7ª AISP. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE ESTUDOS TERRITORIAIS E AMBIENTAIS (CIETA), 6. São Paulo, 2015. *Anais...* São Paulo: USP, 2015. ISBN: 978-85-7506-232-6. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo3/Juliana%20Maciel%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2015.

SILVA, L. A. M. Vida sob o cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. In: *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11 (supl. 1): v. 1, p. 211-1.222, 2006.

SOUZA, M. L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso

Abuso de Autoridade, 64, 77-78, 108
Abuso de Confiança, 101, 107
Abusos Administrativos ou Penais, 69
Abusos de Poder, 165

Acusado, 70-73, 100, 107-110, 112, 163

Agente

Agente Prisional, 191
Agentes de Segurança Pública, 252, 302
Agentes Penitenciários, 183-184, 192-194

Agressão

Agressão, 14, 16, 18, 23, 25 120, 298
Agressão física, 179
Ameaças de Morte, 15

Análise

Análise Criminal, 16, 235, 240, 262, 266-267, 299, 330, 348
Análise de Correspondência, 32, 44, 88, 91, 93-94, 102, 108, 116, 230
Análise Descritiva, 12, 39, 109, 254, 285, 312
Análise Estatística, 32
Análise Exploratória de Dados, 67, 77, 107, 277, 284, 291
Análise Fatorial, 36-37, 41
Análise Interdisciplinar, 8, 67

Arma

Arma Branca, 177-178, 180, 357, 360
Arma de Fogo, 177-178, 180-181, 183, 235, 243-244, 299-300, 307-308, 355-357, 360

Assassinato, 58, 123, 125, 273,

Autoridade Policial, 19-20

B

Bandido, 131, 357

Boletim

Boletim Circunstanciado de Ocorrência, 19
Boletim de Atendimento Policial, 226
Boletim Geral, 70, 75-76

Briga, 61, 68

C

Cabo Verde, 50-54, 56, 99-104, 112, 139-140, 143-145, 147-149, 152-153, 173-174, 176-178, 180

Cadeia, 153

Chacinas, 124, 130

Cidadania no Brasil, 117

Cidade da Praia, 50-52, 54, 61, 99, 101-103, 106-113, 140, 147, 149-151, 173, 176-182

Código Penal, 11, 22-23, 100-101, 236, 296-297

Corpo de Bombeiros Militar, 63-64, 66-68, 72, 77

Corregedoria, 64, 68, 72, 74

Crime

Crime Contra a Pessoa, 112
Crimes Contra a fé Pública, 100
Crimes de Tráfico de Drogas, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274

Criminalidade, 49-50, 52, 54, 102-103, 120-121, 123-125, 131-132, 137-141, 144-148, 151, 153, 171-172, 204-205, 207-211, 215, 237-240, 262-263, 267, 278, 283-288, 290, 298, 307-308, 314, 318, 325-335, 339-340, 344, 356-357

D

Defensoria Pública, 12
Delegacia da Mulher, 18, 20-21
Delinquência Juvenil, 50-54, 103, 149, 172

Direito

Direito Penal, 54, 132
Direitos Humanos, 13, 64, 79, 104, 127-128, 132, 139, 142, 155-156, 163, 165-169, 249, 258, 297-298, 319, 323

E

Emboscada, 160, 296
Entorpecentes, 300, 302, 325, 336, 339, 340, 270

Espaço

Espaço Territorial, 50-51
Espaço Urbano, 51, 103, 149, 178, 204, 206, 263-264, 337, 343, 356
Espaços Públicos, 203-207, 210-211, 347

Estatísticas Criminais, 213-215, 223, 229, 230-231

Exclusão Social, 100-101, 124, 134, 263, 267

F

Flagrante Delito, 18, 21, 235

Força

Força Física, 50, 215, 296
Força Policial, 65, 67, 315, 316, 327
Forças Federais, 65
Forças Armadas, 65, 104, 317-318, 320-321

Furto, 100-101, 107, 125, 145, 149, 216, 226, 238-239, 264, 347

G

Gangues, 49, 50, 51, 55, 60, 61, 104, 124, 298, 302, 339

H

Homicídio, 15, 51-52, 100, 120-122, 125, 214, 216, 226, 261-274, 284, 295-308, 325, 334-340, 343-360

I

Indicadores de Policiamento, 325, 332, 339, 340

Índice

Índice de Condição da Pista-Tempo, 39-41

Índice de Crescimento Urbano, 30

Infração, 53, 122

Infrações Criminais, 53

Infrações Penais, 123, 278, 286

Infrator, 18, 52, 151, 236-240

Inquérito

Inquérito Policial, 16, 18-20, 70, 74-76, 78

Inquérito por Flagrante, 16, 18-19

Inquérito por Portaria, 9, 16, 18-19

Insegurança, 10, 51, 61, 100, 101, 103, 118, 123, 128, 132, 137, 138, 146, 149, 150, 171, 178, 186, 262, 263, 288, 314, 326, 329, 335, 338, 344, 347, 354

Investigação

Investigação Científica, 55

Investigação Criminal, 19, 142

Investigação Criminal, 19, 142

Investigação de Ato Infracional, 18

Investigação de Crimes, 68

J

Justiça, 11, 14, 15, 20, 21, 24, 66, 68, 71, 74, 117, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 142, 145, 151, 160, 167, 182, 214, 264, 269, 278, 317

Juventude, 11, 53

L

Latrocínios, 355, 360

Lesão Corporal, 17, 22-25, 112, 216, 226, 285, 297

M

Maria da Penha, 11, 14-15, 22-23, 25

Medo, 10, 13, 16, 18, 51, 59, 60-61, 71, 100, 103, 118, 122-123, 128, 137, 161, 181, 185-186, 191, 194-196, 199, 239, 262-263, 267, 288, 335, 347, 354, 358

Militares, 63-65, 68, 70-71, 73, 76-79, 127, 130, 157, 162, 213, 217, 220-226, 228-231, 249-251, 254-255, 278, 315, 317-318, 320, 327-329, 358, 360

Ministério Público, 11, 20, 70, 127, 129, 131, 139, 142, 148

Mobilidade Urbana, 32, 97

Mortes, 29-30, 32, 82, 120-122, 130, 138, 298, 300, 303, 307-308, 334-335, 354, 357

Mulheres

Mulheres Agredidas, 13, 15

Mulheres Policiais, 250, 253

Mulheres Revitimizadas, 21

N

Narcotráfico, 128, 129, 267, 287

O

Óbitos, 30, 82, 144, 307

Ofensa Corporal, 22, 99, 100, 106-107

Organização

Organização Bombeiro, 72

Organização Mundial da Saúde, 29, 30, 81-82

Organização Policial, 67, 251, 318, 327

Organização Social, 52, 54, 123-124, 132, 237

Organizações Militares, 68, 71, 157

Ouvidorias, 127, 322

P

Pena de Prisão, 58, 151

Pesquisa Amostral Estratificada, 145

Poder Público, 14, 119, 128, 130-131, 134, 203-204, 206, 263, 325-327, 339-340

Polícia

Polícia Civil, 214-215, 226, 277-279, 283-291, 317

Polícia Comunitária, 322

Polícia Feminino, 249

Polícia Judiciária, 142, 145, 148, 215, 278-279, 283, 286-287, 314-315

Polícia Militar, 29, 67-69, 74, 103-104, 130, 213-218, 220-226, 228, 230-231, 247-251, 258-259, 316, 318-319, 323, 325-326, 330, 332-333, 339

Polícia Nacional, 49, 141-142, 145, 148

Polícia Rodoviária Federal, 29, 33, 82, 330

Prisão Preventiva, 11, 18, 20, 23

Processo Instaurado, 70

R

Risco

Risco de Morrer, 121

Risco de Vitimização, 141, 239

Riscos à Vida, 189

Riscos de Acidentes, 32, 96

Rivalidade, 58, 71

Roubo, 52, 56, 58, 68, 100-101, 107, 112, 123, 125, 145, 149, 171, 175-178, 181, 216, 226, 235-245, 264, 285, 325, 335-336, 338-340, 347, 355-356, 360

S

Segurança

Segurança ao Cidadão, 231, 325, 340
Segurança Pública, 16, 18, 30, 61, 64-65, 72, 103, 119, 123, 126-128, 134, 139-145, 149, 172, 206, 213-221, 228-231, 235, 237, 240, 252, 258, 262-264, 266, 278, 281, 284-285, 288, 290, 299, 302, 313-316, 318-323, 325-327, 329-332, 336-337, 339, 344, 347-348, 350, 356-357

Sequestro, 101, 123

Sistema

Sistema de Justiça, 117, 131, 132, 134, 138, 139, 145, 151, 264
Sistema de Justiça Criminal, 117, 131, 132, 134, 138, 139, 151
Sistema de Transporte Público, 113
Sistema Judiciário e Carcerário, 131
Sistema Penitenciário, 139, 182-186, 192-195, 198-199
Sistema Punitivo, 132
Sistema de Segurança, 148-149, 214-216, 228, 322

Sociologia, 130

T

Taxa

Taxa de Assassinato, 273
Taxa de Homicídio, 264, 266, 271, 273, 284, 298, 308, 335, 348
Taxa de Incidência, 261, 271, 274, 349
Taxa de Letalidade, 32
Taxa de Crimes, 266, 348
Taxas de Criminalidade, 123, 209, 262, 314
Taxas de Delinquência, 52
Taxas de Homicídio, 120, 125, 265, 298, 303

Taxas de Morte, 120

Taxas de Violência, 127

Técnica Estatística, 17, 85, 112, 240, 295

Thugs, 49-51, 54, 56-61, 101, 109-110, 112

Tráfico de Drogas, 51, 58, 123, 125, 149, 238, 261-271, 273, 274, 287, 308, 338, 339, 344, 355, 357

Tráfico de Entorpecentes, 300, 302, 325, 336, 339-341

Tragédias, 15

U

Urbanização

Urbanização Acelerada, 346

Urbanização das Cidades, 204

Urbanização Excludente, 208, 267

Urbanização na Modernidade, 204

Urbanização nos Bairros, 264

V

Vingança, 61, 71, 108, 121, 124, 132, 298, 300, 302, 308

Violência, 9-25, 32, 49-54, 59, 64, 84, 113, 117-123, 125-134, 138-142, 144-153, 160, 172-173, 178, 180, 191, 198, 214, 236-237, 249-250, 262-265, 267, 271, 278, 283-285, 288, 290, 296, 298, 301, 306-308, 314, 318, 326-327, 329, 334, 338, 344-348, 354, 356

Vítimas de Violência, 9-10, 12, 14-16, 20-21, 23, 25, 248

Vitimização, 30, 46-47, 110-111, 113, 141, 149, 172-173, 239, 298, 329

Z

Zonas de Residência, 177

Zonas Quentes, 332, 345

Autores

Adrilayne dos Reis Araújo
Albernando Monteiro da Silva
Amaury Suzart Farias da Silva
Andréa Bittencourt Pires Chaves
Ângelo Moreira Pereira
Antônio Roberto Santos Júnior
Auricélia Costa de Aguiar Silva
Bernardo Ulisses Ferreira Monteiro
Clay Anderson Nunes Chagas
Cristiane Nazaré Pamplona de Souza
Diana Costa Oliveira
Edson Marcos Leal Soares Ramos
Emanuel de Nascimento Furtado Vaz
Fernanda Valli Nummer
Flávia Siqueira Corrêa
Héldson Tomaso Pereira de Lima
Henrique Antônio Monteiro Lopes
Irlando Ricardo Monteiro Lopes
Isabella Fonseca Torres Vilaça
João Cícero Ramos Gertrudes
José Luiz de Carvalho Lisboa

Juliana Maciel da Silva
Jumara de Moraes Cardoso do Nascimento
Karine Braga Soares
Kelly Serejo Fonseca
Laira Serrão Mendes
Lorena Maria Amoras Corrêa
Lucidéa Santos Cavalcante
Maciele Lopes Ora
Manuel Antônio Alves
Marco Antônio Rocha dos Remédios
Margarethe de Freitas Corrêa
Máurea Mendes Leite
Meyre Esther Mendes Chagas
Mikael Antônio Robalo Tavares
Nadiana Cavaleiro de Macedo Dahas Jorge
Roberto Silva Silveira Junior
Samuelson Yoiti Igaki
Sílvia dos Santos de Almeida
Thais Maia Carvalho Bezerra
Wilson José Barp

